

MARGARETE DOS SANTOS MARQUES

A ESCUTA AO ABUSO SEXUAL:

O psicólogo e o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente sob visão da psicanálise.

**PUC-SP
2006**

MARGARETE DOS SANTOS MARQUES

A ESCUTA AO ABUSO SEXUAL:

O psicólogo e o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente sob visão da psicanálise.

Trabalho apresentado, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, à Comissão Julgadora do Programa de Psicologia Social PUC-SP. 2006

**PUC-SP
2006**

**O LUGAR DO PSICÓLOGO NA ESCUTA AO ABUSO SEXUAL: a
Psicologia e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
sob a óptica da psicanálise.**

Margarete dos Santos Marques

BANCA EXAMINADORA

Defendida e aprovada em ___/___/2006.

Dedico esse trabalho à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À equipe de professores e em especial à coordenadora do Programa de Psicologia Social da PUC-SP prof.dra. Mary Jane Spink por me aceitarem como aluna.

Ao prof.dr. Raul Albino Pacheco Filho pela paciência e dedicação com que me ajudou a conduzir essa dissertação.

Ao CNPq por financiar essa pesquisa por meio de bolsa estudantil.

À ilustre Taeco Toma Carinato por ter me ensinado a escrever.

Aos amigos do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Sociedade da PUC-SP.

À Associação Gaudium et Spes representada por João Clemente de Souza por autorizar o acesso aos prontuários e por me fazer acreditar que era possível.

À equipe Sentinela Cuidar Sul (2003), em especial Jaqueline e Marco Aurélio.

À Cristina Sumita pela ajuda no momento mais difícil.

À Graciela Haidee Barbero, pelas frutíferas discussões no grupo de estudo e fora dele.

À querida amiga Maria Gorete Vasconcelos pelo carinho e cuidado no momento em que quase desisti.

Às doutoras Maria Cristina Vicentin e Renata Coimbra Libório por terem aceitado não só fazer parte da banca, mas por terem se permitido ser tocadas pelo tema.

Ao Instituto WCF Brasil representado por Ana Maria Drummond, Carolina P. C. Padilha Mônica Santos, Isabela Mosconi e Tatiana pelo incentivo e compreensão.

À equipe do Programa Refazendo Laços de São Jose dos Campos pela confiança e respeito.

À Maria Aparecida Barbirato pela possibilidade do ‘encontro.’

Ao José Carlos Garcia pelas intervenções assertivas.

Ao CRAMI – ABC, em especial à Ligia Maria Caravieri, pela confiança e abertura.

Ao prof dr.Rinaldo Voltoline, Afra B. Galindo e os companheiros do consultório pela amizade e acolhida de tantos anos.

Ao Sidnei A. Goldberg pela escuta atenta e decisiva.

Aos tios Guimarinha, Araci e Hernandes, vozes queridas da minha infância.

Ao Marcelo pelos cuidados com o nosso pequeno.

Às queridas sobrinhas Bruna, Mariana que mesmo distantes se fazem presentes, e em especial à doce Gabriela pelo carinho e paciência nas horas difíceis.

Aos meus irmãos Eli e Alexandre pelas brincadeiras de infância.

Ao meu amado pai por ter me dado a possibilidade de ser.

À minha amada mãe pelo exemplo de coragem e por nos ensinar que a vida sempre vale a pena.

Ao meu amado filho Matheus por sua ‘infantil’ sabedoria que me ensinou a ser mãe e por seu profundo respeito à mulher que há em mim.

Aos pacientes que confiaram e ainda confiam na minha escuta.

Aos psicólogos que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa e à todos aqueles que de certa forma se vêem tocados pelo tema. Espero poder, com esse trabalho, ter sido solidária a algumas das suas questões.

ABUSO

*Apareceu
A suspeita da devastação,
da destruição.
Que ninguém viu, que surgiu no silêncio,
da tarde ou da noite.*

*Firmou-se na frente do muro
Mudo.
Pela saída do fundo.
Na ausência de todos.
E foi devastando devagar.*

*Foi chegando sem parar,
invadindo cada canto,
implodindo todo encanto,
do copo agora violado.*

*Como sobreviver
à guerra quieta do ser?
Salvar-se do desgosto
Posto no rosto.*

*Espelhar-se no pó,
na sombra.
De que?
de quem?*

*No cinza da roupa
Que veste e reverte,
vê-se a imagem
daquele que deveria proteger
Mas deixou de fazer.*

*Imaginar-se seguindo,
Andando, caminhando,
para o sol, para o céu.
Infinito de toda a alma.*

*Esperança que quase espanta.
Que reencanta.
Luz de um abraço
Acolhedor, que crê.*

*A importante presença de
Alguém que abriga.
Que a acompanha a cada passo,
a cada laço refeito.*

*Mãos que afagam.
Ombros que acolhem
o ser desiludido,
desencantado, cansado.*

*Agora é preciso continuar
vivendo.
É só continuar
(re) fazendo.*

*No pós-guerra, sobreviver
é mais que viver.
É também esconder, silenciar
o que se viveu.*

*Superar e voltar a se encantar
Após a guerra é tudo o que resta
No resto de mim
Sopro sem fim.*

Margarete S. Marques

SUMÁRIO

• Resumo	11
• Abstract	12
• Introdução	13
• Método	21
• Capítulo 1: Algumas Notas Sobre a Criança	23
1.1 – A criança na psicanálise: erotismo infantil	29
1.2 – Menino ou menina: fases da fantasia	32
1.3 – Annafreudismo, Kleinismo e os independentes	35
1.4 - A escola francesa	39
• Capítulo 2: Do Código de Menores ao Estatuto	42
2.1 – Da premissa da situação irregular ao artigo 227	44
2.2 – Da convenção da ONU ao Estatuto	47
2.3 – O Estatuto: implicações ao psicólogo	48
2.4 – A Proteção especial	51
• Capítulo 3: Refletindo sobre Violência, Abuso e Incesto	53
3.1 – Violência	54
3.2 – Abuso sexual	56
3.3 – A inclusão do abuso na agenda da Organização Mundial da Saúde	57
3.4 – O abuso no Brasil	59
3.5 – Violência Doméstica	61
3.6 – Violência sexual	62
3.7 – Escolhendo um termo	64
• Capítulo 4: O Caminho da Criança na Rede de Proteção: implicações sobre o lugar do psicólogo	70

4.1 – Relato do caso	71
4.2 – Relato da dor	71
4.3 – A notificação	72
4.4 – A chegada ao atendimento	74
4.5 – O desenrolar das sessões com a mãe	74
4.6 – O desenrolar das sessões com Ana	76
4.7 – A relação da justiça com o psicólogo	77
4.8 – A audiência	79
4.9 – O lugar do psicólogo	81
4.10 – Tabu e incesto	82
4.11 – A linguagem da ternura	85
• Capítulo 5: O Psicólogo e o campo jurídico: análise das entrevistas	87
5.1 – Contextualizando nossa análise	87
5.1.1 – As questões de André	88
5.1.2 – As questões de Cláudia	93
5.1.3 – As questões de Maria	97
5.2 – Um diálogo possível	100
5.3 – O que faz o analista	110
• Conclusão	113
• Bibliografia	116
• Anexos	124

RESUMO

MARQUES, M. S. **A escuta ao abuso sexual: o psicólogo e o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.** São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Este trabalho tem como objetivo articular, com base no referencial psicanalítico, alguns aspectos das vivências e experiências dos profissionais às ambigüidades e contradições relacionadas à função do psicólogo que atua no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente atendendo aos casos de abuso sexual infantil.

Abordamos o conceito de criança, principalmente, como ela passou a ser personagem central da cena social, carregando o ideal de um futuro promissor. Destacamos como a sociedade brasileira se mobilizou para considerar a criança como sujeito de direitos, com a promulgação do Estatuto da criança e do Adolescente.

Refletimos sobre diversos conceitos de violência, abuso sexual e incesto, escutando as contradições que permeiam esse campo, devido as diferentes teorias e posicionamentos políticos e epistemológicos dos autores. E observamos a impossibilidade de consenso sobre a utilização dos termos para se nomear o fenômeno do abuso sexual infantil.

Entrevistamos psicólogos que trabalham nos serviços da rede de proteção integral, a fim de investigar como concebiam e vivenciavam o tema, seus conflitos, angústias e sofrimentos, seus juízos de valor e suas formulações éticas, morais e religiosas. Assim, deparamo-nos com a demanda da justiça para que o psicólogo produza provas para respaldar a decisão judicial na aplicação da pena para o suposto abusador.

Na análise das entrevistas, promovemos levantar diversas questões, para criar um movimento que não busca uma verdade absoluta, mas, ao contrário, diluir algumas questões para que se abram outras por meio de um diálogo com autores que discutem a interface entre a Psicologia/Psicanálise e o Direito.

Concluimos que é preciso promover reflexões, no interior dos órgãos de classe e das universidades, a fim de que o tratamento psicoterapêutico seja tomado pelo paciente como um direito e não como um dever, e que a ética do psicólogo seja considerada durante o diálogo com o campo do Direito.

ABSTRACT

The Listening of sexual abuse: the psychologist and the assurance of children and adolescent rights. São Paulo, 2006.

This project intends to articulate, based on a psychoanalytic referential, some aspects of existence and experiences of professionals with ambiguities and contradictions related to the function of psychologists who work in the system of assurance of children and adolescents rights taking care of cases in child sexual abuse.

We've approached the concept of child, mainly how this child became a central character in the social scene carrying the ideal of a good future. We must point out how Brazilian society has mobilized itself to consider a child as an individual with rights, through the promulgation of the Child and Adolescence Act.

We've reflected on several concepts of violence, sexual abuse, incest, listening to contradictions that prowl this segment, due to different theories and epistemological and political positioning of authors. And observing the impossibility of a consensus in the use of terminology to name the child sexual abuse phenomena.

We've interviewed psychologists who work in services of protection, in order to investigate how they experienced the theme, their conflicts, anguishes and pains, their values as well as ethical, moral and religious formulations. Thus we've faced a demand of justice for the psychologist to produce proof to support the legal decision in the conviction of the alleged abuser.

In the interview's analyses we've raised several questions to create a movement not in search of absolute truths, but yet, to dilute some questions so that other questions can be asked through talks with authors to discuss the interface between Psychology/Psychoanalysis and the Law.

We've concluded that it's necessary to promote reflections in universities and social classes so that the psychotherapeutic treatment is taken by the patient as a right and not as a duty, and that the psychologist ethics be considered in the dialogue with the law.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem uma relação inerente com a experiência da pesquisadora. Isto significa que foi a ligação entre a pesquisa, o pesquisado e o pesquisador que mobilizou esta produção científica.

Para justificarmos esse lugar – de pesquisadora - me apresento como: psicóloga, que atuou e ainda atua em serviços relacionados com a temática da violência sexual, que atende, escuta, acompanha e supervisiona casos de crianças e adolescentes que passaram por essa experiência. Dessa forma, a nossa experiência sempre esteve articulada com o que pretendi investigar.

A experiência como coordenadora do Centro de Referência foi o embrião do problema dessa pesquisa. No ano de 2002, fui convidada a assumir a coordenação de um Centro de Referência para Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violência Sexual: como proposta e um programa do Governo Federal que repassam verbas para os municípios, que por sua vez estruturam centros de atendimento a essa problemática.

Participei de todo o processo de implantação do Centro que compreendia: a criação do nome, pois os municípios não precisavam utilizar o nome Sentinela. Os Centros eram autorizados a batizar o programa com o nome que julgassem melhor; a escolha da instituição que iria ser a sede; a contratação da equipe de profissionais; o preparo da comunidade para receber o serviço por meio de cursos de sensibilização e reuniões com o conselho tutelar, com a vara da infância, com a diretoria de ensino e com a secretaria de desenvolvimento social; e, por fim, a inauguração do espaço.

Ocupando o cargo de coordenadora, passei a escutar os profissionais que atuavam no atendimento. A modalidade dessa escuta não era aquela proposta por Freud (1924)¹, ou seja, “atenção uniforme e suspensa em face de tudo o que se escuta”, mas uma atenção operacional aos profissionais, levando em consideração suas dificuldades no cotidiano de sua atuação. A tarefa de coordenar exigiu uma interlocução com a equipe de trabalho para que as decisões tomadas tivessem sempre como meta oferecer condições para uma boa qualidade de atendimento aos usuários do serviço.

Semanalmente, a equipe técnica do programa reunia-se a fim de organizar os trabalhos e de discutir os casos que estavam sendo atendidos pelo Centro de Referência. Dessas

reuniões participavam psicólogos, assistentes sociais e um educador. Com o passar do tempo, fui percebendo que algo de errado estava acontecendo com os profissionais dessa equipe e supus que poderia ter ligação com suas atividades no Centro.

As suposições foram despertadas com o caso de uma menina de um ano e seis meses de idade, que atendemos no Programa. Ela acabara de receber alta do hospital da região e estava em um abrigo. Havia passado por uma cirurgia de reconstituição da genitália, devido à dilaceração ocorrida por ter sofrido um abuso sexual do pai. O abrigo pediu-nos ajuda para lidar com a menina. Assim, o caso foi levado à reunião técnica, para que um dos psicólogos pudesse iniciar o atendimento. Um psicólogo do grupo dispôs-se a atender esse bebê. No dia seguinte, uma profissional da equipe – não a que iria atender a criança – relatou-me que, no caminho de volta para sua casa, começou a pensar no “bebezinho que sofreu abuso” e sentiu enjôo. Passadas algumas horas, começou a vomitar compulsivamente. Disse-me que a imagem que vinha à sua mente durante os vômitos era a de sua filhinha quando era bebê. Essa psicóloga nos concedeu uma das entrevistas deste trabalho, pois considerei importante escutar a sua história.

Também escutei um outro caso que fiquei muito atenta. Um profissional relatou-nos que havia atendido um menino de seis anos que tinha sido abusado por seu padrinho. Chamou-me a atenção o fato de ela repetir por várias vezes a fala que o menino dirigiu a ela durante a entrevista de triagem: “doía muito, tia, doía muito”. Após alguns dias, a profissional procurou-me para dizer que teve, pela primeira vez, uma crise de hemorróidas. Dias depois, apareceu com o corpo empipocado e o diagnóstico médico foi de que aquele sintoma era uma espécie de urticária.

Em outros momentos, escutei relatos como: “passei a olhar diferente para o meu marido, pensando se ele seria capaz de abusar de nossa filha de seis anos”. Essa profissional disse ter chegado a ficar receosa em deixar o pai sozinho com a filha.

Eu conheci esse lugar estranho, quando fui intimada pelo promotor de justiça da vara criminal a prestar depoimento como testemunha de acusação do padrasto de uma criança de sete anos, atendida por mim no Centro. Esse fato me causou certo mal-estar e fez com que eu me perguntasse se o posterior desligamento da paciente da psicoterapia poderia ter relação com meu depoimento, e se ela e principalmente sua mãe também não se viram tomadas pelo mesmo mal-estar.

Percebi, então, que o fato de um sujeito estar ‘mergulhado’ diariamente no discurso sobre abuso sexual pode promover alterações nas suas relações sociais, familiares, conjugais e de amizade, e até mesmo interferir na sua possibilidade de acolhimento. A escuta a essa

problemática pode ainda gerar fantasias na mente desses profissionais. Essa observação também foi feita por Cromberg (2001) ao supervisionar psicólogos que trabalhavam escutando crianças abusadas sexualmente. Diz: “O tratamento de tais tragédias psíquicas [...] faz violência também no psiquismo do analista [...] Contudo, esse profissional deverá promover “um ligamento de sentidos e simbolizações ao sujeito que sofreu a violência” (CROMBERG, 2001, p. 9), que vai remeter esse profissional a navegar por extratos de seu inconsciente.

Essa percepção conduziu-me a orientar e sensibilizar a equipe da necessidade de entrar no processo de psicoterapia ou análise, porém nem todos se dispuseram a fazê-lo. Comuniquei à instituição sobre minha preocupação com os profissionais e sugeri a contratação de um supervisor. Os gestores, apesar de serem solidários, disseram que a verba recebida do poder público não previa gastos para esse fim, mas se dispuseram a financiar, pois reconheciam que precisavam cuidar da equipe técnica.

Além das dificuldades encontradas na escuta ao abuso sexual em si, deparei-me com outra dificuldade: a relação com a instância jurídica, que por sua vez é um dos braços do sistema de garantia de direitos.

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) foi uma conquista da sociedade brasileira e, por meio dele, muitas ações de proteção encontram respaldo legal; o Programa Sentinela foi uma dessas ações que abriu campo de trabalho para o psicólogo e possibilidade de acolhimento e tratamento psicoterápico às crianças que vivenciaram a experiência do abuso. Entretanto, a maneira com que o sistema judiciário está fundamentado às vezes, impõe aos psicólogos uma tarefa que vai além da sua função terapêutica e é bastante difícil de ser equacionada: de produzir provas para respaldar as decisões judiciais com relação à pena a ser aplicada a um possível abusador.

O abuso sexual infantil passou a ser considerado fenômeno relevante após a estruturação do conceito de criança como um ser em etapa peculiar de desenvolvimento. Esse fato somado à luta pelos direitos humanos e o surgimento do feminismo, foram os pilares de sustentação dos movimentos sociais que se mobilizaram a fim de consolidar em forma de legislação tanto os direitos da criança como as penalidades e sanções para aqueles que descumprissem as leis.

Uma pesquisa feita por Pimentel (2006), que avaliou publicações sobre o abuso sexual infantil, revelou há poucos autores brasileiros trabalhando com o tema e prevalecendo uma postura: a de incentivar a mobilização da população para identificar essas situações no interior da família e denunciá-las à polícia ou autoridade competente. Revelou, também, que existe

um movimento bem articulado no Brasil, na cidade de São Paulo, mais especificamente na USP cuja maneira de atuação e argumentação “versavam basicamente sobre a mesma temática: critérios de classificação, exames, vigilância e punição às situação de abuso sexual infantil” (PIMENTEL, 2006, p. 44).

A forma com que nossa sociedade escolheu para lidar com este fenômeno acaba expondo a família a diferentes intervenções públicas de vários profissionais. Dessa maneira o “Estado toma para si o cuidado com as crianças policiando as famílias” (PIMENTEL, 2006, p. 51). Assim, podemos inferir que o monitoramento das práticas sexuais no interior das famílias faz com que o abuso infantil esteja estritamente relacionado à sexualidade.

Para o entendimento e a compreensão da nossa questão, busquei a abordagem e metodologia psicanalítica. Onde o sujeito não é resultado do desenvolvimento biológico, nem o psiquismo é originário somente das sinapses neuronais. Sua emergência se dá a partir do encontro com o Outro representante da cultura – a mãe, ou quem cuida – e, desde a mais tenra idade, é portador de um erotismo despertado por esse encontro. Contudo, o momento dessa emergência é esquecido e temos acesso a ela somente por meio das formações do inconsciente, como os sonhos, atos falhos, chistes e etc. Essa instância psíquica - o inconsciente - é atemporal, alógico, regido pelo princípio do prazer e, portanto, infantil, tanto para o adulto quanto para a criança.

De acordo com Silva (2006), o autor esclarece que a sexualidade infantil nos remete à “lógica da construção da fantasia. Dessa forma, Freud substitui a compreensão da sexualidade infantil a partir de uma visão desenvolvimentista ou educacional por outra que enfatiza a fantasia” (PRATES SILVA, 2006, p. 56). Freud (1908) com a análise do pequeno Hans, logo se confrontou com a concepção de criança de sua época, que era vista como um ser inocente e despossuído de qualquer sexualidade. A cura de Hans se deu por meio da análise de questões ligadas ao erotismo infantil na relação com seus pais, ou seja, o complexo de Édipo. Assim, Freud sofreu as conseqüências de ter desvelado a sexualidade infantil, contrapondo-se com a concepção de criança ‘inocente’ que dominava à época, e abriu caminho para novas pesquisas sobre a infância em psicanálise.

Considerando a teoria freudiana a qual, em um dado momento, pesquisou o abuso infantil incestuoso e o percurso da pesquisadora de ter trabalhado na rede de proteção atendendo estes casos, surgiu o interesse em investigar como outros psicólogos se confrontavam com a violência sexual a crianças e adolescentes e como exerciam sua prática. Quis saber como concebiam e vivenciavam o tema, incluindo seus pensamentos, suas

reflexões teóricas e profissionais, bem como suas concepções e opiniões pessoais, seus pontos de vista oriundos do senso comum (compartilhados por setores ou agrupamentos sociais), seus conflitos, angústias e sofrimentos, seus juízos de valor e suas formulações éticas, morais e religiosas.

Delimitamos, então, nosso objetivo, nossa questão: articular, com base no referencial psicanalítico alguns aspectos das vivências e experiências dos profissionais às ambigüidades e contradições relacionadas à função do psicólogo que atua no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente atendendo aos casos de abuso sexual infantil.

Para o material dessa questão, procuramos entrevistar psicólogos, homem ou mulher, que tivessem um percurso no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual em um serviço da rede de proteção. Deveriam ter formação em psicologia, sem a necessidade de constar em seu currículo especialização no tema violência sexual. Eles ainda poderiam ou não estar em processo de análise ou psicoterapia.

Ao escutar nossos entrevistados, observamos que a maioria dos profissionais dedicam número constante de horas semanais a esse trabalho. Estão inseridos em um serviço com a missão de prestar atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. Fazem parte de uma equipe formada por diferentes profissionais, tais como assistentes sociais, médicos, educadores e estagiários, com a proposta de interdisciplinaridade, ou seja, de discussão e acompanhamento dos casos por toda a equipe, respeitando a especificidade de cada área.

As instituições nas quais eles trabalham posicionam-se diferentemente frente ao relacionamento com os vários campos do saber, em especial com o campo jurídico. A escolha de profissionais que exercem sua função em diferentes instituições foi proposital. Acreditamos que, assim, ilustraríamos as diferentes concepções que as instituições, bem como os psicólogos, podem ter com relação ao atendimento aos casos de abuso sexual.

Com o auxílio do método de investigação psicanalítico, colhemos material que foi analisado, de maneira que pudéssemos mapear as tensões entre as diferentes disciplinas e campos do saber que se ocupam em trabalhar com o tema, destacando especialmente a Psicologia, a Psicanálise e o Direito. Delimitamos os pontos de tensão e pensamos em um diálogo possível entre ambos.

Selecionamos algumas das questões levantadas pelos psicólogos entrevistados, priorizando aquelas que dizem respeito à interface do seu trabalho com a justiça, tais como a

obrigatoriedade da denúncia nos casos de suspeita de abuso sexual infantil e a sua relação com o Código de Ética do Psicólogo, que em seu artigo 9º dá ao paciente o direito ao sigilo profissional; o fornecimento de laudos, pareceres, relatórios e depoimentos que respaldam as decisões judiciais para afastamento do lar ou aplicação de pena ao suposto agressor, que na maioria das vezes é alguém com fortes laços afetivos com a criança.

No desenvolvimento do trabalho, percebemos a necessidade de esclarecer melhor sobre o que entendemos pelo termo criança e o que a psicanálise define como infância. Com auxílio de Ariès (1981), descrevemos como foi se construindo historicamente esse conceito, a fim de nos afastarmos da crença de que a infância é algo natural. Para complementar, delineamos como a criança foi se consolidando como centro das atenções em algumas sociedades ocidentais, a partir de alguns fatores sociais e históricos.

Acrescentamos como as instituições onde os sujeitos de nossa pesquisa trabalham seguem a doutrina da proteção integral. No capítulo 2 buscamos descrever, historicamente, o percurso trilhado pela sociedade, por meio de movimentos sociais como o feminismo, para materializar o seu ideal de proteção à criança, que culminou no Brasil, na promulgação do ECA.

No capítulo 3, discorreremos sobre os termos utilizados para nomear os fenômenos: violência sexual, abuso e incesto. Consideramos a opinião de alguns autores, como Costa (2003), que acredita sabermos pouco sobre a violência devido à escassez de investimentos em pesquisa sobre o tema pelas diversas ciências, incluindo a psicanálise, e Minayo (1998), que também sustenta a idéia de que o fenômeno seja enfrentado de forma multiprofissional e seja motivo de amplo debate entre as diferentes áreas do conhecimento, em especial a psicologia social.

No capítulo 4, descrevemos, detalhadamente, o caso da menina em que fui intimada a depor em juízo. E, pronunciamos os equipamentos da rede do sistema de proteção integral que a acolheram – delegacia, hospital, conselho tutelar e vara da infância. Refletimos sobre o que é esperado do trabalho do psicólogo pela área jurídica e sobre qual a função do tratamento psicológico.

No quinto e último capítulos, recortamos os pontos principais levantados por nossos entrevistados e os analisamos a partir da opinião de alguns autores que se depararam com a questão. Na intenção de fomentar ainda mais a discussão, recorreremos a autores que têm visões diferentes sobre a atuação do psicólogo no campo jurídico.

Freud (1931) contrapôs-se ao resultado dos exames periciais de um médico que utilizou a teoria do complexo de Édipo e o conceito psicanalítico de repressão para incriminar o jovem judeu Philipp Halsmann por crime de parricídio na Áustria.

Citamos a posição de Lacan (1950) sobre a contribuição da psicanálise à criminologia, em que sustenta a idéia de que são as questões sociais que definem um criminoso.

Caffé (2003) acredita que o trabalho da perícia psicológica psicanalítica pode auxiliar uma família em litígio a se implicar em seu sintoma. Assim, a psicanálise surge no lugar de um saber que faltou ao juiz: “Um lugar sobre outro lugar” (GUIRADO *apud* CAFFÉ, 2003, p. 99), pois é o direito que convida a psicanálise para os domínios de sua casa. Para essa autora, é a partir desse lugar faltante – não só para o juiz, mas também para a família que procura a justiça e seus agentes para institucionalizar o conflito no qual está mergulhada – que pode haver alguma possibilidade de interlocução entre a Psicologia, a Psicanálise e o Direito.

Já Arantes (2004), baseada no filósofo da ciência Canguilhem, promove uma reflexão sobre a instrumentalização da psicologia e defende a idéia de que não é vocação dessa ciência ser apenas um instrumento da administração da sociedade.

Dolke (2001), promotora de justiça de uma cidade do sul do País, tece várias críticas à forma com que o poder judiciário lida com os casos de suspeita de abuso sexual a crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito à inquirição das crianças no momento da audiência. Propõe um incessante diálogo com outras áreas do conhecimento, em especial com a psicologia, a fim de que sejam criadas novas maneiras de abordagem das crianças em situação de violência sexual pelos juristas, bem como a reformulação da maioria das leis e práticas dos juristas sobre o abuso sexual infantil.

Moraes (1998), psicanalista do Rio Grande do Sul, relata um caso em que foi procurada em seu consultório pela mãe de um menino de dois anos. O pedido era para que ela tomasse o menino em análise para elaborar um relatório que afirmasse que o pai havia abusado do menino, para ser entregue para o juiz. Nesse caso, refletimos sobre o quê faz um psicanalista frente a um pedido como esse.

Não foi tarefa fácil concluir essa pesquisa, visto que a cada capítulo escrito se abriam mais questões a respeito desse tema que nos desperta horror, mas ao mesmo tempo curiosidade. No entanto, foi possível estabelecer uma correlação entre os dados fornecidos pelos entrevistados e a necessidade de um diálogo constante entre campos tão independentes do saber, mas que são constantemente chamados a dialogar sobre o fenômeno.

Concluimos que é preciso criar, inventar uma rede de proteção e cuidados também para os psicólogos. Não uma rede que promova reivindicações apenas monetárias, mas que abra espaços para a reflexão sobre a necessidade de formação permanente, da supervisão e do acesso à terapia ou à psicanálise por parte desses cuidadores. Uma rede que promova a implicação das pessoas em seu trabalho, para que este não esteja submetido à égide da instrumentalização e da submissão ao campo do Direito.

O MÉTODO

Segundo Freud, psicanálise é o “nome de um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.” Com essa frase, Freud (1923) enfatizou o caráter científico da psicanálise, destacando a existência de uma teoria, uma metodologia de investigação dos processos mentais e um método para tratamento.

Freud (1896) começou a construir a teoria da sedução ao escutar suas pacientes, utilizando inicialmente o método criado por Charcot, a hipnose, e posteriormente a associação livre: “Cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de perversão por parte do sedutor, e mais me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai” (FREUD, 1996, p. 286).

Mais tarde, Freud (1897) entrou em conflito com os alicerces de sua teoria da etiologia das neuroses, pois descobriu que estava incompleta, e em carta escrita a Fliess declara: “Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses] [...], veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, tinha de ser apontado como pervertido.” (FREUD, 1996, p. 309, 310).

Assim, concluiu que o caminho teórico que estava percorrendo era absurdo, repensou seus conceitos e promoveu várias reformulações. Essa capacidade em promover sucessivas reelaborações, ajustes e modificações necessárias ao desenvolvimento da teoria, é característico da obra freudiana. “Essa crescente rearticulação da teoria e aperfeiçoamento dos conceitos, com uma progressiva interação com os dados da experiência, é inegavelmente a marca do trabalho de Freud.” (PACHECO FILHO, 1999, p. 19).

O pai da psicanálise não desistiu das suas investigações sobre o desvelamento da *psique* humana e durante a continuidade da escuta a seus pacientes passou a considerar a dimensão da fantasia como instância necessária à constituição e do sujeito. Assim, a delimita que a realidade psíquica, aquela que faz parte do mundo mental do sujeito, nem sempre condiz com a realidade dos fatos.

No intuito de comprovar ou refutar a nossa hipótese norteadora: a de que existem tensões fundamentais na interlocução dos campos da Psicologia e do Direito, e estas podem

influenciar os psicólogos que trabalham em serviços da rede de proteção integral escutando casos de abuso sexual infantil, entrevistamos alguns desses profissionais.

O método psicanalítico inclui o pesquisador num processo de elaboração conceitual que nasce no interior de uma reflexão e vai se construindo pelos relatos colhidos. No caso dessa pesquisa, as informações dadas pelos sujeitos passaram pela subjetividade da pesquisadora, que a não foi desprezada, mas, sim, considerada e reelaborada, abrindo novas fendas discursivas e proporcionando um diálogo fértil e incessante.

Capítulo 1

ALGUMAS NOTAS SOBRE A CRIANÇA

*...e a gente canta
e a gente dança
e a gente não se cansa
de ser criança
da gente brincar
da nossa velha infância [...]*

(Arnaldo Antunes)

Neste capítulo faremos alguns apontamentos sobre o que se entende do termo criança. Para isso, é essencial que façamos um pequeno recorte na história, para entendermos o surgimento desse conceito. Não devemos supor que, no mundo contemporâneo, a palavra criança tenha o mesmo sentido que o empregado em outras épocas. Dessa forma, não estaremos falando de algo da ordem da natureza, e sim de um conceito construído socialmente. Também refletiremos sobre a contribuição da psicanálise para entendermos o que vem a ser o infantil, termo que supõe a instância da fantasia de infância.

Atualmente é oferecido à criança ocupar um lugar de destaque na cena social, o que não ocorria em outras épocas. Esse lugar concedido a ela vai depender da estrutura econômica, social, política, e também dos valores religiosos.

Ariès, em seu livro *História social da criança e da família*, utiliza-se da observação de obras de arte e da historiografia para captar algumas nuances de como as sociedades antigas se relacionavam com suas crianças. Apesar dos limites de seu método, o autor consegue elucidar algumas questões essenciais que nos serão úteis para traçarmos o percurso histórico de como o sentimento da infância foi aparecendo.

Esse autor desvenda que nas sociedades tradicionais, portanto, antes da industrialização, não se reservava à criança uma atenção especial. Os cuidados lhe eram atribuídos apenas durante os anos de fragilidade, tal como a um filhote de animal, não sendo dado a ela sequer um nome. Na opinião de Ariès, nessa época, o afeto no interior das famílias não era algo tão relevante. O que importava era a cooperação mútua. Assim, o grupo conservava seus bens e garantia a sobrevivência.

A duração da infância era reduzida, pois, assim que a criança adquiria maturidade motora, era incluída no mundo adulto. A aprendizagem ocorria por meio da convivência com

os adultos, que lhe atribuíam a tarefa de auxiliá-los na produção artesanal. Quase sempre as crianças ajudantes pertenciam a outro grupo familiar. Era comum morarem por um período com outras famílias a fim de aprender boas maneiras ou um ofício.

Contudo um sentimento superficial da criança – o que chamei “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas só se divertiam com a criança pequena, como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 10).

No entanto, o mundo dos adultos era permeado por festas, brincadeiras e jogos populares como forma de estreitar laços coletivos. Assim, era tranqüila a adaptação da criança. “A música e a dança, as representações dramáticas reuniam toda a coletividade e misturavam as idades tanto dos atores como dos espectadores” (ARIÈS, 1981, p. 104).

Algo bastante relevante para o nosso trabalho é o fato de que as crianças eram facilmente incluídas às brincadeiras sexuais dos adultos. Nos documentos escritos pelo médico do Rei Luís XIII, há relatos de jogos entre o rei e sua ama que talvez hoje pudéssemos chamar de abuso sexual: “Luís XIII ainda não tem um ano: Ele dá gargalhadas quando sua ama sacode o pênis com a ponta dos dedos. Ele chama a pajem com um Ei! e levanta a túnica mostrando-lhes o pênis” (ARIÈS, 1981, p. 125-126).

Em algumas culturas ainda se conserva o hábito de brincar com o sexo das crianças como, por exemplo, a muçulmana. Em uma passagem de um romance do judeu tunísio Alberto Memmi, há um diálogo entre um djerbiano e um menino de dois anos e meio que está no colo do seu pai¹:

— Você quer me vender seu pintinho? — Não – disse o menino com raiva [...] O menino olhou para o pai, o pai sorria, *era uma brincadeira permitida*. Nossos vizinhos se interessavam pela cena tradicional com uma aprovação complacente. — Eu lhe dou 10 francos, propôs o djerbiano. — Não, disse o menino... [...] — Vou lhe dar tudo o que posso

¹ Romance La Statute de Sel de 1953.

... e mais um saco de balas! — Não, não! [...] — Repita pela última vez, disse fingendo raiva. — Não! — Então, bruscamente, o adulto pulou em cima da criança com uma expressão terrível no rosto e a mão brutal remexendo dentro de sua braguilha. O menino se defendeu com socos. O pai ria a gargalhadas, o djerbiano e os vizinhos também (ARIÈS, 1981, p. 130).

Pode nos parecer absurdo imaginar essa ausência de reserva diante da criança, mas temos de lembrar que as mudanças na estrutura social advindas com a moral religiosa e com o capitalismo ocorreram predominantemente no Ocidente. Em algumas sociedades orientais, tais transformações nem aconteceram, mantiveram suas tradições não tendo sido influenciadas, portanto, por esse sentimento de infância que o autor procura identificar. Foucault, em *História da sexualidade*, nos esclarece sobre as incursões e as mudanças sociais com relação à sexualidade, ressaltando que, em um determinado momento histórico, há uma drástica mudança nos comportamentos sexuais:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce, tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade [...] Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam.” Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala [...] um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais (FOUCAULT, 1985, p. 9).

Não se trata de dizer que nesta ou naquela época as pessoas lidavam melhor ou pior com as crianças ou mesmo com a sexualidade, mesmo porque Foucault considerou somente a

questão da repressão e desconsiderou a idéia de recalque². Queremos demonstrar que nem sempre a criança ocupou um lugar central no cenário social, pelo contrário, na antiguidade ela era mera coadjuvante nas relações sociais e, quando indesejada, era facilmente eliminada. O infanticídio era prática comum, apesar de condenado e severamente punido quando desvelado. Mesmo assim, as pessoas o praticavam em segredo, camuflado sob forma de acidente, e em geral ocorria por asfixia na cama dos pais onde a criança dormia. “O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tão pouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras” (ARIÈS, 1981, p. 17).

Ao longo do século XVI, houve um grande movimento de moralização dos homens, promovido pelas reformas católica e protestante. Esse movimento daria início a “um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização” (ARIÈS, 1981, p. 11). Surge, desse movimento, uma elite educadora preocupada em preservar a moral da criança, proibindo-lhe os jogos então classificados como maus e recomendando-lhes os jogos bons.

Devemos ressaltar que o novo testamento do cristianismo trouxe uma nova visão de homem, principalmente no que diz respeito às suas franquezas e deficiências, diferentemente dos preceitos anteriores que pregavam os castigos e a exclusão dos pecadores. Um dos dogmas cristãos é a solidariedade para com os fracos e o acolhimento dos doentes, fatos que ajudaram a fortalecer essa nova religião, que se tornou oficial no início do século IV. Assim, as práticas cristãs começaram a ser controladas pelos governantes e “[...] pouco a pouco os valores de perdão e de solidariedade para com os excluídos sociais foram enfraquecidos” (LIBÓRIO e SILVA, 2005, p. 86).

O domínio da moral fez com que as pessoas buscassem no cristianismo o motivo para a santificação da criança, que passa a ser vista como criatura sem nenhum pecado carnal, despojada de sentimentos impuros. Esse fato faz surgir uma época de grande repressão com relação à sexualidade.

Nesse período, a criança, antes profana, passa a ser vista como sagrada. A força do laço familiar se estabelece como algo relevante, bem como a escolarização. É conveniente, então, que as crianças sejam mantidas na escola, enquanto os pais saem para trabalhar. Esse é

² Freud (1898), em *O mecanismo psíquico do esquecimento*, esclarece que recalque são: “[...] fluxos de representações[...] que, a despeito da intensidade do interesse nelas depositado, deparassem com uma resistência que os impedisse de serem elaborados por uma dada instância psíquica, e portanto, de se tornarem conscientes” (1996, p. 279).

um momento de transição de uma sociedade rural e de produtos manufaturados destinados à auto-subsistência para uma sociedade industrializada.

Assim, a cultura começa a oferecer um outro lugar social à criança. Apoiada no cristianismo e nos ideais da burguesia de um capitalismo ainda incipiente (família, estado e sociedade), nossa cultura inventa, cria a infância. A criança agora tem a responsabilidade de conservar a linhagem, a integridade e o patrimônio da família. Instaure-se a necessidade da intimidade no núcleo familiar.

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida. As promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhes repugnam. Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais [...] Existe, portanto uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe (ARIÈS, 1981, p. 278).

Durante o surgimento do que Ariès chamou de sentimento de infância, o interesse pela produção de conhecimentos sobre a criança pelas várias áreas como a pediatria, a pedagogia e até mesmo a psicanálise provocou a consolidação de um ideal social sobre o que uma comunidade deve oferecer às suas crianças e como deve ser vivida essa etapa da vida, ou seja, a infância.

O conceito de infância está para além das questões biológicas e cronológicas. Nele estão os ideais de uma sociedade, os sonhos, desejos e fantasias de uma comunidade sobre as melhores formas de ‘educar’ suas crianças.

Alguns cientistas sociais, desde a década de 1930, já utilizavam a expressão ‘sociologia da infância’ para se referir aos fenômenos relacionados a esta categoria, porém a análise da infância como categoria sociológica iniciou-se na década de 1990. Segundo Sarmiento (2006), a sociologia desde sua origem já considerava fundamental o fato de a infância ser vista como a geração sobre a qual os adultos realizam uma ação de transmissão

cultural. A “consideração da infância como período de vida onde acontece a socialização constituiu-se como uma das mais importantes obras do início do pensamento sociológico: o da teoria da socialização de Emile Durkheim” (SARMENTO, 2006, p. 2).

A sociologia da infância é uma nova ciência que tem contribuído para acirrar o questionamento sobre o fato de algumas ciências como a pedagogia, a psicologia ou medicina ter considerado, por determinado tempo, as crianças como ‘adultos em miniaturas’, discordando das conceituações baseadas na biologia para a definição da infância.

Ela questiona também o fato de atualmente as crianças estarem confinadas ao espaço privado como asilos, creches e reformatórios ou ao cuidado da família. Procura rever a produção pericial da infância pelas ciências do indivíduo, questionando algumas intervenções que incluem a dos psicólogos.

A sociologia da infância parte do pensamento sócio-histórico, o qual considera a criança como um ser autônomo e constituído sócio-historicamente. Faz um corte com o adultocentrismo, ou seja, “estudos da criança a partir dos adultos face às crianças ou da experiência do adulto face à sua própria infância” (SARMENTO, 2006, p. 20).

Dessa forma, essa disciplina se contrapõe à teoria psicanalítica, a qual inclui a dimensão inconsciente da constituição do sujeito humano e o encara como um ser essencialmente dividido e completamente dependente do outro durante seu processo de constituição.

Mesmo assim, não podemos deixar de acenar para a relevância deste novo campo do conhecimento científico que tenderá a desenvolver-se e a contribuir para novas teorizações para toda ciência sociológica, proclamando, segundo Sarmento (2006) “um novo paradigma da sociologia da infância e também envolver-se no processo de reconstrução da infância na sociedade” (PRONT & JAMES, *Apud* SARMENTO, 2006, p. 9).

Já o termo criança considera aspectos biológicos do desenvolvimento corporal e aspectos temporais, ou seja, idade cronológica: “ser humano de pouca idade, menino ou menina” (FERREIRA, 2000, p. 193). Conforme a legislação brasileira criança é “pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. (PMSBC, 2003, p. 25).” Diferentemente da Convenção Internacional dos Direitos da Criança que considera criança pessoa menor de 18 anos, a menos que a lei do país estabeleça uma idade menor para a maior idade.

1.1 A criança na psicanálise: erotismo infantil

Em sua clínica, Freud nunca atendeu diretamente crianças. Sua teoria sobre a sexualidade infantil foi fundamentada por meio da escuta de pessoas adultas. Entretanto, por volta do ano de 1909, recebeu a queixa, por parte de uma pessoa conhecida, de que o filho tinha adoecido psicologicamente. Assim, Freud aceitou intervir no sintoma do menino a partir do atendimento ao pai de Hans. “Só porque a autoridade de um pai e a de um médico se uniram numa só pessoa, e porque nela se combinavam o carinho afetivo com o interesse científico, é que se pôde, nesse único exemplo, aplicar o método [...]” (FREUD, 1986 [1909] p. 15).

Não vamos nos ater ao sintoma do pequeno Hans, vamos citar a fase em que seu desenvolvimento estava indo bem. Vamos nos debruçar no material exposto pelo pai durante as sessões de análise em que conta fatos do cotidiano da vida do filho, a fim de ilustrar as hipóteses criadas por uma criança sobre a sexualidade.

Os pais de Hans usavam somente a coerção necessária, deixando o menino livre para se desenvolver. A criança se tornara um menino alegre e vivaz. Assim como era esperado, por volta dos três anos de idade inicia sua investigação com a pergunta à mãe:

Hans: - Mãe, você também tem pipi?

Mãe: - Claro. Por quê?

Hans: - Nada, eu só estava pensando (FREUD, 1986, p. 16).

Nessa fase sempre fazia perguntas sobre a questão do pipi. Quando viu ordenharem uma vaca disse ‘olha, está saindo leite do pipi dela’ e durante uma visita no zoológico disse em frente à jaula de um animal ‘vi o pipi do leão’ e um dia disse ao pai que o achava que o pipi dele era tão grande quanto o de um cavalo.

Aos três anos, sua mãe o viu tocar com a mão no pênis. Ameaçando-o disse:

Mãe: - Se fizer isso de novo vou chamar o Dr. A para cortar fora seu pipi.

Aí com o que você vai fazer pipi?

Hans: - Com meu traseiro (FREUD, 1986, p. 17)

Com três anos e nove meses, pergunta ao pai se ele também tem pipi e o pai responde que sim. Não satisfeito, Hans pronuncia: ‘Mas eu nunca vi quando você tirava a roupa.’

Fica claro, portanto, que a investigação da criança é incessante, sua curiosidade em resolver essa primeira dúvida da existência humana é o que lhe movimenta para prosseguir. Hans ainda acha que a mãe é onipotente e sente-se seguro mantendo essa fantasia. Porém, com a chegada de uma irmãzinha, cai doente e em seu delírio febril ouviram-no dizer: “Mas eu não quero uma irmãzinha” (FREUD, 1986, p. 20).

Com a chegada do novo bebê, percebe que a mãe vai amar também a outra criança e o adoecimento advém do medo de perder o amor da mãe, essa completude mãe-bebê é ameaçada. Contudo, prossegue suas investigações.

Hans tem três anos e nove meses e ao observar o banho da irmã, diz: “o pipi dela ainda é bem pequenininho, quando ela crescer vai ficar bem maior” (FREUD 1986, p. 20).

Nessa época, os pais de Hans permitiam que o menino eventualmente dormisse na cama com eles. Isso “[...] era para Hans, uma fonte de sentimentos eróticos, do mesmo modo que para qualquer outra criança” (FREUD, 1986, p. 25).

Aos quatro anos conta seu primeiro sonho ao pai. Este envolvia a figura de Mariedl, uma moça de quatorze anos ligada à família. Dias depois diz ao pai “quero que Mariedl venha dormir comigo.” Quando lhe foi dito que não podia, pediu para dormir com a menina na casa dela e, quando negado também esse pedido, “Hans, com efeito, pegou suas roupas e se dirigiu para a escada, para ir dormir com Mariedl” (FREUD, 1986, p. 25).

Apesar da pouca idade, Hans tomou uma atitude de um verdadeiro homem frente ao impedimento de sua mãe. Dias depois, passa a esperar todas as tardes uma linda menina de 8 anos que ia ao restaurante com os pais. A mãe nota que o menino ficava inquieto com a ida da menina ao restaurante, então:

Não desejando deixar Hans naquele estado extenuado ao qual fora levado por sua paixão pela menina, providenciei que se conhecessem e convidei a menina para vir vê-lo no jardim depois que ele tivesse terminado sua sesta, à tarde. Hans estava tão excitado com a expectativa da vinda da menina, que pela primeira vez não conseguiu dormir de tarde e ficou se revirando na cama, inquieto. Quando sua mãe perguntou “Por que você não está dormindo? Você está pensando na menina?”, ele disse “Sim”, como uma expressão de felicidade. E quando chegou em casa, vindo do restaurante, disse para todo o mundo de casa: “Sabe, a minha menina vem ver-me hoje” (FREUD, 1986, p. 26).

Em uma manhã dos seus quatro anos e três meses, a mãe de Hans, após dar-lhe o banho diário, seca-o e aplica-lhe talco em volta de seu pênis e toma cuidado para não toca-lo, o menino diz:

Hans: - Por que é que você não põe o seu dedo aí?

Mãe: - Por que isso seria porcaria.

Hans: - Que é isso? Porcaria? Por quê?

Mãe: - Porque não é correto.

Hans rindo disse: - **Mas é muito divertido!** (FREUD, 1986, p. 26) (grifo nosso).

Aos quatro anos e meio, Hans se refere ao órgão sexual de sua irmã dizendo alegremente que ‘seu pipi é bonito.’ “Essa é a primeira vez que ele reconhece a diferença entre os genitais masculinos e femininos em vez de negar sua existência” (FREUD, 1986, p. 28).

No relato dessa experiência fica evidente a posição contrária da psicanálise frente às idéias de que a criança é um ser sacralizado e desprovido de sexualidade como a época vitoriana insistia em divulgar. Muito pelo contrário, o caso do pequeno Hans mostra que a sexualidade está desde sempre fazendo seus efeitos no sujeito humano. Demonstra, também, que a criança interpela o adulto na busca dos prazeres oferecidos por algumas zonas de seu corpo. Os pais de Hans encararam a situação com tranquilidade e impuseram os limites necessários aos impulsos do menino.

O autor também revelou a importância de observar diretamente crianças sem o intermédio dos adultos para abstrair “em primeira mão e em todo o frescor da vida, os impulsos e desejos sexuais que tão laboriosamente desenterramos nos adultos dentre seus próprios escombros” (FREUD 1986, p.16). Encoraja outros colegas a pesquisar sobre a vida sexual das crianças “cuja existência, via de regra, tem sido argutamente desprezada ou deliberadamente negada” (FREUD 1986, p.16).

Seu incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre a o erotismo infantil foi frutífero. Outros psicanalistas prosseguiram as pesquisas com crianças e revelaram que a intervenção analítica precoce, incluindo ou não os pais, poderia ajudar e muito, a remissão de sintomas em crianças pequenas.

1.2 Menino e menina: fases da fantasia

Uma das grandes contribuições da psicanálise para o entendimento do que é o infantil, está no fato de considerar que a diferença de anatomia entre os sexos é fundamental para a primeira etapa da constituição psíquica do bebê humano. Apesar de ir se afastando gradativamente das questões biológicas e incluindo a dimensão da linguagem para a explicação dos sintomas humanos, no primeiro momento da estruturação psíquica, o que a criança vai fazer com a questão anatômica, dito de outro modo, que posicionamentos irá tomar a partir da descoberta dessa diferença, é essencial.

Ao contrário do movimento incipiente de liberação das mulheres, Freud coloca que “não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões pelas negociações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor” (FREUD, 1986 [1925] p. 286).

Esta foi uma das falas freudianas que fez com que o movimento feminista passasse a considerá-lo machista e a discordar de suas idéias. Entretanto, no mesmo texto, o autor demonstra uma posição imparcial do ponto de vista ideológico, reforçando sua posição de cientista e investigador dizendo:

[...] concordamos de boa vontade que a maioria dos homens está muito aquém do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em resultado de sua posição bissexual e da herança cruzada, combinam entre si características tanto masculinas quanto femininas de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdos incertos (FREUD, 1986, p. 286).

Freud, por meio de sua escuta clínica, observou que a menina, quando descobre que seus órgãos genitais são insatisfatórios, ou seja, que ela não tem pênis, começa a demonstrar ciúmes de outras crianças porque passa a crer que sua mãe gosta mais dessa outra criança do que dela. “A criança preferida pela mãe se torna o primeiro objeto da **fantasia de espancamento** [...] Depois transforma o pai em seu objeto de amor e a mãe torna-se objeto de seu ciúme. A menina transforma-se em uma pequena mulher” (FREUD, 1986 [1925] p. 286) (grifo nosso). Essa fantasia ocorre no período entre 3 e 5 anos de idade.

O autor se intrigou com a frequência com que as pessoas que procuravam um tratamento analítico relatavam lembranças de espancamento na infância. Sua surpresa advinha

do fato de que aqueles que descreviam tais cenas não haviam sido educados com atitudes violentas. Assim, prosseguiu com suas investigações.

Descobriu que a fantasia é formada por três fases, tanto para o menino quando para a menina. Contudo, para sua surpresa, não há uma analogia completa entre elas. Percebeu que a forma com que as fases da fantasia apareciam no processo de rememoração de pacientes mulheres e homens eram diferentes.

Para a menina, na primeira fase, lembra-se de uma cena de espancamento em que a criança é conhecida, um irmão, irmã ou coleguinha, e a identidade do espancador é obscura. Logo a seguir reconhece o pai como aquele que bate na criança. Na segunda fase, a pessoa que bate continua sendo o pai, mas a criança que apanha torna-se aquela que produz a fantasia. “Estou sendo espancada pelo meu pai” (FREUD, 1986 [1919] p.201). Freud ressalta que essa segunda fase é inconsciente e resultado de uma construção em análise e que provavelmente não aconteceu na realidade. Na terceira e última fase, a pessoa que espanca volta a se tornar desconhecida, “às vezes o pai é substituído por um professor [...] e a criança que relata volta a assistir a cena” (FREUD, 1986 p. 201). Essa cena retrata invariavelmente imagens de meninos desconhecidos que estão sendo espancados.

Quanto à menina fantasiar meninos sendo espancados, isso se deve a uma certa raiva do pai por tê-la separado de sua mãe e se identifica com a figura masculina. Assim, as meninas deixam de lado sua feminilidade querendo ser meninos, por isso fantasiam que eles estão apanhando.

A provável função da fantasia da primeira fase (consciente) é a de gratificar o ciúme e o egoísmo da criança: ‘papai só ama a mim e não a outra criança’, pois está batendo nela. Contém, assim, certa dose de sadismo. Logo depois, surge uma fantasia de conteúdos masoquistas (inconsciente) provocados pelo sentimento de culpa – ‘não, ele não ama você porque está batendo em você’ – ainda com a função de realizar o amor incestuoso, pois podemos pensar que ato de ‘bater’ substitui a relação genital. Na última fase (consciente), já sob o efeito do componente repressivo, a fantasia (re) encobre a segunda lembrança, obscurecendo a identidade dos personagens.

No caso dos meninos, a primeira fase é rememorada com a mãe espancando uma criança qualquer. Na segunda fase, o menino que produz a fantasia passa a ser a criança espancada pela mãe, porém esse fato é lembrado conscientemente pelo menino. Na terceira fase, a figura do menino se mantém como sofrendo espancamento, “embora logo tenha substituído a própria mãe pela mãe dos colegas ou outras mulheres” (FREUD, 1986, p. 205). Na lembrança dos meninos, o que está recalcado é um estágio anterior ao da primeira cena

que se constitui no seguinte: ‘Estou sendo espancado pelo meu pai.’ Na menina essa lembrança corresponde ao segundo estágio.

Então, no menino, a fantasia de estar sendo espancado pela mãe toma o lugar da terceira fase da menina quando ‘meninos estranhos estão sendo surrados.’ O que permanece inconsciente e só é lembrado num processo de análise é o espancamento pelo pai que simboliza ‘sou amado pelo meu pai.’

A fantasia de espancamento do menino deriva de uma atitude passiva em relação ao pai, tal como na menina. Ele modifica a figura do sexo de quem bate, colocando a mãe no lugar do pai e mantém sua própria figura. A pessoa que está batendo e a que está apanhando são de sexos opostos. O que é recalcado é sua homossexualidade. Assim, sente-se como uma mulher em suas fantasias conscientes e “dota as mulheres que o espancam de atributos e características masculinas” (FREUD, 1986 p. 214).

Para a psicanálise, a consequência psíquica da diferença anatômica entre os sexos é a determinação da construção da feminilidade, em que a castração foi executada, e masculinidade, em que a castração foi apenas ameaçada, levando em consideração a singularidade de cada sujeito no atravessamento dessa fase da vida psíquica. Mesmo assim, “em ambos os sexos, a fantasia masoquista de ser espancado pelo pai, ainda que não a fantasia de ser amado por ele, continua a viver no inconsciente depois que ocorreu a repressão” (FREUD, 1986, p. 214).

O autor ainda ressalta a importância da segunda fase da fantasia nas meninas que, mesmo inconscientes, podem interferir diretamente no cotidiano de suas vidas, pois,

[...] pessoas que abrigam fantasias dessa espécie desenvolvem uma sensibilidade e uma irritabilidade especial contra quem quer que possam incluir na categoria de ‘pai.’ São facilmente ofendidas por uma pessoa assim e, desse modo (para sua própria tristeza), efetuam a realização da situação imaginada de serem espancadas pelo pai (FREUD, 1986, p. 210).

Prates Silva nos esclarece que a sexualidade infantil “deve nos remeter necessariamente à lógica da construção da fantasia. Dessa forma, Freud substitui a compreensão da sexualidade infantil a partir de uma visão desenvolvimentista ou educacional por outra que enfatiza a fantasia” (PRATES SILVA, 2006, p. 56).

Para a psicanálise, a angústia da castração faz com que o sujeito se defenda, se inicie na linguagem e construa suas primeiras hipóteses infantis. Porém, o que constrói fica no

âmbito do conhecimento, pois é um desdobramento fantasioso do desejo incestuoso. Assim, nenhum saber transmitido aplacará a solidão e a certeza de sua concepção: só há um sexo e a mãe não é castrada. “Esta luta irreal, esta mentira de todos os dias irriga o verde paraíso da infância” (POMMIER, 1998, p. 30).

Logo, a amnésia infantil apagará da consciência as angústias advindas do fracasso das teorias sexuais infantis. Este é o fim da fase de latência, dando lugar à neurose infantil adulta.

1.3 Annafreudismo, Kleinismo e os independentes

Anna Freud nasceu em Viena, em 1895. Foi a sexta e última filha de Sigmund e Martha Freud. Tornou-se professora primária e seu primeiro contato com o movimento psicanalítico ocorreu em 1913 por meio de Ernest Jones, em uma viagem a Londres. Interessou-se pelo campo da psicanálise com crianças a partir dos incentivos por parte de Freud aos colegas para desenvolverem pesquisas nessa área.

Em 1922, apresentou seu primeiro trabalho à Wiener Psychoanalytische Vereinigung (WPV): ‘Fantasias e devaneios diurnos de uma criança espancada’, e em 1927 publica sua principal obra: ‘O tratamento psicanalítico das crianças.’

Suas concepções seguiam o caminho do pai que, após a análise do pequeno Hans, considerava que a criança era frágil demais para ser submetida ao verdadeiro processo de análise. Defendia o princípio de tratamento sob a responsabilidade da família e dos parentes, e a tutela das instituições educativas.

Segundo ela, na criança, havia uma “falta de maturidade do supereu. Nesse campo, a abordagem analítica deveria ser integrada à ação educativa” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 259).

Em 1926, afirma que “as crianças não se mostram inclinadas a exercitar a associação livre e, assim sendo, nos obrigam a procurar um substitutivo deste instrumento” (ANNA FREUD, *apud*. SILVA, 2006 p. 82). Segundo a autora, por serem seres imaturos e dependentes, não são capazes de contar a própria história, por isso o analista deve buscar as informações com os pais. Assim, lidava com os pais da realidade, como fez Freud na análise do pequeno Hans.

Sua vocação para educadora fez com que abrisse uma escola especial, que depois passou a ser freqüentada por crianças, filhos de pais simpatizantes à psicanálise e, em 1937, fundou um pensionato para crianças pobres ‘Jacson Nursey’, inspirado no abrigo de Maria

Montessori. Criou o ‘Kindersoeminar’, seminário de crianças que formava terapeutas capazes de aplicar os princípios da psicanálise à educação, fomentando a invenção de uma pedagogia psicanalítica. Dessa forma, o analista deveria exercer o duplo papel de analisar e educar.

Segundo Roudinesco, a ausência de teorização sobre os laços do filho com a mãe era o ponto fraco da doutrina annafreudiana. “Aos olhos de Anna, só contava a relação com o pai. Daí a prioridade dada à pedagogia do eu, em detrimento da exploração inconsciente” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 259). Entretanto, seu pensamento foi bem aceito nos Estados Unidos, principalmente pela importância que dava aos mecanismos de defesa, o que marcou o surgimento do ‘annafreudismo.’ Ana Freud faleceu em Londres em 1982.

Melanie Klein, nascida em Viena em 1882, filha de pai judeu polonês, foi primeiramente analisada por Ferenczi e posteriormente por Karl Abraham. Relata a presença de uma mãe bastante tirana que, na juventude, foi marcada por uma série de lutos: morte de dois irmãos e desaparecimento do pai doente, quando tinha 18 anos. A psicanalista contribuiu ao alavancar as pesquisas psicanalíticas com crianças, contrapondo-se às teorias de Anna Freud.

Em 1919, Klein entrou para a Sociedade de Psicanálise de Budapeste, após se encantar com a apresentação de Freud no V Congresso Internacional Psychoanalytical Association (IPA), que aconteceu nesta cidade, considerada por ele como “o centro do movimento psicanalítico da época” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 431).

Na apresentação do seu trabalho, intitulado “Linhas de progresso da terapêutica analítica”, Freud resume o que consiste o método psicanalítico. Aponta para a importância de sua disseminação entre as classes mais pobres e constata que há poucos psicanalistas para atender a tantos espalhados pelo mundo que precisam de ajuda. Diz:

Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. Comparada à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo [...] (FREUD, 1986 [1919] p. 180).

Assim, Klein passou a dedicar-se ao progresso dessa ciência e em abril de 1924 apresenta suas idéias no VIII congresso da IPA em Salzburgo, com o apoio de Ernest Jones e seu analista Karl Abraham. Em dezembro do mesmo ano, a psicanalista vai a Viena para falar sobre seu trabalho na Winer Psychoanalytische Vereinigung (WPV) e confronta-se com Anna

Freud. “O debate estava então aberto, e trataria do que *devia* ser a psicanálise de crianças: uma forma nova e aperfeiçoada de pedagogia (posição definida por Anna Freud) ou a oportunidade de uma exploração psicanalítica do funcionamento psíquico desde o nascimento (como queria Melanie Klein)?” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 432).

Em 1926, Klein estabeleceu-se em Londres e, apoiada por Jones, tenta, sem êxito o apoio de Freud. Assim, desenvolve a escola inglesa de psicanálise em contraposição com a escola vienense.

Defendia que a análise poderia ser aplicada a qualquer criança, enquanto Anna acreditava que essa só era possível quando a neurose da criança se manifestasse com o mal-estar parental.

Klein valoriza a relação da criança com a mãe e modifica a teoria freudiana freudiana sobre “o lugar do pai, sobre o complexo de Édipo e sobre a gênese da neurose e da sexualidade numa elucidação da relação arcaica com a mãe, numa evidenciação do ódio primitivo (inveja) próprio da relação de objeto” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 434).

A psicanalista acreditava ainda que a transferência na análise de crianças só era possível quando separada da sua vida familiar, com o mínimo de contato do analista com seus pais. Diz: “constitui sempre parte da minha técnica não exercer influência educativa ou moral, mas unicamente o procedimento psicanalítico, o qual, sucintamente, consiste em compreender a mente do paciente e em comunicar-lhe o que se passa nela” (KLEIN, apud PRATES SILVA, 2006 p. 88).

Inovou o campo criando a técnica com brinquedos, atribuindo-lhe importância fundamental no tratamento de crianças. Para a autora, o deslocamento das brincadeiras infantis no processo de análise corresponderia à associação livre que o adulto expressa verbalmente.

Klein incluiu também no campo da psicanálise o tratamento das psicoses. No atendimento de Dick, uma criança autista de quatro anos, percebeu que ele apresentava sintomas jamais encontrados: “não expressava nenhuma emoção, nenhum apego, e não se interessava pelos brinquedos. [...] A história desse caso se tornaria célebre” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 433). Essa análise atravessou toda a adolescência do menino que conseguiu redimir muitos de seus sintomas.

Devido a sua constituição como um sistema próprio de pensamento, a criação de novos conceitos, efetivação de uma prática original em análise e uma formação didática diferente do freudismo clássico, a teoria de Klein provocou uma ruptura da Brytish Psychoanalytical Society (BPS) em três tendências, somente oficializada em 1946:

Annafreudismo, Kleinismo e os independentes. Essa última contou com a colaboração de Donald Woods Winnicott. A psicanalista faleceu em Londres em 1970.

Winnicott nasceu em Plymouth, em abril de 1896, terceiro filho, e único menino do Sr. Frederick Winnicott, rico comerciante e político da cidade. Formou-se em pediatria e fundou a psicanálise de crianças na Grã-Bretanha antes da chegada de Melanie Klein em Londres. Não se posicionou nem a favor do annafreudismo, nem do kleinismo. Auxiliou Jones no acolhimento de Klein logo que ela chegou à Inglaterra e sempre expressou grande admiração pela psicanalista, que foi sua supervisora e analista de sua segunda esposa, porém não cedeu a nenhuma das suas exigências. Assim, mantendo-se independente das brigas e cisões ocasionadas pela diferença de posição das colegas, elaborou uma teoria original sobre a relação de objeto, do self (si) e do brincar.

Segundo o autor, era o bom funcionamento do laço entre a mãe que permitiria à criança organizar seu eu de maneira sadia e estável, estando atribuída à psicose o fracasso dessa relação. O ambiente que circunda a criança é fundamental para sua estruturação psíquica. Construiu conceitos e desenvolveu técnicas como o da mãe devotada comum, a mãe suficientemente boa, o jogo da espátula ou do rabisco, o falso (self) e o verdadeiro e o objeto transicional.

O conceito de objeto transicional despertou interesse na comunidade analítica em geral, inclusive em Lacan. Continha a idéia de que, no psiquismo humano, havia uma área intermediária entre a realidade interna e a externa, ocupada por imagens que tendem a se expandir por todo o campo cultural, e está associado à idéia de mãe suficientemente boa que, segundo o autor, inicia se adaptando a quase todas as necessidades do bebê, e com o passar do tempo e o desenvolvimento do bebê, “adapta-se cada vez menos, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade de o bebê lidar com o fracasso dela” (WINNICOTT, *apud* PRATES SILVA, 2006 p. 93).

Segundo Silva (2006), “Winnicott fez questão de diferenciar o ‘objeto transicional’ do ‘objeto interno’ kleiniano, já que o primeiro supõe o contrário do segundo, a idéia de uma indistinção entre interno e externo” (p. 92).

Acreditava que a criança poderia ser atendida pelos próprios pais quando esses tivessem condições emocionais de sustentar o tratamento, porém quando tratada pelo psicanalista, deveria ser deixada livre entre os brinquedos, e o ato de brincar poderia ser considerado como associação livre, concordando assim com a tese kleiniana. Contudo, o brincar, para o pediatra deveria ser incentivado sempre, pois demonstrava a capacidade criativa de todo ser humano em qualquer idade.

O psicanalista carregava, ainda, uma ausência de ortodoxia aos preceitos da BPS, não respeitando, por exemplo, o tempo de sessão de uma hora. Em determinado momento, chegou a denunciar a hipocrisia das duas chefes da escola inglesa em carta escrita em 1954:

[...] é de importância vital para a sociedade [a BPS], que ambas destruíam seus grupos em seu aspecto oficial [...] Não tenho razões para pensar que viverei mais tempo que as srs., mas ter de lidar com agrupamentos rígidos, que com a sua morte se tornariam automaticamente instituições de Estado, é uma perspectiva que me apavora (WINNICOTT, *apud* ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 785).

Segundo Roudinesco, Winnicott foi transgressor em sua prática, rigoroso em sua doutrina e sempre apoiou os rebeldes e os dissidentes. Na ocasião de sua morte em 1971, Pontallis escreveu na revista ‘L’Arc e a Nouvelle Revue de Psychanalyse’, a qual lhe prestou homenagem: “Talvez não haja nenhum seguidor. E é melhor assim. Com mestres, a psicanálise pode sobreviver durante algum tempo. Sem juízes nem mestres, ela tem a possibilidade de viver indefinidamente” (PONTALIS, *apud* ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 785).

1.4 A escola francesa

Dolto e Mannoni são duas das representantes da psicanálise inspirada na teoria lacaniana. Influenciadas pela teoria da primazia do significante de Lacan, ambas priorizavam os desenhos e a fala da criança e não tanto a utilização de brinquedos. A diferença da escola inglesa está na inclusão dos pais no tratamento de forma bastante ativa.

Françoise Dolto considerava que a criança é sujeita de si mesma desde a mais tenra idade. Ao fazer isso, ela as retirava do status social de *infantes*, etimologicamente os que não têm direito à palavra. Descobriu que uma palavra dirigida a um recém-nascido que ainda não fala pode ter efeitos terapêuticos. Foi por isso que sempre sugeriu aos pais que falassem com a criança de tudo o que lhes dissesse respeito, ‘falar a verdade’, desde o seu nascimento. Porque o pior para um ser humano é o que fica privado de sentido: o que não passou pela linguagem.

Acreditava que as crianças são tomadas pelo discurso dos pais e respondem sintomaticamente por esses discursos. Assim, para a autora o trabalho do analista deve

caminhar “no sentido de falar com as crianças – ainda que bem pequenas – sobre os aspectos que normalmente ficam na ordem do ‘não-dito’ para que elas possam ter acesso à possibilidade de simbolizar os capítulos censurados da história familiar” (PRATES SILVA, 2006, p. 100).

Talvez devido a sua formação em pediatria se dedicou a trabalhos profiláticos em programas de rádio na década de 1970, em Paris, os quais respondia dúvidas dos pais em relação ao relacionamento com seus filhos.

Em sua obra descreve o desenvolvimento da criança como uma série de "castrações": umbilical com o nascimento, oral com o desmame, anal quando começa a andar e aprender a usar o banheiro. A cada vez, a criança deve separar-se de um mundo para se abrir a um mundo novo. Cada uma dessas castrações é uma espécie de provação da qual a criança sai mais crescida e humanizada. A responsabilidade dos pais é ajudá-la a superá-las com sucesso.

Dolto era a favor do diálogo, sempre, não somente entre os membros da família, mas também com as instâncias jurídicas quando os pais estavam em litígio. Possui uma opinião curiosa sobre o relacionamento das crianças com os juizes da vara de infância. Diz: “A partir dos oito anos, toda criança deveria poder comunicar-se com o juiz todas as vezes que o desejasse. [...] O nome do juiz de menores deveria ser afixado em todas as escolas” (DOLTO, 1991, p. 130).

Maud Mannoni, interlocutora de Dolto e Lacan, também priorizava a palavra ao brinqueado na análise de crianças e incluía a família no tratamento. Considera que o jogo da criança deveria ser tomado como um texto a ser decifrado. Trabalhou com crianças autistas, psicóticas e portadoras de lesões orgânicas. Discutiu a relevância do diagnóstico orgânico da doença já que o que importa para a constituição do sujeito é o lugar que ele ocupa no desejo e na fantasia dos pais.

Ressalta o papel fundamental do discurso parental, reservando-lhe um espaço de destaque no tratamento da criança. Diz: “A criança que nos é trazida não está só, já que ocupa um lugar determinado no fantasma de cada um dos pais. É necessário, de início, contar com os pais e com a resistência deles e nossa [...]” (MANONI, 1999, p.73).

Se tomarmos o pensamento de Dolto e Mannoni, vemos a relevância de suas teorias, pois procuram captar o lugar da criança no contexto fantasmático familiar. Assim suas intervenções caminham na direção não só de responsabilizar os pais frente ao sintoma da criança, mas também de implicar a criança no sintoma que produz. Assim o analista se torna um facilitador para que toda a família aproprie-se desse sintoma e, a partir dessa apropriação,

pais e criança juntos buscam as possibilidades de sua dissolução por meio da escuta do analista.

Capítulo 2

DO CÓDIGO DE MENORES¹ AO ESTATUTO

Como os pais se colocam frente aos filhos? E como os filhos se colocam frente aos pais? É a questão mais difícil e central, segundo Pierre Legendre (1992), que todos os sistemas institucionais do planeta devem resolver historicamente, política e juridicamente, pois é aí que o princípio da vida está ancorado. Ou seja: como ordenar o poder genealógico? Qual a relação entre o Direito e a vida? (BRANDÃO, 2004, p. 21).

No presente capítulo, trataremos dos motivos que levaram a sociedade a se preocupar em construir leis específicas para a infância e a adolescência. Contextualizaremos o momento em que os direitos fundamentais da criança e do adolescente foram recepcionados pelo texto constitucional e, em seguida, na legislação ordinária. Destacaremos o período entre a instauração dos Tribunais de Menores, regidos pelo Código de Menores, e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir do momento em que a nossa sociedade começa a distinguir a criança do adulto, o que ocorreu no final do século XVII e no início do século XVIII, a categoria infância começa a ser identificada pelo tecido social. Surgem as escolas, lugar onde essa parte do tecido social deveria estar a maior parte do tempo. Segundo Machado, em meados do século XX, o pós-guerra:

[...] gerou uma imensa massa de crianças e adolescentes que não tinham acesso à nova instituição escola. Este grupo de criança não-escola, em sua grande maioria inserida muito precocemente no mercado de trabalho em condições subumanas de exploração, viveu por séculos em completa marginalização, em situação de fome, de elevadíssimas taxas de mortalidade, em suma, de profunda miséria (MACHADO, 2003, p. 29).

¹ A terminologia menor, ainda está sendo empregada pelo próprio processo histórico, mas já é uma questão superada no segmento criança e adolescente, mesmo que alguns espaços ainda utilizem esta terminologia.

O cenário de exclusão social levou ao aumento da criminalidade infanto-juvenil, cometida por aqueles provenientes de classes sociais mais pobres. Na Europa, esse fato passou a incomodar toda a sociedade. A preocupação com o suposto¹ aumento da criminalidade infanto-juvenil fez com que toda infância proveniente de classes sociais menos abastadas fosse considerada delinqüente.

E assim historicamente se construiu a categoria criança não-escola, não-família, criança desviante, criança em situação irregular, enfim, carente/delinqüente, que passa a receber um mesmo tratamento – e a se distinguir de nossos filhos, que sempre foram vistos simplesmente como crianças e jovens – compondo uma nova categoria, os menores (MACHADO, 2003, p. 33).

É com fundamento nesses pressupostos filosóficos e sociológicos de infância carente/delinqüente que a sociedade vai construir as leis específicas para a infância. Essa concepção sobre o menor, que já porta a marca da exclusão, vai subsidiar o que virá a ser chamado de Direito especial, encampado no Código Civil dos diversos países.

Foi nos Estados Unidos que o Direito do menor teve sua origem. De acordo com a tradição jurídica desse país, essa nova modalidade do Direito teve como objetivo os aspectos operacionais, e não uma preocupação com a consolidação das linhas e princípios de atuação dessa nova área. Assim, a ação principal foi de criar os Tribunais de Menores. O primeiro foi implantado na cidade de Illinois, em 1899.

Em junho de 1911, foi realizado, em Paris, o primeiro Congresso Internacional de Menores, o qual estimulou a criação dos juízos de menores por toda a Europa e América Latina.

Influenciados pela experiência americana, outros países aderiram à concepção, criando seus próprios juízos especiais: Inglaterra em 1905, Alemanha em 1908, Portugal e Hungria em 1911, França em 1912, Argentina em 1921, Japão em 1922, Brasil em 1923, Espanha em 1924, México em 1927 e Chile em 1928 (MACHADO, 2003, p. 34).

¹ A autora ressalta a palavra “suposto”, porque os autores não apresentam estatísticas anteriores nem dados comparativos confiáveis com a criminalidade dos adultos, que possam autorizar a certeza de que a criminalidade juvenil estava crescendo de maneira diversa da criminalidade em geral (MACHADO, 2003, p. 31, nota de rodapé 12).

O primeiro tribunal de menores brasileiro foi inaugurado em 24 de dezembro de 1923, no município do Rio de Janeiro, que na época era a capital da República, seguido de São Paulo, que o implantou em dezembro do ano seguinte. Segundo Mendes (2003) essas “instâncias jurídicas tinham como função salvaguardar crianças desassistidas socialmente às exigências da defesa social, criando-se assim um controle social da infância marginalizada socialmente” (*apud* MACHADO 2003, p. 35).

De acordo com Porto (1999), até o século passado o mesmo sistema penal era aplicado a adultos e crianças, no máximo prescrevia-se uma pena menor em um terço. Mesmo com os tribunais de menores funcionando, o Código de Menores brasileiro foi sancionado somente em 1979 (Lei federal nº 6.697/1979), e o papel do juiz de menores era como o de um bom pai de família, que deve decidir levando em conta o princípio da livre convicção. Até então, havia um sistema social e penal de controle da infância socialmente desassistida “como meio de defesa social em face da criminalidade juvenil, que somente se revelou possível em razão da identificação jurídica e ideológica entre infância carente e infância delinqüente” (MACHADO, 2003, p. 42).

Machado compartilha da idéia de que o Código de Menores teve sua base na doutrina da situação irregular, ou seja, somente aqueles sem assistência social, sem família ou de origem pobre seriam abarcados por esse sistema.

2.1 Da premissa da situação irregular ao artigo 227

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL [1988] 1994).

“Situação irregular foi o termo encontrado para as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade saudável em que se pensava viver” (PORTO, 1999, p. 78). Nessa situação estavam os miseráveis, abandonados, aqueles que sofriam maus-tratos e também os infratores.

Para que o menor fosse preso, não era necessário que cometesse algum ato ilegal. O Código de Menores dava poderes ao juiz de menores para internar, por um período sempre superior a dois anos, todos aqueles que se enquadrassem na chamada situação irregular, sob a justificativa de que esta era uma medida de proteção àquele menor. O menor não era julgado por seu ato, o que se levava em consideração era se esse menor se enquadrava ou não na situação irregular.

Foi assim que surgiu a famosa Fundação do Bem-estar do Menor (Febem), lugar em que os menores infratores eram misturados com os que estavam em situação irregular. Aqueles que completavam 18 anos, e o juiz julgasse que deveriam continuar internados, eram recambiados para uma entidade correcional de adultos e não tinham o direito de defesa.

Não é necessário dizer aqui, os reflexos da aplicação do Código de menores na vida de nossas crianças e adolescentes. A situação em que muitas se encontravam, sobretudo as privadas de liberdade; as constantes violações de direitos por parte de órgãos do próprio Estado, como a polícia; a visão estreita, preconceituosa, discriminadora, que a sociedade possuía dos *menores*, foi fruto, em grande parte, dos erros cometidos na elaboração do Código (PORTO, 1999, p. 82).

A criança em situação regular era aquela criada no seio família, que podia ou não freqüentar escola e que tinha suas necessidades básicas de saúde, educação e moradia supridas por seus responsáveis. Não importava a qualidade das relações familiares e se os adultos que exerciam a função paterna ou materna se excediam ao aplicar castigos ou até mesmo se cometiam abuso sexual a suas crianças. As atitudes de um pai, padrasto ou responsável não eram questionadas, pelo menos de maneira explícita. Um pai tinha o poder absoluto sobre a educação dos filhos. Basta ouvirmos as histórias contadas por nossos pais, tios ou avós. Vejamos um pequeno depoimento de uma senhora de 69 anos, nascida no interior do Rio de Janeiro, no ano de 1936:

Quando escutávamos o barulho do carro de meu pai, todos os filhos, já de banho tomado e arrumados, corriam e sentavam-se no banco da varanda. Assim que ele chegava, olhava nos olhos de cada um e por último da minha mãe. Era um momento de expectativa para nós, pois se ele achasse que algo estava errado, tirava a cinta da cintura e ali mesmo aplicava o castigo, surras e xingamento, e todos tinham de assistir sem poder ajudar.

Este era um ritual que terminou só quando meu pai faleceu... Eu ia fazer sete anos².

A época a que se refere esse relato é por volta do ano de 1942, dezenove anos depois da implantação dos tribunais de menores. Essa senhora nos diz que não havia como interferir em uma situação de maus-tratos quando diz: “e todos tinham de assistir sem poder ajudar.” Isso demonstra que os tribunais não intervinham no âmbito das relações familiares.

Outro movimento internacional que pautava o tema da infância e juventude ocorreu em 1924, quando uma declaração foi adotada pela Liga das Nações, antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo texto serviu de base para a Declaração Universal dos Direitos da Criança³, em 1959. Esses movimentos fizeram com que a proteção a seus direitos começasse a ganhar força.

Logo se desvelou um processo de mudança de paradigma em relação ao lugar da criança na nossa cultura, não somente no interior do sistema de justiça, mas também em toda a sociedade. Ela já não era considerada como adulto em miniatura, mas como ser humano completo em situação peculiar de desenvolvimento no plano sócio-jurídico, portanto, como cidadão.

Mesmo após a Declaração Universal dos Direitos da Criança, levou um tempo para que comesçassem a ocorrer mudanças efetivas propostas por parte do sistema de justiça. O próprio Código de Menores, criado 20 anos depois da promulgação da Declaração, ainda não abarcava as mudanças apontadas pela nova maneira de encarar a infância e a adolescência. Contudo, o processo de adaptação da sociedade ao novo modelo proposto pela assembléia da ONU, da qual o Brasil foi e ainda é signatário, não havia sido encerrado, pelo contrário, estava apenas começando.

A sociedade foi percebendo, cada vez mais, que as leis vigentes e os pressupostos que as embasavam não eram suficientes para responder por toda complexidade de demandas oriundas desse mais novo tecido social chamado infância e juventude.

Em contraposição à concepção do direito do menor, nasceu o paradigma da proteção integral, que parte do pressuposto de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito em relação a todas as instâncias da sociedade: família, escola, Estado e justiça.

² Depoimento da avó de uma criança atendida em um Centro de Referência para atendimento a vítimas de violência sexual na cidade de São Paulo.

³ Em 1948, a ONU havia sancionado a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Setores da sociedade brasileira que compartilhavam dessa idéia movimentaram-se para alinhar o sistema de justiça brasileiro à nova concepção da criança como sujeito de direitos.

Esse movimento tomou grande força, protagonizando uma das primeiras histórias, no cenário brasileiro, sobre a participação da sociedade civil na construção do Estado Democrático de Direito, no campo legislativo, quando foi entregue à Assembléia Constituinte um manifesto em favor da redação do artigo 227 da Constituição Federal com cerca de cinco milhões de assinaturas (COSTA, 2004, p. 11).

2.2 Da convenção da ONU ao Estatuto

Em 20 de novembro de 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas reuniu-se em Genebra e subscreveu a Convenção sobre o Direito da Criança⁴. Os países signatários se comprometeram a ajustar seu sistema de justiça aos preceitos da Convenção. Assumiram a responsabilidade de garantir os direitos das crianças e de vigiar para que isso fosse cumprido.

A sociedade solicitava um salto no entendimento das questões da criança e do adolescente⁵ em relação à legislação vigente, visto que todos os estudos apontavam para a criança como sujeitos em momento peculiar de vida, “pois estão em processo de desenvolvimento físico e mental e a qualidade dessa formação dependerá do futuro do país” (PORTO, 1999, p. 28).

Depois de assumido o compromisso internacionalmente, o Brasil, que vivenciava a renovação de seu Estado democrático, empenhou-se, por meio do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) para que a Convenção fosse transformada em lei. Como já mencionamos, foram mais de cinco milhões de assinaturas reivindicando a redação pelo senado e aprovação pela câmara do artigo 227 da Constituição Federal.

Assim, no clima de um país que aproveitava para modernizar seu sistema de justiça com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e no calor dos movimentos populares que reestruturavam os espaços democráticos da nação, em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴ O artigo 1º da Convenção reza: “Art. 1º. Entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade.”

⁵ O artigo 2º do ECA reza: “Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.”

Após esse fato, houve uma intensa mobilização nacional para responder às mudanças ocorridas na legislação sobre a infância no país. “No rastro da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob intensa mobilização social e política, visando o conhecimento e implementação dos direitos postos, surgem os Centros de Defesa” (PAVAN, 2003, p. 327)⁶. Acompanhados de vários movimentos da sociedade civil em defesa da criança, muitos desses movimentos se transformaram em ONGs⁷. Assim, foi implantado, no Brasil, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes em consonância com o Estatuto.

Segundo Porto, com a nova legislação vigente, o poder sobre a criança pode ser usado somente em sua defesa, considerando o pátrio poder como um poder-dever, e acrescenta:

[...] aos pais é atribuída uma carga de obrigações que deverão realizar em benefício dos filhos, só podendo usar seu poder para a realização de tais deveres. Um exemplo: o poder de fazer o filho obedecer só pode ser utilizado para educá-lo e protegê-lo, nos limites que permitam não se enxergar abuso ou constrangimento desnecessário (PORTO, 1999, p. 27).

Podemos dizer que houve uma mudança de paradigma no sistema de justiça sobre a concepção da infância e juventude. Foi uma mudança radical no entendimento do que é uma criança ou adolescente para a sociedade. A criança passou a ocupar um lugar de sujeito de direito.

A seguir apresentamos como a justiça se estruturou para atender às demandas da infância e juventude brasileira.

2.3 A estrutura do Estatuto: implicações ao psicólogo

O ECA é composto por 267 artigos e dividido em duas grandes partes, Livro I, composto por 85 artigos que dão um panorama geral da lei, e Livro II, composto por 182 artigos que vão detalhar melhor os artigos da primeira parte.

Logo nas Disposições Preliminares, o Estatuto delimita a idade cronológica em que esta lei será aplicada. Criança com até 12 anos incompletos e adolescentes com até 18 anos de

Diferente da Convenção de Genebra e do sistema de justiça de outros países que consideram criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade.

⁶ Rui Pavan, chefe de escritório da United Nations children's fund (Unicef) na Bahia e Sergipe.

⁷ Organizações Não Governamentais.

idade, diferentemente da convenção da ONU que considera criança todos os menores de 18 anos. Essa diferença na categorização da idade da criança demonstra que a lei brasileira contempla a existência da adolescência no corpo de seu texto.

Na parte que desenha a filosofia geral do Estatuto, destacaremos o artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (PMSB, 2003, p. 28)⁸.

O ECA considera seis os direitos fundamentais, ou seja, condições a serem garantidas a todas as crianças e adolescentes brasileiros. São eles: o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Enquadra como violação dos direitos fundamentais os maus-tratos: “Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão *obrigatoriamente* comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (PMSBC, 2003, p. 26) (grifo nosso).

A obrigatoriedade da notificação é motivo de muitos conflitos para os psicólogos que escutam crianças e adolescentes em situação de violência. Esse assunto desperta muitas dúvidas nos psicólogos que trabalham na área: “A gente tem que esperar o momento certo de denunciar, acho que é uma visão de saúde mental, o Direito não entende.” (André – vide anexo).

O texto ressalta que toda comunidade é responsável pela proteção, “Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.” Envolve especialmente os profissionais da área de educação na prevenção aos maus tratos na infância. “Art. 56. Os dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos;” Adiante prevê a responsabilização daqueles que se omitirem: “Art. 73. A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta lei” (PMSBC, 2003, p. 37-40-41). Há previsão de penalidade para o crime da omissão por parte dos profissionais, ela é tratada como uma infração administrativa:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável pelo estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou

adolescente: Pena - multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (PMSBC, 2003, p. 89-90).

Logo, o psicólogo também está obrigado a efetuar notificação ao Conselho Tutelar, caso saiba de alguma criança com a suspeita de estar em situação de violência.

No que se refere à política de atendimento, essa é melhor detalhada no Livro II: “Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” E continua no inciso III do artigo 87: “[...] III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos exploração, abuso, crueldade e opressão” (PMSBC, 2003, p. 43).

Quanto às medidas aplicadas aos pais ou responsáveis, quando enquadrados nos casos de maus tratos, o inciso III do artigo 129 reza: “[...] I - encaminhamento para programa oficial ou comunitário de promoção à família; [...] III - encaminhamento para tratamento psicológico ou psiquiátrico;” e, ainda menciona: “Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum” (PMSBC, 2003, p. 58-59).

Ambos os artigos citados, 129 e 130, são essenciais para nossa pesquisa, pois há pais que são obrigados a freqüentar os programas de atendimento como medida de proteção à criança aplicada pelo Conselho ou juiz da infância e juventude. Às vezes, o juiz ou conselheiro pedem relatórios ao psicólogo, demandando sobre sua opinião em casos de suspeita de maus-tratos. Com os laudos ou pareceres, o juiz pode, de acordo com seu entendimento, promover o afastamento do agressor do lar.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico (BRASIL. Lei nº 8.069,1990).

⁸ Embora tenha sido mencionado no parágrafo o Estatuto, a fonte de pesquisa foi a publicação feita pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) em parceria com a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo (PMSB).

Fica claro que nosso sujeito será convocado pela instância jurídica para confirmar a suspeita de maus-tratos sofridos pela criança ou adolescente. O seu posicionamento, fundado em laudos e relatórios, pode ser decisivo para o afastamento ou não do suposto agressor.

A lei fala também sobre a elaboração, a implantação, a implementação e o financiamento das políticas de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Segue o preceito da descentralização, o que dá aos Estados e Municípios poderes de dizer qual direção a política local vai seguir nas diferentes áreas, inclusive com relação ao enfrentamento do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

As decisões tomadas nesses órgãos vão influenciar direta ou indiretamente as condições de trabalho de nosso sujeito. Uma considerável parte das verbas destinadas a pagamentos de salário, manutenção de infra-estrutura, pagamento de supervisão sairá das deliberações dessas instâncias.

Nesses artigos fica claro que a sociedade deve ter equipamentos sociais com a missão de prestar atendimento a crianças e adolescentes em situação de maus-tratos. Assim, a comunidade se mobilizou para cumpri-los criando equipamentos específicos para receber esse público. Nesses equipamentos estão inseridos os sujeitos da nossa pesquisa, os psicólogos que escuta esse fenômeno.

2.4 A Proteção especial

Uma das medidas de proteção especial prevista pelo ECA é a possibilidade de que a criança em situação de violência tenha um acompanhamento psicossocial. Citaremos duas formas de promoção do atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Uma oriunda da mobilização da sociedade civil - o Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância (CRAMI), que funciona em três cidades do ABC paulista, e outra advinda de iniciativa governamental - o Sentinela, Programa do Governo Federal implantado em mais de 300 municípios brasileiros entre os anos de 2002 e 2004.

O CRAMI-ABCD foi fundado em 1988 por profissionais da área médica e social da cidade de Santo André que:

Na prática profissional, percebiam que muitas vezes as crianças que chegavam machucadas geralmente por supostas quedas ou outros

acidentes, tinham na verdade sido vítimas da violência de seus pais. O abuso sexual doméstico também era observado quando recebiam crianças com doenças sexualmente transmissíveis, ou com lacerações nos órgãos genitais, entre outros quadros clínicos (MAGALHÃES, 2003, p. 61).

Essa entidade tem a peculiaridade de ter sido criada anteriormente à promulgação do ECA e, portanto, sua fundação é anterior à criação dos Conselhos Tutelares, órgãos regulamentados somente após a promulgação do Estatuto. Assim, a entidade tinha a função tanto de receber as notificações como de prestar atendimento psicossocial ao público em questão. Sua missão foi definida assim: “registro, tratamento e reabilitação das situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes” (CRAMI-ABCD, 2000 *apud* MAGALHÃES, 2003, p. 63).

Mesmo após a criação dos Conselhos Tutelares, a entidade continuou recebendo notificações. Essa dupla função de registro, ou seja, recebimento de notificação e conseqüente encaminhamento dos casos para tratamento na mesma instituição onde foi feita a denúncia pode causar certa confusão em relação ao lugar do psicólogo na condução do tratamento, gerando, assim, certo mal-estar.

O Programa Sentinela, criado pelo Governo Federal em 2002, “tendo como inspiração as experiências bem-sucedidas que há tempos vêm sendo operadas pelo CEDECA-Bahia, CRAMI e CEARAS em São Paulo” (SENAI-DF, 2002, p. 3). Funciona da seguinte forma: o governo federal repassa a verba para os municípios selecionados, a partir de critérios previamente estabelecidos, com “o compromisso de implantar ou implementar o Conselho Tutelar, apresentação de um plano de ação integrada de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil aprovada pelos conselhos municipais de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente” (SENAI, 2002, p. 8). Cabe ao município selecionado fazer o credenciamento das entidades sociais ou secretarias municipais que receberão a verba. As entidades beneficiadas devem utilizar o recurso para contratação de profissionais, como psicólogo, assistente social, educador, médico, entre outros. É vetado o gasto com infraestrutura, como pagamento de aluguéis ou compra de equipamentos. Há uma pequena soma destinada à compra de material psicopedagógico.

Para o Programa Sentinela, o Governo Federal destinou recursos públicos para pagamento dos recursos humanos necessários ao atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, abrindo, assim, campo de trabalho para nosso sujeito.

Capítulo 3

REFLETINDO SOBRE VIOLÊNCIA, ABUSO E INCESTO

Toda forma de abuso sexual tem a ver com o incesto, na minha visão. (André - sujeito dessa pesquisa – vide anexo).

Neste capítulo, refletiremos sobre as diferentes nomenclaturas que vieram sendo utilizadas pelos especialistas ao longo do tempo para se referir aos fenômenos: violência sexual, abuso sexual de crianças e adolescentes e incesto. Embora, por trás de um termo, haja um conceito e por trás deste, um contexto social, histórico e político que o sustenta, no presente trabalho, procuraremos apenas desvendar algumas das expressões, entendendo o contexto em que foram produzidas, principalmente no caso do termo incesto, que tem sido desconsiderado nos últimos tempos.

São diversas as abordagens sobre esses fenômenos, sendo que muitas vezes se contradizem, porque algumas priorizam a denúncia e a responsabilização do agressor, enquanto outras enfatizam o acolhimento e o tratamento da criança e do adolescente em situação de violência. Há, ainda, abordagens que defendem o tratamento do agressor em vez da mera punição, mantendo, porém, a responsabilização pelo ato.

Há também diferenças quanto aos campos teóricos de abordagens dessa temática. Alguns autores, como Maria Cristina Minayo (1998), postulam que, apesar do fenômeno ter raízes no social, ele deve ser considerado uma questão de Saúde Pública, área que prioriza as questões epidemiológicas com vistas à prevenção. Contudo, ela também defende a articulação dos vários setores do conhecimento.

Mostraremos como o abuso sexual é um campo antigo de investigação, que vem atravessando gerações, e como foi incluído na agenda da Organização Mundial de Saúde a partir dos desdobramentos das discussões do movimento feminista sobre violência doméstica que, por sua vez, criou deliberações que favoreceram a criação dos programas sociais de atenção a essa problemática.

Pensaremos, também, em como o tema foi introduzido no Brasil e como a mobilização da sociedade levou à criação de diversos Programas e Centros de atenção ao abuso sexual infantil.

Traremos a opinião de outros autores, ligados ao campo da Justiça, que construíram os conceitos interligados ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Assim, suas definições procuram facilitar a produção de provas para auxiliar a atuação do sistema de defesa e responsabilização.

Lembraremos a opinião de Jurandir Freire Costa, que considera que apesar da multiplicidade de áreas do conhecimento discursar sobre o tema, ainda sabemos pouco sobre o fenômeno da violência em geral. Compararemos sua opinião com Lucia Alves Mees, que diz ser necessário uma certa resistência do psicanalista em incorporar alguns modernos conceitos que excluem o incesto da discussão, bem como a questão do tratamento, tanto para a criança e adolescente quanto para o agressor.

Vamos, então, tomar as expressões associadas ao fenômeno e tecer alguns comentários frente a elas.

3.1 Violência

O conceito de violência é bastante difícil de ser apreendido devido à sua complexidade e, quando associado ao sexual, se sobrepõem a esse de forma que obscurece as questões da sexualidade infantil. Assim, primeiramente faremos algumas considerações sobre a violência.

Recorrendo ao dicionário de língua portuguesa, encontramos as seguintes definições:

Violência: Do latim *violentia*. Qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; *jur.*: Constrangimento físico ou moral; uso da força, coação.
Violento: do latim *violentu*. Que age com ímpeto; que se excede com força; intenso; em que se faz uso de força bruta. **Violentar**: exercer violência sobre; forçar; coagir; constranger; estuprar; violar (FERREIRA, A. B. H., 2000, p. 783).

A definição do dicionário representa a convenção que uma cultura chegou sobre um termo. Contudo, os questionamentos dos teóricos transcendem as convenções. Por estar atualmente no discurso social de maneira intensiva, podemos considerar que a violência é de fácil entendimento, porém as diferenças existentes em relação à sua compreensão dos autores que pesquisam a questão são grandes, pois vão além do simples significado da palavra. “Qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento da

complexidade, polissemia e controvérsia do objeto. Por isso mesmo, geram muitas teorias, todas parciais” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 513).

Há aqueles que consideram a violência como um fenômeno proveniente de causalidade apenas social, tendo sua raiz na dissolução da ordem pela vingança dos oprimidos ou pela falta de condições do Estado para lidar com a questão. “Explicam o fenômeno como resultante dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudança social, provocados, sobretudo, pela industrialização e urbanização” (MINAYO e SOUZA, 1998, 516). Outros explicam a violência como resultado de necessidades biológicas, psicológicas ou sociais, porém essa última está subordinada às determinações da natureza. Enfocam a sociedade como campo natural de luta. Tendem a “substituir o processo social e histórico pelo conceito de ‘agressão’ que provém da biologia, etologia, genética e medicina” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 514).

Baseado nas contradições do capitalismo, há um grupo de teorias que entendem a violência como estratégia de sobrevivência das camadas populares. Essa linha de pensamento considera somente o aspecto exterior da violência, ou seja, “deixam de lado outros aspectos da violência social e cultural que têm raízes estruturais profundas e internalizadas nos sujeitos, e que atingem a todos nós, independentemente de classe, cor, raça, sexo ou idade” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 517).

Para as autoras, as explicações de natureza econômica não bastam para abarcar as questões sociais que determinam o fenômeno, entretanto concordam que são “elemento fundamental de uma violência maior que é o próprio modo organizativo-cultural de determinado povo. Ao escolher os que “são” e os que “não são” a partir das leis de propriedade, a sociedade revela sua violência fundamental, como na dialética hegeliana do escravo e do senhor” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 518).

Um último grupo atribui à falta de autoridade do Estado e da incompetência de seus poderes repressivos, jurídicos e policiais. Essa concepção omite a discussão sobre o domínio econômico e político das classes dominantes e perpetua a crença de um Estado neutro. “As idéias desses intelectuais combinam com o senso comum, que advoga a força repressiva como condição de ‘ordem e progresso’” (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 518).

Minayo e Sousa procuram entender o caráter relacional sempre presente nos fenômenos violentos, que faz de todos os indivíduos ora vítimas, ora algozes. Elas chamam a atenção para o processo de ‘naturalização’ da violência e da criação de ideologia que repele ou justifica o limite da tolerância social frente à questão. Defendem a idéia de que, quanto mais o fenômeno se agrava, mais é necessária a articulação de várias disciplinas científicas e

diversos campos profissionais para o desenvolvimento de ações públicas para o enfrentamento do problema. Essas ações devem contemplar ainda um diálogo com a psicologia social e um investimento para pesquisas nessa área.

3.2 O abuso sexual

Lembremos que a questão do abuso sexual não é um campo de investigação recente. Vem atravessando gerações e provocando uma larga e extensa produção científica. Mesmo assim, não deixa de ser um tema árido, principalmente para os profissionais da área de psicologia, psiquiatria, direito e medicina, causando “certo mal-estar associado ao fato de que a situação de abuso sexual coloca em pauta, de maneira particularmente conflitante, o lugar do psiquiatra perante a lei ou, ainda, o problema intrincado dos planos individual e coletivo” (MAZET *apud* GABEL, 1997, p. 204).

O primeiro registro de estudos sobre abuso sexual de crianças foi feito por Auguste Ambroise Tardieu¹, professor de medicina legal em Paris que, em 1860, fez a primeira descrição clínica da criança brutalizada. Ele estudou 339 casos de tentativas de estupro impingidos a crianças menores de 12 anos de idade:

Aí observou que “os laços de sangue, longe de opor uma barreira a essas culpáveis seduções, em geral só as favorecem; os pais abusam das filhas, os irmãos abusam das irmãs.” [...] Alguns anos depois, é interessante notar que Th. Bourniville, em *Le progrès médical*, escreve um artigo no qual evoca sobretudo as falsas acusações de crianças, referentes a pretensas sevícias ou abusos sexuais cometidos por adultos (MAZET *apud* GABEL, 1997, p. 203).

Além do Dr. Tardieu, contemporaneamente a Freud, havia outros cientistas pesquisando a questão do incesto. O próprio Charcot, que buscava explicações hereditárias para as doenças mentais, influenciou o sucessor do Dr. Tardieu, Paul Brouardel, que também buscava explicações hereditárias na patologia daqueles que cometiam infrações sexuais. Por esse motivo, foi acusado de defensor dos abusadores.

¹ *Étude médico-légale sur l'infanticide*. Paris, 1868.

Binet, renomado psiquiatra da época, se contrapôs a esta questão da hereditariedade em relação aos desvios sexuais. Lembra que, no livro “Confissões”, escrito por Rousseau em 1764, o filósofo relata que aos oito anos de idade foi forçado a dormir com sua professora, atribuindo a esse fato a causa de sua timidez, celibato até os 30 anos, e sua necessidade de humilhar as mulheres para poder obter satisfação sexual. Assim, Binet sustenta a hipótese de que a experiência do abuso sexual na infância traz conseqüências nefastas na vida adulta. Dessa forma, afasta-se das explicações biológicas para o fenômeno.

Freud, ao tentar descobrir a etiologia da histeria, deparou-se com a dimensão desse tema entre suas pacientes. A partir dessa escuta, construiu sua primeira hipótese, a teoria da ‘sedução.’ Assim, afirmou que o incesto era mais comum do que se suspeitava e acontecia em famílias respeitáveis.

Pouco depois, Freud reformulou sua teoria e incluiu a dimensão da fantasia. Contudo, nunca abandonou completamente a possibilidade de ocorrer de fato a sedução a uma criança por parte de um adulto. “O que Freud rejeitou foi a teoria da sedução como explicação geral da origem das neuroses” (GAY, 1989, p. 101). Mesmo assim foi acusado de favorecer o encobrimento do abuso sexual, retardando em profissionais e na população em geral a consciência desse problema.

3.3 A inclusão do abuso na agenda da Organização Mundial de Saúde

Como já mencionamos, os primeiros estudos considerados científicos sobre crueldade em crianças cometida por pais ou responsáveis, foi publicado na França, em 1857, pelo Dr. Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris. Seu enfoque estava nas lesões físicas, porém seu estudo já apontava para o abuso sexual. Assim, na “França no final do século XIX, começaram a se multiplicar as sociedades preocupadas com o que Donzelot chamou de “infância em perigo” (MELLO, 2006, p. 134). Nesse momento, a nomenclatura comum era maus tratos. De 1910 até meados do século XX, a comunidade passou a se preocupar com a mortalidade infantil e a delinqüência juvenil.

Foi na cidade de Denver, EUA, que a noção moderna de abuso infantil emerge. Na publicação de artigos apoiados pela American Medical Association, pediatras observam com o auxílio do raio X (considerado prova objetiva), fraturas em crianças pequenas e nomearam de ‘síndrome da criança espancada’, encarada, pelos americanos, como uma nova calamidade com ampla divulgação da imprensa.

Mesmo o diagnóstico do abuso sendo caracterizado por meio de exames físicos, “desde o início foi caracterizado como agressão motivada por problemas psíquicos” (MELLO, 2006, p. 137), encontrados em todas as camadas da sociedade. Dessa forma, os pediatras liderados pelo Dr. Kempe, “defendem a idéia da separação dos bebês de seus pais como medida para evitar a continuidade do ‘abuso’” (MELLO, 2006, p. 139).

Ainda sobre a liderança de Kempe, articulada a médicos de vários países, nasceu, em 1977, a International Society for Prevention and Treatment of Child Abuse and Neglect (ISPCAN), a maior e mais conhecida organização com o objetivo de prevenir e tratar o abuso infantil. Essa sociedade possui uma revista científica chamada “Child Abuse & Neglect: The international Journal” que se tornou a publicação de maior circulação mundial específica sobre esse tema.

“Inicialmente relacionado aos maus tratos (violência física) e com a indicação de que pais e professores deveriam ser vigiados para que isso fosse evitado, o ‘abuso’ foi sendo gradativamente também associado à violência sexual” (MELLO, 2006, p. 142). O autor diz que a gradual relação do abuso à violência sexual tem sua raiz no movimento feminista. Hancking destaca dois eventos fundamentais que explicam a relação feminismo e abuso sexual infantil. Um deles é a palestra de Florence Rush sobre o tema abuso sexual na New York Radical Feminist Conference, em 1971, e outro a publicação de um artigo na revista MS com o título e “Incest: Child Abuse Begins at Home”, em maio de 1977.

Desse modo, a ISPCAN que já possuía notório saber sobre o assunto, incluiu as reivindicações feministas na definição de abuso sexual infantil e este passa a transcender as relações sexuais em seu sentido genital, “mas também carícias, exposições de crianças a intimidade de casais, jogos sexuais com irmãos.” (MELLO, 2006, p. 142).

A sociedade moderna significou toques corporais ocorridos no interior das famílias como possíveis sinais de abuso de crianças e adolescentes. Dessa forma “permitiu que homens e mulheres passassem a ‘recordar’ e a revelar experiências sexuais vividas com parentes consideradas ‘abusivas’” (HACKING, *apud* MELLO, 2006 p. 142).

A década de 1980 foi importante para a caracterização do abuso sexual como um evento psicologicamente traumático. Com o domínio da ciência médica nas pesquisas sobre o fenômeno, houve o enquadramento tanto do abuso sexual infantil como do incesto num mesmo quadro epidêmico, no qual se indicam vários sintomas vividos por adultos que podem ser caracterizados como abuso sofrido na infância, como pânico, depressão, disfunções sexuais e etc. “O abuso se constitui em uma doença com as seguintes características: [...] é

endêmico, a repressão é feroz, é possível recordar, a terapia pode ajudar” (LOFTUS & KETCHAN, *apud* MELLO, 2006 p. 142).

O movimento mundial em torno do abuso é de ordem médica e aos poucos em suas conseqüências foram incluindo os fatores emocionais. Os psicólogos, mesmo sendo os profissionais por excelência para contribuir na pesquisa sobre o tema, ainda não conquistaram lugar de liderança no cenário internacional na discussão sobre esses fatores.

A partir da década de 1990, o abuso sexual infantil é consolidado como um problema de proporções mundiais e, por isso, encarado como um campo de trabalho específico da saúde. A Organização Mundial da Saúde, em 09 de abril de 1999, por meio de um comunicado intitulado: WHO Recognizes Child Abuse as a Major Public Health Problem, oficializa que o abuso sexual é um problema de saúde pública mundial.

A solução proposta nesse documento é intervir no espaço privado da família e treinar os pais para cuidarem dos seus filhos. Essa intervenção fundamenta-se nos direitos da criança e do adolescente. “A posição da OMS solidifica e amplia a projeção internacional de um assunto que começou como sendo privado e ‘finda’ como sendo de ordem pública” (MELLO, 2006, p. 172).

3.4 O abuso no Brasil

Diferentemente dos EUA e da Inglaterra, no Brasil o movimento contra o abuso sexual de crianças e adolescentes foi e ainda é liderado por profissionais da área das chamadas ciências humanas: psicólogos, assistentes sociais e advogados.

Uma peculiaridade no nosso idioma é que a palavra abusado não se refere a alguém que tenha sofrido maus tratos ou que foi submetido a práticas sexuais violentas. O dicionário diz: “que excede o permitido, briguento, provocador, intrometido” (FERREIRA, 2001, p. 6). Por isso, a preferência de alguns autores na utilização do termo criança ou adolescente vitimizado.

De acordo com o dicionário de língua portuguesa, a palavra abuso significa: “Mau uso, ou uso errado, excessivo ou injusto; excesso; exorbitância de atribuição ou poderes; aquilo que contraria as boas normas, os bons costumes; ultrajem de pudor, violação” (FERREIRA, A. B. H., 2000).

Etimologicamente “abuso sexual” indica a separação, o afastamento do uso (“us”) normal. O abuso é, ao mesmo tempo, um uso errado e um uso excessivo. É a ultrapassagem de limites.

Mesmo o campo sendo dominado por trabalhadores das áreas de ciências humanas, os primeiros trabalhos científicos foram produzidos por profissionais da área médica. A primeira publicação no Brasil, que data do ano de 1924, foi um trabalho de conclusão de curso de um aluno de medicina. O texto está cadastrado no CESPI, Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, da Universidade Santa Úrsula, Bahia, sob o título “Esboço médico-jurídico de delinqüências sexuais” e o autor chama-se Nelson Guilherme d’ALMEIDA. Notemos que não há no título a referência ao abuso sexual. Há um outro trabalho produzido por professores da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, datado de 1973, que trata de um caso de espancamento de uma criança de aproximadamente um ano e três meses.

Mello acredita que as evidências de sinais clínicos facilitaram o pioneirismo da área médica nas pesquisas sobre o tema, contudo o aspecto psicológico atualmente é considerado relevante no atendimento aos casos de abuso.

Um dos trabalhos que revelam essa preocupação é um estudo de crianças ‘com histórias de abuso’, publicado em 1985 na revista de Psiquiatria de Rio Grande do Sul, pelos psiquiatras Zaslavsky & Nunes: Breve estudo de crianças com abuso sexual. [...] Concluem que as mães são imaturas infantis e incapazes de manter vínculo afetivo com os filhos (...) revivem as próprias experiências infantis de abandono e carência de cuidados. Os pais [...] são infantis e as crianças apresentam um padrão de comportamento caracterizado por agressividade, hiperatividade, impulsividade e baixa tolerância a frustrações (MELLO, 2006, p. 186).

A Universidade de São Paulo possui três organizações de destaque que produzem pesquisas e cursos de formação nesse campo. São eles: O LACRI, Laboratório de Estudos da Criança no Instituto de Psicologia, fundado em 1985; o CEARAS, Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual, fundado em 1993 e o PAVAS, Programa de Atendimento à Vítima de Violência, fundado em 1996. O Sedes Sapientiae possui o CNRVV, Centro de Referência às Vítimas de Violência, fundado em 1988, apesar de não atender exclusivamente violência sexual, mas o priorizando.

Outras regiões brasileiras se estruturaram no sentido de atender à violência contra a criança e o adolescente. Não nos cabe aqui citar todos aqueles que contribuíram para esse a organização da sociedade no sentido de enfrentar o fenômeno, apenas ressaltamos que essa proliferação de programas e centros de atenção a sujeitos vítima de abuso sexual foi promovendo várias mudanças no entendimento do que vem a ser considerado abuso infantil.

3.5 Violência doméstica

Todos os desdobramentos da violência que culminam nos estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes partem da violência intrafamiliar. A partir do momento em que as mulheres, apoiadas pelos movimentos feministas, passaram a denunciar a violência praticada por homens, particularmente, por seus maridos, as questões relativas à violência doméstica saíram do âmbito privado, ganhando espaço nos debates públicos. A denúncia de violências contra a mulher, que nos primórdios dos movimentos feministas, era restrita a espancamentos, ganhou o caráter sexual. Daí, o aparecimento de denúncias de assédio sexual, que evoluíram para as de estupros e outras categorias de violência. O desvelamento das violências contra a mulher passa ao desvelamento das violências contra crianças e adolescentes.

Segundo Azevedo e Guerra a violência doméstica contra a criança e adolescente:

[...] Representa todo **ato** ou **omissão** praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma **negação do direito** que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (Azevedo e Guerra 1998, p. 32) (grifo nosso).

Para essas autoras, tanto o ato quanto o conhecimento do fato sem denúncia são consideradas violências domésticas. Dito de outro modo, se um pai bate no filho e a mãe não o denuncia, ela é considerada cúmplice por omissão e está sujeita às penalidades propostas pelo ECA.

A definição do fenômeno da violência doméstica de Azevedo e Guerra está mais ligada ao eixo da justiça que ao do tratamento, visto que prioriza a responsabilização do agressor, ou seja, suas observações excluem as discussões a respeito do tratamento da criança, adolescente ou família e prega a obrigatoriedade da denúncia.

Assim, as equipes técnicas dos Programas e Centros que atendem a crianças e adolescentes em situação de violência doméstica baseiam-se nessas concepções para justificar seus pareceres que são levados em consideração pelo magistrado na ocasião da decisão sobre o destino da criança e também do suposto agressor. Essa questão será aprofundada no capítulo 5.

As autoras subdividiram o fenômeno em quatro categorias:

- Violência física: emprego de força física contra a criança, de maneira não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta.
- Violência psicológica: caracteriza-se quando o adulto utiliza-se constantemente de ameaças, deprecições, ataques verbais à identidade e auto-estima da criança, causando-lhe sofrimento mental e psíquico.
- Negligência: privação das necessidades básicas e vitais, físicas e emocionais da criança.
- Abandono, parcial ou total: caracteriza-se quando a criança é deixada sozinha, por um período determinado – parcial – ou quando seus pais deixam-na para não voltarem mais, expondo-a a risco de morte.

As duas últimas categorias, a de negligência e de abandono parcial, passíveis pelo ECA de punição, são, na maioria dos casos, decorrentes das condições sócio-econômicas do país. A equipe técnica que analisa esses casos precisa ter sensibilidade para não considerar a situação de miséria e exclusão social como violência doméstica.

3.6 Violência sexual

Jurandir Freire Costa em seu livro *Violência e Psicanálise* dedica um capítulo ao tema da violência sexual na infância. O autor faz uma leitura social do fenômeno articulando-o ao sistema capitalista moderno, assunto que não abordaremos nesse trabalho. O que nos importa aqui é observar que ele utiliza a nomenclatura violência sexual ao invés de abuso ou incesto. Vejamos o que pensa Jurandir.

Compartilha da idéia de que não chegamos ainda a um consenso sobre o que vem a ser violência, dada a multiplicidade das áreas do conhecimento que se debruçam sobre o tema. Acrescenta que, mesmo no meio psicanalítico, estamos longe de chegar a um consenso. “A dificuldade que encontramos na sistematização da violência deve-se, em boa parte, à precária atenção que a própria teoria psicanalítica, em geral, e não só entre nós, dedica ao assunto” (COSTA F. J., 2003, 12).

O autor ainda faz uma crítica quando a violência é definida como agressividade e equiparada a um impulso instintivo. “Dois pais que batem nos seus filhos, um foi ou está sendo violento e o outro não” (COSTA, J. F., 2003, p. 44). Assim, podemos dizer que não está somente no ato a violência, mas também no que porta o desejo daquele que comete a ação. Parafrazeando Costa, podemos ser altamente violentos, agindo de maneira civilizada como bem manda a boa educação.

“Violência é o emprego *desejado* da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional” (COSTA, J. F., 2003, p. 39).

Generalizando uma definição sobre o que vem a ser uma ação violenta, o autor coloca que “Violenta é toda circunstância de vida em que o sujeito é colocado na posição de não poder obter prazer ou de buscá-lo como defesa contra o medo da morte” (COSTA, J. F., 2003, p. 228).

Costa procura separar os conceitos de violência e de sexualidade. Recorre a Freud para dizer que “a sexualidade que envolve o psiquismo infantil é sexualidade para o adulto mas não para a criança” (COSTA, J.F.,2003, p. 230). A criança experimenta estímulos prazerosos no contado com o adulto e não o simboliza como sexual devido a sua imaturidade biológica. Somente depois é que o sujeito infantil tem condições de simbolizar esse ‘não-sexual’ primordial como sendo sexual. A sexualidade não existe para o sujeito que sofre as ações estimulantes por parte do adulto, como o toque na hora do banho, a amamentação e outros contatos inerentes aos cuidados com o bebê. Contudo, ela está presente no desejo daquele que o estimula, ou seja, o cuidador.

Assim a gênese da sexualidade é não sexual, dito de outro modo, “A sexualidade surgiria como um ‘prêmio de prazer’ necessário ao investimento libidinal nas funções orgânicas que asseguram a sobre-vida material” (COSTA, J.F., 2003, p. 231).

Com o desenvolvimento de suas funções simbólicas, a criança apropria-se da sexualidade, liga-se libidinalmente ao objeto fonte da excitação que se traduz como investimento amoroso dos pais. “Despertar para a sexualidade e unir-se ao representante

psíquico da excitação são uma só e mesma coisa” (COSTA, J.F., 2003, p. 232). A sexualidade infantil é sempre dirigida a um objeto que abre os primeiros canais de identificação e estruturação do ego.

No caso da violência sexual, essa impede o surgimento da sexualidade objetal, pois o sujeito violentado ao invés de fazer o investimento libidinal na figura de um outro, etapa necessária a sua constituição, tenderá a repugná-lo.

Costa também nos lembra que, para Laplanche, a liberação dessa energia não-ligada seja a angústia, equivalente psíquico da dor física.

A sexualidade na violência sexual é *instrumento* e não a *fonte da violência* [...]. Em caso de *estupros, curras, sadismo* ou *manipulação perversa de crianças por adulto*, o sujeito violentado, adulto ou criança, é invadido e desestruturado, não por um *desejo sexual do objeto violentador*, mas por *um desejo de morte*. O abuso sexual sádico ou perverso é vivido pelo Ego como ameaça de aniquilamento [...]. (COSTA, J. F., 2003, p. 229).

É de se esperar que toda criança viva uma certa angústia devido à ameaça de castração durante o período de sua constituição subjetiva. Contudo, segundo o autor, no caso da violência sexual, o risco é de que o núcleo do ego do sujeito desagregue frente a uma angústia, que se refere ao perigo de morte psíquica.

O fato de Costa utilizar o termo violência para se referir ao fenômeno do abuso ou incesto demonstra seu questionamento aos próprios psicanalistas que procuram resistir a incluir o campo da violência sexual contra a criança e ao adolescente nas pesquisas psicanalíticas. Sua posição difere de Lucia Alves Mees que acredita que a psicanálise deva pesquisar sim o tema, porém deve resistir a utilizar nomenclaturas atravessadas por ideologias que derrogam a psicanálise. A seguir, veremos o que pensa Mees e outros autores e depois escolheremos um termo.

3.7 Escolhendo um termo

A ‘Exploração sexual comercial’ é a última invenção para nomear o abuso sexual. Emerge oficialmente em 1996, no 1º Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de

Crianças com Finalidades Comerciais, realizado em Estocolmo, que “tornou público o drama das crianças violentadas e assassinadas na Bélgica; espaço em que jovens e adultos apresentaram denúncias e numerosas redes de pedofilia foram desmanteladas” (GABEL, 1997, p. 13). Nesse Congresso, além de ter sido dada maior visibilidade ao fenômeno, tentou-se organizar uma norma para a utilização das nomenclaturas, e a preferência foi dada ao termo ‘exploração sexual.’ Um dos grandes patrocinadores desse Congresso foi End Child Prostitution in Asian Tourism, E. C. P. A. T., uma entidade preocupada com o turismo sexual de crianças e adolescentes no mundo.

Apoiada nas conclusões do Congresso, a Organização Mundial de Saúde definiu abuso sexual da seguinte maneira:

A exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela com a finalidade de satisfação sexual desta. O crime pode assumir diversas formas: ligações telefônicas obscenas, ofensas ao pudor voyeurismo, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações sexuais, incesto ou prostituição de menores (GABEL, 1997, p. 11).

Assim, ampliou-se a gama de ações de um adulto em relação a uma criança que podem ser consideradas abusivas, ou melhor, exploratórias.

O Dicionário de Língua Portuguesa traz a seguinte definição: “exploração: ato ou efeito de explorar; pesquisa, sondagem; desenvolvimento de uma indústria, de um negócio, com fins especulativos” (FERREIRA, A. B. H., 2000).

Eva Faleiros (2000, p. 10), especialista da área do Direito, escreveu um livro na tentativa de contribuir para a utilização mais adequada dos termos. A autora acredita que a utilização de diferentes termos como sinônimos e como se eles se correspondessem a um mesmo conceito não é apenas uma questão de terminologia, mas uma questão de epistemologia, ou seja, “revela falta de uma rigorosa e clara conceituação da problemática.” Pesquisou os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e analisou o material bibliográfico. Para sustentar sua opinião sobre a falta de precisão terminológica, explica:

O fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos como: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual,

maus-tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. Para designar a violência sexual intrafamiliar encontram-se os termos abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso. O uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, ora como exploração sexual comercial (FALEIROS, 2000, p. 9).

Gabel menciona “que antes mesmo de ser definido, o abuso sexual deve ser claramente situado no quadro dos maus-tratos infligidos à infância” (Gabel, 1997, p. 10). A autora assinala que o termo “maus-tratos” já é uma evolução da expressão “criança espancada”, para o qual se considerava somente a integridade corporal. Ao termo “maus-tratos” se acrescentam também os sofrimentos morais e psicológicos, e, a partir da década de 1990, há um alargamento do conceito, incluindo o abuso sexual.

Faleiros afirma ser possível um consenso sobre a utilização das terminologias e atribui as “confusões” a seu recente desvelamento, pois “foi a partir dos anos 90 que essa problemática [...] começou a preocupar os defensores dos direitos humanos” (FALEIROS, 2000, 10). Entretanto, não acreditamos que seja apenas essa a causa da confusão do uso dos termos.

Além de haver diversas áreas do conhecimento interessadas em entender a questão, a abordagem desse fenômeno depende de questões culturais e do lugar oferecido socialmente à criança e à família em cada cultura e época. “A abordagem que uma sociedade faz dos abusos sexuais está necessariamente ligada às mudanças nas relações entre os interesses do Estado, da família e em particular, ao papel atribuído a criança numa perspectiva histórica de uma sociedade determinada” (GABEL, 1997, p. 12).

Alguns especialistas chegaram ao consenso de utilizar a expressão violência sexual contra crianças e adolescentes – como no caso de Jurandir Freire Costa - em vez de abuso sexual. Entretanto, outros preferem classificar o abuso sexual como uma categoria de maus-tratos – como Azevedo e Guerra. E outros, ainda, preferem o termo “incesto” quando se trata do abuso intrafamiliar, como menciona Mees:

[...] *abuso sexual* é uma noção mais abrangente do que *incesto*, na qual esta última está incluída [...] (MEES, 2001, 17).

O abuso sexual é definido pela exposição de uma criança à estimulação sexual – não somente a relações heterossexuais ou homossexuais

completas, mas também jogos sexuais tendo por objetivo estimular sexualmente a criança, ou utilizá-la para obter estimulação sexual (GAUTHIER & SAUCIER *apud* MEES, 2001, 17).

Incesto é a infração do tabu que pesa sobre as relações sexuais entre dois membros da família nuclear, exceto marido e mulher [...] O tabu pode se estender a outros parentes ou graus de parentesco cujos vínculos podem ser biológicos, de afinidade, de classificação ou imaginários (MEAD *apud* MEES, 2001, 17).

A autora compartilha da idéia, assim como Melo (citado anteriormente) que a ideologia feminista moderna provocou propositalmente a mudança na utilização dos termos, com a intenção de derrogar a posição masculina na família e, conseqüentemente, na sociedade:

O que antes era um estudo sobre o incesto na atualidade, foi interceptado pela intrigante repetição, nas pesquisas contemporâneas, de um cunho pró-libertação das mulheres e crianças, sendo este aspecto freqüentemente acompanhado por um discurso antipsicanálise (MEES, 2001, p. 7).

Apesar de seu livro apresentar conclusões questionáveis a respeito do conceito de função paterna, a autora nos dá uma grande contribuição, pois não se furta de encaminhar um raciocínio crítico às questões ideológicas modernas. Assim, finaliza seu livro deixando clara sua crítica:

O próprio termo abuso sexual veicula o desprendimento àquilo que já foi estudado ao longo da história sobre o tema. Visa anular, portanto, a meu ver, a terminologia incesto e sua relação com a constituição do sujeito, tal qual o descrédito atual à psicanálise visa fazer. Mantive ao longo do texto a designação abuso sexual porque deste modo realizava uma interlocução com aqueles que assim denominam o fenômeno. Ao final deste escrito, tendo explicitado a crítica ao termo e o que ele significa, proponho que o tema desse estudo seja lido – *a posteriori* – como “O incesto e a constituição do sujeito: trauma infantil e as fantasias femininas” (MEES, 2001, p. 140).

Gabel, que participou do Congresso de Estocolmo e estava avisada sobre as conclusões, preferiu utilizar o termo *abuso* para o título do seu livro, editado um ano depois: *Crianças vítimas de abuso sexual*.

Quanto ao fenômeno da criança abusada sexualmente, ressaltamos o fato de que há uma tendência na modernidade a empurrar o sujeito para o lugar de vítima, e toda vítima deve querer um ressarcimento. Quando utilizamos o termo abuso, anunciamos um fato que denota um mau uso e ultrapassagem de limites. Quando usamos o termo exploração, supomos que algo da ordem do econômico-financeiro está em jogo. Segundo Koltai:

Nossas sociedades parecem levar cada vez mais em conta as vítimas, sejam elas de dramas pessoais ou coletivos, presentes ou passados. Vivemos num mundo em que o sofrimento parece ter se tornado intolerável e no qual vai surgindo uma nova divisão social: vítimas de um lado, responsáveis civis de outro, onde vítimas reivindicam o ressarcimento por perdas e danos sofridos (REVISTA TEXTURA, ano 4, n. 4, 2004).

Estamos problematizando uma reflexão para levar o leitor a perceber que, por trás de um termo, há um conceito e, por trás deste, há um contexto social, histórico e político que lhe dá suporte. Queremos contribuir para um questionamento sobre o que permeia a utilização de um ou outro termo, apreendendo suas implicações teóricas e práticas.

Manter uma nomenclatura pode revelar a intenção de salvaguardar não só o sujeito, mas também todo o campo de pesquisa nessa área de tentativa de transformar as crianças em meras vítimas, excluindo a dimensão do desejo² e da subjetividade do sujeito supostamente abusado. Dessa forma, poderemos contribuir também para que o profissional não seja visto pelo paciente como aquele que pode proporcionar-lhe algum meio de ressarcimento, se não for financeiro, que seja afetivo, como penalização, vingança (punição do agressor), entre outros.

Entender o tema como ultrapassagem de limites é diferente de abordá-lo numa perspectiva exploratória. Excluir o termo incesto é também forcluir da discussão questões essenciais sobre a constituição subjetiva do sujeito humano. É sobre essa constituição que o psicólogo pode oferecer maior contribuição para o debate.

² Da palavra alemã *lust*: vontade/disposição de fazer algo de sensações corpóreas agradáveis (HANS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996).

Assim, torna-se impossível um consenso universal e absoluto sobre o uso dos termos. O que fizemos foi catalogar as diferentes definições, entendendo o contexto em que foram produzidas, para, então, fazermos uma escolha. Todavia, apesar do título dessa dissertação se referir ao abuso, o termo incesto é o que mais se adequa a esse trabalho por três motivos:

- Por excluir a dimensão dos maus tratos e violência física.
- Por portar a dimensão da fantasia em sua concepção;
- Por haver uma consonância com a origem da psicanálise.

Capítulo 4

O CAMINHO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE NA REDE DE PROTEÇÃO: implicações sobre o lugar do psicólogo

Neste capítulo, demonstraremos o caminho que uma criança ou um adolescente que supostamente sofreu abuso sexual deve percorrer nos equipamentos do sistema de proteção integral, quando é feita a notificação ao Conselho Tutelar. Discorreremos também sobre o lugar do psicólogo nesse contexto e sobre as pesquisas psicanalíticas sobre o incesto.

Descreverei um dos casos atendidos por mim, em um dos Centros de Referência, da cidade de São Paulo, de criança em situação de violência sexual, para que entendamos como funcionam os equipamentos sociais.

Antes lembremos que as instituições ou equipamentos sociais, sejam públicas ou privadas, que atendem as demandas da criança e do adolescente em situação de violência, geralmente, fundamentam sua prática no ECA seguindo a doutrina da proteção integral priorizando o trabalho em rede nos casos de violência.

A proposta de rede visa que todos os serviços que atendem a criança e adolescente “possam, além de oferecer atendimento de qualidade, articular-se de forma a somar esforços, trabalhando pela ótica da complementaridade” (SAYÃO, 2006, p. 13). Essa filosofia de trabalho visa contribuir para a diminuição dos custos, pois evita a sobreposição de ações, e diminuição dos vácuos no atendimento.

Escolhi este caso porque envolve o trabalho de vários profissionais de alguns equipamentos da rede de proteção, o que corresponde ao ideal proposto pelo ECA. Tanto os profissionais como a família conseguiram dar sua contribuição para que a criança fosse acolhida e respeitada.

4.1 Relato do caso¹

Nossa menina, a quem chamaremos de Ana², tem 7 anos, mora com a mãe, que chamaremos de Maria, com o padrasto que chamaremos de João e um irmão mais novo. Seu pai é falecido, a mãe mora com esse companheiro há mais ou menos dois anos, com quem teve um outro filho que hoje tem 1 ano e oito meses de idade.

A mãe trabalha o dia inteiro como auxiliar de serviços gerais. O companheiro está desempregado e tem a tarefa de cuidar das crianças. Ana frequenta a escola no período vespertino. É o padrasto quem a leva à escola, e a mãe a busca.

Durante o ano letivo de 2003, Ana deixou de frequentar a pré-escola da rede municipal de ensino. A diretora chamou a mãe e a questionou sobre as faltas da menina. A mãe justificou dizendo que não tinha como pagar a condução, pois havia mudado recentemente de residência, e a diretora da escola próxima à sua casa disse-lhe que não poderia aceitar a transferência de Ana, visto que o ano escolar já estava findando (era setembro de 2003). Contudo, esta última garantiu-lhe que a vaga de sua filha já estaria assegurada para o próximo ano letivo, na 1ª série do ciclo básico. Assim, mãe e padrasto concordaram em que Ana não fosse mais à escola naquele ano, ficaria com o padrasto durante o dia, auxiliando nos serviços da casa. O irmão frequentava a creche, também da rede municipal, em período integral.

4.2 Relato da dor

Em uma tarde, João combinou encontrar-se com Maria em frente ao supermercado, pois iriam fazer compras, deveria levar Ana. Quando Maria chegou, João disse que se perdeu de Ana e que a menina havia desaparecido. Maria procurou o auxílio da polícia para encontrar sua filha. João retornou ao lar para ficar com o filho.

Algumas horas depois, Maria dirigiu-se à casa de sua mãe e lá encontrou Ana no colo da tia (materna), e ambas estavam bastante assustadas. A menina, a princípio, não queria que a mãe se aproximasse, mas depois aceitou o contato e explicou que João soltou de sua mão durante o percurso até o mercado, andou muito rápido e ela não conseguiu acompanhá-lo.

¹ Os dados foram colhidos em entrevistas com a mãe durante o processo de anamnese psicológica, ou seja, entrevistas diagnósticas num Centro de Referência para Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual da cidade de São Paulo.

² Todos os nomes são fictícios para assegurar o anonimato das pessoas.

Quando se viu sozinha, procurou um policial. Ela deu um ponto de referência próximo à casa da avó. Eles a colocaram numa viatura e levaram-na até o local, onde Ana reconheceu a rua e guiou-os até a casa. Quando a mãe convidou a menina para voltarem para casa, Ana disse que não queria voltar.

A tia reservadamente chamou Maria e disse-lhe que Ana havia relatado que tinha sido abusada pelo padrasto naquela tarde, pouco antes de irem ao mercado. A menina relatou à tia que, desde que saiu da escola, ele a tem tocado de maneira estranha pedindo para que fique sem roupas com a desculpa de que vai dar banho nela. Naquela tarde, João pediu para que se deitasse na cama, ele a acariciou e de seu “pipi saiu um leitinho branco” (é comum crianças descreverem dessa forma o esperma masculino).

A mãe depois de acalmar-se, conversou com a filha que novamente contou a história confirmando o que a tia havia dito. A família decidiu que Ana não voltaria para casa, ficaria com a avó e tia materna até que a mãe resolvesse o que iria fazer de sua vida.

4.3 A notificação

A tia dirigiu-se à delegacia do bairro para fazer um boletim de ocorrência acusando o cunhado de ter abusado sexualmente de sua sobrinha.

Segundo Jefferson Drezett³, “acredita-se que a maior parte das mulheres não registre queixa por constrangimento e medo de humilhação, somado ao receio da falta de compreensão ou interpretação dúbia do parceiro, familiares, amigos, vizinhos e autoridades” (Ferreira J. D., 2000, p. 14). Entretanto, a tia de Ana não hesitou em tomar a frente e levar o caso ao conhecimento das autoridades.

O escrevente, após registrar a notificação, encaminhou a tia de Ana ao delegado que autorizou a abertura de processo criminal e orientou-a a procurar o Conselho Tutelar da região.

No dia seguinte, a tia dirigiu-se ao Conselho Tutelar, que, depois de escutá-la, chamou a mãe de Ana para uma entrevista. Após a entrevista, orientaram-na a levar a filha ao hospital Pérola Byton, local onde há equipamentos e médicos legistas especializados em fazer o exame de corpo de delito em crianças e adultos com suspeita de terem sofrido abuso sexual.

³ Jefferson Drezett Ferreira, doutor pelo curso de pós-graduação do Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição pela Universidade de São Paulo, é um dos fundadores do serviço especializado ao atendimento a pessoas em situação de violência sexual do hospital Pérola Byton em São Paulo.

É importante ressaltar que o laudo médico expedido, baseado no resultado do exame de corpo de delito, é fundamental para qualquer procedimento na área jurídica. Esse laudo poderá fornecer provas ou indícios que comprovem ou descartem a hipótese de abuso sexual. Podemos citar, por exemplo, os casos de crianças com doenças sexualmente transmissíveis (DST). De acordo com Ferreira, são poucos os casos em que o diagnóstico de DST em crianças não esteja relacionado com o abuso sexual e, ainda, comenta alguns aspectos que devem ser observados nesse exame pelo médico:

A condição de virgindade no momento do estupro é de grande importância, visto permitir a confirmação do crime pelo diagnóstico do defloramento recente. Os retalhos himenais apresentam-se tumefeitos, de coloração vermelha intensa, por vezes hemorrágicos e de aspecto irregular. [...] Os espermatozoides podem ser detectados no conteúdo vaginal ou no canal cervical até 72 horas da violência. Sua presença também pode ser verificada pela coleta de material da região anal ou cavidade oral (ALLARD, 1997 *apud* FERREIRA, p. 17). No mesmo período é possível visualizar a presença de manchas de esperma depositadas nas vestes da vítima por meio da lâmpada de Wood (GABBY et al., 1992 *apud* FERREIRA p. 17). Algumas dessas manchas, quando de pequena dimensão, podem ser detectadas através da microscopia ótica (O'BRIEN, 1998 *apud* FERREIRA, 1999, p. 17).

O Conselho Tutelar encaminhou Ana também para atendimento especializado no Centro de Referência, solicitando avaliação psicossocial. Além disso, o Conselho comunicou formalmente à Vara da Infância e Juventude o caso.

Devemos destacar que o Conselho Tutelar, no caso de Ana, seguiu todos os passos propostos pelo ECA. O conselheiro que acompanhou o caso foi bastante discreto, assertivo e acolhedor, tanto na recepção como no encaminhamento dessa ocorrência.

4.4 A chegada ao atendimento

Maria, mãe de Ana, agendou uma entrevista de triagem com o serviço social do Centro de Referência⁴. Após essa primeira abordagem, o profissional encaminhou Maria para o atendimento psicológico.

Depois de percorrer vários serviços da rede de atenção, Maria finalmente pôde ser escutada por um profissional da área de psicologia. Foram feitas duas entrevistas com ela: na primeira, relatou com detalhes a história do abuso sexual da filha, na segunda, relatou histórias de abuso sexual em sua própria infância e também na infância de sua mãe (avó de Ana).

A mãe de Ana foi convidada a ser incluída no tratamento, pois foi diagnosticado uma demanda por parte dela sobre a questão do abuso sexual que era anterior ao ocorrido com Ana, ou seja, o ocorrido com Ana atualizou questões que já pairavam na subjetividade da mãe. No entanto, a mãe de Ana jamais havia tido a possibilidade de elaborá-las. Maria aceitou comparecer às entrevistas e comprometeu-se a trazer Ana na próxima.

Ana chegou para o atendimento levando uma bolsinha que continha lápis e papel. Acompanhou-me até a sala, onde logo liberou sua curiosidade pelos brinquedos e, depois, fixou-se nos lápis de cor, tinta e papel sulfite. Quando interrogada sobre o motivo de sua ida ao Centro, ela disse: “é porque meu padrasto mexeu em mim”⁵.

Conversei com Ana sobre a possibilidade de serem feitos alguns atendimentos com sua mãe. Esclareci a ela que seria resguardado o sigilo sobre o que conversássemos, ou seja, eu não contaria à mãe o que a filha havia me relatado. Ana aceitou e passou a frequentar assiduamente às sessões de psicoterapia.

4.5 O desenrolar das sessões com a mãe

Maria chegou às duas primeiras sessões bastante aflita. Falava ininterruptamente sobre seus sentimentos e pensamentos em relação ao abuso que a filha havia sofrido. Afirmava-se na figura da irmã que tomou a atitude no processo de notificação. Lamentava-se do que havia acontecido com a filha, mas, ao mesmo tempo, tentava negar a situação.

⁴ A equipe técnica do Centro de Referência achou por bem que a área de serviço social faria a primeira abordagem dos casos, a fim de melhor acolher as famílias que ali chegavam.

⁵ Palavras de Ana escritas no prontuário da criança que está no arquivo da entidade.

Relatou que no exame de corpo de delito da filha nenhum vestígio foi encontrado do possível abuso, mas disse que, no depoimento de João, padrasto e suposto abusador, ao delegado, ele confessou o crime, sendo preso imediatamente.

O oferecimento de uma escuta clínica e o estabelecimento do vínculo terapêutico fizeram com que a mãe fosse revelando seus sentimentos por João e a culpa que sentia pelo que aconteceu à filha. Dizia que o amava e que estava sendo muito difícil essa separação, mas precisava ficar longe dele. Tinha vontade de perguntar a ele por que havia abusado de Ana. Maria sentia um misto de vergonha, por ainda gostar de João, e culpa, por não poder proteger a filha.

Durante as sessões, Maria foi recuperando sua própria história de abuso. Contou que precisou sair de casa antes dos 15 anos porque seu padrasto a assediava. Disse que contou para a mãe, mas ela não acreditou. Então resolveu ir morar com seu namorado. Logo engravidou de Ana. Ele faleceu quando Ana tinha 3 anos.

Depois da separação da mãe e do padrasto de Maria, o qual também assediou sua irmã mais nova, a mãe de Maria contou às filhas que também havia vivido uma situação de abuso em sua puberdade. Contou que, quando seu pai morreu, ela ficou alguns dias na casa de um tio até sua mãe se restabelecer. Esse tio a violentou. Ela nunca havia contado o fato a ninguém.

Maria culpava-se por não ter conseguido proteger sua filha, da mesma forma que sua avó não protegeu sua mãe e sua mãe também não a protegeu.

Não compreendia como não havia percebido as intenções de seu companheiro ao provocar a saída da menina da escola, ao querer ficar com ela sozinho em casa.

Uma fantasia de Maria era a respeito da adolescência de Ana: tinha medo de que a filha não conseguisse arranjar namorado, de que passasse a gostar de mulheres e se tornasse homossexual. Aos poucos, esses medos e fantasias foram sendo elaborados, até que Maria assumiu que essas eram questões suas, e não seriam necessariamente de Ana. Esse fato fez com que ficasse mais tranqüila em relação ao futuro da filha.

Maria ainda tinha de enfrentar outro conflito. O filho que havia tido com João iria fazer 2 anos e o menino sentia falta do pai e dos tios. Não sabia se deveria permitir o contato com os irmãos do pai, se deveria levá-lo à penitenciária para o pai vê-lo. Tinha dúvidas em chamar familiares de João para o aniversário do menino. Esses impasses foram trabalhados nas sessões.

Maria decidiu visitar João e levou o menino para ver o pai. Consegui fazer a pergunta que tanto a atormentava: Por que ele fez isso? Passou a manter um contato amistoso com os

familiares do pai que a apoiaram e entenderam que ela agiu da melhor maneira. Acreditaram que ele errou e ela só estava protegendo sua filha.

Depois de um tempo, Maria enamorou-se de outro homem que também tinha um filho. Iniciou um novo relacionamento. Decidiu que evitaria ao máximo deixar sua filha a sós com homens, adolescentes ou adultos até que Ana fosse adulta. Dessa forma, assegurava-se de que estaria protegendo a filha.

4.6 O desenrolar das sessões com Ana

Minhas intervenções com Ana foram com base no método psicanalítico. A criança é levada a uma sala com diversos brinquedos e material gráfico e convidada a brincar com o que desejar e a falar sobre o que quiser. “A criança em seu mundo de brinquedos, o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginárias às coisas visíveis e tangíveis do mundo real” (ZANOTELLI, 1999, p. 341).

As intervenções do analista são feitas com a intenção de possibilitar à criança apropriar-se aos poucos do que lhe aconteceu ou do que não lhe aconteceu, de saber por que está ali. Para tanto, é preciso escutar como ela se desloca nas brincadeiras, pois “o significante⁶ na criança se entrelaça com o corpo de uma maneira muito mais estreita que no adulto” (CORIAT, 1999, p. 23). O psicólogo deve ter sempre o cuidado de não se transformar em um profissional que dificulte as elaborações, mas, sim, facilitar a montagem de uma estrutura que possibilite um sujeito desejante, que mesmo no seu tempo *infans* está marcado por um discurso, um enredo.

Ana era uma criança simpática e curiosa. Interessava-se preferencialmente por desenhar. Gostava de pintar com guache nas cores azul, preta e vermelha. Logo nas primeiras sessões reclamou que sentia falta da escola. Disse que seu pai, e depois corrigiu dizendo: “ele não é meu pai”, a havia tirado da escola. Perguntou se eu poderia ajudá-la a voltar para a escola.

Um dia desenhou a mãe, o irmão e o padrasto, depois cobria a figura do padrasto, cobriu-o com tinta azul e disse:

⁶ Termo introduzido por Saussure para designar a parte do signo lingüístico que remete à representação psíquica do som (ou imagem acústica). Em psicanálise é o elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito (PLON; ROUDINESCO, 1998).

Ana: — Ele está preso.

Psicóloga: — Por quê?

Ana: — Porque mexeu em mim.

Psicóloga: — Como?

Ana: — Ele mandou eu tirar a roupa, deitar na cama e olhar pra ele, depois saiu um leitinho branco do seu pipi.

Psicóloga: — E depois?

Ana: — Depois ele me levou pra passear e soltou da minha mão... A polícia me levou pra casa da minha tia e ele foi preso... Ele me tirou da escola... Quero voltar pra escola.

Nesse momento, percebi que a falta da escola estava se tornando um fator de muito sofrimento para Ana. Ela parecia saber que a questão do abuso era um fato que não mudaria, que providências já haviam sido tomadas, mas, quanto ao seu retorno à escola, ainda havia o que fazer.

Pedi à mãe de Ana que falasse com a diretora para que esta permitisse que a menina voltasse a freqüentar as aulas. A mãe o fez, entretanto não teve sucesso em sua tentativa.

O caso foi passado para o profissional do serviço social que comunicou ao Conselho Tutelar a necessidade de a menina retornar à escola. O Conselho, por sua vez, fez uma requisição à escola solicitando o retorno imediato da criança às aulas. Ana retornou à escola na semana seguinte.

Continuou por mais algumas sessões desenhando objetos da sua casa, pessoas de sua família, amigos da escola e a professora. Refez seus laços com os colegas de classe e participou da festa de Natal da escola. Ana se despedia, pois no próximo ano mudaria de escola. Um dia, incluiu-me em um dos seus desenhos.

4.7 A relação da justiça com o psicólogo

Durante o período em que o caso estava sendo acompanhado, o Centro de Referência foi contatado pelo promotor público que cuidava do caso de João, padrasto de Ana. O promotor pediu permissão para que fosse citado nos autos do processo o nome da psicóloga que atendia Ana. A profissional do Centro de Referência forneceu os dados.

Um mês depois, fui intimada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a prestar depoimento em uma das varas criminais como testemunha de acusação do processo de João.

Para crianças que sofreram violência doméstica, prestar depoimento, em audiência judicial, geralmente é tão constrangedor quanto a própria situação de abuso que elas vivenciaram. As perguntas feitas pelo advogado do agressor ou juiz podem “causar angústia, confusão, intimidando a criança ou adolescente em suas respostas, alterando versões já apresentadas e retirando totalmente a credibilidade do relato da vítima” (COSTA, C. H., 2004, p. 142). A justiça supõe que estará preservando a criança de mais uma situação de constrangimento se o profissional responder às perguntas concernentes ao que ocorreu a essa criança, ou seja, falar no lugar dela. Matos esclarece:

[...] os danos são muito maiores quando famílias, médicos, escolas ignoram o apelo da criança [...] obrigam-na a passar por exames mal conduzidos e até mesmo dolorosos, depoimentos sem fim e acareações (MATOS, *apud* COSTA, 2004, 145).

O fato de eu precisar prestar depoimento foi conversado com a mãe de Ana durante um dos atendimentos. Ela disse que também recebeu uma intimação semelhante e acrescentou que sua irmã (que fez a denúncia) também deveria depor. Perguntei à mãe se ela me autorizaria a revelar em juízo conteúdos das sessões que diziam respeito ao abuso cometido por João. Maria autorizou-me a dizer o que havia dito sobre o abuso sexual da filha. Eu lhe disse que iria me valer do direito da paciente ao sigilo para não revelar qualquer outro dado que houvesse sido conversado em sessão.

Ana foi participada da situação. Em um dos atendimentos, disse a ela que o juiz havia me chamado para falar em audiência sobre o que aconteceu a ela, assim como chamou também sua mãe e sua tia. Perguntei a paciente se ela concordava.

Ana pediu apenas que eu falasse que João a havia tirado da escola. Perguntei ainda se poderia dizer ao juiz mais alguma coisa do que ele fez. E Ana disse de maneira categórica: “Você pode dizer isso. Só isso” (que ele a havia tirado da escola).

4.8 A audiência: a postura do psicólogo

As perguntas que fiz mim mesma, enquanto profissional, foi: “Devo ou não respeitar o que a paciente pediu? Devo ou não revelar à juíza as declarações de Ana sobre o que aconteceu? Caso eu faça, estarei quebrando o sigilo profissional? Será que revelar o que Ana disse é essencial para a decisão da juíza, visto que o réu já havia confessado o crime? Se a tia e a mãe também serão ouvidas, em que a quebra do sigilo poderia ajudar a minha paciente?”

Estas são questões essencialmente éticas e fazem com que o psicólogo se depare com outros questionamentos: para quem trabalha? Para o sistema judiciário, fornecendo material que facilite a punição de um suposto abusador? Ou trabalha para oferecer acolhimento e possibilidades de elaboração ao seu paciente?

Chegando à Vara Criminal, fui recebida por um funcionário que perguntou se eu gostaria de esperar pelo chamado do juiz em sala junto ou separada do réu e se prestaria meu depoimento na presença do réu. Escolhi ficar separada em ambas as situações por motivo de segurança pessoal.

Enquanto aguardava o chamado da juíza, chegaram o advogado, a mãe e a tia da menina. A tia estava bastante ansiosa e conversou comigo como se estivesse em uma sessão terapêutica. Logo, um funcionário veio organizar a ordem em que as testemunhas seriam chamadas, avisando que o réu estava na sala em frente.

Quando entrei na sala de audiência, estavam a juíza, o promotor, o advogado de defesa do réu e o escrevente. A juíza dirigiu-se a mim e inicialmente perguntou meus dados pessoais e, em seguida, se atendia Ana e por qual período de tempo. Perguntou também se atendia a mãe da menina e a frequência dos atendimentos. Repetia tudo que eu dizia ao escrevente que lavrava a ata.

A juíza, então, prosseguiu. Questionou-me se Ana havia relatado que o padrasto tinha abusado sexualmente dela. Apenas respondi que Ana havia me dito que ele não a deixava ir à escola. A juíza perguntou se era somente isso. Disse que sim e comuniquei que estava protegida pelo Código de Ética dos Psicólogos que assegura o direito ao paciente ao sigilo, não podendo assim dar maiores informações. A juíza compreendeu e perguntou se, nas entrevistas, a mãe falou sobre o abuso da filha. Respondi que sim e relatei o que a mãe havia me dito. A meritíssima perguntou se os advogados presentes tinham mais questões. Responderam negativamente. Em seguida, a juíza agradeceu-me e pediu ao escrevente para encerrar o depoimento. Entregou a ata para ser lida e assinada pela depoente.

A juíza foi extremamente compreensiva e discreta quando respeitou os limites impostos, à fala da psicóloga, pelo direito ao sigilo resguardado ao paciente, que consta nos artigos 9º a 13 do Código de Ética do Psicólogo, os quais transcrevemos a seguir:

Art. 9º. É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art. 10. Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

Parágrafo único. Em caso de quebra do sigilo previsto no *caput* deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias.

Art. 11. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.

Art. 12. Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 13. No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

Maria e Ana, depois do depoimento, deixaram de comparecer aos atendimentos no Centro de Referência. Maria, alguns dias depois, telefonou-me dizendo que não tinha mais dinheiro para pagar a condução para ir ao atendimento e que a filha tinha ido passar férias em Santos na casa de uma outra irmã sua. Embora ambas já estivessem mais tranquilas e tocando bem suas vidas, eu julgava que ainda seria preciso dar continuidade ao tratamento.

De certa forma, paira a dúvida sobre se o meu depoimento não inviabilizou a continuidade do tratamento de ambas.

A pergunta que podemos fazer é: que lugar o psicólogo ocupa quando se dirige a um tribunal para ser testemunha de acusação do suposto abusador de seu paciente?

4.9 O lugar do psicólogo

Quanto aos profissionais da rede de proteção integral, podemos dizer que estes acreditam estar contribuindo para a proteção da criança apenas aplicando a lei. Sem dúvida, não é papel do juiz de direito da criança e do adolescente tampouco dos órgãos que os representam, como as delegacias da infância e juventude e os Conselhos Tutelares, lidar com as seqüelas produzidas em crianças e adolescentes que passaram pela experiência de abuso sexual. Cabe sim ao psicólogo auxiliar não só a criança ou o adolescente como também sua família a elaborar psicologicamente o que lhes aconteceu.

Os equipamentos do sistema da rede de proteção integral que acolhem a criança e o adolescente em situação de violência sexual buscam na ciência médica (exame de corpo de delito) e psicológica (psicodiagnóstico) um saber que possa lhes responder se o sujeito sofreu ou não abuso sexual e, em caso de confirmação, produzir provas que promovam a punição do agressor.

Nesse contexto, o psicólogo é o profissional da ciência convidado a servir o sistema judiciário e também poderá utilizar seu espaço de escuta para coletar dados, elaborar relatórios e fornecê-los ao juiz, contribuindo, assim, para a aplicação da lei.

De outro lado, os usuários dos serviços da rede de proteção, ou seja, a mãe ou o responsável e a criança ou o adolescente, percorrem os serviços na tentativa de buscar uma resposta para a lacuna que a experiência do abuso sexual causou em sua própria subjetividade. Procuram os serviços para aplacar sua dor, para obter respostas. Buscam acolhimento, mas, ao mesmo tempo, são portadores de muitas interrogações. Questões que, muitas vezes, as instituições não podem lhes responder e, por isso, mobilizam o corpo social a produzir saberes, a aprimorar a rede de atenção e as leis, a fim de aplacar essas dúvidas.

Portanto, o psicólogo deve oferecer a oportunidade para que a criança ou o adolescente e seus familiares atravessados pela experiência do abuso sexual produzam um saber. Deve se dispor a ser depositário de tudo que o paciente puder produzir em forma de discurso. Deve provocá-lo a falar sobre essa e outras experiências de sua vida, fazendo com que se implique em suas fantasias e desejos, se defronte com a castração e se depare com as contradições que a experiência da vida revela. É nesse lugar de escuta que o psicólogo deve estar.

4.10 Tabu e incesto

Nesse subtítulo, percorreremos o caminho feito por Freud no campo da antropologia para iluminar o fenômeno do incesto e as formas de repressões sociais existentes para controlá-lo.

Freud (1913), pesquisou o modo como as sociedades primitivas se organizavam, utilizando-se da antropologia social. Estabeleceu uma relação entre as proibições dessas sociedades e as encontradas nas neuroses obsessivas. Nesse trabalho, dialoga sobre fatos da psicologia social adotando o método psicanalítico.

O autor analisou o comportamento dos aborígenes australianos e observou um “severo rigor a propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Na verdade toda sua organização social parece servir a esse intuito [...]” (FREUD, 1996, p. 22).

Essas sociedades eram subdivididas em grupos menores e se organizavam por um sistema que se chamava *totemismo*, ou seja, um animal, fenômeno natural ou vegetal, considerado antepassado comum ao clã determinava a dinastia a qual a pessoa pertencia. As relações dos membros com seu totem eram a base dessa sociedade. Assim, os aborígenes misturavam-se entre si e conviviam com membros de outros totens. Entretanto, há uma “lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra seu casamento” (FREUD, 1996 [1913], p. 23).

A penalidade para as relações sexuais com pessoas de um clã proibido era a morte para o homem e o castigo para a mulher. Poupavam a vida da mulher por acreditar que ela pudesse ter sido coagida. “O homem é morto, mas a mulher é apenas espancada ou perfurada por lanças ou ambas as coisas até ficar quase morta” (FREUD, 1996, p. 24). A severidade dessa lei pode ser compreendida, porque as pessoas nascidas sob o mesmo totem eram consideradas parentes consangüíneos.

Contudo, não foi somente entre os membros da cultura aborígine que o autor encontrou severidade quanto à aplicação de castigos entre aqueles que violavam o sistema de organização social. Em uma tribo da África Ocidental inglesa, uma moça tinha de evitar o pai no período que vai da puberdade ao casamento. Na Melanésia, o menino, quando chegava à puberdade, era retirado da casa onde moravam a mãe e as irmãs e não podia mais pronunciar o nome delas por toda a vida. O homem não podia chegar perto da mãe de sua esposa, ou só

podia seguir a sogra ao longo da orla marítima depois que a maré tivesse levado suas pegadas da areia. Na Nova Caledônia, “se um irmão e uma irmã encontra-se num caminho, a irmã esconde-se dentro do mato e o irmão passa sem virar a cabeça” (FREUD, 1996, p. 29). Em Gazelle, uma moça depois de casada não podia pronunciar o nome do irmão e em New Macklenburg, os primos também eram proibidos de se falar.

Freud acreditava que havia certa sabedoria entre esses povos quanto a suas regras de “evitação”, no que diz respeito ao genro e à sogra. Segundo o autor: “a identificação simpática da mãe com a filha pode facilmente ir tão longe que ela própria se apaixona pelo homem que a filha ama, isso pode levar as formas graves de doença neurótica como resultado de violentas lutas mentais contra essa situação emocional” (FREUD, 1996, p. 33-34).

Para o autor, pode haver desejo também por parte do homem em relação à sogra, pois, em razão da proibição do incesto, o amor do filho pela própria mãe pode ser desviado para a mãe de sua esposa, “[...] ele tem um impulso ao recair em sua escolha original, embora tudo nele lute contra isso” (FREUD, 1996, p. 34).

A proibição das relações sexuais entre parentes consangüíneos é considerada tabu. Segundo Freud, esse é um termo polinésio que significa algo consagrado, misterioso e perigoso. O autor se refere a Wundt que “descreve o tabu como código de leis não escrito mais antigo do homem” (Wundt 1906, *apud* FREUD, 1996, p. 37).

Havia a crença de que o tabu envolvia poderes mágicos atribuídos a pessoas ou coisas e que podiam ter efeitos destrutivos, se violados. Uma pessoa podia se tornar um tabu em determinadas circunstâncias, como, por exemplo, mulheres durante o período menstrual ou após o parto, pessoas enfermas ou os mortos. O tabu tem sua origem na fonte dos instintos mais primitivos e duradouros humanos – “no temor dos poderes demoníacos” (WUNDT, 1906 *apud* FREUD, 1996, p. 42).

Wundt diz que, com a evolução da sociedade, “pouco a pouco, o tabu vai se transformando numa força com base própria, independente da crença em demônios. Desenvolve-se nas normas dos costumes e da tradição e finalmente da lei” (*apud* FREUD, 1996, p. 42).

Freud encontrou em sua clínica pessoas que criaram para si mesmas proibições de tabus individuais que obedecem ao mesmo rigor que os das sociedades primitivas, chegando a dizer que a “doença do tabu” seria a expressão mais apropriada para a condição dos pacientes “obsessivos” (grifo do autor).

Em nossa sociedade ocidental contemporânea, as relações de consangüinidade são estabelecidas a partir do sobrenome que o indivíduo porta. De acordo com ele, pode-se identificar a linhagem familiar da qual ele faz parte, seus ancestrais e seus descendentes.

Qualquer um que tivesse violado um tabu tornar-se-ia um tabu, porque possuía a perigosa qualidade de tentar os outros a lhe seguir o exemplo. Esse fenômeno foi observado também nas crenças e valores das culturas mais civilizadas. As proibições obsessivas do neurótico são também misteriosas em sua origem. “Como no caso do tabu, a principal proibição, o núcleo da neurose, é contra o tocar e daí ser às vezes conhecida como ‘fobia de contato’, ou *délire du toucher*” (FREUD, 1996, p. 44).

Para a psicanálise, a vida mental de um adulto vai sempre carregar a matriz do desejo por sua primeira escolha de objeto para amar. Assim, a fixação incestuosa da libido desempenha papel principal em sua vida inconsciente, que vai se deslocar constantemente, a fim de encontrar substitutos para colocar no lugar do proibido.

Inspiradas no sistema dos povos primitivos, as culturas civilizadas aprimoraram seus mecanismos de repressão social visando preservar sua forma de organização social. A exemplo disso, apresentamos no Capítulo 2 os dispositivos jurídicos modernos a serem aplicados àqueles que traduzem em ato desejos que, para a continuidade da vida em sociedade, devem ser reprimidos. “Se a violação de um tabu pode ser corrigida pela reparação ou expiação, isso prova que a obediência à injunção do tabu significa em si mesma a renúncia a algo desejável” (FREUD, 1996, p. 51).

Atualmente o ECA, além das penalidades previstas, oferece espaços para tratamento daqueles que violam o tabu do incesto. Entretanto, é impossível dissociar esse “tratamento” de uma espécie de punição.

Esse sentimento de punição pode atravessar quem é violado, neste caso a criança e o adolescente. E quiçá o psicólogo que vai fazer o atendimento ou a emissão de laudos e relatórios dirigidos ao juiz.

Considerando o pressuposto freudiano de que uma pessoa pode ser eventualmente considerada tabu por se encontrar em situação que possa provocar desejos proibidos em outros e despertar neles conflitos de ambivalência, encontrado nas culturas primitivas e relacionado aos casos tratados em sua clínica, podemos dizer que, a criança ou adolescente abusado sexualmente por membro do núcleo familiar ocupa um lugar, mesmo que momentaneamente, de tabu. Dito de outro modo, ela desperta no outro sentimentos ambíguos de penalização, por ter sido violada, e de inveja, por ter concretizado o desejo incestuoso que

há em todos, porém sacrificados em prol da comunidade. O mesmo pode se dizer do “abusador.”

Segundo Freud, “Essa poderosa força mágica do *mana* corresponde a dois poderes: o poder de fazer alguém lembrar de seus desejos proibidos e o de induzi-lo a transgredir a proibição em obediência aqueles desejos” (FREUD, 1996, p. 51).

4.11 A linguagem da ternura

Espera-se que o adulto transmita à criança as regras e normas sociais. Uma dessas normas é a proibição do relacionamento sexual genital entre um adulto e uma criança. Também se espera que uma criança que esteja descobrindo seu corpo e o corpo do outro tenha curiosidades a respeito das questões sexuais. O sujeito infantil é portador de uma sexualidade, mas ainda não tem todas as faculdades desenvolvidas para saber discernir o certo e errado, o bom e mal, o que pode e o que não pode. “A criança tem fantasias lúdicas sobre como manter um papel maternal em relação ao adulto. Esse jogo pode tomar uma forma erótica, mas permanece sempre ao nível da ternura” (FERENCZI, 1943, p. 351).

Entretanto, sabemos que nem todos os adultos conseguem fazer essa interdição e acabam se deixando seduzir, bem como seduzindo crianças. Eles aproveitam-se de uma situação de poder para obter gratificação sexual genital. “Confundem as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já atingiu a maturidade sexual, e se deixam levar a atos sexuais sem pensar nas conseqüências” (FERENCZI, 1943, p. 352).

Ferenczi se refere ao fenômeno como uma ocorrência muito comum e que perpassa por todas as classes sociais. Constata em sua clínica algumas reações advindas das crianças molestadas. Coloca que, para se defender, a criança pode recorrer ao mecanismo da identificação ansiosa com o parceiro adulto, introjetando o sentimento de culpa do adulto: “a brincadeira até então anódina aparece agora como um ato que merece punição.” Acrescenta que, se a criança se restabelece de tal agressão, sofre uma enorme confusão, sente-se ao mesmo tempo inocente e culpada.

O encontro de uma criança com um adulto que não interdite o contato físico sexual genital, ou seja, um adulto que use sua influência para abusar sexualmente da criança, pode criar sérios conflitos no desenvolvimento subjetivo dela.

O autor ainda aponta para um certo “terrorismo do sofrimento.” Esse fato acontece quando as crianças são obrigadas a resolver conflitos familiares. Como exemplo, podemos

citar as mães que se queixam continuamente de seus sofrimentos fazendo do filho um substituto maternal, não levando em consideração que se trata de uma criança. Elas fazem com que os filhos carreguem em seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família. Ressalta, ainda, que não é por desinteresse que as crianças aceitam essa posição, “mas para poderem fruir novamente da paz perdida, e da ternura que daí deriva” (FERENCZI, 1943, p. 355).

Capítulo 5

O PSICÓLOGO E O CAMPO JURÍDICO: análise das entrevistas

5.1 Contextualizando nossa análise¹

Nossa análise foi elaborada a partir de fragmentos retirados dos relatos dos entrevistados. Levaremos em consideração a singularidade de cada sujeito: suas concepções e vivências sobre o tema, incluindo seus pensamentos, reflexões teóricas e profissionais, bem como suas concepções e opiniões pessoais, seus pontos de vista oriundos do senso comum (compartilhados por setores ou agrupamentos sociais), seus conflitos, angústias e sofrimentos, seus juízos de valor e suas formulações éticas, morais e religiosas.

Por conta do sigilo que uma pesquisa deve preservar, estamos impedidos de relatar maiores detalhes sobre onde nossos entrevistados trabalham, sobre a missão e a filosofia da instituição. Mesmo assim, faremos uma reflexão também sobre as questões institucionais que permearam a fala dos nossos sujeitos.

Os três psicólogos entrevistados trabalharam ou ainda trabalham em programas sociais que atendem crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. Cada um desses programas faz parte de instituições distintas, situadas em cidades diferentes. Escolhemos propositalmente sujeitos que executam a mesma tarefa, porém em municípios e entidades diversas, a fim de investigarmos se há diferenças relacionadas ao fato de se trabalhar em uma ou outra instituição e, em caso de resposta afirmativa, quais seriam elas.

A partir do levantamento das questões de nossos entrevistados, articularemos suas colocações às opiniões de autores que trabalham a conexão da Psicologia com o Direito. Pensaremos em uma aliança possível entre os dois campos, que possa equacionar a angústia e a impotência encontrada na fala dos nossos sujeitos. Comparando-as ao que alguns teóricos dizem, confirmamos que há uma tensão fundamental entre o campo da psicologia e do Direito na atenção à criança e ao adolescente em situação de violência. Levantamos a hipótese de que, no âmago de todo sofrimento relatado pelos três sujeitos, pode estar a dificuldade, ou até

¹ As frases que representam as falas dos três sujeitos desta pesquisa serão escritas entre aspas, a fim de diferenciá-las do corpo do texto.

mesmo a impossibilidade do psicólogo em atender a demanda da justiça, assim como Freud já havia nos alertado e mais tarde também Lacan.

5.1.1 As questões de André

Eu sirvo à área da Saúde ou sirvo à área do Direito?
Quem é meu Deus?

A primeira experiência de André no atendimento a crianças e adolescentes e famílias em situação de violência sexual foi como estagiário de um curso de especialização de uma Universidade. Sendo um curso de especialização, a necessidade de um referencial teórico era iminente e a base teórica metodológica bem definida – a psicanálise. As supervisões eram periódicas e as reuniões de equipes também. Os estagiários atendiam famílias encaminhadas pelo fórum, nas quais os pais ou parente próximo eram suspeitos de abusar sexualmente de uma ou mais crianças no interior do grupo familiar.

Sua segunda experiência veio quando, após ter terminado o curso de especialização, assumiu a função de psicólogo em um Centro de Referência na periferia da capital paulista, o qual atendia crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. A equipe era multiprofissional e as famílias atendidas não necessariamente tinham processo aberto no fórum, então muitas vezes cabia à equipe do Centro de Referência fazer a primeira notificação ao órgão competente, nesse caso o Conselho Tutelar, seguindo assim os preceitos do ECA. Dessa forma pôde trazer reflexões sobre a diferença da condução do tratamento entre as duas instituições.

André foi o sujeito que mais apresentou questionamentos a respeito do tema incesto e abuso sexual, a respeito das denúncias e da perícia e, principalmente, sobre a interface dos campos Psicologia e Direito. Trouxe também conteúdos sobre a moralidade que permeia os trabalhos sobre a sexualidade. Com respeito à moralidade, supomos que o aparecimento desse tema em sua fala esteja ligado ao fato de André ser filho de mãe religiosa e pai pastor de igreja protestante.

Conta-nos que, em seu processo de análise pessoal, deparou-se com esse fato – a religiosidade – o que lhe rendeu muitas elaborações: “Na faculdade eu fiz uma monografia sobre a religiosidade e agora estou preparando um mestrado em sexo [...] faço um rascunho de mestrado nessa área, que envolve isso, religião e sexualidade. Então é reflexo da minha

história toda [...]” Sobre seu processo analítico, diz: “Tem sido gostoso pensar essas coisas até porque eu estou em análise há 6 anos, já pensando essa história toda.”

André cumpre os quesitos necessários para oferecer uma escuta de qualidade a seus pacientes: está em processo de análise, é estudioso e se submete à supervisão. Mesmo assim, vivencia conflitos que ficaram mais evidentes na segunda entrevista.

Todo analista é avisado de que o desejo inconsciente que o move é matéria-prima de seu trabalho e que, combinado ao que move inconscientemente o paciente, poderá construir, na transferência, o caminho da cura do analisando.

- A obrigatoriedade da notificação

Apesar de ter a conduta de orientar uma pessoa da família a fazer a notificação ao órgão competente, nos casos de suspeita de abuso, André diz que “é uma relação complicada [...] o psicólogo clínico da família se fizer uma denuncia ele quebra o vínculo.”

Conta o caso de uma psicóloga (sua supervisionanda) que fez a denuncia, mas encaminhou o caso para outro psicólogo atender. “Ela viu que o vínculo não rolou depois da denúncia. Porque ficava uma ambivalência.” Refletindo sobre o que poderia acontecer a nível da fantasia da criança para justificar a ‘quebra de vínculo’ André diz que a criança pode ter pensado assim: “que legal, que bom que você entrou na minha família denunciou meu avô, isso não vai mais acontecer comigo, obrigada, eu te odeio porque meu avô está quase sendo preso por tua causa.” Refere-se ao sentimento de culpa que a prisão de um membro da família pode gerar na criança: “então ‘foi culpa minha que meu avô está sendo julgado.’”

Dessa forma nosso sujeito sustenta uma opinião: “Por isso que eu acho que não dá pra você julgar, encaminhar pro judiciário e cuidar ao mesmo tempo.”

Questiona o ECA que obriga o psicólogo a denunciar, diz: “se na minha concepção, denunciar naquele momento pode ser pior do que não denunciar [...] Acho que são, aí entra nessa coisa do ato médico, a medicina vai dizer pra psicologia o que é que ela deve fazer.”

Diante do impasse da denúncia, André tomou a seguinte decisão: “Eu tenho que denunciar, mas eu posso esperar um ano pra ver se essa mãe toma consciência e consegue. [...] se essa família some do meu contato, então [...] eu tenho que fazer isso.” Diz ainda que apesar de sua postura ter ambivalências legais, do ponto de vista ético é o melhor a fazer.

Aponta para o fato de que uma denuncia infundada, pode repercutir negativamente à toda classe de psicólogos: “O ECA fica nessa coisa que eu tenho que denunciar, mas se eu denuncio, eu corro sério risco de cortar o vínculo [...] que outro psicólogo ele vai confiar também? [...] se eu for processado, posso tentar justificar isso.”

Adverte ainda: “O psicólogo que atende e denuncia, ou vice-versa, que faz essas duas funções, poderia ser comparado ao homem que gera uma criança e, depois, transa com ela. Ele também faz as duas funções.”

- A perícia

Quando se refere a perícia, André diz: “Eu não sei se tem alguma coisa mais confusa na psicologia do que isso.” Questiona sobre a perícia nos casos de abuso e diz: “são duas ciências diferentes, são duas disciplinas.” Nosso sujeito prossegue em suas reflexões dizendo: “Essa idéia de Freud que o que vai dar neurose é a fantasia, não necessariamente o fato. Essa idéia de Freud é muito polêmica [...]. Os advogados caem matando, a maioria dos psicólogos falam mal.” Nessa frase revela divergências no interior do próprio campo da psicologia.

Num primeiro momento, André separa o psicólogo clínico daquele que trabalha no fórum como pertencentes a campos diferentes do conhecimento. Fala sobre os conflitos que eles (psicólogos do fórum) vivem quando precisam dizer ao juiz se houve abuso ou não. Ressalta que para o clínico, não importa se houve abuso de fato, porque pode ser uma fantasia, o que importa é como ficou isso na ‘mente’ do paciente.

Em sua opinião o psicólogo do fórum quer inverter as funções quando espera que o clínico faça perícia: “quem tem que dizer se houve abuso ou não é o psicólogo do fórum.”

Mais à frente André começa a refletir de forma mais solidária em relação aos psicólogos do fórum: “Eu acho que é muito complicado o trabalho deles [...] dizer se houve abuso ou não, isso não é função deles, é do juiz.” Ressalta as cobranças que o juiz faz aos psicólogos do judiciário: “e você que é psicólogo, teve abuso ou não? [...] aí ela (a Psicologia) está submissa ao Direito.”

Apesar de parecer contraditório, André começa a caminhar no sentido de buscar a interface entre os campos. Vamos detalhar mais algumas das questões levantadas por André:

- O depoimento em juízo

Quando André exerceu o cargo de psicólogo em Centro de Referência situado em uma comunidade bastante carente, enfrentou embates com a área jurídica, pois a equipe do fórum demandava que ele fosse depor: “psicólogos do fórum, que queriam que eu fosse depor, e eu não cheguei a ir, eu mandei uma carta, mas queriam que a gente fizesse o trabalho de dizer se tinha abuso ou não.”

Nosso sujeito continua se perguntando sobre as questões éticas do depoimento em juízo e serve-se de metáforas para sua reflexão: “Se, no meio de um atendimento, eu digo pro

juiz: ‘Olha, realmente aconteceu uma relação entre o pai e a filha.’ Aquela filha podia ficar com raiva de mim, psicólogo dela, porque eu denunciei o pai dela.’”

- A obrigatoriedade de tratamento

André é favorável à obrigatoriedade do tratamento: “Eu acho que funciona mais do que se for por adesão livre, né, porque a hora que você começa a mostrar as coisas feias da família, as coisas que estão acontecendo, eles saem.” Entende a figura do juiz como a de um pai que capaz de colocar limites àqueles que não os tem. “E se não tiver a figura de pai dizendo ‘vai ter que fazer terapia sim.’ [...] é melhor ir forçado e resistente, mas ir, do que ficar resistente e sair.”

O entrevistado acredita que o alcance da terapia realizada em consultório de casos de abuso sexual é muito pequeno. “Se não for na rede, porque a rede é assim, o judiciário está sabendo. Acho que a psicologia não tem esse poder de pai de obrigar, ‘vai sim.’”

Às vezes, a tentativa de interdição por meio da terapia é mal sucedida: “Bom, eu falei, mas vamos tentar mais um pouco pra ver se essa família toma consciência do que está acontecendo, porque se eles conseguirem tomar consciência de que não é normal transar entre si, fazer de conta que não vê. [...] acho que talvez estruturaria a família. [...] Nesse caso, por exemplo, não teve esse alcance, teve que entrar um juiz. Aí, tem que entrar um pai no meio, né, falar: ‘ó, ou vai sair ou eu bato em você ou eu te prendo.’”

Nosso sujeito percebe a autoridade do juiz como abusiva com os técnicos, quando impõe a eles que produzam laudos periciais ou quando o poder judiciário faz leis como o ECA, que torna compulsória a notificação. Por outro lado, considera importante o fato do juiz determinar que a família faça psicoterapia.

- A política institucional

Quando atendia os casos dentro da Universidade, André sentia-se protegido por não precisar utilizar a sua escuta clínica para fazer perícia nos casos de abuso sexual. Diz: “Como ali era uma questão de saúde mental, não tinha essa questão, assim: teve relação penetração ou não?” Naquela instituição, o importante no atendimento era compreender como a criança ou adolescente simbolizou o possível abuso. Ressalta ainda que a instituição *já comprou muita briga*, com os diferentes campos do saber e principalmente com o jurídico quando decidiu sustentar a posição de que a equipe não faria perícia nos casos atendidos. Segundo o entrevistado, o Fórum “já entendeu.”

Por isso a instituição onde André foi estagiário resolveu atender somente casos que já notificados ao Fórum e com a condição de que seus profissionais não seriam chamados para periciá-los. André diz que na universidade o serviço de atendimento funciona num ambiente protegido.

Nosso sujeito tece críticas aos núcleos de atendimento da rede de proteção que não têm estrutura para atender a demanda de casos de abuso sexual. Diz: “uma ‘onguezinha’ que está lá na periferia [...], que não tem judiciário e nem Conselho Tutelar perto, aí não dá pra fazer clínica, que faça essa coisa de denúncia mesmo.”

- Interface Psicologia e Direito

“O Direito entende que uma criança que está sendo abusada pelo pai, pela mãe, isso faz mal, é crime, mas não leva tanto em consideração a questão que, se eu tirar essa criança ou esses adultos do lar, também faz mal e isso não é crime.”

Essa frase emitida pelo entrevistado demonstra a cerne do conflito entre os campos O juiz preocupa-se em evitar que a criança venha a sofrer novas violências e procura aplicar bem a lei. Já o psicólogo preocupa-se com as conseqüências dessa aplicação da lei na vida da criança. A aplicação da lei pode gerar mais uma violência.

André justifica a importância da psicoterapia afirmando que o *setting* terapêutico não possui estatuto de investigação, mas sim um lugar para “falar da disfunção, da dor que a família tem [...]. Quando eles podem falar da dor, e eles sabem que não estão sendo julgados, eles costumam aderir e aí ficam.” André tenta buscar uma interface entre os campos, distinguindo-os, porém sem separá-los completamente.

Nosso sujeito faz uma proposta: “Então, vamos fazer o seguinte: o judiciário cuida da justiça, o judiciário, o tutelar, ONGs que trabalham com isso, [...] e a psicologia cuida do emocional. Acho que aí dá pra fazer um trabalho legal.”

André se indigna e diz: “Como é que um juiz ou alguém do jurídico vai dizer o que é que eu tenho que fazer ou não na minha profissão, na minha área técnica, se ele não sabe o que é aliança terapêutica!”

Sobre a Psicologia e o Direito, acrescenta: “São áreas distintas, [...]. Acho que a idéia da interface, [...] vamos pensar, vamos falar junto. Então, chama um psicólogo pra pensar como é que a lei pode ser melhor.”

Sua fala aponta para uma saída, um diálogo entre os campos a partir da disposição do Direito em compreender a Psicologia: “A gente tem os juizes aqui de São Paulo que estudam

psicologia. Eu lembro o dia em que eu vi, sabe, o doutor (fala o nome do juiz). [...] com o livro do Winnicott, eu falei ‘que legal’, um juiz lendo Winnicott, que bacana isso! [...] A gente está debaixo de uma Constituição, antes de ser psicólogo eu sou cidadão brasileiro”, conclui André.

5.1.2 As questões de Cláudia

Eles [psicólogos] queriam dar um passo maior do que podiam, por exemplo, ao se meter no jurídico.

Cláudia também trabalhou num Centro de Referência e atendeu crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual durante dois anos, primeiramente como psicóloga e depois como coordenadora técnica. Esse Centro era financiado pelo poder público municipal. Havia psicólogos, assistentes sociais, educadores e um advogado na equipe. Nesse Centro, a equipe optou por atender casos encaminhados do Conselho Tutelar ou da vara da infância. Esse manejo desobrigava o profissional a fazer a primeira notificação, visto que esta já havia acontecido e a criança já tinha um prontuário na Vara da Infância. Assim, o tratamento psicossocial aconteceria independentemente do processo na justiça.

Seu depoimento traz muitas interrogações a respeito das questões de ordem política que atravessavam o cotidiano do seu trabalho e sobre o despreparo dos profissionais de sua equipe.

O que motivou Cláudia a trabalhar na área de atendimento a casos de abuso sexual contra a criança e o adolescente foi a possibilidade de contribuir para a área social. Não sabemos quais fios de sua história pessoal que a levaram a tal escolha, mesmo porque ficou pouco tempo no programa e, pelo que sabemos, não voltou mais a trabalhar na área.

Cláudia diz sentir grande angústia ao lidar com o atendimento a crianças e adolescentes com suspeita de abuso sexual. Fala sobre sintomas físicos: “uma menina de um ano e meio que foi abusada e essa menina foi parar no hospital, [...] eu não agüentei, senti ânsia de vômito.” Mesmo estando em análise e supervisão, após sua saída da instituição, Cláudia não voltou a escutar casos de abuso sexual, provavelmente por lhe ser tão aversivo.

O aspecto que mais marcou essa entrevistada foram as dificuldades político-institucionais enfrentadas por ela e por sua equipe. Além da problemática dos casos de abuso sexual, ela e sua equipe eram ‘violentadas’ por atraso no pagamento de salários e por

condutas desrespeitosas por parte dos supervisores do setor público. Essa duplicidade de violações à integridade e à subjetividade dos profissionais levou à saída gradativa dos técnicos e, depois de alguns meses, ao fechamento do programa.

A abordagem da questão política foi bastante delicada durante essa entrevista, pois a entrevistada não queria expor sua chefia e também não queria expor a si mesma em um depoimento que pudesse vir, eventualmente, a prejudicá-la no futuro. Cláudia fez questão de respeitar os limites éticos de uma entrevista que seria publicada, pedindo para retirar nomes e fatos constrangedores. Mesmo assim, conseguiu expressar seu mal-estar, que ficou explícito nas linhas e entrelinhas de sua fala.

- O impacto da escuta de casos de abuso na subjetividade de quem escuta

A entrevistada traz alguns exemplos de como a fantasia do psicólogo pode ser despertada na escuta de casos de abuso sexual. Conta sobre um caso que deixou toda a equipe com muito medo, pois o suposto abusador era percebido como ameaçador. A equipe chegou a acionar a gerência municipal e a instituição, para garantir a sua segurança. Cláudia não via exatamente a necessidade de um segurança, mas percebia que a equipe estava ameaçada simbolicamente. Diz: “É o olhar, que a presença da pessoa significava e o que isso podia dizer.”

Cláudia conta que recusou atender casos de crianças muito pequenas que foram abusadas sexualmente porque não se sentia em condições de fazê-lo. Diz: “mexeu comigo. [...] Pensava na minha filha [...], fiquei com aquela sensação de que poderia acontecer com a gente [...]. E eu fiquei em pânico. [...]. A gente entra em pânico mesmo!”

- O despreparo da equipe

Cláudia fala que havia profissionais que a preocupavam. Diz: “não tem a menor noção, nem como começar um atendimento.” Conta que um dos educadores contratados revelou, em uma reunião de equipe, que era ex-interno da FEBEM e lá tinha sofrido abuso sexual, por isso considerava a si mesmo conhecedor do assunto muito mais que todo o grupo: “Ele escancarou para a equipe o que ele tinha passado.”

Cláudia diz que, a partir desse fato e como o moço não estava em processo de análise pessoal, achou por bem não mantê-lo na equipe e lamenta: “Eu fui inteiramente massacrada pela equipe [...] fui colocada e representada como uma pessoa autoritária.”

Com o passar do tempo observou que a qualidade do serviço prestado estava sendo prejudicada. Diz: “A gente estava doente.” Apesar de buscar supervisão, segundo Cláudia, a

equipe não conseguia falar sobre as questões e aproveitavam o espaço para “formar um conluio” contra a coordenação.

- O cuidado com o cuidador

Nossa entrevistada fala como, enquanto coordenadora e, portanto responsável pela qualidade do serviço prestado pela instituição, lhe preocupava a formação de sua equipe, sentindo-se segura quando o psicólogo era ‘bom.’ Diz: “Eu ficava tranqüila, havia técnicos que eram bons [...], eram técnicos supervisionados, eram técnicos que tinham passado um pouco por análise, e só não estavam em análise porque não tinham condições financeiras de bancar.”

Diz que o profissional além de se tratar, precisa ter uma formação continuada. Afirma: “não dá pra você ficar sem estudo, sem um grupo de estudo, análise e atendendo... Não dá pra fazer sem esse tripé.” Caso contrário o técnico pode adoecer ou atuar com os pacientes como foi o caso do educador que ela teve que dispensar. Diz: “Eu vi técnicos faltando [...] atrasando [...] os técnicos faltavam muito.” Cláudia fala que o profissional que não se cuida não consegue saber quais os seus limite e acaba não conseguido saber sobre suas potencialidades.

- A política e o (des) amparo institucional

Cláudia diz que havia muitas questões de ordem política atravessando cotidiano dos profissionais, desde a concepção e constituição do Programa. Diz: “Eu me sentia muito incomodada politicamente, porque é uma zona de política, e de como foi constituído esse programa. Eu sofria muito com isso.”

Ressalta acontecia um desrespeito por parte da supervisora do poder público com relação à pessoa de Cláudia. Acredita que isso acontecia por ela ter feito parte da equipe que havia saído do programa. Cláudia foi a única técnica que ficou no Centro que fez parte do grupo anterior, considerado como fracassado pela supervisora.

Apesar da entrevistada não mencionar, tivemos notícias de que a equipe anterior não conseguiu lidar com algumas questões políticas, financeiras e institucionais e também foi gradativamente se retirando do programa.

Essas questões foram trazidas com grande mal-estar pela nossa entrevistada. No momento em que falou sobre essa questão ficou emocionada e revelou tristeza ao dizer que a falta de repasse de verba fez com que o programa fosse fechado. Apesar de receber salário diz: “Questionei muito esse lado de ‘subutilização’ do profissional. [...] Eu permanecia naquele trabalho. Eu não me sentia remunerada.”

Por outro lado, Cláudia nos fala de iniciativas por parte da instituição que refletia positivamente no trabalho. Diz: “Tínhamos uma gerência que providenciava algumas coisas legais [...], instrumentalizar os técnicos teoricamente. Achava super legal.”

Mesmo não podendo pagar em dia seus profissionais havia um movimento da instituição na tentativa de aliviar as tensões entre a equipe gerada pela falta de repasse de verba do poder público municipal.

- Interface Psicologia e Direito

Cláudia é bastante crítica quanto à interface da Psicologia com a área jurídica, em relação à elaboração de laudos e relatórios sobre a questão do abuso sexual. Diz: “A gente parou de dar laudos para o juiz. Isso a equipe fez bem.”

A coordenadora disse que ao estudar sobre o limite da psicologia em dizer se houve ou não abuso sexual é muito grande e a equipe decidiu que não iria fazer laudos. Diz: “Então a equipe entrou sabendo que não responderia, não apresentaria laudos para o juiz, porque isso não era da nossa alçada.”

Sua opinião é bem definida quanto à falta de preparo do psicólogo em dialogar com o campo da justiça. Diz: “Ele queriam dar um passo maior do que podia, por exemplo, se meter no campo jurídico [...]. Eu acho que isso é o mal do psicólogo.”

Diz ainda que havia comentários de que o juiz da região deu a guarda de uma criança para o abusador. Esse fato afastou mais ainda a possibilidade de interface do Centro de referência com as Varas da Infância e da Família.

Cláudia ainda aponta que havia uma boa relação com o conselheiro tutelar da região e que sua equipe estava buscando contato com a Saúde para implantar um trabalho de rede. Diz: “A gente estava começando a fazer um trabalho de rede com os conselheiros tutelares, com as subsecretarias. A gente estava entrando em contato com o SUS para fazer um trabalho de rede.” Em seu ponto de vista, os conselhos tutelares e a área da Saúde seriam os interlocutores do Centro de Referência para um trabalho em rede e suporte para a prevenção da violência sexual contra a criança e o adolescente naquela região.

5.1.3 As questões de Maria

O cara [abusador sexual] foi pra cadeia, ele morreu lá assassinado. Bateram, estupraram.

A violência maior que a gente vê na nossa sociedade tem tudo a ver com a violência doméstica; tudo a ver com a dinâmica familiar.

Maria trabalha há mais de dez anos em uma organização não governamental com a missão de prestar atendimento psicossocial a todo tipo de violência contra crianças e adolescentes, inclusive o abuso sexual. A instituição é conveniada com o poder público municipal, que é seu maior mantenedor. A equipe da ONG é formada por psicólogos e assistentes sociais. Nos primeiros anos que sucederam a inauguração do serviço, os profissionais recebiam casos de todos os equipamentos da rede de proteção e muitas vezes tinham a responsabilidade de fazer a notificação ao Conselho Tutelar. Com o tempo passaram a atender somente casos encaminhados pelo Conselho, ou seja, casos em que a instância jurídica já havia sido acionada.

Nossa entrevistada faz diagnóstico, atende casos individualmente e em grupos. Também faz orientação a pais. Emite frequentemente relatórios para a Justiça, nos quais opina se houve ou não abuso sexual. Maria está montando, pela primeira vez, um grupo psicoterápico de homens abusadores sexuais de crianças e adolescentes.

A equipe reúne-se semanalmente para a discussão de casos e, há pouco tempo, os diretores da instituição permitiram supervisões técnicas dentro do horário de trabalho; porém quem as custeia são os profissionais.

Quanto à análise pessoal, diz que já passou por psicoterapia, considera importante, mas hoje não dispõe de condições financeiras para retornar. Também não tem estudado devido à falta de tempo, mas diz que em breve pretende voltar a fazer grupo de estudo na área de musicoterapia.

Maria diz que o fato de não querer minimizar as injustiças é que lhe motiva a trabalhar na área: “Sabe, eu sou uma pessoa, eu não gosto de injustiça.” A entrevistada está avisada quanto ao que a motiva, mas não o relaciona a fatos de sua história de vida.

Ela trabalha com grupos de orientação a pais. Com adolescentes, utiliza a técnica de musicoterapia. Gosta muito dessa atividade. Diz: “É o que me salva!” Essa escolha também está relacionada a sua história pessoal, que, apesar de não transcrita na entrevista, me foi revelada após o seu término. Maria começou a estudar música na primeira infância e hoje a

toma como um *hobby*. E vale a pena ressaltar que seu pai é advogado. Então supomos que sua escolha em trabalhar na interface com a Justiça está ligada a esse fato.

Maria foi o sujeito que trouxe o discurso mais carregado de angústia e sofrimento ao falar de seu trabalho: “Eu lembro muito da minha filha, eu choro.” Sente um mal-estar em relação ao seu trabalho “porque é muito pesado [...]. Quantos adolescentes que eu atendi que já morreram, pelo menos uns quatro.” Porém acredita ter uma função social muito importante.

- O impacto da escuta à violência e as formas com que o psicólogo se defende

Maria nos conta sobre como é difícil o cotidiano de seu trabalho. Diz: “É difícil trabalhar com violência doméstica, é muito difícil! [...] eu às vezes me sinto muito mal. Choro quando eu saio daqui [...]” Informa que os pais abusadores agridem com palavras a equipe técnica. Diz: “Eles xingam a gente de vagabunda, piranha [...]. Tem hora que você tem vontade de falar [...] dá vontade de descabelar!” Fala do impacto que a violência sexual causa na subjetividade dos profissionais que passam a ‘atuar’, ou seja, repetir o que os pacientes trazem. A equipe fica tão chocada que se defende muitas vezes xingando nos bastidores dos atendimentos o abusador dizendo: “Que cachorro esse cara, um monstro.”

Nossa entrevistada acredita que o psicólogo às vezes se torna muito violento, tem um discurso que acaba reproduzindo a violência, quando produz falas assim: “Põe no paredão esses caras! Manda matar!” Diz que ela também se inclui nesse discurso e fala: “Sabe quantos caras que atendi e que aconteceu isso? O cara foi pra cadeia e ele morreu lá assassinado. Bateram, estupraram.”

Maria aponta sentimentos muito ambíguos, pois acredita que o psicólogo não deveria ter essa opinião a respeito de um ser humano. Diz: “Sempre fui a favor dos Direitos Humanos, mas [...] você olha pra um cara que abusou de uma filha e você fala vai pra cadeia, eu quero que ele morra lá [...] como se..., se fosse Deus [...] e o pior é que o cara morreu lá [...] e a culpa!”

A entrevistada percebe que seu trabalho a deixou com um olhar contaminado e se percebe vendo violência em tudo. Diz: “principalmente em relação a minha família, minha filha, os filhos de amigos, então é uma situação que pega um pouco.”

- O (des) amparo institucional

A entrevistada afirma que trabalha oito horas por dia, quarenta horas por semana escutando casos de violência contra crianças e adolescentes, na grande maioria das vezes cometida pelos próprios pais. Por isso tem consciência de que todos deveriam fazer terapia,

porém os salários são baixos e o profissional não pode pagar. Aponta a pressão do serviço público municipal para que não haja fila de espera na instituição. Assim a profissional diz que atende um paciente em seguida do outro. Esse fato, somado a outros já mencionados, a faz se sentir violentada. Diz: “a gente também é violentado [...] uma violência meio velada.”

Maria diz que a instituição atende as pessoas abandonadas e acaba por abandonar seus técnicos, não dando apoio e não compreendendo seus limites. Acredita que a instituição violenta psicológica e financeiramente seus profissionais. Diz: “E aí eu me questiono sobre a qualidade do atendimento.”

- Depoimento em juízo

Maria nos fala que já perdeu as contas de quantas vezes já foi depor em juízo. Diz: “Eu fico muito nervosa [...] então você sai de lá com medo de ser ameaçada.”

Ressalta que a equipe é respeitada pelo juiz da Vara da Infância no município, entretanto, é desconsiderada pela promotora. Diz: “Ela chamou a gente de uma palavra que, a gente foi ver no dicionário, era preguiçoso.”

Conta-nos um episódio que considerou violência psicológica cometida por uma juíza durante a inquirição a uma criança de sete anos. Maria acompanhava sua paciente na audiência e mesmo havendo comprovação do abuso pelo exame de corpo de delito e ainda os relatórios, a juíza fez questão de que a criança falasse. Perguntou insistentemente onde o pai mexeu: “Fala onde foi! A criança não queria falar, chorava e agarrava a psicóloga. Então ela chorando apontou a vagina. E eu falei para a juíza: ‘Olha o que a senhora está fazendo!’”

A entrevistada fala que já foi em audiência de vários agressores sexuais e sempre pede para não fazê-lo na frente do réu por motivo de segurança pessoal. Diz: “Então é insalubre isso [...] você tem medo de sair de lá e tomar um tiro, ou o cara descobrir onde você mora. Você não tem retaguarda da instituição para isso, não tem, você vai na fé, em Deus, entendeu?”

Conta a história de um velhinho que abusou de uma adolescente e após o depoimento da psicóloga, ele morreu. “Ele não morreu na cadeia porque eu acho que ele se matou antes [...] É muito difícil, é muito insalubre, você fica se sentindo responsável.”

- Perícia

Apesar da instituição não fazer perícia judicial, os relatórios produzidos têm grande influência na decisão judicial.

Maria considera que a relação com o Fórum é muito estressante para o psicólogo. Acredita ser muita responsabilidade: “Você tem que fazer relatório, e você vai decidir a vida da pessoa de uma certa forma.”

- Cuidando do cuidador

Durante toda a entrevista, Maria menciona a necessidade do psicólogo que trabalha na área da violência estar em processo terapêutico para preservar sua saúde mental. Entretanto para oferecer um atendimento de qualidade o profissional necessita de respaldo institucional incentivando-o a buscar supervisão do trabalho realizado e também ter a aprimorar-se e atualizar-se profissionalmente. Diz: “Então eu acho que a gente teria que ter um espaço para estudar, para falar [terapia], para refletir [supervisão].”

5.2 Um diálogo possível

Já não é de hoje que o campo da justiça, em especial a área da perícia técnica, tem procurado na metodologia psicanalítica subsídios para sustentar o trabalho de investigação criminológica. Em 1906, alguns juízes e promotores, preocupados com a veracidade dos testemunhos efetuados nos tribunais europeus sobre os quais apoiavam algumas condenações, passaram a utilizar a técnica da associação livre como meio de extrair a ‘verdade’ dos réus e testemunhas. Essa técnica, baseada em um jogo infantil, consiste em apresentar à pessoa uma palavra-estímulo, e ela deve pronunciar outra que lhe venha à cabeça e assim sucessivamente.

Freud, preocupado com o uso da associação livre por pessoas que tinham interesses outros que não a cura das neuroses, proferiu um seminário a convite do professor Löffler¹, a fim de esclarecer, entre outras coisas, as semelhanças entre os campos da psicanálise e da justiça em relação à busca da verdade e, principalmente, realçar a diferença entre a posição do analista e do juiz em relação aos suspeitos de terem cometido crimes.

Para ele, tanto o criminoso quanto o neurótico se defrontam com um segredo, alguma coisa oculta. Porém, diz Freud, “o criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto o histérico não conhece esse segredo, que está oculto para ele mesmo” (FREUD, 1986 [1906], p. 99).

¹ Wilhelm Löffler, professor de medicina e diretor da policlínica médica da Universidade de Zurick da época.

A tarefa de desvelamento do segredo aproxima os dois campos. Tanto o terapeuta, psicólogo ou psicanalista como o juiz acercam-se de técnicas para descobri-lo. Entretanto, a diferença está no que cada um faz com o segredo desvelado. Esse fato vai determinar a colaboração ou não do sujeito no acesso ao segredo.

Na psicoterapia, supõe-se que o paciente ajude a combater sua resistência porque espera lucrar com essa investigação, isto é, livrar-se do sintoma e curar-se. O contrário ocorre com o criminoso. Ele não cooperará com o trabalho do juiz ou com a sua equipe, pois se o fizesse estaria trabalhando contra si próprio. Na psicanálise, a resistência é inconsciente, no âmbito jurídico é consciente. Freud diz aos juizes e aos profissionais desse campo que o escutavam:

Os senhores em sua investigação podem ser induzidos a erro por um neurótico que, **embora inocente, reage como culpado**, devido a um oculto sentimento de culpa já existente nele e que se apodera na acusação. Não julguem essa possibilidade como invenção ociosa; lembrem-se que isso pode ser observado com freqüência na infância. Muitas vezes uma **criança acusada de uma transgressão nega veementemente sua culpa, embora chore como um criminoso** desmascarado. Talvez pensem que a criança mentiu ao afirmar sua inocência, mas isso nem sempre é verdade. Pode ser que, embora não tenha cometido a falta de que a acusam, possa ter cometido uma outra que permanece ignorada e que não lhe foi imputada (FREUD, 1986, p. 103) (grifo nosso).

O autor acrescenta que um adulto muitas vezes comporta-se como uma criança, e é tarefa árdua e talvez impossível aos juristas distinguir um indivíduo auto-acusado daquele que é realmente culpado. Ainda adverte, aos juizes e aos peritos, que não é possível aplicar a metodologia psicanalítica num interrogatório para uma investigação criminal.

Apesar de seu esforço em advertir os juizes sobre a impossibilidade da psicanálise em contribuir com a perícia criminológica, em 1930, Freud depara-se com a utilização das teorias do complexo de Édipo e da repressão no laudo de um perito da Faculdade de Medicina de Innsbruck sobre Philipp Halsmann, jovem judeu de 22 anos, para justificar sua condenação por crime de parricídio.

Após a condenação do jovem, foi feita a apelação para a corte de Viena. O Dr. Josef Kupfa, a fim de montar a defesa do caso, solicitou a opinião de Freud sobre o assunto, que

analisou o laudo. Freud diz que a Faculdade levou longe demais as alegações do complexo de Édipo e destaca pontos que considera injustos.

Outros grandes nomes da época foram convidados a auxiliar em um movimento em defesa de Halsmann liderado por sua irmã Liuba, entre eles, Albert Einstein. Este apelou ao presidente da Áustria, porém sem resultado. Mais tarde o jovem foi libertado, porém foi deportado da Áustria e passou a viver nos Estados Unidos.

Moisés Kijak¹ escreveu um artigo no qual afirma que as questões políticas e as de ordem anti-semitas – com necessidade de encontrar bodes expiatórios – podem ter contribuído para a incriminação do rapaz.

El antisemitismo tenía en Austria una vigencia que provenía desde muchos siglos atrás. Se exacerbaba en épocas de inestabilidad social, en las que la necesidad de encontrar un chivo expiatorio hacía de los judíos y de otras minorías un blanco fácil. Los antisemitas de derecha identificaban a los social-demócratas con los judíos. Tanto a unos como a otros, demonizados en los eslóganes propagandísticos, se los tenía por causantes de todos los males (KIJAK, 2004, v. 59 – nº 4).

Para Kijak, são os integrantes do aparato jurídico que Freud acusa de cometer grave delito, ao perverter sua teoria para incriminar um inocente. O caso Halsmann ilustra-nos que uma condenação pode estar influenciada por questões políticas de uma época e que, mesmo com toda adversidade, alguns personagens da história não se furtaram a prestar solidariedade ao jovem.

Desde a década de 1930, a psicologia evoluiu em seus conceitos e o campo da ciência jurídica também. No capítulo 2, demonstramos que a Declaração dos Direitos Universais do Homem foi um marco histórico que fez dos direitos humanos um ideal almejado pela maioria das sociedades ocidentais. Assim, os tribunais foram se adaptando e buscando, cada vez mais, respaldo nos diversos campos do conhecimento, principalmente na medicina e na psicologia, para embasar as decisões judiciais na área de família (varas de família) e área criminal (vara criminal), e em nome da justiça aplicar corretamente a lei.

Levando em consideração o desenvolvimento da criminologia e a participação da psicanálise como campo do conhecimento utilizado para embasar muitos laudos periciais,

¹ Revista de la Asociación Psicoanalítica Argentina (Sociedade Composte da la Asociación Psicoanalítica Internacional) Volume 59, nº 4. Outubro/Dezembro 2004.

Lacan (1950) profere um seminário, na XIII Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa, intitulado: “Introdução Teórica às Funções da Psicanálise em Criminologia.” Sua fala vai bem mais longe do que a de Freud quanto ao fato de as questões culturais determinarem o delito. Ressalta que o crime e o criminoso não podem ser concebidos fora de sua referência sociológica, lembrando a máxima de São Paulo de que ‘é a lei que faz o pecado.’

Diz ainda que toda sociedade comporta uma lei, seja “tradicional ou escrita, de costume ou de direito” (LACAN, 1998, p. 128). É a partir desses parâmetros que se pode identificar os níveis de transgressão que definem o crime. Entretanto, para se aplicar punições, é preciso um grau de assentimento subjetivo por parte do criminoso, necessária à própria significação da punição e à responsabilização.

O autor lembra que a psicanálise descobriu tensões na relação do indivíduo com a sociedade, que revelam um mal-estar constitutivo que “desnuda a própria articulação da cultura com a natureza” (LACAN, 1998, p. 129). A teoria psicanalítica profere que é por meio do sentimento de culpa que surge no homem o ‘supereu’, o que sustenta sua sujeição às leis sociais. Entretanto, há uma parte que perpassa pela singularidade do sujeito, e esta pode levá-lo a cometer crimes abomináveis, como o incesto e o parricídio. Mesmo assim, estes não deixam de ser atos que tem sua relação com a lei, ainda que seja para contrapô-la ou denegá-la.

Lacan comenta sobre a dificuldade do trabalho dos peritos quando prestam depoimento em juízo sobre certos crimes. Revela suas observações a respeito dos entraves por que passam esses profissionais. Diz:

É flagrante a **falta de um denominador** comum entre as referências sentimentais em que se confrontam o ministério público e o advogado, por serem as do júri, e as noções objetivas que o perito traz. [...] E podemos ver essa dissonância, no espírito do próprio perito, voltar-se contra sua função num **ressentimento** que se manifesta num prejuízo de seu dever (LACAN, 1998, p. 141) (Grifo nosso).

Essa ‘falta de um denominador comum’, ou seja, a ausência de um entendimento entre advogados e peritos, pode gerar mal-estar neste último. Porém o autor não acredita ser possível esse entendimento, já que ambos partem de pressupostos diferentes no cumprimento de sua função. Como já dissemos, a verdade do sujeito que cometeu um delito não pode ser

revelada. Assim, o criminoso trabalhará no sentido de se inocentar e não de esclarecer ao juiz sobre a verdade dos fatos.

Em relação às implicações aos operadores de Direito, ou seja, juízes, advogados e promotores nos casos de suspeita de abuso sexual à criança e ao adolescente, Dodke, promotora de justiça, revela que é notória a dificuldade que esses profissionais têm em ouvir uma criança.

A autora pesquisou seis inquirições feitas por juízes a crianças supostamente abusadas sexualmente. Em todas elas observou a inabilidade dos juízes, dos defensores e dos promotores em estabelecer laço com a criança que permitisse a ela se colocar, bem como a dificuldade em falar sobre o tema, elaborando perguntas de difícil interpretação. Assim, acredita que “os operadores do direito, para ouvir a criança, precisam estar emocionalmente preparados para não rejeitar a experiência abusiva e, em consequência, a própria criança” (DOLKE, 2001, p. 96).

Sugere uma interlocução com o campo da psicologia, pois acredita ser necessário sensibilidade por parte dos profissionais do campo jurídico para entender que: “Precisamos descer dos nossos lugares, no sentido mais amplo, e permanecer ao lado da criança de modo a não deixá-la ainda mais oprimida e humilhada” (DOLKE, 2001, p. 96).

A autora defende a idéia de que a questão de abuso sexual, em especial o intrafamiliar, ou seja, o incesto, precisa ser amplamente debatida e questionada. Acredita que o debate não deve se dar somente quanto à forma com que são ouvidas as crianças, mas também quanto:

à responsabilidade penal do abusador; à forma de cumprimento da pena; à viabilidade do tratamento psicológico; aos pedidos de arquivamento dos processos; à destituição do pátrio poder; em razão da prática abusiva; à ‘dita negligência da mãe’ [...]. A problemática do abuso sexual infantil transcende o jurídico e, também, por isso, precisa ser pensada e repensada.[...] (DOLKE, 2001, p. 97).

Refere que o campo jurídico precisa ter humildade em reconhecer seus limites e que seus operadores devem ter “disponibilidade mental para um trabalho interdisciplinar, aceitando propostas de outras áreas de conhecimento” (DOLKE, 2001, p. 97).

Acreditamos que a partir da inabilidade dos juristas para interrogar as crianças é que o psicólogo foi sendo inserido nas audiências para falar no lugar da criança, em especial nos casos da suspeita de abuso sexual infantil, na intenção de ambos os campos, tanto da

Psicologia quanto do Direito, de proteger a criança de mais uma violência: a de novamente tornar pública sua intimidade.

Assim, o psicólogo passou a assumir para si a situação constrangedora, a fim de poupar a criança de vivenciá-la. O técnico submete-se à inquirição, para preservar a integridade psicológica da criança. Trabalha em consonância ao sistema de garantia de direitos. Entretanto, esse ato não soluciona o mal-estar gerado pela situação de abuso, apenas o desloca de lugar, haja vista os depoimentos dos entrevistados desta pesquisa.

Arantes (2004) tem uma opinião crítica em relação à psicologia aplicada ao campo jurídico. Compartilha da idéia de que a atuação dos psicólogos nesse campo “deve ser entendida tanto como lugar de prática, como prática a ser pensada” (ARANTES, 2004, p. 18). Ao perguntar-se o que é a Psicologia aplicada à Justiça ou Psicologia Jurídica, quais os seus conceitos e no que se fundamenta, propõe uma reflexão mais ampla sobre o tema.

A autora caminha na esteira dos questionamentos dos filósofos Canguilhem e Thomas Herbert que se perguntam como e porque esse campo se constituiu, quais os seus procedimentos e de que natureza é a sua eficácia. Recorre a Foucault para ressaltar que as práticas jurídicas são uma das mais importantes formas modernas de subjetividade, que, mais do que punir, “buscar-se-á a reforma psicológica e a correção moral dos indivíduos” (FOUCAULT, *apud* ARANTES, 2004, p. 21).

Quanto à atuação do psicólogo nas Varas de Família, em que as disputas de guarda não envolvem crimes, como, por exemplo, nos casos em que há suspeita de abuso sexual ou incesto, a autora questiona a atividade de fornecer subsídio ao magistrado na elaboração de laudos, pareceres e relatórios para dizer quais dos progenitores se encontram em melhores condições de educar os filhos. Diz: “Que não se reduza uma questão tão delicada como esta aos seus meros aspectos gerenciais. Pelo menos não em nome da criança” (ARANTES, 2004, p. 22). Faz a mesma pergunta de Canguilhem: onde querem chegar os psicólogos fazendo o que fazem?

Essa atividade avaliativa defendida por muitos teóricos e regulamentada pela legislação brasileira “tem causado mal-estar entre a nova geração de psicólogos, que preferiria ter de si uma imagem menos comprometida com a manutenção da ordem social vigente, considerada injusta e excludente” (ARANTES, 2004, p. 23). Atribui-se esse mal-estar ao instrumentalismo da psicologia a serviço da objetividade e racionalidade, com a função de dominar e modificar o meio físico, nesse caso, dominar e modificar o sujeito humano. A autora baseia-se em Pessanha, para sustentar sua hipótese:

(...) quando o ocidente, através de Descartes e de Bacon, fez a escolha por uma forma de cientificidade e deixou de lado tudo que fosse dotado de alguma ambivalência, deixou de lado também as chamadas idéias obscuras. Com isso deixou de lado tudo o que na condição humana é ligado ao corpo, ao tempo, à história e a concretude (PESSANHA, *apud* ARANTES, 2004, p. 23).

A partir das reflexões da autora, compreendemos a posição de André e Cláudia, que se sentem extremamente incomodados com a relação estabelecida entre a Psicologia e o Poder Judiciário. Para eles, a submissão ao enquadre jurídico torna-se um paradoxo ao psicanalista, pois um laudo pericial se inscreve na lógica da objetividade a ser aplicada à absolvição ou à condenação do acusado. Assim, os entrevistados ficam tomados por certo mal-estar ao utilizar sua habilidade de escuta para servir a essa norma.

Pessanha amplia a discussão para além do campo da Psicologia. Argumenta no sentido de que as ciências humanas não podem se reduzir ao discurso coagente da razão abstrata, pretendendo verdades a-históricas e universais. “Trata-se, portanto, de preservar a temporalidade do tempo, a humanidade do homem, a concretude do concreto” (PESSANHA, *apud* ARANTES, 2004, p. 24).

Já Maria, outro dos sujeitos desta pesquisa, apesar de ser favorável à função do psicólogo como auxiliar do juiz no julgamento de um suposto agressor, não deixa de anunciar o constrangimento que às vezes essa tarefa lhe implica. Sua insatisfação, porém, é projetada para o âmbito institucional.

Se entendermos a problemática como sendo maior que a tensão entre Psicologia e Direito, algo da ordem social, como nos propõe Arantes, olharemos tanto os conflitos de Maria como dos outros dois entrevistados como tensões inerentes aos profissionais das ciências humanas de nossa época, por causa da exigência moderna de uma objetividade impossível às ciências humanas.

Mara Caffé também pesquisou sobre a atuação do psicólogo no campo jurídico. Inicia seu livro perguntando-se até que ponto é possível o exercício da psicologia no interior das práticas judiciais, já que quando o psicólogo ou psicanalista desempenha uma atividade de perícia judicial ele não está em sua casa e esse terreno lhe é estranho.

Descreve o contexto do processo judicial como predominantemente marcado pela busca de uma verdade objetiva, com a utilização de procedimentos racionais. Diz: “As alegações das

partes devem vir acompanhadas de **provas**, sem o que são descartadas, ignoradas, não possuem credibilidade” (CAFFÉ, 2003, p. 81).

A psicanálise também busca a verdade na compreensão da dinâmica familiar, porém essa verdade não é da ordem da objetividade dos fatos. Segundo a autora, a escuta psicanalítica produz “provas de natureza muito diferentes daquelas habitualmente demandadas no contexto judicial” (CAFFÉ, 2003, p. 81).

Nesse ponto a autora está em consonância com Freud, que considera difícil aplicar as técnicas psicológicas, cuja finalidade original é a cura do sujeito, a um campo em que essas mesmas técnicas serão aplicadas, vez ou outra, contra o próprio sujeito.

A noção de verdade para a psicanálise é completamente diferente da noção de verdade objetiva do campo jurídico. Ela revela “os termos de uma subjetividade que não se confunde com a subjetividade tratada pelos advogados, promotores e juízes, pois se elabora na compreensão de processos inconscientes, de fantasias” (CAFFÉ, 2003, p. 81).

Assim, endossa a posição freudiana de que a verdade do sujeito em análise está escondida dele mesmo. Já a verdade do sujeito submetido ao processo judicial está oculta somente para os profissionais da justiça e o sujeito não está disposto a revelá-la.

Já que o juiz é inabilitado para poder abstrair o que se passa no interior de uma família em litígio que fará tudo para ocultar a ‘verdade’, busca nos técnicos um auxílio para o desvelamento da situação. A função do psicólogo perito é prestar “[...] esclarecimento ao juiz acerca dos vínculos afetivos em vigência na família, bem como da dinâmica familiar das relações estabelecidas entre pais e filhos” (CAFFÉ, 2003, p. 73).

Dessa forma, o laudo psicológico seria, para o juiz, como uma confissão daquilo que o periciando não admitiria nem para ele mesmo. Caffé lembra que o discurso jurídico apresenta aspectos de grande formalidade, por isso demanda profissionais especializados que falem por seus clientes, os advogados. A família deixa de se comunicar e o grupo passa a incorporar termos como: alegação, petição, acusação, defesa, entre outros.

Quando chegarem ao psicólogo, os membros da família deverão se reapropriar dos seus conflitos, relatando-os sem a mediação de advogados; a família iniciará um diálogo com um interlocutor muito diferente daqueles que fazem parte exclusivamente da instância jurídica, “o que irá situá-la num outro campo transferencial, determinado por outra qualidade de recepção de sua problemática” (CAFFÉ, 2003, p. 75).

A autora pergunta-se como articular um processo pericial à ética da psicanálise, pois:

Perito e periciando formulam, em sessões privadas, um saber particular sobre as condições desse último cujo destinatário é um terceiro, o juiz, de certo modo embora não totalmente alheio ao processo intrínseco dessa investigação e revestido de muito poder nas decisões que envolvem o sujeito exposto à perícia (CAFFÉ, 2003, p. 82)

Nesse sentido, Caffé considera que o lugar do perito é caracterizado pelo traço “normatizador e mesmo sancionador que emana, por assim dizer da própria instância jurídica” (CAFFÉ, 2003 p. 84). O psicólogo perito traz para sua casa essa herança do seu lugar institucional – auxiliar do juiz. Esse fato fará com que o periciando projete sobre a figura do perito suas fantasias articuladas a um processo avesso ao da psicanálise: ocultar conscientemente a verdade. Assim, a técnica da associação livre estará prejudicada. Por outro lado, o psicólogo também fica impedido de utilizar a atenção flutuante, pois nem periciando nem psicólogo podem suspender as funções de julgamento, suspensão necessária a um procedimento analítico.

Maria, nossa terceira entrevistada, que, apesar de certo desconforto, elabora relatórios e faz depoimentos em juízo, é favorável a que o psicólogo auxilie o juiz na produção de provas. O motivo de seu sofrimento é a desproteção em que se encontra, perante o acusado no momento do depoimento, ao dar um depoimento que o incrimine. Assim, sua postura está em consonância com a posição de Caffé, que acredita em um diálogo entre os campos.

A demanda de alguém que busca o psicólogo para a produção de um laudo pericial não é a de um sujeito que sofre, mas que precisa produzir provas para um processo judicial.

Assim, a psicanálise surge no lugar de um saber que faltou ao juiz: “Um lugar sobre outro lugar” (GUIRADO *apud* CAFFÉ, 2003, p. 99), pois é o Direito que convida a psicanálise para os domínios de sua casa.

É a partir desse lugar faltante, não só para o juiz, mas também para a família que procura a justiça e seus agentes para institucionalizar o conflito no qual está mergulhada, que pode haver alguma possibilidade de interlocução entre a Psicologia e o Direito.

Apesar de a condição da instância jurídica e a situação de perícia não apresentarem condições para que a família elabore seus conflitos, pode “eventualmente circunscrevê-lo numa ordem favorável a essa elaboração” (CAFFÉ, 2003, p. 93). A chamada do perito pelo juiz abre a possibilidade da falta entrar em cena, suspende momentaneamente o discurso jurídico e promove um deslocamento para as falas da família. A perícia implica um silêncio,

mesmo que temporário, dos agentes judiciários e está “marcada pela referência a um saber cuja importância é muito valorizada” (CAFFÉ, 2003, p. 94). Na experiência da autora:

Os discursos de cada membro da família se reproduzem, a princípio, tal qual visto nos autos do processo, sob forma de alegações. Porém, conforme avançam [...] logo tomam uma outra referência. O perito, em sua recepção específica, promoverá um certo deslocamento de uma fala ‘depoimento’ (do ponto de vista da psicanálise, poderíamos dizer ‘fala da defesa’) para uma fala narrativa do sujeito (‘fala da angústia’), emergindo assim uma nova possibilidade para o relato familiar (CAFFÉ, 2003, p. 95).

No discurso jurídico não há espaços para se falar da angústia. A impessoalidade e o distanciamento dos profissionais do Direito permitem ter segurança ao falar e promovem uma dessubjetivação do conflito: as famílias são faladas por seus advogados e desimplicam-se do conflito. Este é adaptado à sua norma com utilização dos termos jurídicos, tais como reclamanda, ré, vítima, menores, entre outros, sem contar a burocracia, a exigência do dever de prova e os longos prazos. O ato decisório está nas mãos do juiz.

Resumindo o discurso psicanalítico, este supõe um sujeito dividido, que desconhece a causa dos seus sintomas e sofrimentos. A possibilidade de interpretar o conflito o desvencilha do recalque e diminui a capacidade de gerar sintomas. Para isso, o lugar do analista deve ser o do não saber, construído cuidadosamente na relação com o analisante, afastando-se da racionalidade e da objetividade. “O primeiro se recusa a ser sabido e o segundo, pelo contrário, se oferece ao conhecimento por parte deste outro abstinente” (CAFFÉ, 2003, p. 176).

Dessa forma, a autora conclui que o juiz procura as condições interpretativas conforme as submete às normas jurídicas e o psicanalista procura as condições interpretativas conforme as condições de transferência.

O juiz e as partes de um lado, e o analista e o analisando de outro, ocupam de saída determinadas posições discursivas que condicionam o que vai ser produzido durante e ao final de cada processo, ou seja, a solução de conflito de que se trata e a experiência de subjetividade que se institui aqui e ali. (CAFFÉ, 2003, p. 190, 191).

5.3 O que faz o analista

Moraes conta um caso de uma mãe que acusava o pai de seu filho de abusar sexualmente do menino que tinha 2 anos e 4 meses. Ela procura a psicanalista dizendo que precisa de um laudo, pedido por seu advogado, “para entrar numa ação contra o pai da criança, para que este não o veja *nunca mais*” (MORAES, 1998, p. 216).

Essa mãe conta que ouviu por trás do muro o “pai dizer: ‘Deixa, deixa, não vai doer não.’ E o menino: ‘Não, papai, dói muito...’ E o pai: ‘Se não deixar, o papai vai embora e não volta *nunca mais*’” (MORAES, 1998, p. 216). Assim, no pedido da mãe estava posto que esse voto se cumprisse.

Segundo o ECA, a mãe não tem só o direito, mas o dever de proteger essa criança. Entretanto, qual a ética do analista que, como sujeito, não deixa de estar horrorizado com o que o pai fez à criança? Moraes acredita que “não poderá ser seu horror a nortear sua conduta, pois seu lugar, enquanto portando a função analítica, é o de escutar para além deste horror, até que o sujeito possa vir a se escutar” (MORAES, 1998, p. 216).

Havia um pedido de ajuda por parte da mãe quando se preocupava com os efeitos traumáticos do abuso vivenciado por seu filho e por isso Moraes aceita ver a criança, mas colocou o laudo como possibilidade, dependendo do que fosse mais importante para aquela criança, e não como objetivo do trabalho.

A psicanalista levou em consideração a concepção de Lacan de que o sintoma da criança se acha no lugar de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar e se define como representante da verdade do casal parental. Assim, pergunta-se “como se estruturaria essa criança tomada como objeto de gozo perverso de seu pai?” (MORAES, 1998, p. 217).

Essa mãe, que se separou do marido para proteger seu filho, “enquanto mulher perdia o homem que dizia amar” (MORAES, 1998, p. 217). Era obesa e sofria de bronquite. Após a separação, o menino passou a dormir entre uma e duas da madrugada, na cama da mãe, e acordavam ambos por volta do meio-dia. A criança alimentava-se de doces e apresentava frequentemente infecções respiratórias. Assim, Moraes observou uma certa forma de abuso por parte da mãe, em virtude de manter o filho ‘colado’ nela, sem lhe dar oportunidade de se separar e buscar outras relações. A analista parte do pressuposto de que:

[...] nas psicanálises com crianças muito pequenas, escutando-as, podemos intervir do lugar que nos é dado pela transferência e, só assim, verificar os efeitos dessas intervenções. Nos ensinamentos de Freud a respeito do mundo infantil, ele nos mostra que o lugar ocupado pelos pais na infância de um indivíduo tem menos a ver com suas qualidades reais do que com aquilo que os marcou, também a eles, na infância. E que a criança pelo brincar são ordenadas pela repetição – que é estrutural – e nessa ordenação ela irá reproduzir, simbolicamente, situações que lhe foram originalmente traumáticas, apropriando-se delas ao refazer o que lhe foi feito (MORAES, 1998, p. 218).

O menino logo na primeira sessão brincou com bichinhos de pelúcia dizendo que o papai do bichinho é muito feio porque ‘faz dodói no bumbum do filhinho.’ Sempre que a analista encerra a sessão, o menino não aceita, chegando a gritar e a jogar-se no chão ou até mesmo querendo levar consigo algum objeto da sala, mesmo sendo dito que ele iria voltar num outro dia. “Diversas variações onde o que estava em jogo era a maneira como ele poderia deixar de ser objeto da decisão que era da analista, e assujeitar-se para depois vir a ser o sujeito desta ação” (MORAES, 1998, p. 218).

Essa criança precisaria se assujeitar, não ao gozo de um outro, mas à Lei, ao qual os pais também estão submetidos e devem transmitir. Como já vimos nos capítulos 1 e 3, a vida em civilização exige que o sujeito humano abra mão de certas satisfações pulsionais e da relação objetal, para poder viver em comunidade. O corte a essa relação é a função primordial de um pai. Esta é a primeira Lei transmitida, a proibição do incesto.

Freud nos indica em seu artigo sobre o Ford-Da, quando fala do momento em que a criança, mediante o jogo do carretel, renuncia à satisfação pulsional, permitindo sem resistência o afastamento da mãe, e se recompensa de alguma maneira com isso, ao encenar ela mesma a presença e ausência com os objetos a seu alcance (MORAES, 1998, p. 218).

A analista conta que, depois de algum tempo, houve um dia em que o menino insistiu para que a mãe o levasse à sessão desde o momento em que acordou. Chegou antes do horário e, “ao me ver, levanta-se em êxtase e me diz: ‘Oi Silvia, eu já estou indo, ta bom? Depois eu

volto.’ Vira as costas e vai saindo, enquanto eu lhe digo: ‘Ta bom volte na terça’” (MORAES, 1998 p. 219).

Depois desse dia, o paciente passou a aceitar o encerramento da sessão, se incluído no processo, pois era a partir de sua fala que o corte se dava. Nas entrevistas com a mãe, esta informou à analista de que concluiu que precisava pôr limites a seu filho e o tirou de sua cama, colocando-o num quarto que seria só dele. A criança passou a ter horários para dormir e deu preferência à alimentação salgada, deixando os doces para sobremesa.

As brincadeiras do menino foram se modificando, por meio das histórias construídas com animais de pelúcia. Ele foi construindo para si um pai articulado agora à Lei: “aquele que o alimentava muito ou o deixava de castigo com fome, que era muito forte e protegia seu filhinho dos monstros. Mas corria o risco de morrer e quando ia morrer seu filhinho chorava tanto que ele sobrevivia” (MORAES, 1998, p. 220).

A mãe anuncia que o menino irá para uma escola, que não poderia custear as duas despesas e pede o laudo. Sua decisão estava tomada à revelia da opinião da analista. Moraes fornece o laudo escrito nos seguintes termos:

Não foi dado à mãe o direito de tirar do seu filho o contato com o pai – nisso estava sendo barrado seu pedido de ter a criança como só dela; ao mesmo tempo, firmava que o contato com o pai seria necessariamente assistido por pessoa adulta e responsável, cuja indicação ficaria a critério da mãe, para que não houvesse possibilidade de que o pai abusasse novamente dele. Nestes termos havia a clara intenção de proteger o corpo da criança, de que esta não fosse objeto de gozo de seus pais (MORAES, 1998, p. 220).

Todo analista de crianças está sujeito à interrupção da análise por decisão dos pais e não como um combinado entre analista e analisante. Entretanto, o desejo do analista é sempre de que a análise prossiga e, se esta desencadeou efeitos no analisante, adulto ou criança, ela prosseguirá, mesmo que a análise tenha sido interrompida. No caso desse menino, como em todos os outros, só depois poderemos saber se os efeitos dessa análise prosseguiram.

Assim, na medida em que seus pais vão falar de suas próprias infâncias, concluimos que numa análise é sempre do infantil que se trata.

CONCLUSÃO

Sócrates recebe a pena de morte injustamente aplicada. Era acusado de cometer crime ideológico. Apesar de seus discípulos lhe oferecerem oportunidade de burlar o veredicto ao deixarem a porta da masmorra aberta para que fugisse, o sábio não aceitou, submetendo-se à decisão do júri popular. Sua lógica era de que seu destino deveria estar nas mãos da comunidade a qual pertencia. “Sócrates morre, mas com isso algo vive. Sua morte física o fez viver como simbólico e bem sabemos como essa história, enfim, se desenrolou” (VOLTOLINI, 1999. p. 202).

Essa foi a origem do estado de direito democrático em que o ‘demo’, povo, decide o destino da ‘polis’, cidade. Mais tarde o Direito surge como dispositivo para, se não impedir, relativizar as injustiças cometidas contra os cidadãos.

Os tempo mudaram e a lógica que hoje rege as sociedades ocidentais é a do mercado e a da instrumentalidade. Nela os interesses individuais, amparados pela racionalidade, sobrepõem-se a qualquer interesse coletivo.

Bom seria se os abusadores sexuais de crianças e adolescentes se submetessem espontaneamente às penas previstas pela legislação. Isso pouparia o trabalho de inúmeros profissionais. Não haveria necessidade da inquirição das crianças nem da produção de laudos periciais. Não haveria sequer a necessidade da existência do ECA e dos aparatos coercitivos do Estado aos abusadores e conseqüentemente essa pesquisa seria irrelevante.

Contudo, as coisas não ocorrem dessa forma. Vimos como o campo da criminologia se desenvolveu a fim de desvendar a verdade dos fatos referentes a um crime. No caso do abuso sexual infantil, vimos toda a preocupação da sociedade em desenvolver serviços a fim de proteger as crianças.

Parece contraditório que em uma época em que a criança passa a ser personagem central na cena social, sendo depositária dos ideais de um futuro promissor, precisemos de tantos dispositivos para assegurar sua proteção.

O fato de crianças e adolescentes terem se tornado portadores dos ideais sociais trouxe muitas complicações às suas vidas. Uma delas está no fato de seus corpos jovens, belos e viris despertarem inveja naqueles que já estão velhos e cansados. Apesar de esse não ser nosso objeto de pesquisa, podemos supor que essa seja a causa do aumento do fenômeno da pedofilia.

A teoria psicanalítica desvela que o horror que sentimos pela quebra do tabu do incesto é porque esse fato nos remete a desejos infantis recalcados nos estratos de nosso inconsciente. No início de nossa existência, o primeiro objeto de amor é incestuoso e todos nós precisamos abdicar de sua realização para viver em sociedade. No entanto, esse desejo primordial recalcado vai nos acompanhar por toda a vida, pulsando e produzindo a dinâmica da fantasia.

A psicanálise não quer impedir o desenvolvimento das conquistas dos direitos da criança e do adolescente e nem justificar o incesto, mas quer contribuir para que “tais conquistas possam ser sustentadas e legitimadas a partir do inconsciente – aquele que não tem idade, que não envelhece [...]” (PRATES SILVA, 2006, p. 307). Quer incluir a dimensão da singularidade quando pensamos nos casos de abuso ou incesto. Pretende entender que cada um vai simbolizar de forma particular o suposto abuso sofrido e que a fantasia – tanto da criança quanto de quem escuta – estará permeando o tratamento, e seu manejo fará toda a diferença quando o psicólogo estiver dialogando com o campo do Direito.

Assim, poderá utilizar os aparatos sociais da rede de proteção integral de forma que esta esteja a serviço do sujeito e não o contrário. É a sua escuta que deve guiar suas ações, para então conciliar ao que está pré-determinado pelas leis sociais.

Lembremos do exemplo de Moraes no caso citado no capítulo 5, em que foi atendido um menino de dois anos, vítima de incesto cometido por seu pai. Apesar de o discurso da mãe estar em consonância com o ECA quando pede um laudo para que o menino nunca mais veja o pai, a psicanalista não se submete imediatamente a esse discurso. Primeiramente escuta a mãe e depois o menino. Espera um tempo para que suas intervenções façam com que a criança descole do discurso materno, que por sinal também era abusivo. Assim, a criança tem a oportunidade de ressignificar a imagem paterna.

A analista produz o laudo, porém maneja-o de forma a não destruir o saber sobre o pai construído em análise pelo menino. Assegura visitas periódicas e monitoradas por uma pessoa da confiança da mãe.

Nas falas dos nossos entrevistados encontramos referências sobre formação deficitária, baixos salários e pouco respaldo nas ações de proteção à criança e ao adolescente que desempenham. Queixam-se da falta de cuidados por parte das instituições e da dificuldade em dialogar com o campo do Direito, que por sua vez possui profissionais – juizes promotores e advogados – inábeis para ações no campo do abuso sexual infantil.

Então, é importante manter a figura do psicólogo para evitar possíveis revitimizações. Sua presença nas audiências representa uma função de cuidado e proteção à criança que já

passou por situação de desproteção. Entretanto, perguntamo-nos qual o respaldo que o psicólogo tem para prestar um depoimento em juízo.

Uma pergunta importante a ser feita é sobre por que escolhemos ser cuidadores. A sensibilidade pode qualificar uma pessoa para cuidar de outra, porém, o cuidar pode, com facilidade, converter-se em mais maus-tratos. Muitos fazem essa escolha “sem antes elaborar adequadamente seus próprios conflitos psíquicos e acabam utilizando a posição de se tornar cuidadores como forma inconsciente de obter cuidados para si mesmo” (Garcia, 2005)¹.

É preciso criar, inventar uma rede de proteção e cuidados também para os psicólogos. Não uma rede que promova reivindicações apenas monetárias, mas que abra espaços para a reflexão sobre a formação, a supervisão e o acesso à terapia ou à psicanálise por parte desses cuidadores. Uma rede que promova a implicação das pessoas em seu trabalho, para que este não esteja submetido à égide da instrumentalização e da submissão ao campo do Direito.

Os Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e os sindicatos são órgãos legítimos para apoiar essa discussão, acolhendo as angústias e as tensões vividas não só por aqueles que trabalham no campo da escuta ao abuso sexual infantil, mas por todos os que trabalham no campo da violência e precisam dialogar com outros campos do saber, bem como com as instituições que empregam os psicólogos. A articulação com as Universidades que possuem o curso de Psicologia também é imprescindível, pois é em seu interior que acontece a formação dos psicólogos.

Esse é o sentido do cuidado com o cuidador, que essa pesquisa procurou refletir. Um cuidado que procura responsabilizar o profissional sobre sua prática, implicando-o em seu desejo em ser cuidador para somente depois pensar nas tensões que vivencia, nas maneiras de articulação para que essas possam ser diluídas e transformadas em novas e incessantes reflexões sobre o compromisso social da Psicologia, e em como esta pode contribuir para que o tratamento psicoterapêutico seja tomado pelo paciente como um direito e não como um dever e para que a ética do psicólogo seja considerada durante o diálogo com o campo do Direito. Que a Psicologia possa auxiliar a pensar a promoção de políticas que coloquem o sujeito como centro da discussão e não como mero coadjuvante, mas essa é uma outra história.

¹ Texto ainda não publicado, apresentado pelo psicanalista José Carlos Garcia no Encontro do Programa Refazendo Laços, em São José dos Campos, em Dezembro de 2005.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Éster M^a M. Pensando a Psicologia aplicada à Justiça. In. *Psicologia Jurídica no Brasil*. BRANDÃO, Eduardo S. e GONÇALVES, Hebe S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Nau Ed. 2004.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane. N. A. (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 2000.

_____. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Pele de asno não é só história*. Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocco, 1988.

_____. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 1998)

_____. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. *Constituição Federal* (1988). São Paulo, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2002. p. 36.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CALVI, Bettina. A problemática do abuso sexual infantil em psicanálise: o silêncio das mulheres. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo: IPUSP, v. IV, n. 6, julho 1999.

CAFFÉ, Mara. *Psicanálise e Direito*. São Paulo: Quartie Latin, 2003.

CECRIA. *Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes*. Relatório de estudo. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

CEDECA-BA. *Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes*. Salvador: Cedeca-BA, 2003.

COHEN, Claudio. *O incesto um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

_____ (Supervisão/Coordenação técnica). Abuso sexual: que violência é essa? São Paulo: Cearas; Santo André-SP: Crami - ABCD, 2000. 17 p.

CORIAT, Elsa. De que se trata uma criança. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONECCÇÕES, I, 1998, Rio de Janeiro. *Trata-se uma criança*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

COSTA, Cláudio, H. *A violência sexual doméstica e a perspectiva da proteção integral*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

COSTA, João J. (Coord.). *Rompendo o silêncio*. São Luiz-MA: Estação Gráfica, 1997.

COSTA, Jurandir F. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

CROMBERG, Renata. *Cena incestuosa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

DOLKE, Veleda. *Abuso Sexual: A inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

DOLTO, Françoise. *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. *Abuso sexual em família: a violência do incesto*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, Eva. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FERENCZI, Sándor. (1933). Confusões de línguas entre adultos e crianças. In: BIRMAN, Joel (Org.). *Escritos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Taurus, 1943.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Jefferson Drezett. *Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas*. São Paulo: USP, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREUD, Sigmund (1898). O mecanismo psíquico do esquecimento. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. III, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1896). Carta 52. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1895). Estudos sobre histeria. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. II, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII.

_____ (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1913). Totem e tabu. n: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIII Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915-1917). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XV, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1919). Uma criança é espancada. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____ (1919). Linhas de Progresso da terapia analítica. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____ (1923). O ego e o id. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____ (1925). Algumas conseqüências da distinção anatômica entre os sexos. *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____ (1930). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

FURNISS, Tilman. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

GABEL, Marceline (Org.). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

GARCIA, José Carlos. *Cuidando do cuidador*. Artigo não publicado. São José dos campos. Encontro do Programa Refazendo Laços do Instituto World Childhood Foundation, 2005.

GAY, Peter. *Freud. Uma vida para nosso tempo*. São Paulo. Companhia das letras. 1989.

GONÇALVES, Hebe S. Violência contra a criança e o adolescente. In. *Psicologia Jurídica no Brasil*. BRANDÃO, Eduardo S. e GONÇALVES, Hebe S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Nau Ed. 2004.

HANS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KOLTAI, Catarina. O ressentimento entre intenção e extensão. Textura, revista de psicanálise. *Reuniões Psicanalíticas*, ano 4, n. 4, 2004.

KUPFER, Maria Cristina M. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta. 2001.

LACAN, Jaques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LIBÓRIO, Renata M. C. e SILVA, José D. *Valores, preconceito e práticas educativas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LUNA, Sergio de Vasconcelos. *Planejamento de pesquisa*. Uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

MACHADO, Martha. *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. São Paulo: EDUC, 2003.

MAGALHÃES, Jaqueline Soares. *Abuso sexual intrafamiliar: reflexões sobre um caso clínico sob a perspectiva da psicanálise do self*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo, 2004.

MALLAK, Linda Simone; VASCONCELOS, Maria Gorete M. (Orgs.). *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. Carapicuíba-SP: Fundação Orsa, 2002.

- MANNONI, Maud. *A criança sua 'doença' e os outros*. São Paulo: Via Lettera, 1999.
- MARIN, Isabel S. Kahn. *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.
- MEES, Lucia A. *Abuso sexual. Trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.
- MEIRA, Ana Maria (Org.). *Novos sintomas*. Salvador: Algama, 2003. 119 p.
- MELMANN, Charles. *Alcoolismo, toxicomanias, delinquência*. Uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 2000.
- MÉLLO, Ricardo P. *A construção da noção de Abuso Sexual Infantil*. Belém: EDUFPA, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília & SOUZA, Edinilsa R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, IV (3): 513-531, nov. 1997 – fev. 1998.
- MORAES, Silvia Mangaravite de. Trata-se de uma criança. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE, I, 1999, Rio de Janeiro. *Trata-se uma criança*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- NEUMANN, Marcelo M.; BENEDITO, Rodrigues; IPÓLITO Rita. Guia escolar – método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Brasília, Presidência da República/SEDH/MEC. Programa Sentinela. Brasília, SENAI. 2003.
- NOGUEIRA NETO, Wanderlino. A convenção internacional sobre o direito da criança e a busca do equilíbrio entre proteção e responsabilização. In: *Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral*. Recife: CENDHEC, 1999.

PACHECO FILHO, Raul A. *Psicanálise, psicologia e ciência: origens, interrelações e conflitos*. In: GUEDES, Maria do Carmo; MASSINI, Marina (Org.). *História da psicologia no Brasil*. Novos estudos. São Paulo: EDUC, Cortez, 2004.

PLON, Michel; ROUDINESCO, Elisabeth. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POMMIER, Gerard. O conceito psicanalítico de infância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONECCÇÕES. *Trata-se uma criança*. I. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

PORTO, Paulo C. M. *Evolução dos direitos humanos*. In: *Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral*. Recife: CENDHEC, 1999.

PRATES SILVA, Ana Laura B. *Da infância ao infantil na fantasia – A direção do tratamento na psicanálise com crianças*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo, 2006.

RANGEL, Patrícia Calmon. *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá, 2001.

SARMENTO, M.J. *Sociologia da Infância: correntes e confluências*. Artigo não publicado. Braga: IEC. Universidade do Minho, 2006.

SAYÃO, Iara (redação). *Refazendo laços de proteção: ações para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores*. São Paulo: CENPEC-CHILDHOOD – Instituto WCF –Brasil, 2006.

SENAI. Guia operacional para o funcionamento dos centros e serviços de referência do programa Sentinela. SENAI-DF. 2002.

_____. Programa Sentinela: reflexões e prática. SENAI-DF. 2002.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia para o trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Emília L. *Investigação e psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1993.

VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. (Org.). *Atores sociais*. Apostila. Santo André: Pacto São Paulo, 2001.

VICENTIN, Maria Cristina G. *A vida em rebelião: histórias de jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Fapesp, 2005.

VOLTOLINI, Rinaldo. *A questão da vocação: psicanálise e psicologia*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), São Paulo. 1999.

ZANOTELLI, Maria Luiza. A escuta do brincar na clínica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONECCÇÕES, I, 1999, Rio de Janeiro. *Trata-se uma criança*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

ANEXOS

ENTREVISTAS

A seguir serão transcritas as entrevistas realizadas com três psicólogos que se dispuseram a falar sobre sua prática cotidiana no atendimento a crianças adolescentes e famílias atravessadas pela experiência do abuso sexual. André, nosso primeiro sujeito nos concedeu duas entrevistas sendo que se passaram um ano e oito meses entre a primeira e a segunda.

Sujeito 1

André¹, psicólogo, 27 anos.

Trabalhou no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual em uma instituição em São Paulo.

Data da entrevista 10/10/2004. Horário 17h.

Local: Base ecológica da Serra do Japi em Jundiá – SP.

A entrevista ocorreu durante um evento organizado por um movimento social contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse evento, reuniram-se 40 jovens de todo o Estado de São Paulo que fizeram parte de um projeto de protagonismo juvenil na área da prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A primeira entrevista realizada com André, sujeito número um desta pesquisa, foi elaborada para a cadeira de Pesquisa em Identidade, ministrada pelo prof. dr. Antônio da Costa Ciampa. A finalidade do trabalho era encontrar pistas na história pessoal do entrevistado que revelasse momentos de metamorfose. Essa teoria da transformação é encontrada no livro *Representações sociais da realidade* dos de Peter Berger e Thomas Luckman, os quais ressaltam que a identidade pessoal é construída historicamente e está em contínuo processo de transformação. A própria tese do prof. Ciampa transformada no livro “História de Severino e História de Severina” demonstra que a identidade é um processo em constante metamorfose.

A sugestão do professor foi de que as entrevistas pudessem ser aproveitadas para a dissertação. Assim, escolhemos o sujeito que tivesse o perfil para a pesquisa. Entretanto, nesta

¹ Nome fictício.

primeira fase, abordaremos as questões que dizem respeito a história de vida do entrevistado, e não as especificamente voltadas ao cotidiano do trabalho desse sujeito.

➤ **Primeira entrevista² com André**

Pesquisadora – Gostaria que você falasse um pouco sobre a sua vida. Quem é você. Fale o que você quiser sobre sua pessoa.

André – Bom, é a primeira vez que eu vou fazer o meu próprio diagnóstico psicológico. Eu acho que sou um cara introvertido, quieto, na minha, intuitivo. Às vezes, eu não sei direito o que fazer com essas coisas das intuições, de perceber, de sacar algumas coisas, tipo, eu fico meio assim. Venho de Minas Gerais, de uma cidade pequena do Sul de Minas Gerais. Então aquele esquema tranquilo, então eu acho que eu entro naquele estereótipo mineiro mesmo, e, às vezes, morar em São Paulo tendo vindo de uma cidade de 8 mil habitantes, às vezes, dá um stresse grande, ao mesmo tempo que mata a vontade de comer um monte de coisa que tem aqui, curso, *show*, livro, disco, que lá no interior de Minas não tem. Nisso eu vejo que, às vezes, eu entro numa, eu fico meio agitado aqui em São Paulo e acabo curtindo isso e depois eu me canso e me retraio. Gosto muito de ler, toco viola caipira, tenho poucos amigos. Aqui em São Paulo eu moro na casa de duas tias viúvas. Que são... Eu moro na casa delas há 9 anos, mas estou montando uma casa pra mim. Acho que em janeiro ou fevereiro eu devo tá mudando. Gosto muito de morar com elas, são muito engraçadas, mas não posso pôr os meus quadros na parede, não posso tocar viola de madrugada, não posso levar meus amigos pra fazer churrasco. Então eu estou arrumando uma casa pra eu ter esses meus cantos. Meus pais tão lá em Minas, moram lá, uma vez por mês eu vou pra casa deles, a cada quinze dias, eu acho, eu telefono.

Pesquisadora – Em que cidade estão morando?

André – É, atualmente eles estão morando em [nome da cidade], mas moraram em Poços de Caldas, em Andradas, numas cidadezinhas por lá.

² Para que ficasse mais claro o relato, somente alguns excessos de vícios de linguagem, como assim, né, aí, entre outros, foram retirados do texto, assim como algumas repetições de palavras. Contudo, a expressividade do entrevistado foi mantida para que nada do que foi dito escapasse.

Pesquisadora – E você nasceu em qual?

André – Na verdade, eu fui pra lá pequenininho, eu nasci em São Paulo, no hospital Nove de Julho. Nem me lembro muito. Aí fui pra lá pequenininho. Eu acho que meu sotaque, minha culinária, minha comida, meu jeito de viver é bem mineiro, assim, bem...

Pesquisadora – Você veio pra cá com que idade?

André – Voltei pra São Paulo com 19. Voltei pra fazer faculdade, faculdade de psico. Lá não tinha, hoje já tem, mas na época não tinha. Aí fiz psicologia [nome da universidade], em 96.

Pesquisadora – Você se formou em 96?

André – Não, eu comecei em 96, me formei em 2000. Aí em 2001, em 99 comecei a trabalhar com R.H. Aí trabalhei nas empresas, [nome da empresa]. Curtia muito isso.

Pesquisadora – Seleção?

André – Treina..., mais treinamento que seleção, seleção também, mas mais treinamento. Mas o que, o que eu odiava era aquilo: olha você tem que fazer tal coisa, até tal data, você tem que preparar o grupo pra fazer tal coisa até amanhã. Esses prazos malucos, assim, isso eu odiava esses prazos. Aí, quando eu me formei, eu montei um consultório e estou trabalhando com ele até hoje. Estou em clínica, acho que o meu, o meu grande gosto, acho que é pela clínica, clínica numa questão mais ampla também, não só individual, trabalho com grupos, gosto bastante de trabalhar com grupos, terapia de grupo, grupo, eu gosto bastante da clínica. Às vezes, morro de saudade de lá.

Pesquisadora – De onde?

André – De Minas. Acho que eu faço um pouco essa ponte de trazer umas coisas de Minas pra alguns amigos aqui de São Paulo. E acho que, quando a gente trabalha com o [nome do movimento social], essa questão de mato, de fazer trilha essas coisas, pô, eu fiz isso a minha infância inteira, vivia no meio do mato, essas coisas. Então eu estou muito tranquilo, pra mim é muito fácil esse ambiente, essa tranquilidade. E acho que eu trago um monte de coisa daqui de São Paulo, metrópole, e levo pra lá, essas idéias novas que eu vou levando, acho que eu vou fazendo meio...

Pesquisadora – Mas você leva pra profissionais ou pra pessoas?

André – Pra profissionais também. Pra, pra minha família também, pros amigos.

Pesquisadora – E, e a viola que você falou, como foi...

André – A viola é a primeira banda de *rock* na minha cidade, fui eu que fundei, [nome da cidade]. Onde eu morei durante minha adolescência. Então, aí eu gostava muito de *rock*, é bom pra esse povo, lá ouve um universo de música, música regional que se ouve muito: Rolando Boldrim, Tonico e Tinoco, essas coisas. Quando eu tava no colégio, no segundo... terceiro colégio, aí eu comecei a conhecer essa coisa da viola, viola caipira dessas músicas e aí foi legal. Eu comecei a, achava legal aquela coisa que antes na minha adolescência era muito brega, né: cigarro de paia, essas coisas que meu avô fazia, eu achava muito feio muito caipira, né. E aí, de repente, o caipira começou a ter uma, uma coisa bonita pra mim, assim, eu comecei a gostar das raízes. Aí, minha mãe tem uma viola caipira veia, ruim, não afinava nem a pau, aí, eu aprendi a tocar e, há dois anos, eu comprei uma viola, mandei fazer, tô pagando até hoje ainda, uma viola profissional, tal...

Pesquisadora – É essa que você toca?

André – Não, eu não trouxe viola.

Pesquisadora – Então é violão?

André – É o violão do pessoal. A viola é outro jeito de tocar. Então tem uma coisa assim; a viola é, é típico, a hora que você escuta aquele negocinho, aí você já vai, assim, pra outros lugares, sai da capital. Acho que a viola tem isso.

Pesquisadora – Seu avô tocava viola?

André – Não, o meu avô era cantador, cantadô. Toca bandolim, meu avô materno. Aliás, acho que minha família tem essa coisa, assim, eu sou muito ligado, muito, mas acho que à linhagem materna, aos avós maternos. As tias com quem eu moro, na verdade, são tias avós, são irmãs desse meu avô.

Pesquisadora – Cantador?

André – Desse meu avô cantador.

Pesquisadora – Ainda é vivo?

André – É é, tem 74, superanimado. Segundo as coisas que eu vou vendo na minha análise, na minha terapia... meu complexo de Édipo foi com o meu avô. Ele era muito mais presente ali

do que pai, né. Então meu avô ficou importante, assim, eu vejo que enquanto modelo, assim, esse meu avô materno.

Pesquisadora – Mas você não escolheu a música pra trabalhar e ganhar dinheiro com ela?

André – Não, não.

Pesquisadora – Você montou um grupo de *rock* e...

André – É, isso é coisa de adolescente. A gente ganhava algum dinheiro, mas era muito mais brincadeira de adolescente. Na época, antes de fazer faculdade, eu cheguei a pensar sério em prestar música, mas, aí, fazer o curso de música, viver com música não é o que eu queria; todo dia tem que estudar tem que trabalhar isso, tem um prazo, um prazo pra entregar um ensaio, isso eu não queria. Queria música pra brincar, pra relaxar. Hoje eu tenho um grupo de MPB, que eu uso viola caipira.

Pesquisadora – E tem nome?

André – Tem, Trio [nome do trio].

Pesquisadora – Vocês tocam profissionalmente?

André – Acho que como todos têm outras profissões no grupo, as outras duas pessoas, então, a gente toca uma vez por mês num bar, bar de amigo, lançamento de livro de amigo, casamento de amigo, mas tudo muito pra amigos. Assim, a gente cobra, mas é muito mais uma brincadeira.

Pesquisadora – Trio [nome do trio]?

André – [Nome do trio. Explica de onde vem o nome]. Então, acho que em São Paulo fiz alguns amigos, poucos...

Pesquisadora – Você está aqui desde...

André – Desde 96.

Pesquisadora – Você prestou vestibular e veio pra estudar?

André – Vim pra estudar e voltar. Mas, aí, no 4º ano eu já comecei a trabalhar, comecei a ficar interado em São Paulo, já tinha gente querendo fazer terapia. Então, quando eu me formei, montei o consultório, eu já conhecia algumas poucas pessoas. Aliás, eu planejo ficar mais

cinco anos, um pouco mais talvez em São Paulo e depois ir pra outra cidade. Não sei onde, aos moldes de Minas, não precisa ser necessariamente Minas, mas não São Paulo capital, também não longe de São Paulo. Uma vez por mês eu venho pra cá comprar livros, disco, ver os amigos, sei lá. Quem faz parte desse projeto é minha namorada, a gente namora há cinco anos, eu e a Ana³¹. E a Ana também topa, a gente morar em outro lugar.

Pesquisadora – O morar em outro lugar é por que motivo?

André – É, é eu acho que pra fugir das filas, trânsito, esse anônimo de São Paulo, morar num lugar onde eu possa conhecer meus vizinhos, ter uma praça onde eu possa ir brincar com as crianças, sei lá. Acho que muito do que eu tive na minha infância, que eu acho que foi muito bacana, muito legal. É um projeto daqui a cinco anos talvez me mudar. Aí já é junto com a Ana, já com casamento, com alguma coisa, assim.

Pesquisadora – E ela é Pesquisadora?

André – Ela faz psicologia, tá, tá terminando o 5.º ano agora, mas ela não gosta da área clínica, ela faz estágio em hospitalar, psico hospitalar. A gente não conversa, engraçado, a gente não conversa muito sobre psicologia, sobre o trabalho, assim. Os autores que ela lê eu não conheço, os que eu estudo, e é, assim, há três anos acabei entrando pra estudar a questão da sexualidade humana, então vamos estudar isso, vamos fazer curso, tal. Não é a principal área de interesse da Ana. A Ana é essa coisa do, do doente da morte, somatização, família, esses termos, assim.

Pesquisadora – E a história de trabalhar com a sexualidade, quando pintou?

André – Ah, começou na clínica, né. Na clínica eu comecei a estudar, ver essa coisa. Eu acompanhei dois casos de duas adultas, duas mulheres adultas que me procuraram e elas traziam uma história de abuso sexual de incesto. No meio dos atendimentos, comecei a estudar isso, tal. Mas era, eu estudava tanto quanto outros assuntos. Não era um assunto principal, não era mesmo. Tanto que na, faculdade meu tema de pesquisa, minha monografia de final de curso foi religiosidade sobre religião, psico da religião. Aí, no consultório eu comecei com essa coisa de estudar o incesto por causa dessas duas pacientes, aí comecei a ler, a pensar, e nesse ínterim também um amigo meu tinha conhecido a Gorete que estava montando o [nome do Programa], lá na Zona Norte. Aí, mandei um currículo, fui pra seleção

³ Nome fictício

e comecei a trabalhar no [nome do Programa] que é específico de violência sexual. De lá, pra estudar mais ainda, fui prestar o curso, fazer o curso do [nome da instituição], um curso de um ano e meio de atendimento a famílias com denúncia de incesto, denúncia de abuso sexual. Aí, comecei a estudar isso, estudar, e agora estou rascunhando um mestrado nessa área de violência sexual que é um universo, né, as leituras passam a ser estas: os filmes, os amigos que você conhece, trabalham com essa coisa, né, então pra você é um...

Pesquisadora – E as duas pacientes, o que pegou pra você, ir fundo na história?

André – O que me chamava bastante atenção. [interrupção]. É, um paciente, uma paciente, assim, que eu lembro que eu fiquei bastante preocupado em estudar, porque ela se apaixonou por mim durante a sessão. Então levar isso pra supervisão, vamos entender, foi tranquilo, assim, porque não era uma mulher que me atraía; se te atrai, então pegava. Mas aquilo dela, foi uma terapia muito legal, apesar de não ter terminado, acho que podia ter continuado, mas ela projetava um monte de coisas em mim, né, que ela não teve na história da família dela de masculino, o casamento dela que tinha acabado, tal. E foi muito legal, assim, porque ela reconheceu na sessão “me apaixonei por um cara que eu sabia que não ia dar certo, então meu medo não deixa eu me envolver com as pessoas. Você, eu sabia que não ia sair comigo, então acabei me apaixonando porque eu sabia que não ia dar certo.” Então, a gente pôde trabalhar isso, conversar tudo: a visão de masculino dela, o quanto ela abusava de mim a ponto, assim, de, de me mandar flores pro consultório. Receber flores anônimas pra mim foi um negócio meio esquisito. Então, ela falava “não vou te dar um beijo e sair correndo”, tinha umas questões abusivas dela, assim. Então isso, isso eu comecei, puta, que negócio maluco isso, né! Vamos estudar isso, e, aí, comecei a estudar incesto. Eu vi que o caso que eu acompanhei lá na, na faculdade, na clínica-escola, tinha um caso de incesto que na hora eu não percebia e depois de formado que eu fui ver. Um garoto que dormia na mesma cama com a mãe, um garoto de nove anos, apesar de ter o quarto dele, ele dormia na mesma cama que a mãe lá. O pai morava em outra casa, outra história. E depois da faculdade é que eu fui sacando o quanto aquilo era incestuoso, aí, eu comecei a ver que o negócio do incesto era muito mais amplo.

Pesquisadora – Na época da faculdade não tinha essa linguagem?

André – Não, nessa época da faculdade não, né, porque a gente viu, ah, a mãe não consegue deixar o filho crescer, ter a desenvoltura dele, mas eu não saquei que o lance era incesto, né. O quanto o garoto dizia “eu não quero crescer, não quero virar adulto”, esse medo que é de

assumir a sexualidade, só depois da faculdade, depois de começar a estudar que isso aí eu comecei a ver.

Pesquisadora – E essa paciente relatava experiência com abuso?

André – Contava, contava as histórias, então. E aí, eu acho que eu me interessava por outros assuntos também M, acho que não era só a sexualidade. Estudar religião era muito forte também, tal. Mas aí foi quando eu conheci a G. Eu precisava de um outro trabalho, só o consultório não pagava minhas contas. Eu já tinha saído do RH, não quero clínica, não quero mais RH, tal. E aí foi tipo assim, tem um trabalho, né, não é o que eu quero estudar pro resto da minha vida, mas era um trabalho em clínica, perto da minha casa, tal, né, um assunto que eu até me dava bem, até gostava de estudar. Então, aí, entrei no [nome do programa em que trabalhou]. E aí, assim, acho que foi pela onda mesmo, pela onda do rio, fui fazer o curso do [nome da instituição]. Aí, se passa a semana inteira estudando sexualidade, vai estudar Freud, os “três ensaios” eu sei de cor, e aí se vai estudar mesmo essas coisas, né. Acho que não foi uma escolha, vou estudar, vou né.

Pesquisadora – Foi acontecendo.

André – É, foi.

Pesquisadora – E você foi deixando?

André – Fui. Eu quero trabalhar com clínica, né, aí apareceu essa coisa do [nome do Programa] que é clínica e é um tema que eu ficava à vontade também, eu me interessava e aí fui dando abertura, fui deixando, como você falou. E hoje eu estou envolvido até o pescoço, né, meus livros são isso, né, não dá mais pra..., mas engraçado, porque agora retomando essa questão do mestrado, por exemplo, eu tô voltando a/com a questão da religiosidade, um tema que me interessa bastante. A minha pesquisa é porque a maioria das famílias, clientes lá do [nome da instituição], quase 80% são muito moralistas. A gente tem quase que 70 a 80% são famílias evangélicas pentecostais de verdade. Eles vão à igreja, eles acreditam sério naquilo, não é fachada, eu acho. Então, estou estudando um pouco a questão do abuso sexual e moral e religiosidade. O quanto a moral não dá conta.

Pesquisadora – Fale um pouco do [nome da instituição]. Como é o trabalho lá? Como acontece o trabalho lá?

André – Atualmente, lá no [nome da instituição] eu fiz como estagiário, eles, eles abrem vagas pra estagi..., eles chamam de estagiários, mas é um psicólogo já formado com uma pouca experiência, tem que ser formado já, não é. Lá no [nome da instituição], a gente atende exclusivamente família, só terapia de família.

Pesquisadora – Você ainda está cursando?

André – Não, terminei meu curso de um ano e meio lá. Eu estou agora como pesquisador. É uma outra, outra proposta. Depois que você termina o estágio, você pode fazer alguma pesquisa por lá, tal. Então, além dessa proposta de rascunhar o mestrado, que eu acho que eu só vou concorrer no final do ano que vem, tem uma outra pesquisa que eu estou fazendo com o Cláudio e com a Gisele. E, aí, três vezes por semana, a gente vai pra fazer atendimento com essas famílias e é uma psicoterapia de família.

Pesquisadora – As famílias, como chegam lá?

André – Chegam encaminhadas pelo fórum, é, é pelo fórum ou pela delegacia, sempre algum órgão judiciário encaminhando, algo jurídico encaminhando.

Pesquisadora – Então já tem um processo?

André – Tem.

Pesquisadora – De abuso que aponta para o incesto?

André – Sim. O [nome da instituição], eles, eles tem a seguinte proposta: a gente não trabalha com a visão da justiça, é com a visão da saúde então, é com a visão de dinâmica familiar. Por isso, tudo que acontece ali na sessão fica em sigilo com a família, não é passado pro fórum, não é contado, fica só entre a família mesmo. E a gente não trabalha com a idéia de, a gente não trabalha. Eu já terminei o estágio, né, a gente trabalhava, mas como eu estou na pesquisa, a idéia é a mesma. Não tem a divisão de atender vítima, que normalmente os Centros fazem, atender vítima de abuso sexual. O [nome da instituição] trabalha vítima e a família. Então, a família toda na idéia do incesto. A gente não tem a idéia de agressor e vítima. A gente vê que é uma dinâmica, por exemplo, perversão de funções: filho que faz função de mãe, pai que faz função de irmão, então a gente vê que é uma perversão de funções. Então, por isso, o atendimento é exclusivo com família. É um barato.

Pesquisadora – Mesmo, e quando tem pena pra cumprir?

André – A grande maioria dos casos lá está em vara de família ou da infância e da juventude, não está na vara criminal ainda, né, que é quando sai o veredicto. A grande maioria dessas famílias lá não tem uma pena a ser paga, não tem um acusado que vai preso. Porque a grande maioria dos abusos não é uma penetração, então não tem como provar com exame, então eles não são presos, a grande maioria. Acho que é basicamente isso lá.

Pesquisadora – E a pesquisa de agora?

André – Ah, tá, a pesquisa que a gente está fazendo é sobre a participação da mãe numa família incestuosa. A gente está vendo que os quase 100% dos denunciados são os homens, pais, tios, padrastos, avós, mas a gente tá vendo que há grande convivência das mães, né, as mães sabem, não falam nada. Na verdade, a mãe faz a denúncia quando ela briga com o marido, então, “é devia até saber mesmo, era verdade aquilo que a filha falava.” Então ela vai lá no dia da briga e faz a denúncia. A pesquisa nossa está mostrando um pouco desses dados. A pesquisa vai sair agora em dezembro, pro Congresso de psiquiatria, no Rio Grande do Sul. É internacional, e a gente vai tá falando disso. De mãe dos abusadores (acho que queria dizer abusados) que não são reconhecidas enquanto abuso na justiça. Elas fazem a denúncia enquanto vingança do marido, não pra proteção dos filhos. [risos] A pesquisa que nós estamos fazendo é essa agora. [...] A gente, a gente achou algumas pessoas que consideram, que percebem a mãe enquanto incestuosa, enquanto, enquanto conivente. Mas usar a fala “mãe incestuosa” a gente não achou nada ainda. Aliás, o conceito de família incestuosa, de não dizer aqui tem uma vítima, aqui um agressor, a gente acha que o [nome da instituição] é que desenvolveu isso. É idéia do [nome do diretor da instituição] que é muito novo também. Se alguma criança procura, se a família não topa fazer terapia lá no [nome da instituição], eles falam “ah, então atendam só as crianças.” A gente não, não porque a gente acha que não funciona. Talvez fosse até reativizar, então “você são coitados mesmo, ele não precisa de terapia, sua mãe também.” A gente acha que poderia ir por [não entendi o que disse]. Se a família insiste, a gente dá o telefone de onde, de lugar, normalmente a USP mesmo, a PUC, o Mackenzie que oferecem psicoterapia gratuita, mas o [nome da instituição] não faz atendimento individual. A gente acha que com a questão do incesto não funciona. [...] Você conhece o [nome da instituição]?

Pesquisadora – Conheço, mas não profundamente. Não desse jeito. Eu nunca fiz curso lá. Conheço pelo livro do Cláudio. Alguma coisa que a Claudia escreve. Pouca, poucas coisas. Vou começar a conhecer agora, pesquisando.

André – É, o [nome da instituição], acho muito legal, assim, pesquisam muito, o pessoal é muito bacana, fui superbem aceito, eu acho que eu aprendi muito mais lá do que na faculdade. Porque você faz, você acompanha de cinco a oito famílias durante um ano e meio, semanalmente. A cada quinze dias você tem uma supervisão dessa família, dessas famílias, então você tem supervisão de todas as famílias. Uma por mês, de cada família, e tem mais uma supervisão com a equipe toda, que, aí, vem uma pessoa de fora do [nome da instituição] pra justamente não estar com o olhar contaminado. A [nome da supervisora], lá da PUC que é nossa supervisora lá.

Pesquisadora – Eu já ouvi falar.

André – A [nome da supervisora] trabalha com essa questão da violência, o mestrado dela foi sobre isso.

Pesquisadora – A [nome da supervisora], ela é Pesquisadora?

André – Pesquisadora. É, além disso, da supervisão do atendimento, a gente ainda tem um grupo de estudo. No ano passado, a gente estudou “O mal-estar na civilização” inteiro, sem pressa, assim, e esse ano, até quando eu estava no estágio, a gente estava estudando Bion, aí, justamente pra trabalhar com a técnica de grupo, né, essa idéia do Bion pra trabalhar com grupo. E, como a gente faz terapia de família, precisa de teoria de terapêutica de grupo, que é muito legal, interessante em algumas coisas, mas eu entendo metade do que o pessoal discute lá.

Pesquisadora – Mas é o mesmo grupo que faz estágio ou é outro, de estudantes?

André – É o mesmo grupo. Então tem o [nome do diretor] que não faz atendimento, ele fica supervisionando, coordenando. Tem a fulana que é a Pesquisadora contratada, que faz supervisão e atende e mais quatro estagiários, que fazem os atendimentos. Às vezes, sozinho e, dependendo a estratégia, em co-terapia, preferencialmente um casal.

Pesquisadora – Junto, atendendo junto?

André – Sim. Você quer que eu fale do trabalho?

Pesquisadora – Fala sobre o que você quiser. [risos] Fale de você nessa história.

André – Ah! Bom, acho que aí tem um monte de coisas, assim, porque ah, bom, agora eu tô, tô vendo, assim, eu tô entrando num caminho que eu tô virando um sexólogo, tô estudando e fazendo curso nessas áreas, tô vendo essas questões, é profundamente na questão da sexualidade e tal.

Pesquisadora – E o que isso tem afetado você?

André – Isso, isso é que é o grande barato da coisa.

Pesquisadora – E o André com essa história [risos].

André – O grande barato da coisa, assim, porque na faculdade eu faço uma monografia sobre religião, sobre religiosidade e agora eu tô preparando o mestrado em sexo [risos]. Então, fica a puta e a santa mesmo, essa coisa. Que aí você vai vendo que são vertentes da mesma moeda na verdade, mas, claro, tudo isso tem a ver com uma história minha, tal, uma história de vir de uma família supertradicional, do interior do estado mineiro, protestante, né, de um dogmatismo. E aí, de repente, aparece eu, que sou sexólogo, assim, na família, né, tô virando.

Pesquisadora – E o protestantismo, como que é? Eu não sei.

André – Tá. Bom, minha família é de igreja protestante, que é aquela vertente mais européia dos presbiterianos, metodistas.

Pesquisadora – Mas, presbiterianos ou metodistas?

André – Atualmente eles freqüentam a igreja presbiteriana, mas, quando moravam em São Paulo, eles freqüentavam a igreja metodista. Então, eu lembro, assim, até os 15 anos eu tocava na frente da igreja.

Pesquisadora – Seu avô cantava também?

André – Era, meu vô, sim, meu vô, era.

Pesquisadora – Então, a música também tinha uma ligação com a religião? Não?

André – É também, mas tem esse lado pagão da música lá em casa, que é a música de viola.

Pesquisadora – Ahn, tá.

André – Então tem esse outro lado também, assim. A igreja protestante, assim, tem algumas questões, assim, muito dogmáticas, muito rígidas quanto à sexualidade.

Pesquisadora – Como é?

André – Bastante ortodoxas. Não, sexo depois do casamento. Homossexual é, é pecado, tudo é pecado.

Pesquisadora – Quanto ao preservativo?

André – Não, pra que preservativo, você vai transar depois do casamento, então pra quê?

Pesquisadora – Depois do casamento não pode? Tem que ter quantos filhos vier? Como que é?

André – Não, não, acho que isso, isso é bem diferente. Você tem, eles dão uma ênfase grande pro planejamento familiar. (não entendi o que falou) Tantos filhos na família, não. Você usa anticoncepcional, camisinha. [...] Não, isso é diferente da igreja católica. Isso é diferente, mas, depois do casamento. Antes do casamento, se você se masturbar, você vai pro inferno, então se... Eu exagerei um pouco, mas no fundo a idéia é essa.

Pesquisadora – Tem confissão?

André – Não, não. Na idéia do protestante, você não tem um intermediário, você fala direto com o chefe, direto com Deus.

Pesquisadora – Você e Deus, sem ninguém intermediando.

André – Sim, você pede o perdão, você recebe. Então aí, claro, eu vou sacando, eu tô trabalhando agora religiosidade e sexualidade nessa proposta de mestrado, então.

Pesquisadora – Então, agora com a proposta de mestrado, você está tentando unir o quê? A monografia e seu trabalho?

André – Sim. É, estou vendo porque que que é essa coisa, da minha família super religiosa, minha família, meus pais super religiosos; e eu começo a estudar sexualidade e faço um rascunho de mestrado nessa área, que envolve isso, religião e sexualidade. Então, é reflexo da minha história toda, né, então. Tem sido gostoso pensar essas coisas, até porque eu estou em análise há 6 anos já pensando essas coisas todas.

Pesquisadora – E esse trabalho aqui do [nome do movimento social], como é que aparece em sua vida?

André – É tudo via G. G. é a Pesquisadora que eu conheci, que fiz a seleção. Comecei a trabalhar com ela no [nome do programa em que trabalhou] e aí, de vez em quando, ela começava a falar do [nome do movimento social]. Fui conhecendo as pessoas, conheci você, o M, todo o pessoal nesse meio, indo nos churrascos na casa dela, conhecendo o pessoal todo. Aí, o [nome do movimento social], a G. me chamou pro primeiro encontro do projeto de protagonismo pra estar falando um pouco de sexualidade com adolescentes, numa metodologia que eu já tinha tido uma idéia lá no [nome do Programa em que trabalhou], que era através de música. Então, a gente pegou quatro músicas e ficamos conversando com a molecada. Aí, ela me chamou pra fazer essa aula, eu já conhecia o pessoal, os adolescentes do projeto, e quando ela saiu do [nome do movimento social], aí, eu me candidatei lá. Eu nem sei se teve seleção pra isso ou se foi só uma indicação. Sei que eu já entrei no projeto. Como eu já conhecia todo mundo, já tenho esse envolvimento grande com a arte e sexualidade.

Pesquisadora – O [nome do movimento] é um trabalho do movimento?

André – Isso. Na verdade, eu trabalho no projeto de protagonismo que é um dos projetos do [nome do movimento social]. Esse movimento social está preocupado com o estudo da sexualidade e com ênfase no, no abuso sexual, tanto de exploração quanto do incesto. Acho que o que eu mais estudei foi o incesto, a idéia do [nome do movimento social], a gente...

Pesquisadora – É exploração?

André – A gente vê como um todo. Aliás, a minha visão também, às vezes, coincide com o pessoal do [nome do movimento social], às vezes, não. Eu acho que toda a forma de abuso sexual tem a ver com incesto, na minha visão. Pensar uma prostituição juvenil, é, como é que foi a educação sexual na família dessa garota? Como é que os pais falavam de sexualidade? Por que ela escolheu o caminho do sexual e não sei lá o de outra perversão, o do roubo? Vai via corpo. Como é que foi a educação corporal dela? Então, pra mim, tudo isso tem a ver com incesto. É, aí, é muito legal trabalhar com adolescente, porque eu sou um pós-adolescente, né, acabei de sair da minha adolescência e...

Pesquisadora – Com quantos anos você está agora?

André – Eu tenho 27, né, então, ainda uso cabelo comprido, ainda uso camisa Tribanda, ainda curto *rock-'n'-roll*, não pretendo deixar de gostar. E é um barato, assim, porque sempre com a molecada, né; não é tão diferente a minha idade da idade deles, né. Apesar de eu ter vivenciado um monte de coisas, porque você tá estudando, você tá fazendo análise, então você tá aí sacando um monte de coisas. né. Eu tenho muito material pra provocar, pra refletir junto com a molecada. E é uma linguagem muito próxima da deles, né. A música que eles escutam eu escuto, as baladas que eles vão eu vou; então, é um universo próximo, assim, também.

Pesquisadora – E o André que você gostaria de ser?

André – Que eu gostaria de ser?

Pesquisadora – É, a gente falou um pouco do que você é e do que você foi. E o que você gostaria de ser? Quem você gostaria de ser?

André – É, acho que isso.

Pesquisadora – O que você imagina?

André – Acho que isso é o meu projeto aí de mudar de São Paulo. Quando eu me dou esse prazo de cinco anos, é pra escrever o mestrado nesse prazo, estudar um pouco aqui e, depois, voltar pra outro lugar, não sei pra onde, talvez não pra cidade dos meus pais, acho que não, acho que agora eu preciso fazer um outro caminho. É, eu gostaria de mudar pra uma outra cidade, mais ou menos próxima de São Paulo, continuar trabalhando com essa questão da clínica e ter mais tempo. Menos, gastar menos tempo com trânsito, com fila, pra poder tocar mais viola, pra ter filho, pra poder curtir os filhos, pra ir pescar de sábado. Eu queria ter um tempo mais pra essas coisas, que aqui em São Paulo não dá, nessa fase não dá. Quero casar, casar no sentido, assim, eu e a Ana, a gente brinca que, é, tem a ver com tudo isso. A gente não quer casar no religioso, a gente quer casar no civil e no poético, então, a gente vai trazer uma banda, vai ter um poeta que vai celebrar, assim, aos versos de Adélia Prado, algumas coisas assim. Porque eu acabei me distanciando da igreja, né, eu não entro numa igreja faz... acho que dois anos também, dois ou três anos. Bom, faz um tempo. Então, apesar de eu me achar puramente religioso, profundamente religioso, mas não freqüento uma igreja, não sinto necessidade disso, então pretendo me casar nesse arranjo nosso, meu e da Ana.

Pesquisadora – Nesse percurso que você fez de trabalho, você acha que os religiosos teriam algo contra?

André – De estudar sexualidade?

Pesquisadora – É, o seu percurso.

André – Não, na fala deles não. Na fala não, porque “é abuso sexual”, precisa trabalhar com esse pessoal, isso aí não sei o que, eles precisam aceitar Jesus no coração [risos]. Então, eles são super a favor do meu trabalho. Só que, quando você começa a mostrar esses números, olha, a maioria são religiosos, né, isso assusta um pouco. Alguns deles param pra escutar, ouvem, se preocupam “é, vamos entender isso.” Acho que as lideranças, meus amigos que são líderes religiosos param pra ouvir, pra escutar, os outros não; os outros não querem entrar em contato com isso. Mas eu acho que sim, minha família continua sendo muito religiosa e apóia bastante meu trabalho, porque acham que é importante alguém trabalhar com essa cagada toda, com essa merda toda, então.

Pesquisadora – Talvez eles não saibam exatamente onde isso pega, não é?

André – Eu acho que não, eu acho que não sabem. [risos]. Acho que o André que eu gostaria de ser [risos] [não entendi o que falou].

Pesquisadora – O André que, que você gostaria de ser era esse?

André – Eu acho que sim, mudando pra outro lugar, onde eu possa estar, eu e a Ana, ter, sei lá, dois filhos, uma casa com quintal, [não entendi o que falou] ter um cachorro, uma horta [risos].

Pesquisadora – Isso não dá em São Paulo?

André – Por minhas varas pra pescar, então não dá pra morar em apartamento. Continuar estudando, porque é um negócio que eu adoro, adoro ler, adoro pesquisar, então. [...] É, Você começa a estudar essas coisas. É um barato! Porque, quando você está com um grupo de adolescentes e fala que você estuda sexualidade, vai dar uma palestra sobre sexualidade, tem mais ou menos a idade deles, você vira o grande “pó, esse cara manja de sexo, esse cara deve ser bom.” E não tem nada a ver com a coisa, né; é num outro âmbito, não é performática a coisa, mas fica essa fantasia, eu percebo isso, às vezes, nos adolescentes, percebo. Então, só um barato. Mas eu acho que se eu continuar estudando, for atrás do mestrado, eu acho que acaba sendo um convite pra dar aula num lugar, indo pro interior, onde tem uma carência de

professores. Eu acho que pode acontecer de eu ser professor e acho que eu gostaria, acho que eu topo, sem abrir mão do consultório. Aí, eu quero, quero fazer um curso de aquarela, quero voltar a fazer capoeira. Então, eu quero um monte de coisa que acho que nesse momento não dá tempo.

Pesquisadora – Você fazia capoeira?

André – Na faculdade, brincava. Acho que são esses meus, meus projetos. E tudo muito em parceria agora com a Ana; eu e a Ana, a gente vai pensando, a gente tem um lance sério, profundo, duradouro da gente que, agora, acho que já não são só planos meus, né, a gente vai pensando junto, tal.

Pesquisadora – Bom, eu acho que...

André – Chega?

Pesquisadora – Acho que chega.

André – Você vai dar o meu diagnóstico agora?

Pesquisadora – Olha, não tenho a mínima idéia [risos] do que eu vou escutar ao transcrever.

André – É, acho legal. Acho legal poder estar compartilhando, porque eu vejo, assim, meu trabalho, tem a ver com a minha história, né. Acho que essa repressão sexual que eu trouxe da minha história eu acabei elaborando profissionalmente, né, meu trabalho com sexualidade hoje. [...] Você quer perguntar mais alguma coisa? Pode pe...

Pesquisadora – Por enquanto acho que não. Se tiver alguma necessidade de fazer uma, de aprofundar alguma questão, eu falo com você.

André – É porque eu estou à disposição mesmo, pra qualquer assunto que você achar, sem restrição.

Pesquisadora – Está bem.

André – Como eu falo o tempo todo bastante de sexualidade e religiosidade, se você quiser se aprofundar nisso, eu estou à vontade pra me abrir pra falar, [não entendi o que falou] se precisar. [...] Minha resenha, meu resumo é esse, se quiser se aprofundar em alguma coisa.

Pesquisadora – Mas, então, o que você teria pra me dizer sobre religiosidade e sexualidade?

André – Ah, acho que o jeito que eu fui lidando com essa minha repressão sexual, com essa “você só transa depois do casamento”, e, aí, você começa a questionar o que que isso tem a ver, da onde é que tirou essa idéia. E trabalhando a minha culpa, que eu fui trabalhando em análise. Puta, transei e não devia! Aí, você, de repente, você começa a entender porque que eu não devia, aí a arte vai dando uma abertura pra essas coisas também. E você acaba descobrindo que Deus é um negócio bem maior do que que apresenta na minha concepção; a religiosidade é muito maior do que uma moral, do que dogma. Eu acho que essas coisas que eu venho trabalhando na minha análise, falando, falando. Acho que é isso.

Pesquisadora – Então, tá.

André – Então, tá.

Pesquisadora – Então, a gente encerra.

Conversamos um pouco sobre a garantia do anonimato, a finalidade acadêmica da entrevista e a declaração de consentimento que ele precisaria assinar.

Gravei seu e-mail, para encaminhar a transcrição da entrevista, e seu telefone, para fazer contado, se necessário.

➤ **Transcrição da segunda entrevista com André**

Data: 07/06/2006

Local: Consultório do entrevistado. Horário: 20h

Pesquisadora – André, conta um pouco do seu percurso, no atendimento a crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual. Fale um pouco do seu trabalho, do que você pensa a respeito.

André – Eu era psicólogo clínico, eu sou psicólogo clínico, mas, aí, eu fiquei sabendo de uma vaga para psicologia clínica, em uma ONG, que era parceira da prefeitura no [nome do Programa], era [nome da instituição], acho que era isso, foi um nome que a [nome da coordenadora] inventou. É, aí, fui lá, concorri à vaga, comecei a trabalhar. Mas eu nunca tinha estudado abuso especificamente. Então, lá a gente atendia encaminhados pelo Conselho

Tutelar, encaminhados pela polícia, pela assistência social da prefeitura, encaminhado por tudo quanto era lugar. E não era só atendimento, a gente também trabalhava com prevenção. Então, também tinha um grupo de jovens, de adolescentes, que a gente trabalhava, que era um grupo de [não entendi o que disse] sobre como identificar o abuso, como ajudar os amigos, né, era um grupo de profilaxia também. E tinha os atendimentos clínicos. Aí, pra estudar um pouco mais disso, eu descobri que tinha esse curso lá do [nome da instituição]. Dentro da faculdade de [nome da universidade], que é um grupo que atende, é que é um curso de um ano e meio, prático-teórico. Então, a gente acompanhava. Cada aluno lá acompanha cinco famílias, durante esses um ano e meio. Então, o [nome da instituição] é só atendimento de família, e você acaba estudando essa coisa do abuso sexual. Aí, fiz esse curso pra ajudar no meu trabalho lá no [nome da instituição]. Aí, acabou o projeto lá [nome do Programa], como costuma acontecer, e continuei com o trabalho [nome da instituição], com o curso lá. Aí, finalzinho do curso do [nome da instituição], foi que eu conheci o pessoal do [nome do movimento social] pra fazer aquele projeto específico lá com os adolescentes, e então, acho que, assim, projetos específicos com a questão da sexualidade, foi isso que eu participei até hoje. Agora, no consultório, o tempo todo essa coisa do incesto, não necessariamente uma relação sexual, mas aquele filho que fica muito mais com a mãe, e o pai fica meio de fora, né, todos os Édipos, complexo de Édipo. Então, eu vejo que também tem a ver com abuso sexual no consultório, apesar de não ter uma relação sexual de explícita, mas o clima de erotização, isso eu acho comum ver. Então, é um pouco disso.

Pesquisadora – Como é o curso do [nome da instituição]?

André – Eles dividem uma parte teórica. Toda quarta-feira tem um grupo de estudo, então são vários temas sempre a ver com a questão ou da família, ou da sexualidade, ou do que envolva essa questão da... da... do abuso, mais propriamente do abuso sexual. Aí, tem uma supervisão coletiva, que alguém da equipe trás um caso que está atendendo; vem um psicólogo de fora da universidade, alguém que não está contaminado com o jeitão de funcionar lá do [nome da instituição]. Na minha época era a [nome da supervisora] que vinha pra dar essa supervisão e apontava algumas coisas da instituição também, porque, afinal de contas, ela estava fora universidade e podia falar o que quisesse lá; então, era alguém que não estava contaminada. É, então, tem essa coisa teórica, que é essa reunião de quarta-feira, e aí nos outros dois dias da semana, são três dias por semana, o curso. Então, um dia teórico, e os outros dois dias de atendimento. Então, a gente entra com a família na sala, é sempre atendimento de família. A visão do [nome da instituição] é que, primeiro que o tipo de abuso que o [nome da instituição]

atende é só o incesto. Então, se é outro tipo de abuso, porque lá é um grupo de estudo também, eles têm alguns itens que delimitam, assim, a gente vai atender esses caso, esse não, e os fóruns já são avisados, então só encaminham casos de incesto pra lá. O único jeito de encaminhar pro [nome da instituição] tem que ter uma denúncia aberta no fórum. O [nome da instituição] não faz denúncia. Se alguém liga lá “eu quero ser atendido”, “tem uma notificação, o fórum está acompanhando, né?” Aí, é o atendimento, terapia de família, é uma hora e meia, né. A gente faz alguns contratos, tem que vir o pai e a mãe, tem que vir as pessoas que estão envolvidas na história, não um atendimento de vítimas, o [nome da instituição] não entende que no abuso, no incesto tem essa coisa de vítima, é um problema de família, e o abuso seria um sintoma da família confusa. E aí, a gente tem a supervisão dos casos, aí, indicam alguns livros mais específicos daquela, daquele tipo de família que a gente está atendendo, né, bem gostoso, trabalhoso, mas é, eu acho que eu aprendi psicanálise estudando família incestuosa.

Pesquisadora – É?

André – Porque você vê o Édipo escancarado, né.

Pesquisadora – E havia casos que era possível dizer: “aqui há abuso”, ou era sempre na suspeita? Como é que era?

André – Então, a compreensão que a gente teve lá é de que abuso não é necessariamente uma relação sexual, mas onde tinha um componente de erotização entre pessoas hierarquicamente diferentes, né, um pai e uma filha, uma mãe e um filho. Então, onde tem esse componente erótico exacerbado assim, né, a gente entendia que isso era abusivo. Alguns casos a gente via que tinha relação sexual no meio, mas não ficava muito claro. O que a gente entendia lá no [nome da instituição], o que eu entendo hoje por abuso, é que esse clima faz tanto mal emocionalmente, do que uma relação propriamente dita. Pegando a idéia do Freud, né, o que vai dá a neurose é a fantasia, não necessariamente o fato. Essa é a idéia do Freud, que é muito polêmico isso, não é? Os advogados caem matando, a maioria dos psicólogos fala mal, né. Mas como lá era uma questão da saúde mental, não tinha essa questão, assim: teve relação penetração ou não? É assim: como é que a criança ou adolescente entendeu isso, né. O foco é na saúde mental, mas o [nome da instituição] já comprou muita briga com isso.

Pesquisadora – Com a justiça?

André – Hoje eu acho que a justiça já entendeu assim, lá cuida da saúde, né. A gente não está investigando se teve abuso ou não, né, porque a partir do momento que está lá, já está tendo o acompanhamento pelo fórum, tem que estar pelo fórum, diferente do [nome de um programa] que você tinha meio que investigar, né.

Pesquisadora – Como que é essa diferença?

André – No [nome do programa], a gente teve, por exemplo, juízes, juízes não, psicólogos do fórum, que queriam que eu fosse depor, e eu não, eu não cheguei a ir, eu mandei uma carta, mas queriam que a gente fizesse o trabalho de dizer se tinha abuso ou não. E a gente entendia, pelo menos eu e a minha coordenadora que esse era um trabalho do fórum, e não da saúde mental. Se, no meio de um atendimento, eu digo pro juiz: “Olha, realmente aconteceu uma relação entre o pai e a filha.” Aí, aquela filha podia ficar com raiva de mim, psicólogo dela, porque eu denunciei o pai dela. Então, essa ambigüidade, né, ao mesmo tempo que ela queria que denunciasse o pai, ela não queria, então miava toda a terapia. Né. Então eu e a coordenadora assumimos que não faríamos denúncia. A gente estaria acompanhando e incentivando uma pessoa mais madura da família – a mãe, a tia, o próprio pai, a própria adolescente –, alguém procurar esse direito na vara da infância. Mas é complicado, é uma relação complicada. [breve silêncio]. Porque, se você for ver qual é, quem tem essa função de denunciar? É a vara da infância que [não entendi o que ele disse] Conselho Tutelar. O psicólogo clínico da família, se fizer uma denúncia, ele quebra o vínculo. Ao mesmo tempo que a gente tem o ECA dizendo, se você sabe e não denuncia, né, então. E, aí, tem o Código de Ética da psicologia que diz que você não pode quebrar um segredo de sessão. Então, o que eu, o que a gente tinha feito com a orientação da [nome da coordenadora], né, desse pessoal, também foi estar sacando: vamos tentar ver quem é o mais saudável na família e que essa pessoa tome consciência, pra procurar os direitos. Se isso não acontecer e a família sumir do meu controle, aí, eu tenho que denunciar. Aí, não tem como, senão: eu tô sabendo, aí eu sou cúmplice da história. Mas, num primeiro momento, trabalhar para que alguém da família tenha essa autonomia. Que não seja o analista pra fazer isso, né. Mas é difícil. No consultório eu acompanhei uma família que fez isso, né, tinha, mas era, tinha muito mais violência física no meio. Também tinha essa coisa do pai espiar a filha tomar banho; emocionalmente é abusivo, né. E aí, demorou um ano e pouco, mas a própria mãe, não que sabia da história, tava ali fazendo de conta que não sabia, né, ela conseguiu sacar porque que ela não conseguia fazer aquele cuidado com a filha, não tinha essa maternagem toda. Aí, ela vai e denuncia o próprio

marido, mas levou um ano, assim, pra ela sacar que ela não tava cuidando da filha, e foi muito legal, porque eles continuaram em terapia, né, eles não ficaram com essa raiva, “Ah, o psicólogo que denunciou!” Deu pra cuidar disso legal depois.

Pesquisadora – Então, você está dizendo que, quando o psicólogo cumpre o estatuto que diz que em caso de suspeita você precisa denunciar, obrigatoriamente, o psicólogo que cumpre isso está sujeito a uma consequência na relação terapêutica.

André – Sim, é um risco. Não necessariamente cada atendimento. Acho que é cada atendimento, mas seria um risco de você cortar o vínculo, a aliança terapêutica. O que a gente pega é assim, o que o ECA diz é que você tem que denunciar, só que não diz “assim que você saiba.” Então, o que eu tenho tomado, isso não tem a ver com o [nome da instituição que fez o curso], nem com a fulana, é opção minha, assim, eu tenho que denunciar, mas eu posso esperar um ano pra ver se essa mãe toma consciência e consegue. Então, agora, se essa família some do meu contato, então eu acho que aí sim, aí não tem como, aí eu tenho que fazer isso.

Pesquisadora – Essa é uma postura ética que você descobriu?

André – Eu acho que sim, apesar de ter ambivalências legais, enquanto ética sim. Porque tem coisas que eu considero abuso e, se eu for contar isso pra um juiz, ele vai dar risada da minha cara.

Pesquisadora – Por exemplo.

André – Ano passado tinha uma mãe no consultório e ela amamentava os filhos, só que o mais novo tinha oito anos, e eu considerava isso muito abusivo. E tinha um tesão, tinha uma erotização, não explícita, não era explícita, mas, não sei, acho que um advogado ia dizer: “Não, tá escrito que tem que amamentar, é bom. Não é o leite materno que faz bem, né?” [risos]. Tinha um novinho, né. Mas, assim, pegando a idéia da psicologia, da psicanálise, né, pô, tem um novinho, pô, isso é erótico, e o pai não tava dentro, o pai tava fora de dentro do contexto, então essa mulher meio que gozava com o filho de oito anos. E, assim, isso não era considerado abuso. Ele veio porque o garoto estava indo mal na escola. Aí, você vai mexer, você identifica essas coisas, tal, quer dizer, ele tava preso a uma relação, assim, “eu gosto da minha mãe, mas se eu assumir isso”, né, então, não dá pra denunciar isso eu imagino. Não é ilegal. Depende do advogado, depende do juiz, mas é controverso, é polêmico, no mínimo. E eu fico pensando, Margarete, que talvez isso fizesse tanto mal pra esse garoto do que se o pai tivesse relações com ele. Lá no [nome da instituição que fez o curso], a gente atendia garotos

que o pai tinha relações sexuais com ele de penetração, pelo menos era o que era suspeita né. E o problema emocional era muito parecido com o desse garoto, que não conseguia se concentrar no colégio, né, que tava tendo uma agressividade, que tava tendo um monte de coisa. Então, assim, uma penetração faz mais mal do que mamar no peito da mãe? É polêmica a coisa, né. Mas eu acho que o ECA fica nessa coisa que eu tenho que denunciar, mas, se eu denuncio, eu corro sério risco de cortar o vínculo. E, aí, não é só comigo psicólogo. Qual é o outro psicólogo que ele vai confiar também, né? Será que fica só comigo, André, ou é com a classe da psicologia? “Essa raça que fica me traindo.” Então, eu acho que, se você tem o fórum acompanhando isso, o psicólogo de lá faz essa denúncia, né, meu vínculo fica neutro. Regra da psicanálise, o vínculo tem que ser neutro, né; se não... Mas é confuso, não é simples, não acho simples.

Pesquisadora – Como você foi elaborando e descobrindo essas coisas? Procurou algum cuidado pra você ou não? Como é que aconteceu?

André – Se denuncia ou não denuncia?

Pesquisadora – Pra você lidar com essas coisas. Quando você se deparou com esses casos, como é que você acabou lidando com isso?

André – Não, eu acho que, quando eu, quando a gente concorreu a essa vaga pra trabalhar no [nome do Programa], um dos critérios de seleção era: “A quanto tempo você está em terapia?” Pelo menos foi o critério que a fulana utilizou, a coordenadora na época lá. “Está em terapia a quanto tempo?” Então, tem que tá em terapia, já tinha que ter, né. Mas, depois, a gente ficou amigo e ela começou assim: “É na nossa conversa”; perguntou da minha sexualidade, assim, super sutil com toda tranqüilidade. Mas ela falou [em relação ao próprio paciente, e não dela própria]: “É, eu tenho isso, eu na... eu namoro, e não sei o que.” Ela foi sondando um pouco, eu acho, da minha vida sexual, como é que eu tava lidando com a minha sexualidade, porque, se não é complicado, né, acho que dá pra ficar doente nisso. Lá no [nome da instituição que fez o curso] também eles fazem uma entrevista de admissão e, assim, percebe como é que você lida com essa questão, uma das perguntas é “por que que você está querendo estudar abuso?”, né, que que você quer com isso daí; tem tanta coisa.

Pesquisadora – É, por quê? Você já descobriu?

André – Então, eu acho que eu comecei, eu caí nisso, assim, porque, assim, eu tava precisando de um trabalho na área clínica, perto da minha casa e tinha essa vaga no [nome do

Projeto]. Mas, aí, depois, eu fique pensando, por que é que eu aceitei, né. Eu podia ter negado [risos], sei lá. Começou com uma coisa prática, mas, aí, depois, você começa a refletir: “Por que é que eu aceitei?” Eu acho que tem isso assim, né, você está estudando psicanálise, você tem que estudar sexualidade, você está estudando sexualidade, você tem que estudar Édipo. E Édipo são o quê? Desejo entre filho e pai, pai e mãe, mãe e filha. Então é assim, estar estudando abuso acho que era um jeito de estudar complexo de Édipo, um jeito mais prático. Aliás, dizem que todo o trabalho, dizem não, todo o trabalho do Freud foi em cima de abuso sexual. Dizem as más línguas, que é quando ele começou a perder cliente, porque os pais não levavam mais os filhos, né. Então, ele falou: “não, o que importa é a fantasia, não é o fato real da penetração.” Então, ah, se é fantasia, aí voltaram alguns clientes, alguma coisa assim, pra estudar Édipo, pra estudar estruturação de mente. [breve silêncio]. Essa coisa do denunciar, também, eu acho que dá um medo, porque se eu estou ali, eu entendo que aquela mãe está quase conseguindo ter autonomia pra ela procurar uma denúncia, ela procurar resolver a situação, cuidar da filha. É, mas durante esse tempo, um advogado da pessoa que pode ser acusada pode não entender isso; eu sofro, e eu psicólogo sofro um risco legal ali de dizer que eu estou conivente, né; que eu estou fora do Estatuto. Então, acho que essa compreensão que a gente tem de esperar o momento certo de fazer a denúncia, de ajudar a família a denunciar, acho que é uma visão da saúde mental, o direito não entende. E aí eu acho que é assim, tem um risco, aí eu estou descoberto, né. Bom, aí, eu posso entender se eu for processado, posso tentar justificar isso.

Pesquisadora – Você pode dizer que não sabia.

André – Como não sabia? Está no ECA!

Pesquisadora – Você pode dizer que não sabia que existia abuso ali.

André – Ah, tá!

Pesquisadora – Quem vai dizer que você sabia?

André – Não sei, alguém da família pode dizer “não, *mas eu te contei*.” Não, não sei o quê.

Pesquisadora – “É, mas eu não comprovei” [essa seria a suposta fala de André], sei lá.

André – Mas, assim, acho que, aí, o complicado é quando alguém do fórum, e isso já me colocaram nessa situação assim, alguém do fórum não consegue dizer se tem abuso ou não. Tem porque eles precisam de um crivo de dizer se teve ou não, e o clínico não interessa. Para

o clínico interessa é, e daí, como é que você ficou depois disso? Pode ser uma fantasia, pode ser um ato, mas como é que ficou na tua mente? Pro clínico interessa isso. Mas eu acho que o pessoal do fórum, eu estou falando de alguns amigos que eu conheço, psicólogos do fórum, então eu estou falando, quando a gente toma cerveja juntos, a gente fala dessas coisas. Às vezes, eles precisam de uma ajuda, então querem que o clínico faça o que é função deles. Lá no [nome da instituição que fez o curso], a gente fala assim: “olha, se alguém de fora está fazendo a função que não era da função, é a mesma coisa do incesto, porque o incesto é o que, é a criança e o adolescente fazendo a função que era a função pra mãe fazer, tá fazendo a função do adulto.” Essa inversão de funções, né, a gente pode pensar que, a bem grosso modo, assim, mas o psicólogo do fórum está querendo inverter a função, quem tem que dizer que se teve abuso ou não é o psicólogo do fórum, não é o clínico. Mas é maluco.

Pesquisadora – Sustentar isso não é fácil.

André – Agora, o clínico está lá toda semana com a família, né. O vínculo dele é melhor porque ele não está debaixo do juiz, ele não está julgando. Eu acho que o psicólogo do fórum tem essa dificuldade, né. O clínico, eu acho, que é mais fácil perceber essas coisas, o vínculo é melhor, a frequência é muito maior. Eu fico pensando, meus amigos clínicos, do fórum, do judiciário, não dizem isso, mas eu acho que tem uma coisa assim, sabe, do tipo “eu estou em desvantagem, eu vejo a família uma vez a cada dois meses, tenho que dar um veredicto aqui de sim ou não”, tem uma inveja [risos].

Pesquisadora – Mas não foi ele que buscou esse lugar também?

André – Sim.

Pesquisadora – E em que instrumentos eles se respaldam pra dizer se houve ou não houve?

André – O psicólogo judiciário?

Pesquisadora – É. Como é que é a sua visão a respeito do trabalho do psicólogo judiciário? Existem instrumentos pra poder dar o veredicto? Você acha que existe?

André – Tem, mas eu acho que não dá pra ter essa precisão. Estou me lembrando de algumas amigas que contam, eles usam muito desenhos, muita entrevista com a família, com a família toda. Mas aí fica naquilo, né, porque elas tem que dizer, porque o conceito lá é, teve é penetração ou foi sem penetração, né. Então, isso num desenho não necessariamente mostra. Eu acho que é muito complicado o trabalho deles, porque está ligado a uma óptica da

legislação, muito mais próximo do Direito do que da saúde mental, né. Então, a Psicologia, ela é um instrumento do Direito, ela não é uma ciência em si, então, eu acho complicado, mas é importante. Complicado porque eu acho que é assim, o psicólogo do judiciário fica querendo dizer se teve abuso ou não, isso não é função dele, é do juiz, ele serve enquanto auxiliar do juiz, né, pelo menos, está, minhas amigas do judiciário dizem isso. A função delas não é dizer. Só que aí o juiz fala, e aí, “e você que é psicólogo, teve abuso ou não?” Elas dizem não. Quem julga aqui é: julgar juiz, psicólogo psicóloga, né, é outra coisa, né. Mas é muito complicado isso, mas é, sempre tem muita confusão. Porque aí ela está submissa ao direito. Pra sair desses rolos todos foi que o [nome da instituição que fez o curso] falou que a gente só atende os casos que já estejam denunciados. Então, não entra essa questão, fica só no foco da saúde mental, né. Mas o [nome da instituição que fez o curso] está lá dentro da [nome da universidade], é um grupo de estudo, protegido, reservado, e uma “onguizinha” que está lá na periferia de São Paulo, que não tem judiciário, não tem Conselho Tutelar perto, eu acho que aí é complicado, aí não dá pra fazer clínica que faça essa coisa de denúncia, né, e denuncie sim eu acho, o pessoal da ONG, talvez o Programa [nome do Programa] pudesse, mas não dá pra conjugar com clínica, eu acho, aí é um programa de incentivo à denúncia que eu acho que é importante, talvez trabalhasse junto ao Conselho Tutelar, mas ao mesmo tempo denunciar e fazer clínica não dá. [breve silêncio] Eu acho, pelo menos. [breve silêncio]. Eu acho que isso não aconteceu ainda, mas eu acho que, se eu precisasse fazer uma denúncia, eu denunciaria e encaminharia pra alguém. Pro [nome da instituição que fez o curso] ou pra algum outro lugar. Eu denunciaria, mas eu não teria sustentação pra fazer terapia. Tem uma garota que faz supervisão comigo e ela está com um caso assim. Ela fez uma notificação, denunciou e encaminhou o caso para outro atendimento. Ela viu que o vínculo não rolou depois da denúncia. Porque ficava uma ambivalência, sabe, a netinha de um senhor que ela denunciou e aí a netinha ficava assim sabe, “que legal, que bom, você entrou na nossa família denunciou o meu avô, isso não vai acontecer mais comigo obrigada, eu te odeio porque meu avô está quase sendo preso por tua causa”, ao mesmo tempo, ficava nessa loucura, né. A gente acha que a criança tem raiva do avô, do pai, da mãe, e tem, mas é junto com outras coisas, é misturado, né. Porque também tem uma parte legal do pai, do vô, né, também tem uma coisa, aí mistura com culpa da criança, então “foi culpa minha que meu avô está sendo julgado, meu pai.” Eu não sei se tem alguma coisa mais confusa na psicologia do que isso, tem?

Pesquisadora – Acho que não, [risos].

André – Porque, se fosse só a psicologia, tudo bem, mas quando esbarra com a coisa da legalidade, do direito, eu acho que aí é complicado, são duas ciências diferentes, são duas disciplinas.

Pesquisadora – A psicologia fica um pouco subjugada, não é?

André – Me parece que si. Porque o direito entende que uma criança que está sendo abusada pelo pai, né, pela mãe, isso faz mal, é crime, mas não leva tanto em consideração a questão. Então, se eu tirar essa criança ou esses adultos do lar, também faz mal e isso não é crime. Eu posso tirar o pai, tirar a mãe do lar, e isso não é crime, mas pra psicologia é crime, é doença, é neurose também. As ópticas são diferentes.

Pesquisadora – Você acha que o psicólogo tem formação suficiente pra se deparar com essas coisas?

André – Não. Pô, eu vejo assim, eu fiz há dois, um ano e meio, o curso no [nome instituição], mais o [nome do movimentos social do qual fez parte], mais [nome da instituição em que trabalhou], mas a hora que cai na clínica você fica com um medo, você fala assim: “Será que eu denuncio? Será que é o momento certo, não?” Isso porque eu já estudei, além da faculdade, sobre esse assunto. Eu acho que não, Margarete, eu acho que a gente não tem, né. Eu lembro assim quando eu estudei Édipo na faculdade, é um negócio muito distante, né. Você fica assim, é, todo mundo tem, é quando a menina se apaixona pela mamãe e aí o papai fala não, não e tudo bem. Só que na maioria dos casos não é assim tudo bem, fica uma paixão ali no ar, né [risos]. Eu acho que a gente fala pouco de Édipo na faculdade, não vê a gravidade do Édipo assim exacerbado. Então, na faculdade a gente não tem essa coisa, assim, com o judiciário, a gente não, a gente não estuda o ECA na faculdade. Pelo menos eu não estudei, eu não sei se tem uma matéria disso, né. Quando eu fui concorrer a cargos em ONGS, aí o pessoal falava assim: “você conhece o ECA?” Eu falava não. Aí, eu comprei um, vamos decorar o noventa e dois, o noventa e quatro, cento e um, cento e três, né [risos]. Falei, vamos decorar esses, né. Mas eu acho que, se é lei, e o psicólogo está debaixo da lei, acho que tem que estudar isso na faculdade. A gente está debaixo disso né, e, o pior, acho que esse pessoal que vai trabalhar no judiciário teve menos formação ainda desse assunto. Tem o curso do Sedes, não sei se tem mais cursos pra área judiciária, eu acho que ajuda, né. Mas eu vejo minhas amigas que estão no judiciário, não têm essa formação. [breve silêncio]. Eu acho que dá pra dizer se a criança está perturbada ou não. Aliás, isso é engraçado também, porque

então, assim, se estiver perturbada, quer dizer que teve abuso, se não tiver, não teve. E a idéia da resiliência, né, se for uma criança que consegue superar o trauma, então ela não foi abusada. Aliás, eu lembro que foi muito louco, uma família que a gente atendia no [nome da instituição que fez o curso], porque, assim, no [nome da instituição], a gente atende a família inteira, então, se tem irmão que está na família e que não tem a ver ali com o que o judiciário acha que é vítima, abusado tal, mas está emocionalmente envolvido, está na terapia. Tinha irmão que não tinha a ver com a relação sexual lá, estava mais perturbado do que aquele que sofreu o abuso, do que aquele que transou com o pai. Você já viu isso? E aí, você fica, assim, você não quer ver isso. Aí, na supervisão você saca, puta, é, é possível. E aí, você fica na coisa, assim, mas pra justiça, então, se eu fizesse um laudo daquele, estava bem mais esperto, porque ele, nesse caso, nessa família, por exemplo, eu lembro que esse, por exemplo, que tinha relações com o pai, teve pelo menos, pelo menos ele tinha o afeto do pai, e esse que tava piorzinho, o pai nem lembrava que ele existia, negava até a paternidade. Então, né, não estou defendendo o abuso, de maneira nenhuma [breve silêncio], mas é uma criança que tinha uma resiliência maior. Então, se eu fosse fazer um laudo, por exemplo, eu poderia até dizer que aquela criança não foi abusada, que quem foi abusado era aquele que estava mal. Só que, ali nas configurações das sessões, eu sabia que quem tinha relação com o pai era aquele que estava mais ou menos bem, não o menorzinho, que estava mal.

Pesquisadora – Eu atendi um menino que assistia ao abuso das irmãs, e, entre os irmãos, o que tinha mais sintomas era esse menino, sintomas muitos sérios.

André – Então, se pegar pelo judiciário, esse garoto sofreu atentado ao pudor, porque ele assistia cena de sexo explícito, era menor, tá, isso é crime. As garotas sofreram ou atentado violento ao pudor ou estupro, tá. Pra psicologia, pra psicanálise, não faz diferença, só que as penas são menores pra atentado ao pudor, é diferente de sexo, de estupro; assim, as ópticas são diferentes, né. É complicado.

Pesquisadora – E, por exemplo, você enquanto pessoa, trabalhando na escuta dos casos de abuso, essa questão de escutar, você acha que, de alguma forma, tem alguma consequência na subjetividade do psicólogo que atende?

André – Eu acho que sim. A visão de mundo, você diz na subjetividade?

Pesquisadora – Na subjetividade geral. É de uma pessoa que se põe a escutar, estudar.

André – Eu acho que sim. Tem coisas que são óbvias, assim, de um mal-estar, né, quer dizer, você escuta coisas na sessão que você fica mal, entendeu, e aí na hora de dormir você fica lembrando do que te falaram, né.

Pesquisadora – Por exemplo.

André – Uma criança que eu lembro que fazia questão de ficar de pernas abertas pra me mostrar a cor da calcinha, no meio do atendimento. Não é que ela estava descuidada e tava aparecendo a calcinha, não era isso. Ela fazia questão de me mostrar, né. Aí, você ser cantado por uma menininha de cinco anos, pô! Isso dá um incômodo grande, mexe, né. E ela não achava que aquilo era, não era sacana da parte dela, era uma brincadeira que ela costumava fazer em casa, né, tinha um adulto na casa dela que gostava de ver, que pedia; então, ela achava que era, era carinhoso isso. E isso, por exemplo, assim, eu lembro, isso mexe, né, você sai meio assim, pô. E tem umas coisas que eu acho que a gente vai ficando, assim, mais bobo depois, assim, de visão de mundo, às vezes, você está no ônibus, aí, entra uma mãe, uma criança e o pai; aí, senta ela, a criança e o pai, sentam lá na frente, ou lá na frente ou lá atrás no ônibus. Isso não é abuso, mas você vê, assim, né, por que que não pode ficar os três juntos. Por que que não pode? Podia, dá, sei lá dá um jeito, fica os três juntos. Mas, assim, é uma mãe que prefere ficar com o filho do que ficar ela o filho e o pai. Então, essas coisas são sutis, você não pode contar pra ninguém, porque vão falar que você está maluco, né. Mas, aí, você começa a ver essas pequenas coisas assim, né, como essa mãe, por exemplo, no ônibus, deixa o pai de lado e prefere ficar com o filho.

Pesquisadora – E aí imagina-se...

André – E pode ser um milhão de coisas. O filho pode ter acabado de tomar uma injeção, então ela está dando uma atenção especial; pode ser um milhão de coisas, mas pode ser uma relação de Édipo configurada, assim, né, o marido está fora, “e eu e meu filho somos lindos.” Então você começa a ficar com essas coisas meio bobas, assim, de festa de aniversário de crianças, você vê essas coisas, parquinho, né, começa a ver umas coisas esquisitas. E aí, você começa a ficar meio assim, será que eu estou vendo demais, será que é real? É tudo muito subjetivo, né; e aí, dá um incômodo: será que eu estou exagerando? Será que eu estou?

Pesquisadora – Parquinho, por exemplo.

André – Não, eu não costumo ir ao parquinho, eu não tenho filhos, mas eu fico imaginando, assim, poderia ver isso aí. Eu lembro uma vez na fila do Play Center, não, do Hopi Hari que a mãe falava um negócio, assim, brigando com o marido e, aí, não lembro a questão, mas, assim, tinha uma escolha clara “eu quero ficar com meu filho, você não é legal.” Briga de casal. Só que imagina isso na cabeça da criança. Então sai meu pai e entro eu no lugar de companheiro dela. [breve silêncio] Coisas malucas assim, às vezes, quando eu vejo, assim, mãe amamentando o filho com três quatro anos, pra mim é muito estranho, né, mas pra alguns médicos não, é bom, né, o leite materno faz bem. Então, eu acho que você acaba ficando meio chato, né. Amigas minhas que beijam os filhos na boca, assim, eu acho muito esquisito isso, assim, né [risos]. Porque, na nossa cultura, beijar na boca é erótico, né, mas, assim, pra mim é esquisito. Mas pode ser moralismo meu, não sei. Pode ser paranóia minha. Então, eu comecei a ver que eu comecei a ficar mais encanado com essas coisas depois de atender casos de abuso. Antes, assim, ah, leite materno faz bem, tem mais é que tomar mesmo. Antes de eu entender o que era o complexo de Édipo, eu acho. Então, dormir na mesma cama da mãe, umas coisas assim, você começa a ver assim, né; e não é que é errado, né, é que isso pra mim, hoje, assim, é um indicador de que alguma outra coisa está estranha. Mas eu acho que eu fiquei meio bobo com essas coisas assim. [silêncio]. Eu lembro de amigos que a visão deles é normal e hoje eu fico um pouco escandalizado com isso. De tomar banho todo mundo junto, assim, e pra eles é normal, assim, sem problemas. E eu também achava assim, sei lá deve ser legal a cultura deles, tomar banho todo mundo junto, ao mesmo tempo a mãe o pai as crianças; criança grande não é bebê não; não são adolescentes, mas não são bebês. Aí, quando você, você começa a estudar essa coisa do abuso, né, do Édipo, do incesto, você fala, bom, tá, pode ser normal, mas por que que não é separado então, por que que eles escolheram desse jeito. Alguma coisa leva a essa configuração. Por que que agora não é o banho da mãe, agora é do pai, ou da mãe e do pai e depois o das crianças, o que que tem isso, né. Algum gozo tem, aí você, só que são amigos meus, né. Então, você conversando essas coisas, assim, eu acho esquisito “não, você é quadrado, você veio de Minas, não sei o quê.” Então, mas acho que sim, você acaba questionando algumas coisas que você não questionava, né. Agora, assim, são amigos meus, é a cultura deles; é, eles não tem essa visão; eu tenho o direito de mostrar a minha visão, mas não de querer que eles mudem, né. A casa deles, né, eu que não tomaria banho junto com eles, né, mas é. [breve silêncio]. Eu acho que você vê algumas coisas que antes é,é,é, você acaba não vendo. [silêncio]. Isso é da psicologia, por exemplo, eu vou denunciar esses meus amigos que tomam banho junto com os filhos? Pra psicologia não tem

crime, né, tem neuroses, né. Eles estão incentivando uma neurose. Mas não é legal tomar banho com os filhos [risos]. Você imagina eu dizer assim pro pro, um juiz da vara da infância: “Olha, esses casal toma banho junto com os filhos.” O juiz vai dar risada da minha cara, né [risos], vai dizer “E daí?”

Pesquisadora – Qual a idade dos filhos?

André – Uns quatro, bom, ela já saberia tomar banho sozinha, ela já poderia. Então eu fico perguntando, então, por que que não toma banho sozinha? Eu não sei que idade ela tem, uma garota, garotinha, independente de ser garoto ou garota, sei lá, não é isso. Por que que não incentiva a autonomia? Eu acho que a coisa do abuso, dentro da família pelo menos, assim, abuso de rua, de estranho, estupro de rua, acho que é outra configuração, não é Édipo, né, é outra história. Mas tem essa coisa assim de todo mundo vai ser criança, todo mundo vai, todo mundo vai ser adulto, eu acho que essa indiscriminação o que é do adulto, o que é da criança, eu acho que isso é que dá, dá neura, né. E o que a lei diz é assim: sexo é para adulto, não é pra criança. Mas onde começa o sexo? Tomar banho junto, pelado, já não começou o sexo aí? Tem um erótico nisso, né. São as intenções, né, porque a psicologia vai atrás disso, né, da intenção. Acho que só dá pra olhar assim, olhar pra essa garota, por exemplo, aí, filha dos meus amigos, é, é, ela tem um comportamento mais neurótico ou não. Os índios tomavam banho todo mudo pelado ali, vai dizer que todos então eram incestuosos e abusivos. Mas a nossa cultura não é a cultura do índio, né. E a legislação também é outra, então muda tudo. [silêncio] O que eu estou juntando de material para o meu mestrado é que lá no [nome da instituição que fez o curso], por exemplo, a gente foi ver que a maioria das famílias que estavam lá, que eram encaminhadas pelo judiciário era muito religiosa. A maioria, né, isso, assim, não tem base quantitativa pra dizer. O meu trabalho de mestrado poderia ser esse lá, né, mas, assim, a maioria é evangélico. E são evangélicos, assim, é, são sérios, eles vão à igreja, acreditam nisso, não é pra enganar o juiz. Quer dizer, a gente convive com essas famílias um ano e meio, então você, dá pra você ver que, que eles são fiéis, né, evangélicos pentecostais e neopentecostais bem rígidos. Então, o que eu queria pesquisar é isso, né, por que é que tem essa rigidez tão forte de moralismo e uma hora descamba, todo mundo transa com todo mundo ali [risos]. Então isso é muito louco, quando eu vi isso. Porque é, assim, uma das minhas vontades também era fazer o mestrado em ciências da religião, juntando a psicologia, mas, como eu estou na área da sexualidade e ninguém publicou sobre isso ainda, eu falei: “ah, descobri um negócio pra pra estudar.” Sexualidade e religiosidade. Que eu acho que vai acabar sendo assim, como é a formação do superego e ego. Porque as famílias que

estão lá no [nome da instituição que fez o curso] têm um superego muito forte, mas não têm muita estrutura de ego. Então, não sei, não sei disso, assim, isso são maluquices que estão na cabeça. Eu rascunhei um artigo, mas aí eu precisaria da autorização do Conselho de Ética pra poder dar os dados quantitativos, tudo isso, fazer a pesquisa quantitativa, entendeu. [silêncio] E tem evangélicos também que não levam tão a sério. Então, como é que eu vou, eu vou ter que criar categorias, né, os evangélicos que seguem a religião e os que são evangélicos nominais. Porque não dá só pra dizer é evangélico, é católico, é espírita, né; eu vou ter que pegar qualitativamente como eles seguem a religiosidade, né. Então, isso também vai dar um trabalho.

Pesquisadora – E não tem a questão também da classe social, de ser uma classe menos favorecida e, aí, as pessoas aderem às religiões neopentecostais?

André – Tem, tem isso, e, assim, as denúncias que chegam no [nome da instituição que fez o curso] são da classe C, raramente da classe B, A jamais, né. Porque tem isso, o advogado é bom, então não sei o quê, né, tem todas essas coisas. Acho que tem todo esse viés, né, aí tem que pegar o IBGE dos evangélicos pentecostais, quantos, qual a classe social. Então, fica um trabalho estatístico, acho que é por isso que ninguém se interessou por isso ainda.

Pesquisadora – Tem a classe social também, não é?

André – Eu acho que é isso também, a gente acha assim, então abuso é coisa de pobre. Tem raros casos que a gente viu, por exemplo, assim, de classes altas, mas tem. Agora no consultório, Margarete, é assim, você vê que o pessoal que paga cem “pau” a sessão, né, não é da classe C, então. E tem abuso. Então pra mim fica muito claro, assim, não é bem...

Pesquisadora – E são pentecostais? O pessoal do consultório?

André – Não, não, a maioria não. Então, acho que tem, tem que sacar esses viés sim. Mas tem o moralismo, tipo assim, é o pai que, assim: “minha filha não vai namorar antes dos dezoito anos não”, tem uma, tem uma moralidade. A gente acha que o abusivo é aquele que [não entendi o que disse], mas ele cuida muito bem da princesinha, né, porque ele adora ela, né, então tem uma paixão, então, também eu acho que não, não tem um jeito só, é muito variado, mas é democrático, tem pobre, tem com...

Pesquisadora – É isso, acho que, acho que tá bom, né.

André – Não sei o que você vai fazer com isso tudo.

Pesquisadora – Escrever. Há alguma coisa a mais que você queira mencionar? Que você acha que é legal contar.

André – Acho que o que mais me aflige, eu acho que é essa crise que a gente falou: denuncio, não denuncio, denuncio em que momento? Eu sirvo à área da saúde ou sirvo à área do direito, quem é, meu Deus? Eu acho que essa é uma crise que eu mais, eu me pego.

Pesquisadora – Aflige?

André – Sim.

Pesquisadora – Angustia?

André – Também, acho que sim. Pensando nessa garota que faz supervisão lá comigo, por exemplo, ela falou assim, “então bom, agora eu tenho que denunciar.” Bom, eu falei, mas vamos tentar mais um pouco pra ver se essa família toma consciência do que está acontecendo, porque se eles conseguirem tomar consciência de que não é normal transar entre si, fazer de conta que não vê. Pô, seria a grande saúde mental, acho que talvez estruturaria a família, talvez o que uma lei não faz. Nesse caso, por exemplo, não teve esse alcance, teve que entrar um juiz. Aí, tem que entrar um pai no meio, né, falar: “ó, ou vai sair ou eu bato em você ou eu te prendo.” Então, assim, de qualquer maneira não dá pra... E outra, a hora que você começa a mexer nessas coisas, a família pode sumir, e, aí, se não tiver um juiz pra dizer “você vai ter que ir pra terapia sim”, né. Lá no [nome da instituição que fez o curso] é muito tranquilo; muito tranquilo não, mas é mais do que no consultório, porque você tem um juiz obrigando a ir pra terapia.

Pesquisadora – Pois é, e aí, rola terapia mesmo compulsória?

André – Ah, tem casos que sim, tem casos que não, tem muita desistência. Nos últimos anos lá no [nome da instituição], eles fizeram uma pesquisa dessas e foi apresentado em Congresso. A aderência foi maior. O que é muito maluco lá é que, assim, quando eles atendiam a pessoa que era acusada e a pessoa que era vítima. O [nome da instituição] começou assim, atendia o abusador e o abusado, a aderência era menor. Agora que eles atendem a família inteira, a aderência foi maior. Então, eles têm algumas hipóteses, porque distribui culpa, porque não sei mais o quê, um monte de coisa. Mas o fato é que foi isso, a adesão está sendo maior, quando a terapia é de família, no caso de abuso, então bom, mas o que é mesmo que eu estava falando? Ah, como se funciona compulsória, né, obrigar. Eu acho

que funciona mais do que se for por adesão livre, né, porque a hora que você começa a mostrar as coisas feias da família, as coisas que estão acontecendo, eles saem, né. Vem a resistência e saem. E se não tiver a figura de pai dizendo “vai ter que fazer terapia sim.” Porque, aí, ele continua resistente, mas vai ter que ir. Então, acho que é melhor ir forçado e resistente, mas ir, do que ficar resistente e sair. Por isso que eu acho que o alcance de terapia de caso de abuso sexual no consultório é muito pequeno, tem um alcance muito pequeno. Se não for na rede, porque a rede é assim, o judiciário está sabendo, né. Acho que é, sem ter um pai, aí, e a psicologia não tem esse poder de pai de obrigar, “vai sim.” Acho que lá no [nome da instituição] o lugar que mais funciona é por isso, né. E muitos casos que a gente vê assim, né, porque ali não vai ficar falando do abuso toda sessão. Você vai falar do que a família quer falar, porque às vezes o sim, às vezes não, o abuso seria um sintoma de um problema maior de família, né. De uma mãe que não sabe tomar conta dos filhos, de um pai que não sabe discriminar quem é adulto, não sabe o que fazer com a sexualidade dele. Então isso daí são sintomas, então a gente fica falando de outras coisas que a família quiser trazer. Então, isso seria um sintoma lá, no caso o incesto. Em outros tipos de abuso tem outra demanda. É, aí quando as pessoas vêem que não vai ficar falando toda sessão, “mas *you came or not came, transou or not transou?*” A hora que você vê que passa essa fantasia e está cuidando da família, eu acho que é muito mais fácil tá aderindo aí. De repente, você está no foco, então você é o agressor, você é a vítima, você está o tempo todo querendo julgar, né, e aí não tem como aderir. [silêncio] Quando começou essa história que eu ia trabalhar com abuso, não é, então eu passei na seleção, vamos começar no [nome do Programa em que trabalhou], né. Eu lembro que a minha visão era assim, então cadê o monstro que vai chegar. Aí, você vê assim. Muito engraçado, eu lembro de um cara que eu atendi, quando, assim, no meio da família tal, isso lá no [nome da instituição em que fez o curso], e quando eu vi que ele era bancário, eu lembrei, “puta, o meu pai é bancário!” então não é um monstro assim, não é.

E aí isso pega assim, o abuso sexual não é um negócio que está no homem feio lá na rua, né. Pode estar na minha família, pode estar no vizinho, pode estar na minha igreja, pode estar, num, num, é um negócio, é que a gente acha que é muito longe o abuso sexual. Mas se abrir essa visão de que abuso não é penetração, abuso é uma erotização da família, da relação. A relação abusiva seria uma erotização das questões hierárquicas, assim, das diferenças entre adultos e crianças e tal. Aí, você vê em qualquer lugar, por isso que você vê no parquinho, no Hopi Hari, no ônibus, no consultório [risos]. Por isso que eu acho que eu vou ficando meio doido e você começa a ver abuso em todo o lugar. Não o abuso da justiça, mas o abuso psicológico. Agora, se você assume, então, é comum, né, a família adere. Lá no [nome da

instituição em que fez o curso], vocês não vão ficar falando do crime, vocês vão falar da disfunção, da dor que a família tem, e eles vão trazer a dor. Quando eles podem falar da dor, e eles sabem que não estão sendo julgados, eles costumam aderir e aí ficam, porque aí está falando da dor. [silêncio] Por isso que eu acho que não dá pra você julgar, encaminhar pro judiciário e cuidar ao mesmo tempo. Senão, você está fazendo o papel do pai que dá bronca e de mãe que cuida ao mesmo tempo. Eu acho confuso isso, mas a maioria dos programas [nome de um programa] tem feito isso. Senão, ao mesmo tempo em que você dá bronca, você quer passar a mão na cabeça, eu acho isso muito complicado. Então, vamos fazer o seguinte, o judiciário cuida da justiça, o judiciário, o tutelar, ONGS que trabalham com isso, são os pais que dão broncas, esse lado da regra, e a psicologia cuida do emocional. Acho que aí dá pra fazer um trabalho legal. [silêncio].

Pesquisadora – É interessante.

André – Eu tenho minhas críticas a esses programas até porque eu trabalhei lá, né. Então... Como é que um juiz, ou alguém do jurídico vai dizer o que é que eu tenho que fazer ou não na minha profissão, na minha área técnica, se ele não sabe o que é aliança terapêutica. Como é que ele vai dizer “o psicólogo é obrigado a denunciar”, se, na minha concepção, denunciar naquele momento pode ser pior do que não denunciar. Depende do momento. Dependendo do momento, tem que denunciar sim, vai fazer melhor. Acho que são, aí entra nessa coisa do ato médico, a medicina vai dizer pra psicologia o que é que ela deve fazer. [risos]. São áreas distintas, não dá, é complicado. Acho que a idéia da interface, né, vamos pensar, vamos falar junto. Então, chama um psicólogo pra pensar como é que a lei pode ser melhor também. A gente tem os juizes aqui de São Paulo que estudam, estudam psicologia. Eu lembro o dia em que eu vi, sabe, o doutor fulano? O dia em que eu o vi com o livro do Winnicot, eu falei “que legal, um juiz lendo Winnicot, que bacana isso!” [silêncio]. A gente está debaixo de uma Constituição, antes de ser psicólogo eu sou cidadão brasileiro, então. [silêncio]. Já deu muita coisa.

Pesquisadora – É, acho que já deu, se precisar retomar alguma coisa posso te pedir?

André – Claro! A gente conversa sim.

➤ **Observações**

Após o término da entrevista, André ainda falou duas coisas que considerei importantes constar nesta pesquisa. Pedi sua permissão para que constasse no trabalho e ele autorizou-me.

A primeira fala foi: “O psicólogo que atende e denuncia, ou vice-versa, que faz essas duas funções, poderia ser comparado ao homem que gera uma criança e, depois, transa com ela. Ele também faz as duas funções.”

A segunda fala: “Acho que eu perdi a minha segunda virgindade quando comecei a escutar os casos de abuso sexual.”

Sujeito 2

Cláudia¹, 37 anos, psicóloga².

Data entrevista: 17/05/2006 – início às 9h30min e término às 11h10min

Local: residência da entrevistada.

Cláudia trabalhou em uma instituição para atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual na cidade de São Paulo.

Pesquisadora – Fale sobre o seu trabalho na instituição.

Cláudia – Fui convidada a trabalhar no [nome da instituição], onde estava sendo implantado o Programa. Foi um momento de implantação do Programa e teve todos os entraves de implantação, como estabelecimento de lugar. Foi difícil para eu atender o caso. Eu lembro de uma amiga que me disse: “Você está sendo atendida... Não! Você..., péra aí..., você não atende psicótico e atende casos de abuso sexual?” Eu respondi que atendia, e atendo numa boa. Hoje eu atendo numa boa, mas antes, no começo, foi bastante complicado. Eu lembro que, ouvindo os casos que estavam chegando, no início da implantação, não tinha nem lugar para a gente atender, a equipe estava se formando; tudo era novo, tinha esse complicador, e, hã, esses casos chegavam muito fortes para mim. Eu me lembro que eu ouvi um caso de uma menina de um ano e meio que foi abusada, e essa menina foi parar no hospital. Eu não agüentei. Deu uma reação física em mim. Achei que nunca iria acontecer na minha vida, de sentir ânsia de vômito, tamanha! Não sei descrever o que é, o que eu senti naquele momento. Eu não sei se eu iria conseguir atender um caso daquele. Tanto é que eu disse não, é o meu limite e quem atendeu foi um outro psicólogo.

Pesquisadora – E o caso dessa menina como era? Ela foi abusada por...

Cláudia – A menina foi abusada por um padrasto e foi parar na casa abrigo. Ela veio da casa abrigo e estava passando por uma série de dificuldades em virtude dessa situação. Não via a mãe, e a gente estava ainda, a equipe estava nessa interlocução com o abrigo.

¹ Nome fictício.

² A entrevistada apresenta embaraço fônico provavelmente por certa ansiedade despertada pelo fato da entrevista estar sendo gravada. Na transcrição da entrevista não mantivemos as repetições que mostram este estado a fim de manter maior clareza do texto.

Pesquisadora – Ela foi para o hospital para fazer exame de corpo de delito?

Cláudia – Não, ela já passou por todo esse tratamento. Quando ela chegou para a gente já tinha passado... Chegou a fazer cirurgia de reconstituição. Você quer que eu conte mais sobre esse caso?

Pesquisadora – Por que você não quis atendê-la?

Cláudia – Eu acabei recusando esse atendimento, pois me dei conta que eu não poderia atender esse tipo de caso. Casos que eles falam... um termo dilacera, dilacerou, dila, tem um termo técnico que nem consigo... Até eu conseguir pegar um atendimento como o daquela criança demorou, porque esse caso mexeu comigo. Então, eu disse para a equipe que eu só atenderia adolescentes. Foi aí que eu comecei a atender os adolescentes que chegavam para mim e eu poderia atender tranquilamente. Agora é porque que eu não conseguia atender, né? Tem uma coisa que também de filha de identificação, né? Minha filha era um pouco mais velha na época, mas eu fiquei com aquela fantasia de que um dia isso fosse acontecer. Então, a gente começa a trabalhar nessa temática, que mexe mesmo com a gente. Num período, nesse mesmo período, eu não sei há quanto tempo, eu já estava no Programa, ela foi parar..., ela estava brincando com uma amiguinha e a amiguinha disse para ela..., e ela veio com uma queixa de dor na região do...

Pesquisadora – Sua filha?

Cláudia – Minha filha, na região da vagina. E eu fiquei em pânico. Foi lá na casa da menina, da amiguinha. E eu perguntei para ela o que é que tinha acontecido, para ela contar em detalhes. Ela falou assim: a mãe dela não parou de mexer na minha vagina. Eu falei para ela [muda a entonação da voz e acelera a fala, expressa desespero] que ninguém toca lá, que ela não pode deixar, ela não vai deixar, e depois disso tudo [desacelera a fala e abaixa a entonação da voz] eu fiz um puta alarde. A gente entra em pânico mesmo! Eu até acordei o meu marido. Ele me disse: não precisa fazer..., não precisa entrar em pânico. Ele tinha reparado que eu tinha extrapolado um pouco, que com essa história de abuso eu fiquei mais sensível com essas questões, e mais dentro de casa. Como se a gente tivesse..., é tivesse mais cuidado e ficasse mais, como se você pudesse proteger mais a sua prole. Hã, isso tudo foi no momento em que eu estava trabalhando lá. E em análise, porque eu fazia análise, eu nunca levei a questão desse..., as questões mais de atendimento, nunca senti vontade de levar. Mesmo porque, os problemas eram mais políticos. Eu me sentia muito incomodada politicamente, porque é uma zona tremenda de política, e de como foi constituído esse

Programa. Eu sofria muito por isso, porque esse equipamento..., é que um equipamento social que deveria existir com máxima atenção, e isso não tinha, porque tinha pouca contribuição do governo federal, tinha eu não sei... vou poder falar mais sobre isso? Do próprio convênio, que tinha um convênio com a entidade e a Secretaria de Assistência Social que é, eu não sei o que aconteceu, eu não sei o que acontecia, que as pessoas tratavam com arrogância a equipe técnica, isso como um todo. Eu estou dizendo como um todo é dessa instituição que recebia supervisores e supervisoras da Secretaria de Assistência Social, e essas supervisoras tratavam com grosseria e arrogância toda a equipe técnica não só o do [nome da instituição]. E eu não sei se isso tem alguma coisa relacionada ao [nome do partido político]. Eu estou te contando tudo isso porque era uma coisa que me levava ao sofrimento. Essa coisa de entraves políticos, de muita confusão, de não..., de dizer que vai fazer e não faz, de você pressionar. Aquela pressão de exigência, de alguma mudança de ação que você está solicitando, isso não fazia impacto nenhum, então era tomado com extrema pessoalidade, sabe, era tão antiprofissional que eu levei um susto. Foi quando eu decidi, não, eu não vou fazer, eu não vou fazer mais parte disso. Depois aconteceram várias coisas, por problemas de repasse de verba e, sei lá, do repasse de verba, que nós sofremos muito enquanto era psicóloga. Então, teve um momento no [nome da instituição] que eu era Psicóloga, que eu fui Psicóloga e depois eu recebi o convite mais forçado da minha vida; como coordenação, como coordenadora do Programa.

Pesquisadora – Você assumiu a coordenação?

Cláudia – Eu assumi a coordenação. A coordenação foi muito louca. Eu exigi para o presidente da instituição que tivesse supervisão, porque a equipe estava se estruturando num solo extremamente frágil e doente. E eu queria, eu pedi a supervisão, e ele concedeu a supervisão. Só que eu não pensei que o colegiado fosse prejudicar tanto assim! Então a equipe decidiu como uma, não é coordenação, não tinha coordenado..., não tinha coordenação, foi um colegiado, então todo mundo mandava, todo mundo fazia o que podia fazer, todo mundo! E no concreto não existia isso, não podia existir. Você tinha que tomar uma decisão, você tinha que orientar, você tinha que direcionar, você tinha que delegar, você tinha que fazer uma série de coisas, porque aquilo lá era um momento de formação. E, aí, o grupo se formou daquele jeito louco. Eu, a gente estava recrutando, estava no momento de recrutar e, assim, cara, a pior cagada, nossa! Eu me arrependo, profundamente. A cagada que eu fiz, eu nem imaginava que isso fosse acontecer. A gente estava recrutando educador. A equipe técnica de psicólogos, assistentes sociais e o advogado estava fechada e a gente estava recrutando educador. A gente tinha decidido fechar o recrutamento com dois educadores, então, foi feita

uma seleção com indicação, com pessoas próximas, pessoas aqui da região, e decidimos por duas cabeças que seria aquela pessoa. Então, ficamos com quatro candidatos e um candidato passou pelo crivo da instituição, tinha eu e mais outro que assumia junto comigo que essa assistente da coordenação e aí esse cara passou. Tinha uma coisa que me incomodava nele... Nas reuniões, ele não falava tudo... A impressão que eu tinha era: esse cara fala com tanta verdade... E... que verdade é essa que ele está contando? Então aquilo lá começou a me incomodar e ele pegou isso pelo pessoal, achando que eu é que não estava indo com a cara dele, mas não era nada disso [tosse].

Pesquisadora – Qual verdade?

Cláudia – Então, a verdade [tosse] chegou. A equipe estava se formando, até a hora que a gente sentou juntos para estruturar o trabalho dele. A gente estruturou, você vai fazer isso e isso, você vai fazer pesquisa de campo, você vai até tal lugar. “Há tá bom”, ele respondeu. Ele não chegava no horário, ele chegava atrasado, ele não aparecia quando a gente combinava, e, então, perguntei a ele o que estava acontecendo? “Não está acontecendo nada, é que eu estou com problema pessoal.” Eu falei, bom, não é isso, para mim..., eu ficava imaginando, para mim era..., não é isso que ele está dizendo. Até que ele conseguiu apresentar um trabalho, pois a equipe toda pressionou. Nós precisamos do seu trabalho, ver o seu trabalho, para, efetivamente, executar a sua contribuição [tosse]. Foi quando ele se abriu e contou que tinha sido abusado sexualmente. Eu não sabia onde enfiar a minha cara, quando ele disse que tinha sido abusado sexualmente. Ele contou para a equipe. Eu fiquei puta da vida! Por que comigo? Puxa vida! Por que eu não sentei com ele e conversei? É essa a verdade que eu estou te dizendo. O que é que ele não tá dizendo. Quando ele falou isso ele estava contando como é que iria ser o trabalho dele. Como ele desenhava..., eu via que ele gaguejava muito, que ele não articulava bem as idéias e ficava olhando o tempo todo para a gente. Até que a equipe toda questionando, mas por que assim, por que assado? Ele se abriu: porque eu passei; porque eu sei de tudo isso; porque eu passei por isso. Foi um negócio, arregaçou! Então eu sentei com ele, parei, estanquei naquele momento! Puxei ele de lá, peguei ele de lá. Vamos sentar aqui e conversar. Foi quando ele se abriu. Ele escancarou para a equipe tudo o que ele tinha passado. Ele tinha passagem pela Febem – eu nem sabia –, e foi lá que ele tinha sido abusado. Ele disse já tinha superado. “Puts”, eu só lembro da cara da assistente social – ela foi contratada pela supervisora, pela gerência do Programa que era a Secretaria do Bem-Estar Social –, como quem diz: que merda! Hum, que estrago! Eu senti assim, a laranja podre! Então eu falei puta, fodeu, e, imediatamente, já falei com ele, já falei com a instituição, avisando que não tinha

condições de mantê-lo lá. É uma questão de cuidado profissional com ele. Ele não pode ficar mais aqui. Eu fui inteiramente massacrada pela equipe, hã, eu não sei o que isso representou, eu nem quis discutir. Eu fui colocada e representada como uma pessoa autoritária. E por quê? Porque tinha uma formação colegiada. Com tudo isso eu sofri muito, porque eu estava preservando ele, e preservando a equipe também. Porém isso não foi entendido na supervisão. Na supervisão, a gente tinha uma supervisão, duas supervisoras psicanalistas, onde a equipe toda ia lá, e, daqui a pouco eu entro nos casos, e só que isso eu acho que tem a ver. É a gente tinha noção que as Pesquisadoras não davam conta daquilo, daquele monstro, né?

Pesquisadora – Que monstro?

Cláudia – O monstro que estava a situação! A gente estava doente. E, assim, a equipe já entrou na primeira sessão, na segunda sessão, hã, falando que a gente não tinha nada a ver com o fracasso anterior. Por quê? Porque num momento teve um grupo que se formou e que não existiu mais, e depois formou-se um outro grupo. E esse grupo mal entrou no lugar, no Programa, já se considerando fracassado. Então começamos a trabalhar isso. Eu tinha noção de que a supervisora não dava conta. A psicanalista não dava conta. Eu não sei, eu tinha a impressão que a equipe não falava tudo, e isso me incomodava um pouco. A gente tinha uma (reunião) cada quinze dias, não lembro, e, é claro que eu vou falar sobre o meu ponto de vista, e tinha e eu vi que foi se formando um concluiu na equipe, sempre tem aqueles que começam a minar o trabalho.

Pesquisadora – E você fazia parte do outro grupo?

Cláudia – Eu era a única que fazia parte do antigo grupo. Por que eu fiz isso? Por quê? Eu me pergunto isso até hoje. Eu nem lembro onde eu parei... Hã, por que eu fiquei com essa bandeira, né? Essa pergunta eu nunca fiz para mim. Eu levei isso em análise, e questionei muito esse lado de “subutilização” do profissional que eu via. Eu queria um trabalho que pudesse pagar pelo meu valor, pelo que eu posso contribuir, e como eu posso contribuir muito, e a análise estava em análise eu estava trabalhando isso de valorização do profissional. Eu permanecia naquele trabalho. Eu não me sentia remunerada, só comecei a me sentir remunerada quando pedi para abaixar minha carga horária, pois eu iria executar tarefas, planejar ações naquele pedaço de tempo e a instituição aceitou isso. A gerência não olhou com bons olhos, aliás a gerência da Secretaria Municipal [tosse], eu não sei o que ela..., eu não sei o que eu represento porque ela vinha..., mas ela veio numa única reunião. Aliás, eu tive duas reuniões com a Secretaria da Assistência Social que foi a presença dela e a equipe

toda e a coordenação com extrema grosseria [não entendi o que falou] [...] Eu comecei a sofrer muito com a bandeira que eu estava erguendo: como que eu posso estar numa questão social representando um lugar onde eu possa executar alguma atividade e que eu possa fazer alguma coisa para a comunidade, para a sociedade, para o estado, para o país – fui buscar isso em análise. Hã, por isso que eu estava erguendo essa bandeira. Tem uma parte minha política, social, como cidadã, que é representando num lugar. Agora tem uma outra parte que é minha pessoal, por que da onde veio isso? Eu fui buscar, mesmo, na análise, o que me que atrai. Tem uma hora que você se pergunta: Por que aquilo lá? Por que aquele objeto te atrai? Cheguei a me perguntar: será que eu fui abusada sexualmente? [gargalha]. Deixa eu ver se na minha história tem abuso sexual... Têm as fantasias, que hoje eu consigo falar. Eu não conseguia falar, tem as fantasias sexuais que eu..., que vi isso na análise, que passou isso no intrafamiliar e que não teve a interdição do pai, eu não tive pai e não foi um abuso que, um abuso que [...] Então isso foi um trabalho em análise, porque essas questões mexem muito conosco. Fui buscar isso, porque eu também levanto essa bandeira. Eee... [...]

Pesquisadora – Você estava falando de uma questão que foi trabalhada em análise.

Cláudia – Foi trabalhado em análise. Isso apareceu bem depois de eu ter trabalhado com abuso. Eu vou falar um pouco dos casos... que nos casos é muito engraçado. Eu atendi os casos e com os casos eu tive um extremo cuidado. Eu estava aprendendo e eu não sabia o que fazer. Eu ficava perguntando para os técnicos que tinham experiência nessa temática, e ia conduzindo os atendimentos para fortalecer o ego da criança. O caso que ficou bastante marcado – aliás, todos os casos me marcavam todos os casos tiveram sua marca – é a história, o caso de uma menina que foi abusada diversas vezes e ela chegou bastante machucada no [nome da instituição]. Ela foi e, hã, nem sabia que a nossa contribuição tivesse tanto valor, depois que termina um atendimento. Ela passou lá no Programa e ficou comigo, acho, uns oito meses... Essa menina só brincava de uma coisa: de jogo de memórias, e ela sempre queria vencer. Às vezes, eu deixava ela vencer, às vezes, eu queria vencer. Eu me lembro que quando ela trocava, quando eu pedia para trocar de brincadeira, eu sentia muito sono, eu não entendia porque eu sentia tanto sono! [ri]. Eu sentia sono, e ficava me perguntando: será que eu não dormi ontem? Eu ficava me perguntando se tinha alguma coisa fisiológica no meio, mas não, era uma coisa muito pesada, pesada, pesada. Até que, numa ocasião, a gente estava trabalhando a transferência, quando ficou legal, quando eu achei que eu podia interpretar, que podia dizer, que podia pronunciar significações desses ocorridos. Porque eu estava no atendimento e eu não entendia porque que eu sentia sono. Eu ficava perguntando desse sono,

se tinha essa relação tão pesada com o caso e a história dela. Foi quando o sono começou a desaparecer, quando tudo isso aconteceu. Depois da transferência, onde eu pude começar a dizer olha, é você pode dizer não, né? Você tem que dizer não, porque a menina ficou plasmática, uma coisa plasmática, e ela viu essa potencialidade..., viu novamente as potencialidades, começou a ver novamente as potencialidades, quando ela conseguiu colocar no papel, em desenho, a história dela: pesada, pesada. Ela foi abusada “trocentas” vezes por diversos namorados da mãe.

Pesquisadora – Ela tinha quantos anos?

Cláudia – Foi a partir dos cinco anos. Ela chegou no consultório..., eu disse sete, mas acho que foi nove quando chegou lá no Programa, então a partir dos cinco e ela nem estava aqui em São Paulo. Era um negócio bem rural, de amassar a farinha de mandioca, da mãozinha dela você vê os calos da mãozinha, e ela consegui dizer: “Eu fui, eu fui...” Eu disse, te machucaram? Eu não conseguia dizer..., eu ficava com uma tremenda raiva. Foi quando eu consegui sacar que eu sentia todo aquele sono por uma coisa que eu deveria ter trabalhado em mim para não atrapalhar o tratamento.

Pesquisadora – E você sentia...

Cláudia – Sentia, então, o que eu pude ver depois daquilo tudo, quer dizer, quando eu consegui enxergar, quando ela conseguiu dizer no papel, no desenho, o que tinha acontecido com ela. Ela fez um desenho muito simples e primitivo de um..., parece aqueles barracos, não, não é barraco, como é que chama aquele negócio lá de índio... Oca, parece oca. Fora era o banheiro, fora era a cozinha e ela estava fora. Aí tinha o desenho do namorado da mãe, e da mãe dentro da casa. Eu fui perguntando: Por que você está aqui fora? Por que não está aqui dentro? O que eles estão fazendo? “Não! Não quero falar!” Aconteceu..., bom, não quer falar, enfim, fui investigando aos poucos, isso nem é a primeira nem é a única sessão. Passou, acho, que umas quatro sessões e ela conseguiu dizer que foi machucada pelo namorado da mãe. Eu sentia..., aí começou a “cair a ficha” para mim de que aquele sono representava..., que era pesado..., sim porque ela foi abusada por diversos namorados da mãe. A história que chegou para gente é que ela foi abusada pelo namorado, mas não pelos diversos namorados. Então, hã, ..., o sono foi uma coisa que para mim também apareceu num outro caso. E eu não tinha sacado isso, que era tão pesado, que tinha alguma coisa que para mim era pesado. E a pergunta que eu fazia era: o que aconteceu, meu Deus, o que aconteceu com essa menina? Porque teve esse outro caso que esse menino veio e quem foi abusada foi a menina. A menina

estava sendo atendida por outra técnica e o menino, “puts”, o menino ele vinha para o atendimento e assistiu o abuso. Eu não entendia, não entendia..., eu falei, mas qual é a dor dele? Eu ficava perguntando. E eu falei para..., eu fazia essas perguntas, essa outra pergunta, meu Deus o que ele passou..., eu não sei o que ele passou. E ele..., depois de um tempo, eu fui ver o que pude contribuir, o que os atendimentos contribuíram para ele, né? Para ele poder ir para a escola, para ele poder estar com a irmã, para ele poder defender a irmã, para ele poder defender a mãe. Ele deve..., no meu imaginário ele passou por mais outra coisa... Não passou só por assistir aquilo, a cena. Hã..., não fechei..., porque eu saí, eu saí, eu não agüentei o caso, não é isso. Eu saí porque eu não agüentei a situação política horrorosa, porque eu acho que eu mereço dignidade para trabalhar, porque eu não preciso trabalhar com pessoas grosseiras, ainda mais num puta tema desse, né? Não precisa gira o tapete vermelho, não precisa bater nas costas, não é isso, mas, pô, você tem que tratar a sua equipe [tosse], pelo menos a gerência de São Paulo, decentemente. Eu fui numa reunião com essas coordenadoras. Eu não vou dizer que eu tenha referência para conhecer as coordenadoras dos [nomes de outras instituições], mas as coordenadoras tinham um discurso de preocupação política muito forte, a única coisa que eu posso dizer, hã, eu conheci as coordenadoras dos [nomes de outras instituições] [...] A gente discutiu algumas coisas pontuais, não de casos, não tinha nem como discutir isso [tosse], mas entre a... [tosse] tinha um tentativa de fortalecer uma rede política, mas foi um encontro só, então não sei se eu posso dizer muita coisa. A única coisa, foi um encontro até legal que aconteceu.

Pesquisadora – Fortalecer a rede política em que sentido?

Cláudia – No sentido de voz. Não uma voz de zona, por exemplo, eu sou da zona leste, eu sou da zona norte, eu sou..., mas um todo, como São Paulo, uma força política de voz, nesse sentido.

Pesquisadora – Voz dos trabalhadores do [nome do Programa] da cidade de São Paulo?

Cláudia – Isso. E em seguida eu saí. Eu fiquei pouco tempo, porque eu saí, eu quis sair desse Programa por causa dessa falta de dignidade [...]. Na época os outros Programas continuavam. Numa época em que a gente não estava recebendo, era um..., era um jogo de cartel: zona sul recebia, zona leste não; zona leste não recebia, zona norte sim. Sabe era uma zona de recebimento, pô, os técnicos iam trabalhar, na época que a gente não estava recebendo, com essa temática que era pesada, porque não dá para ficar sem análise, não dá para você não deixar de cuidar, de cuidados do profissional para tratar esses casos. É claro que em um caso,

eu vejo que com a formação que eu estou fazendo de psicanálise, não dá para você ficar sem estudo, a psicanálise é um grupo de estudo, análise, e atendendo... Não dá para fazer esse tripé. Muitos técnicos não tinham como bancar isso e eu vinha adoecendo, eu via que nem esses técnicos, que eu te falei, do educador que eu vi, o que aconteceu com ele antes, ele não conseguia entrar dentro do estabelecimento. A chave que eu tinha dado para ele, entreguei na mão dele. “Olha você pega essa chave e você entra, você entra no estabelecimento com essa chave”, eu disse. Ele não conseguia mais colocar a chave, ele ficava do lado de fora esperando outro técnico vir e abrir a porta, o educador que eu tive que dispensar. Então, você vê isso..., eu vi técnicos faltando, o nosso advogado, que era quase recém-formado, ele foi, ele começou a ir, ele começou a se atrasar, depois do atraso ele, como era colegiado, ninguém conseguia falar nada, ninguém falava [tosse], então, eu comecei a falar pessoal, não dá para você chegar atrasado manter uma equipe, e ele começou a faltar, e então tem essas faltas que também não deu para a gente conversar e saber, e tinha outros técnicos que falavam muito, não tinha necessidade de falar muito, assim aquele aquela coisa verborrágica que atrapalhava as nossas reuniões técnicas de falar sobre o atendimento. Tinham casos que chegavam e que os técnicos, hã, eu sabia que não tinham condições de atender. Tinha um caso..., de um menino que veio da Febem, ia vir de camburão, para ser atendido no Programa. Tinha uma pessoa que já havia trabalhado na Febem, sabia do esquema da Febem internamente: o menino sai para fora, ainda vai ser atendido por um Programa de abuso e exploração sexual, aí que os cara vão né..., descascar a batata, sabendo disso tudo, eu já sabia que a gente não teria esse instrumento possível para atender esse tipo de caso, e nós – a equipe toda – ficamos perdendo um tempo, mas como que a gente não pode atender? Como se eu não soubesse o que acontece... o que acontece por um tempo com a equipe que – quando falo em equipe, me incluo também – a gente acha que é deus, a gente acha que é possível atender os casos que chegam na nossa mão, que são encaminhados. Por que a gente vai dizer não, se ele precisa? Então você vai fazer de tudo para atender, só que tem a instituição, a pior instituição para se trabalhar. Estou falando filosoficamente, estou falando que a Febem..., nem posso dizer... [gargalha]

Pesquisadora – Claro que pode!

Cláudia – A filosofia da Febem atravessada. O técnico disse que a gente não podia atender. Todo mundo, que bom, que a gente está dizendo não. E foi assim, a partir daí os técnicos começaram..., os psicólogos, assistentes sociais e advogados e o advogado. O educador começou a sacar as limitações, então eles, é a gente não tem muito, é muito, tinha um membro do [cita o nome do coordenador de um Centro de atendimento] que estava trabalhando lá.

Então ela sabia exatamente a separação do jurídico e uma pessoa que trabalhou com o [nome do coordenador]. Então, portanto, só atendia família, e era legal porque a gente aprendia muito com ela. Ela tinha, claro, essa divisão entre jurídico, o que era atender, qual era o lugar dela, qual o atendimento dela, o que ela deveria fazer. Só que teve uma hora que ela sabia isso, mas a conduta dela é de uma profissional que sabia o que estava fazendo, quais os passos que deveria tomar, porém, teve um caso que ela se embananou, nós nos embanamos. A gente se embolou num caso extremamente complicado de suspeita de pedofilia. Eu vi que o profissional ficou com medo do possível suspeito. Eu vi esse cara, o suspeito, toda equipe viu esse cara. A casa tinha um movimento bastante intenso de horários de atendimento e revezamento, então a casa sempre estava cheia, e a gente conhecia, na discussão de casos, os casos dos técnicos, a cara, os personagens dos casos. Esse caso era para atendimento familiar. Ela (a assistente social) chamou para atendimento familiar, ele não veio e, então, ela sentiu medo. Vamos levar isso para discussão na reunião técnica. Foi o que fizemos, acionamos a gerência, falamos com a instituição sobre o caso e da possibilidade de ter mais casos desses. Temos que pensar na nossa segurança. Falamos com a instituição e, depois disso, foi conduzido para a gerência, a qual pensou na possibilidade de se ter um segurança. Mas lá eu não via isso.

Pesquisadora – Lá?

Cláudia – Lá eu não via a necessidade dessa outra segurança, de uma polícia, o que essa segurança que eu estou te chamando, que eu estou falando é da polícia, mas é assim, era um “medo”, gerou um medo que ela conseguiu dizer de ameaça, que é um olhar, que a presença da pessoa significava e o que isso podia dizer, né, o que podia devolver para ele. Nós tentamos também direcionar para que o atendimento fosse conduzido para isso, o que foi um consenso geral naquele colegiado. Foi um caso de difícil acesso, difícil resultado, e que não conseguiu entrar, a meu ver, não conseguiu fazer um trabalho, realizar um trabalho psicológico, que eu entendo de atendimento em psicanálise com um olhar psicanalítico. Não dá, em termos clássicos, para ter um atendimento psicanalítico lá. Agora a transferência lá, evidentemente, não rolou. A gente não conseguiu falar sobre isso, que é aquela contratransferência que estava acontecendo, não conseguimos falar sobre isso, não tínhamos conhecimento suficiente. Fui vendo que também outros técnicos não tinham a menor noção das estruturas psíquicas, certo? Das três estruturas psíquicas, não tinham a menor noção de qual o primeiro passo que um analista tem que fazer, qual o trabalho que ele tem que se debruçar primeiro, o que é interpretação. Não estou falando em psicanálise. O que ele deve

fazer, como ele deve conduzir, como e o que ele tem que dizer. Ele tem que dizer que foi abusado? Eu fui vendo isso..., que tinha técnicos que não viviam isso, não tem a menor noção, nem como começar um atendimento. Comecei a ficar preocupada... Em contrapartida, eu ficava tranqüila, tinham técnicos que eram bons, porque, principalmente aqueles que estavam atendendo crianças, eram técnicos supervisionados, eram técnicos que tinham passado um pouco por análise, e só não estavam em análise porque não tinham condições financeiras de bancar a análise, mas que tinham passado lá por análise. Tinha outro técnico que trabalhou com o [cita o nome do coordenador de um Centro de atendimento] que eu sabia que estava em análise e tinha sua supervisão. Porém, as outras pessoas, os outros técnicos..., eu perguntava: “Putá que o pariu!..., o que o cara vai fazer?” Eu também ficava preocupada comigo mesma. A quem recorrer, que instrumentos que eu posso utilizar para esse tipo de caso? Eu comecei a ficar preocupada... Tínhamos uma gerência que providenciava algumas coisas legais de teóricos, de instrumentalizar a gente, os técnicos, teoricamente. Achava super legal, pois a gerência da Secretaria da Assistência Social dava uma ventilada nas nossas ações, a gente tirava dúvidas, e nos fazia repensar sobre as ações. Agora, ao mesmo tempo, eu fico pensando não dá para discutir os casos naquela “equipizona” toda. A gente teve que reformular, porque tinha gente que não sentia vontade de falar nem de ouvir o outro. Como é que um advogado tem “saco” de ouvir os casos? A gente dividiu, e ficamos só psicólogos, assistentes sociais ou, às vezes, trocava. Mas mesmo assim havia psicólogos que não tinham... Eu sentia que eles sentiam uma retração de falar sobre o seus próprios casos, que emitiam alguma coisa que era dele. Então, eu me preocupava um pouco. Putá, e quando tinha alguns casos, por exemplo, de crianças que aquela técnica iria pegar eu ficava aliviada sabendo aquele caso chegou. Agora a coisa começava a atrapalhar, quando, em algum momento, eles queriam dar um passo maior do que podia, por exemplo, em se meter no jurídico. Eu não sei... eu acho que isso é o mal do psicólogo. Ele está num lugar de poder, quer dizer, o psicólogo, o assistente social, o advogado, ele está num outro..., num poder..., é, invisível é que “ele se sente.” É inflado de potência, num narcisismo... Ele acha que tem um saber na mão, e eu acho isso meio perigoso, sabe? Não estou dizendo que tem que ser humilde. Eu acho que ele quer dar conta de uma coisa que não é da alçada dele, e, então, ele atropela, ele atrapalha, e não consegue ver isso. Eu vi isso nessa..., onde eu fiz um...

Pesquisadora – O que você chama de “se meter no jurídico”?

Cláudia – Ele falar de coisas que ele não sabe, pois não domina o assunto. Deixa eu voltar a lembrar de um caso... [...]

Pesquisadora – Vocês emitiam laudo e parecer para justiça?

Cláudia – Sim, eles solicitavam sim, mas a gente não emitia. Está vindo um monte de casos... Eu comecei a ficar assustada porque a vara tirou a guarda, não esquece, se não eu vou cruzar [...]

Pesquisadora – Fale, fale a respeito.

Cláudia – Eu estou com medo de falar bobagem! É que na época, olha só, eu levei isso em discussão para a coordenação para a gente fazer um movimento apresentando para a vara, pois a equipe ficou assustada porque a vara estava tomando algumas atitudes [não entendi o que disse]. Lembrando com muito cuidado, a vara estava entregando a criança para o abusador. Então, isso era um caso que estava pipocando [não entendi o que disse]. Eu quero só tomar o extremo cuidado com aquilo que eu estou falando porque eu posso estar completamente enganada.

Pesquisadora – Mas de qualquer forma essa questão surgiu, de que a vara...

Cláudia – Estava entregando.

Pesquisadora – Estava entregando o que? Dando a guarda?

Cláudia – Dando a guarda.

Pesquisadora – Da criança?

Cláudia – Para o abusador. Mas, então, eu não quero nem considerar isso, porque eu não...

Pesquisadora – Sim, mas pairou pelo imaginário da equipe que isso pudesse estar acontecendo?

Cláudia – Poderia estar acontecendo? É o que acontecia! A gente parou de dar laudos para o juiz. Isso a equipe fez bem: antes da gente começar efetivamente a atender, observamos aquela cartilha do [nome do Programa] e “viu o lugar de cada um.” Decidimos: isso a gente não vai fazer, isso a gente vai fazer. Então, a equipe entrou sabendo que não responderia, não apresentaria laudos para o juiz, porque isso não era da nossa alçada. Isso ficaria com o jurídico, por isso que estava entrando lá o jurídico no Programa. Então, qualquer coisa ele tem competência para ouvir, para escutar e para dizer, a gente não, não tem competência para

dizer muita coisa, porque passava pelo crivo do jurídico lá no Programa. [não entendi o que falou].

Pesquisadora – Qual sua concepção pessoal sobre a questão do abuso sexual? E como você vê o que existe na sociedade para lidar com isso?

Cláudia – Que bom que existem esses Programas. Falta muita coisa... A gente estava começando a fazer um trabalho de rede com os conselheiros tutelares, com as subsecretarias. A gente estava entrando em contato com o SUS para fazer um trabalho legal de rede, porém tivemos que interromper, por questões de verba, e essas coisas todas,. Falta muita coisa, falta orientação, pois esse [nome do Programa] é uma pulguinha que representa. Que bom que representa alguma coisa, mas outros Programas que a gente possa dialogar, tem poucos que a gente conhece. Tem esse do [cita vários programas que conhece]. Eu ouvi falar, mas eu não fui lá para ver como eles trabalham, tem o de Santos, que eu também não sei como se chama, que tem uma representação. O [nome de uma entidade] eu sei que tem uma puta força, uma puta representação, mas a gente não conhece o trabalho deles. Eu tenho vontade de conhecer. Mas, você vê, eu sei que eles atendem casos, sei como eles começaram, mas eu não sei hoje como eles trabalham. Tem muita coisa para se fazer nas escolas. Eu acho que para os professores, para a coordenação pedagógica..., tanto a escola pública como a escola privada não têm acesso a essa informação. Como esse profissional pode cheirar uma criança possivelmente vítima. Não tem isso, eu não estou falando nem de classe social, de modo geral. Agora..., como eu olho..., você está me perguntando como é que eu olho o abuso? Como assim?

Pesquisadora – Como você concebe? O que você pensa?

Cláudia – O que é que eu penso, bom é uma ferida. É possível, sim, construir, reconstruir novas significações. É uma dor que é possível de ser curada com a ajuda de uma equipe bem estruturada. O abuso, é mexer com esses casos não é para qualquer um. É um profissional tratado, é um profissional em análise, é um profissional que estuda muito [ri], e, sempre que possível, ele deve estar em circuitos políticos e movimentos políticos, porque só assim a coisa pode ter algum movimento, ou seja, ter uma multiplicação de trabalhos. A possibilidade de um atendimento efetivo não ter esse descaso com o paciente, de o paciente ter que voltar de novo para o lugar, para fazer o..., como é que chama, eu até esqueci, o exame. Teve um caso que a mãe teve que levar de novo para fazer.

Pesquisadora – Exame de corpo de delito?

Cláudia – De corpo de delito. Eu falei: “Péra aí, não precisa, você já fez uma vez!” Mas ocorreram vários casos em que a mãe e a criança tiveram que repetir o exame. Repetir a história diversas vezes. É uma dor que eu não acho que seja incurável, ela é curável sim, é uma dor fudida, eu não sei o que é isso [risos].

Encerrada a entrevista, agradeço a Pesquisadora Cláudia, comprometendo-me a mostrar a transcrição para que ela autorize sua utilização neste trabalho.

Sujeito 3

Maria¹, 36 anos, psicóloga.

Data entrevista: 24/05/2006 – início às 9h30min e término às 11h10min

Local: Instituição onde a entrevistada trabalha.

Pesquisadora – Olá Maria.

Maria – Oi.

Pesquisadora – Queria que você falasse do seu trabalho, do seu percurso e o que você considerar relevante.

Maria – Está certo! No geral, eu trabalho no [nome da instituição] há muitos anos. Trabalhei dois anos como voluntária, de 94 a 96. Fiz uma especialização de violência doméstica na [nome da universidade], e atualmente, atualmente não, desde 98 eu trabalho no [nome da instituição] como técnica. Trabalhei em Diadema e, desde janeiro, estou em São Bernardo. A gente atende os quatro tipos de violência: violência física, psicológica, negligência, abandono e violência sexual. Nosso trabalho aqui é psicossocial. Assistentes sociais atendem e depois passam para os psicólogos. Atualmente o [nome da instituição] está num trabalho de grupo, privilegiando um pouco também a... Aqui tem uma demanda muito grande, então passamos a fazer esse trabalho. Eu faço avaliação psicológica, terapia em grupo, grupos de orientação e musicoterapia. É difícil trabalhar com violência doméstica, é muito difícil! Acho que tem um impacto na nossa subjetividade, eu, às vezes, me sinto muito mal. Choro quando eu saio daqui, fico sentindo assim... Eu tenho que fazer alguma coisa, mas eu me sinto muito importante. Às vezes, eu fico um pouco neurótica. Tudo eu acho que tem violência, principalmente no abuso sexual, eu já fico achando que aí tem, nem sempre é assim... A gente fica achando pêlo em ovo em determinadas situações, e isso não é bom. Eu acho que você fica muito..., ah, não tem como você ter outro olhar, você trabalha com isso, você sabe da questão da dinâmica da violência no caso sexual. É o que mais me pega... essa questão do segredo, do pacto do silêncio, mas eu me sinto muito atenta, às vezes, até demais, principalmente em relação a minha família, minha filha, os filhos de amigos, então é uma situação que pega um pouco.

¹ Nome fictício.

Pesquisadora – Como que é essa atenção, essa atenção demais que você citou? Como é que é isso?

Maria – Você fica..., você já olha..., porque é assim, eu acho que a gente percebe a nossa sociedade, violenta, desigual, bem assimétrica mesmo, então por aí você já vê que outras crianças sofrem violência, não só crianças, a classe mais desprivilegiada economicamente, a mulher, e aí vai..., o negro..., mas, enfim, eu me sinto muito atenta! É como se eu, em qualquer situação, visse na rua... Não passa batido para mim, entendeu?

Pesquisadora – Dê um exemplo.

Maria – Eu estou andando pela rua, vejo uma mãe falando alto com a criança, não é nem batendo, eu já paro e presto atenção, às vezes, eu paro de fazer o que eu estou fazendo. Isso já aconteceu comigo, eu parar na rua e ficar prestando atenção, uma mãe expondo a criança, no caso da exploração; a mãe com uma criança no colo pedindo dinheiro ao ponto de, é, eu sou um pouco invasiva..., às vezes, invado. Eu percebo que trabalhar com isso nos torna um pouco tensa e você acaba invadindo o outro, como, por exemplo, eu chegar numa mãe e falar: “Você não pode fazer isso! Eu vou ligar para o Conselho Tutelar.” Aconteceu, também, de eu ficar muito mal na minha família. De eu ver um pai, um tio, batendo numa criança, e ficar muito nervosa. Eu me torno aquela pessoa: “Você é a certinha, né?”, “Você não dá um tapinha na sua filha, né?” [risos]. Você, então, se torna chata. Você se torna tensa e nada passa batido, não passa! É uma coisa difícil..., às vezes, separar. Se eu estou na rua vendo, eu fico nervosa, fico triste, choro, então, mexe sim. Eu saio muitas vezes daqui..., eu saio..., sonho, e os meus sonhos, então, você não tem idéia... [risos]. Eu sonho com os casos. Tem caso que eu sonho. Eu saio de férias, e fico ligando para saber... – nem sempre, mas isso aconteceu no ano passado –, de dois casos, e a minha colega me deu uma bronca, falou “para de ligar, você está em férias.” Eu acho que é uma rotina muito desgastante, muito dolorosa, entendeu? É difícil separar. Eu fico bem..., a percepção fica bem aguçada, mas até o ponto de ver coisa aonde não tem, entende? E, aí, você se torna uma pessoa chata, às vezes. E eu como mãe [risos], acho que afeta muito a minha subjetividade... [risos], a coisa pega, porque eu me sinto muito culpada. Se eu falo com uma vizinha mais alta e altero um pouco minha voz. Eu erro, toda mãe erra, né? Se eu erro, grito com minha filha, por exemplo, isso é difícil acontecer, porque eu sou uma mãe super..., eu acho né, carinhosa, cuidadosa, bem próxima. Mas já aconteceu, e eu me sinto muito mal, eu me sinto uma bruxa. Eu choro no outro dia, ou no mesmo dia. Eu venho aqui no trabalho, eu choro, eu fico... Sabe, a gente trabalha com isso e é muito difícil, viu? Você se cobra muito. De você se..., você não pode ser aquela mãe que erra, entendeu?

Porque você já sabe de tudo que é ruim. Mas você é uma mãe, poxa, você tem teus limites! Mas não é fácil, não é fácil, eu estou sentindo na pele como mãe...

Pesquisadora – Sua filha tem quantos anos?

Maria – Três anos e quatro meses. Às vezes, eu tenho vontade de bater, mas não bato. Só o fato de sentir vontade [risos], eu me sinto... [muitos risos], eu me sinto uma bruxa, literalmente, mas é complicado. Quando eu vejo alguém batendo [não compreendi o que disse] “É mais isso não tem nada a ver, é criação.” Tem sim, eu sou tia, então, acho que afeta, nesse sentido, e você se torna uma pessoa insuportável para os outros e para você mesma. Eu não bato na minha filha, mas outro dia eu dei um..., falei alto lá com ela, tive um descontrolezinho. Eu fiquei arrasada, mas arrasada! A ponto de eu não conseguir atender aqui direito, aqui..., no outro dia, para você ter uma idéia. Então, eu acho que você ao trabalhar com isso você fica muito vigilante consigo mesma e com o outro. Poxa, as coisas têm limites, né? As pessoas erram, eu sou uma mãe, eu sou uma pessoa. Eu tento separar, não vou dizer para você que eu consigo, mas tem vezes que eu não consigo. Eu quero impor um pouco a minha opinião, não ta fica uma coisa meio de [nome da instituição] vai salvar o mundo [risos], sabe assim? [risos] Eu sei que não tem nada a ver isso, mas é complicado. Se for com relação às crianças que eu tenho aqui... Você quer saber especificamente de abuso?

Pesquisadora – Fique à vontade. Se você puder falar de abuso, fale.

Maria – Para mim o abuso é uma coisa. Olha eu vou falar para você..., as violências mexem muito comigo. Todas! Violência física mexe muito, mas a sexual, sabe, é uma coisa que parece que pega mais, porque eu vim de uma família onde meu pai me respeitou muito, meus irmãos... Então, você imagina você sendo invadida, na tua..., na tua intimidade, no teu..., no teu eu. Você sendo um sujeito, então, é horrível. Eu fico muito tocada, fico mesmo! O meu papel ali, eu tento acolher, claro, todo psicólogo faz isso, né? Eu tento acolher, eu tento explicar literalmente para a criança e para a mãe. O trabalho com a mãe é importantíssimo, pois o primeiro contato é a orientação. Eu explico um pouco o que pode acontecer com a criança em termos de sintomas que ela possa desenvolver. Explico até o quanto é confuso para a criança o fato de ela ter sido violentada, mas, de talvez ter sentido prazer, porque é uma estimulação na pele, nos genitais, onde têm muitas terminações nervosas. Eu explico para a mãe tudo isso, que é complicado, porque a criança... – o que eu percebo muitas vezes –, que foi abusada muito tempo e que a mãe protegeu, que a criança fica muito confusa. Ela se coloca numa posição: eu não presto mesmo, mas eu gosto, então, eu tenho que ser punida; eu

sou ruim, eu sou uma péssima pessoa. É uma violência muito difícil, eu acho. Agora quando a criança tem apoio da mãe [não entendi o que disse], então fica mais *light*, porém eu percebo que é uma doença muito complexa, porque, claro, envolve a mãe; envolve esse triângulo. E a gente sabe que é complicada a traição. O pai, o padrasto, ter trocado a mãe pela filha, é muito, muito confuso. Eu tento orientar a criança. No primeiro atendimento eu converso com ela. Explico o tipo de violência, e coloco sobre a questão da queixa, da demanda, mesmo, que chegou até aqui. E aí, eu, hã, tem criança que fala, tem criança que não fala, que nega. Eu tento, mesmo assim, passar para ela algumas orientações. Daí eu percebo..., é interessante, dá para perceber se ela relaxa um pouquinho, depois que eu falo. Falo que tem muitas crianças que não conseguem falar, porque elas têm medo, porque elas foram ameaçadas. Crianças e adolescentes que se sentem confusos porque, talvez, sentiram uma coisa no corpo que elas não sabem o que é, mas é gostoso e ruim ao mesmo tempo; é ambíguo. Em todo tempo eu vou pontuando isso para a criança, essa ambigüidade, né? O corpo, o que é saudável, o que não é saudável, mas que também poderia ter sido gostoso. O meu papel é aquilo, eu tenho que orientar, eu tenho que acolher e, principalmente, eu tenho que ser um..., um adulto, né, um modelo para essa criança, de vínculo saudável, pois a gente vai estar respeitando ela. Elas seduzem isso, mais em terapia, quando já entra no processo. Teve um caso lá em Ribeirão que a criança seduzia muito, adolescente, e ele claro, fazia isso porque achava que era só assim que iria conseguir meu carinho, minha admiração, meu respeito, por ele. Eu falei para ele que não, que não era assim, ele não precisava [não entendi o que disse] as coisas, e que ele não precisava... É, é, é, ele disse que estava apaixonado! Eu tive que devolver para ele. Então, acontece muita..., é muito difícil sabe? Porque eles querem carinho, mas é um carinho que para eles foi deturpado. Eles querem esse carinho do terapeuta, carinho, assim, o respeito, a aceitação, e ao mesmo tempo tem uma sedução, é muito difícil, muito difícil. Se você sofreu um abuso e você é psicólogo, nossa! Aí a coisa pega, não é o meu caso, mas eu imagino que não deve ser fácil.

Pesquisadora – Você acha que complica em que sentido?

Maria – Porque você..., se você não foi tratado, eu acho que pega, porque você acaba entrando no jogo mesmo. E, e, e... a tua auto-estima em baixa, então... O outro gosta de mim, o outro me dá presente, o outro... Afeta o tratamento, não dá, simplesmente não dá! A não ser que você tenha feito um tratamento, tenha elaborado, porque eu acho que é uma violência muito difícil. O que eu sinto também é que a gente tem que tomar cuidado, porque a criança já foi violentada e ela repete isso em vários lugares, então, não é fácil.

Pesquisadora – Como que a criança chega aqui para vocês?

Maria – É uma denúncia que geralmente vem pelo Conselho Tutelar. Atualmente só pelo conselho, a gente recebe via conselho, então o conselho recebe e já manda como abuso sexual, então, a gente dá prioridade.

Pesquisadora – Vem direto do [nome da instituição]?

Maria – Vem direto do [nome da instituição]. Então depende, em geral, direto do [nome da instituição], do conselho para o [nome da instituição]. Às vezes, vem da escola, mas a gente pede para a escola que denuncie para o conselho, porque o conselho faz uma pesquisa para ver a quantidade, o índice da violência na cidade. E a gente atende, só que assim..., a instituição tem muito problema, porque a gente faz uma avaliação, em seguida, a gente manda para a fila de espera, e depois de anos a pessoa vai conseguir uma vaga. Eu entrei aqui esse ano e eu estou propondo uma discussão em grupo para que a gente pare com isso! Porque isso é um absurdo, a gente tem que achar uma solução. Eu estou tentando buscar os que..., eu estou pegando em avaliação, eu já estou encaminhando para terapia, seja no meu grupo, seja encaixando em algum outro grupo. Têm muitos grupos aqui fechados, então a gente tem dificuldade pelo grupo fechado terapêutico, então, seria um grupo aberto, seria melhor que entrasse mais pessoas, enfim, não ficasse essa lista de espera. Porque a pessoa já se sente violentada, e somente depois de quatro anos ela é chamada. Ela se sente de novo violentada, né? “Mas, pô, o que vocês estão fazendo aqui na minha casa?”, “Vocês estão viajando, né?”, essa é a crítica constante dos usuários do [nome da instituição].

Pesquisadora – Por que vocês fazem a primeira abordagem e colocam na espera? Você não quer que seja feita essa abordagem?

Maria – Faz a primeira abordagem com o assistente social, olha só como é demorado a coisa... Então, se tiver um psicólogo, se tiver uma vaga, vai para a terapia, vai para a avaliação – avaliação mais ou menos um mês, um mês e meio –, se tiver vaga, ela vai para a terapia. Se não tiver, ela vai para uma fila de espera, e pára tudo! Daí demora, entendeu, demora muito tempo.

Pesquisadora – Todos os casos?

Maria – Todos.

Pesquisadora – Inclusive os casos de violência sexual?

Maria – Todos, todos. A gente também atende o agressor, a pessoa que agride. A gente tem que..., é uma, é uma, é uma coisa muito difícil também, que você olha, assim, para aquele homem..., você fala meu Deus do céu como é que pode, né? Sim, a tendência, às vezes, é..., tem que tomar muito cuidado. Eu acho que o profissional tem que unilateralizar mesmo, sabe? Aí, “coitadinha da vítima e tal ,que cachorro esse cara um monstro tal né”, e eu acho que isso acontece com os profissionais. Você fica indignada, se fica..., sente raiva! É uma coisa que mexe muito com teus sentimentos. E a gente..., eu tenho que me policiar muito, não é fácil. Às vezes, eles são muito sedutores, se gosta [breve silencio], então, é complicado. Agora a gente tem esse olhar, ele precisa de ajuda, às vezes, sofreram abuso, e têm psicólogos que não conseguem atender, eles não conseguem separar, então, não dá para eles, não dá! Para mim dá! Eu já atendi vários, como experiência, mas não vou dizer que é fácil porque não é. Eu sinto..., às vezes, eu olho para aquele cara e falo: “Pô, mas o que é isso?” Fico indignada, sabe, uma indignação assim...

Pesquisadora – E como é que é isso? Você fica indignada, mas você chega a falar disso?

Maria – Eu falo [risos], e, às vezes, quando eu estava fazendo terapia eu falava muito para a minha terapeuta, era um tema recorrente. Eu acho que afetava a minha subjetividade, sim. Eu ficava mexida e, de alguma forma, olhando os homens com outros olhos, sabe, e isso não é legal. Sabe aqueles chavões? A gente vê muito aqui. Muitos homens que abusam... A gente fala: “homem não presta”, “homem não controla o impulso sexual”, “homem é mais, é..., não é tão evoluído como a mulher”, umas basbaquices assim, umas coisas, assim, que vêm..., que afetam..., mas que você tem que, claro, trabalhar isso; separar..., mas é uma coisa que vêm... e, e, e..., assim, eu percebo que a gente fica muito indignada. A gente xinga viu, pensa que eu não xingo? “É um cachorro!”, “Olha que cachorro esse cara safado!” Assim, tem que tomar cuidado porque, poxa, a gente é técnico, né? [risos]. Aí vem de novo aquela coisa: mas você é um ser humano [risos]. Sabe isso é que pega, você é um ser humano! Você tem raiva dele, você também tem ódio, você fica tensa, fica indignada, mas você tem que se segurar. Então, eu acho que o psicólogo é muito..., e vai para o psicólogo que trabalha com isso, é muito difícil. Diferentemente de quem trabalha em consultório, pois é outra coisa. A gente aqui é muito violentada! Como se fosse paciente [risos], eles têm raiva da gente, eles xingam a gente de vagabunda, piranha. “Vocês não têm nada o que fazer?” Então você tem que ser paciente. Você tem que tirar a psicologia, mesmo, do fundo da sua alma e falar: vamos lá! Porque não é fácil! Tem hora que você tem vontade de falar: vaiiii..., colocar tudo por água abaixo,

entendeu? Dá vontade..., às vezes, de só que, assim, da vontade de se descabelar. É engraçado isso, é muito fácil de se descontrolar em certos casos, porque você é violentada também. A tendência é reagir, com uma postura de... não está vendo? E até ter um certo preconceito com o caso, sabe? Esse caso..., esse cara..., essa situação..., e estigmatiza. Isso é um grande problema, eu acho, que rotular, a gente sabe que interessante, não é bom, mas eu percebo que acontece isso aqui com os profissionais. Sabe esse cara é assim, né? Poxa, mas ele não é só isso, né? Ele é muito mais do que isso. A psicologia tem que tomar..., muita gente que trabalha com isso tem que tomar muito cuidado para não rotular, porque é muito fácil rotular, usando os testes que já, de alguma forma, categorizam.

Pesquisadora – Os abusadores que vocês atendem vêm por livre e espontânea vontade ou é uma medida?

Maria – Eles não são obrigados. Alguns vêm! Assim, claro, porque houve uma denúncia no conselho, então, são intimados e vêm. Tem uns que, depois que a gente faz um contato eles, conseguem se vincular, então, eles vem. Agora têm muitos que não vêm. Tem que mandar para o fórum, e é muito difícil. Tem caso que a gente perde, depois de muitos anos na fila de espera, a gente perde o caso, o cara foi embora, deve estar abusando de outras crianças... Eu vou começar agora um grupo só de homens agressores sexuais.

Pesquisadora – Quantas pessoas no grupo?

Maria – Bastante, a gente tem...

Pesquisadora – É a sua primeira experiência?

Maria – Eu tinha muita resistência em montar e agora eu vou começar. Minha chefia me deu uma intimada, sabe, me deu uma cobrada.

Pesquisadora – E por que você tinha resistência?

Maria – Acho que é isso..., essa..., essa raiva, sabe, de olhar para a cara dos caras e [não entendi o que disse] [risos]. Seu safado! [risos] Tanta mulher aí, pô, para você transar, e você vai transar com as meninhas? Vai que..., então, assim, eu me sinto, sabe eu sou uma pessoa..., eu não gosto de injustiça, eu fico muito mal, eu fico indignada, eu fico passando mal, sabe?! Só que aí vem o outro lado. Ah! o psicólogo..., ele compreende [risos]. Eu..., eu tenho que compreender o outro de alguma forma, na doença dele. Claro que eu não vou concordar com o que ele fez, não é isso, mas eu tenho que compreender um pouco a dinâmica

dele, para eu poder ajudá-lo, né, e, aí, é é é... Não é fácil ser psicólogo! Eu não acho fácil, não! Muito melhor você ser médico, dentista, muito mais fácil, sem dúvida. Eu atendi um agressor, foi muito interessante, foi uma terapia individual. Ele admitiu, então, foi diferente. Ele saiu de casa, ele foi abusado, é como se tivesse uma justificativa, entendeu? Ele abusou, ele falou, e ele tinha..., ele era um cara muito, assim..., precisava de ajuda, sabe, ele falou para o juiz, ele pediu ajuda. Ele falou: “Olha, eu fui abusado, eu estou errado! As pessoas falam que eu menti, mas eu não quero...” Então, eu comecei a olhar ele..., poxa, admirei a coragem dele, porque tantos anos que eu avalio, e agressor nenhum fez isso, ele foi o único, né, não faltava na terapia, sabe, elaborou o abuso que ele sofreu. Enquanto a mãe dele foi uma pessoa muito ruim – o que eu não acredito –, falou que ele quis fazer..., enfim, ele pegou ódio das mulheres e foi muito complicado. Mas, o cara não sofreu abuso... – quando o cara não tem uma justificativa, sabe, assim, é um abusador que se chama situacional; situacional, porque ele abusou só naquela situação –, ele não é um pedófilo, ele não é um..., é esse daí é um pedófilo.

Pesquisadora – Ele já tinha abusado?

Maria – Já, várias vezes. Agora, esses muitos que eu vou avaliar, que eu vou atender, não foram situacionais, eles abusaram da filha ou da enteada ou da sobrinha, enfim, não foram vítimas de abuso. É muito mais difícil para mim. Olha só, eu tenho que ir pelo lado do entendimento maior. A questão da cultura mesmo, essa cultura de uma forma violenta, que a gente vive, do homem sobrepujando a mulher, do adulto sobrepujando a criança..., né, eu vou por esse lado, então, isso não é justo! Vamos tentar entender, vamos tentar mostrar para ele que há outras formas de ele ver as coisas, ver o mundo, ver o filho, ver a família, ver a mulher, mas não é fácil. Sabe o que eu acho muito interessante, e que a gente precisa tomar cuidado [não entendi o que disse] [risos], o psicólogo se torna muito violento, eu não falo só de mim não, eu falo [breve silêncio] muito taxativo, muito né? Ele tem um discurso muito interessante, reproduzindo a violência, e eu me coloco também: “Põe no paredão esses caras!”, “Manda matar!” Sabe quantos casos eu atendi que aconteceu isso? O cara foi para a cadeia, ele morreu lá assassinado. Bateram, estupraram, e, aí, a ambigüidade, é muito ambíguo o sentimento, é ambigüidade. Ao mesmo tempo que você fala isso não é justo, eu sou contra, eu sou..., sempre fui contra a pena de morte, eu sempre fui a favor de direitos humanos, sempre, mas de repente tem hora que você olha para um cara que abusou de uma filha e você fala vai para a cadeia, eu quero que ele morra lá, sabe assim? Como se..., se fosse deus [risos], e o pior é que o cara morreu lá em Diadema e a culpa... Aí a gente ficou..., aquele

cara – olha só o cúmulo que o psicólogo chega [risos] – ..., fala esse cara não tem jeito [risos]. Sabe umas afirmações que, às vezes, a gente fala, bom é o seguinte: isso não tem jeito. Ah, tudo bem, mas na psicologia se trabalha com a mudança, com a transformação; a psicologia trabalha com a busca de algo melhor, de uma..., de se tornar um ser mais saudável, pô, mas é o seguinte, tem cara que não tem jeito, então, às vezes, a gente se pega falando isso, e é uma sensação de muita tristeza. Às vezes, falo isso, às vezes, eu falo isso, quando eu atendo um adolescente delinqüente. Eu, infelizmente, tive uma experiência muito marcante com um adolecente. Ele estava no PCC, e eu fui na casa dele. Abandonado pelo pai, a mãe não gostava dele e o tratava diferente do outro filho, só para resumir, ele estava bem, fazendo terapia. Então esse menino, ele estava em terapia e o mandei para um projeto social para ganhar R\$ 65,00. Ele ficou feliz da vida e se tornou líder lá no projeto, todo mundo o elogiando... Aí entrou em recesso o projeto, e ele parou com tudo, e a gente foi atrás dele numa visita, eu e outro educador, fomos lá atrás dele, coisa que dificilmente um psicólogo às vezes se permite, é ir na casa do cliente, ir buscar, mas eu tive que romper essa barreira, entendeu, porque eu avaliei que seria importante. E eu, eu fui, e aí ele ficou meio assim e falou: “Olha, se liga. Você acha que eu vou voltar para ganhar R\$ 65,00? Eu ganho 200 por dia.” Eu fiquei muito triste, eu olhei para ele e falei: “Olha, a gente gosta muito de você. A gente acredita em você, a gente...” Ele falou: “Eu não preciso do amor de vocês, gente, eu preciso tanto..., eu preciso do amor dos meus pais, só que eu nunca vou ter o amor dos meus pais.” Naquela hora foi..., e eu sabia que ele estava certo, eu cheguei para ele e falei – e aí vem a coisa de achar que não tem jeito –: “Sua mãe..., desencana entendeu?” É ruim um psicólogo falar isso – eu acho –, mas eu cheguei no limite. “Ela não vai mudar, entendeu, porque ela não quer, então você..., só depende de você, só isso.” É difícil falar isso para um adolescente, porque, puxa né, ele queria isso da mãe dele, mas eu tive que trazê-lo para a realidade: “Pare de fantasiar, entendeu? Vai para a realidade. Você precisa se amar, você precisa se cuidar! Porque a sua mãe não vai fazer isso. Porque ela não quer, ela não está em condições” [...]. Enfim, esse menino falou isso para a gente: “Eu não quero, eu quero o amor dos meus pais e eu não vou Ter.” A gente tentou, nesse caso, com pai, mãe, tio, padrinho, tudo que você pode imaginar, na família para ver se alguém..., se tinha algum adulto que realmente fosse um modelo para ele, mas não tinha. Ele falou para mim que naquele dia eles estavam planejando assaltar um banco, quase que eu pergunto se era meu banco, né [risos]. “Vai ser o meu? Só para eu saber...”, e, depois, eu pensei, “Puts, que humor macabro”, mas, assim, eu falei..., aí ele falou que não ia mais lá. Eu falei que a gente estava ali, que a gente estava esperando, e que a gente não ia desistir dele. Ele falou assim: “Eu vou morrer, mas, vai

ter outros aí que vocês vão atender.” Ele não queria mais, né. Eu fiquei muito mal nesse dia, eu fiquei..., nossa, eu chorei muito aquele dia. Chorei, chorei, chorei lá no [nome da instituição], porque foi demais para mim, entendeu? [não entendi o que disse]. A violência maior que a gente vê na nossa sociedade tem tudo a ver com a violência doméstica; tudo a ver com a questão da dinâmica familiar, mesmo, as pessoas..., a gente aqui atende mais as classes menos favorecidas, mas tem muito isso na classe alta, a gente sabe. Às vezes, é até pior. Às vezes, a criança tem condições materiais abundantes, mas não tem o carinho. Isso eu acho que..., em todas as famílias falta diálogo, carinho, amizade. Eu coloco para os pais que o maior tesouro que eles podem deixar para os seus filhos não são bens, né, é claro que a educação, roupa, comida, isso tudo é importante, mas, né... Então eu me sinto muito impotente e, às vezes, eu acho que não tem jeito. É ruim eu falar isso..., eu não acho, às vezes, eu tenho vergonha de falar isso, mas só quem trabalha com violência doméstica é que sabe, que tem uma relação maior com a falta de dignidade no país, falta de moradia, falta de saúde, falta de educação, falta de tudo. Você vê professores agredindo alunos. Você vê alunos agredindo professores. Eles lá..., então, às vezes você se torna um pouco pessimista. Sabe eu acho que afeta a subjetividade, você fica muito, nossa, ... Só que por outro lado, eu sou uma pessoa otimista, eu Maria, eu sou, e eu sei que o meu trabalho é importante. Talvez, eu possa ser, na vida desse adolescente, a única lembrança que ele vai ter. Não querendo me gabar, mas eu vou ser um adulto que respeitou ele, que, de fato, se interessou.

Pesquisadora – Por que ele chegou para vocês?

Maria – Violência física e psicológica por parte do adulto.

Pesquisadora – Ele era vítima?

Maria – Ele era vítima, era um adolescente, vítima adolescente, e a gente perdeu ele. Quantos adolescentes que eu atendi que já morreram, pelo menos uns quatro, isso na cidade de Diadema. Então, é, é, é, ah, não sei sabe? Às vezes, eu fico..., se eu fosse uma pessoa com tendência depressiva eu já tinha entrado..., entendeu, porque é muito pesado, né. Você é cobrado do [nome da instituição]. Não faz nada... A fila de espera... Tem, sim, um lado da instituição, a gente pode achar, né, que é tudo maravilhoso. Eu acho que a instituição... – agora eu vou fazer a minha crítica –, eu acho que a instituição, como eu já falei, negligencia seus técnicos. A gente não tem uma assistência. Supervisão, eu tenho que pagar, [não entendi o que disse], eu não faço terapia porque eu não posso, teria que fazer, eu preciso abrir mão de alguma coisa, né? Eu acho que a instituição deveria..., porque eu acho que eles de alguma

forma nos negligenciam..., muito violentos, com salários baixos, falta possibilidade de fazer um curso, por exemplo, eu queria fazer um mestrado, mas, e aí, como? Como? Eu quero fazer uma pesquisa aqui, eu acho que tem muito campo aqui, mas, e aí, a instituição vai deixar ou é só para alguns? Sabe, então, é, é,é..., a gente luta viu.

Pesquisadora – Quantas horas você trabalha?

Maria – Oito horas por dia, quarenta por semana. É muito trabalho, é relatório, é correção de testes, mesmo essas questões..., assim o teste psicológico, muita coisa eu questiono, então a gente precisa buscar uma supervisão, mas não se tem, então, vai muito pela subjetividade do psicólogo e é complicado, por que e aí? A gente não está livre de ser neurótico. Todo mundo aqui é..., não é..., mas, então a gente tem que ter essa clareza. A gente tem que fazer terapia, mas como vai fazer? É tudo caro. Então, eu acho que a gente é violentado também, e a gente também é violento. Eu percebo isso, às vezes..., eu, às vezes, me percebo violenta. Uma violência meio branca, né [risos]. Uma violência meio... [risos], vedada, sabe? A gente se faz do tipo, assim, de uma pessoa boa, né, mas não é bem isso, entendeu? A gente acaba também se misturando um pouco com tudo isso, e tem um monte de..., e a gente não consegue, então, sei lá, às vezes eu fico cansada. Às vezes, eu fico cansada, eu acho que a violência doméstica cansa, mas é tão importante, eu acho, tão importante que se tivessem outros [nome da instituição], por exemplo, na cidade de São Paulo..., e só tem aqui no ABC. Eu acho um trabalho muito importante, fundamental, de educação, de acolhimento desses pais. Eu tento, a todo o momento, me policiar para não julgar as pessoas, eu tento, mas não é fácil isso, não é fácil, mas eu tento; eu tento. Chegou uma mãe aqui que quase matou o filho dela de três anos, rasgou a orelha do moleque, machucou muito, e ela veio para mim. A gente fala: “essa mostra.” E aí é muito interessante, porque você vai com um olhar, e, conforme a entrevista vai rolando, eu vou..., eu vou tentando..., separar, e, aí, a gente consegue. Alguns casos eu consigo, outros não, viu. Outros eu não consigo. Até, às vezes, eu evito conversar com a assistente social, ler relatório, para não me contaminar, porque, se eu leio, eu fico com uma raiva, entendeu? Sabe, assim, eu fico indignada. Falo o que é isso? Eu lembro muito da minha filha, eu choro ao ver uma criança de três anos..., eu fico imaginando a minha filha..., que é um doce de criança, se ela tivesse uma mãe tão violenta assim. Como ela seria? Como seria essa criança? Eu lembro muito da minha filha, engraçado isso. Eu fico pensando, será que um dia eu vou ser assim, será que um dia [risos] eu vou ter a capacidade..., sabe, é terrível. Por que a gente tem um ladinho, eu acho..., eu percebo..., às vezes, em mim, eu pareço ser uma bruxa com a minha filha, e eu sou uma fada, às vezes, mas tem hora que eu sou uma bruxa,

quando eu grito, quando eu falo, eu estou sem saco [risos]. Mas você é má, aí o superego vem, é isso, o superego é muito assim, ávido, depois que você trabalha no [nome da instituição]. Você fica chato, insuportável, às vezes, com você mesma, não porque você não pode... Até minha amiga, fulna, estava falando: “É tem dia que eu chego porque a gente trabalha com isso”, a gente sabe o que pode, o que não; o que é adequado; tapinha de psicólogo; o que é adequado, o que é inadequado, mas, poxa, a gente, às vezes, tem que se questionar também, péra aí, você erra mesmo, pare de querer ser [risos], mas é difícil. Por isso que é a tensão, viu Fechando um pouco aquilo que eu falei da tensão, você se cobra, sabe, você..., o seu id..., vem aqueles impulsos, assim, agressivos [risos]. Você fica muito mal com tudo isso, eu, né, assim, fico me sentindo muito mal, é como se eu não pudesse..., sabe, assim, é como se eu..., humm que é isso, que psicólogo é você, ser mãe, psicóloga [risos]... Agora terapia é essencial, essencial!

Pesquisadora – Essencial em que sentido?

Maria – Para mim. Eu acho que para ter um espaço mesmo para falar..., eu nem sei se seria terapia, entendeu, mas, enfim, para eu ter um espaço mesmo para falar. Eu acho que a gente tem necessidade de desabafar sobre essas coisas, principalmente quando você sai de um atendimento. Você sai mexida dos atendimentos. A gente é meio “peãozão” de fábrica aqui, entendeu? É pau para toda a obra, e isso não é bom, eu mal saio de um atendimento que tenho..., tenho um minuto para tomar um café, eu entro em outro, então, eu acho que é essa a violência também. Às vezes, a gente mesmo..., porque a prefeitura cobra, porque a prefeitura paga, sabe essa essa violência branca, que eu falei, essa pressão, essa coisa que você tem que cumprir, você tem que atender, você tem tantas pessoas no mês atendidas. Quando eu vim para São Bernardo eu fiquei espantada com o ritmo, muito maior do que em Diadema. A equipe muito mais tensa..., eu achei, a equipe muito mais fechada, a equipe mais mal humorada, a equipe pior, em termos psicológicos, muito mais individualista. Achei, não sei se é por conta disso, que a prefeitura cobra e as pessoas tem que entrar nesse clima e se esquece que você é um ser humano, que trabalha com um tema tão pesado em seu cotidiano. Então, a instituição tem que olhar para isso, pegar mais leve e dar apoio para os profissionais. A gente tem que se sentir um pouco acolhido, entendeu? Porque senão a gente se sente um pouco largado, um pouco só, cada um por si. A gente..., eu acho que a instituição – isso aí faz tempo que rola – se veste de uma roupinha de..., uma máscara de legal, a gente atende as pessoas abandonadas, as famílias abandonadas, mas o próprio [nome da instituição], às vezes, abandona os seus técnicos, não dá apoio, não compreende, vitimiza psicológica e

financeiramente. Então é complicado você sair disso tudo, você se enxergar fora disso tudo. Conseguir não misturar..., é muito difícil, é difícil. A gente vem passando por muitas coisas. E, aí, eu me questiono sobre a qualidade do atendimento. Como é que fica? Será que eu vou conseguir, que eu não estou sendo repetitiva? Claro, cada caso é um, mas, se você faz algo diferente...

Pesquisadora – E o seu trabalho de musicoterapia?

Maria – Ah! Então eu estava pensando agora. É o que me salva... [gargalhadas], é o que me salva, porque eu me divirto muito, eu me divirto. Eu acho que o [nome da instituição], eu já falei isso aqui, eu falei “Gente, pelo amor de Deus, vocês fazem grupo?” O tema é pesado, e vocês ficam falando disso, os caras passam aqueles filmes, tem um projeto lá em Diadema, que é terrível, eu fico, “Gente, vamos transformar isso aqui numa coisa mais leve”, porque, olha só, a criança não é só isso, aconteceu esse episódio na vida dela de violência sexual ou violência psicológica, mas tem outros momentos, ela pode ter outros momentos, e a musicoterapia proporciona isso, então proporciona um *setting* mais lúdico, onde os adolescentes..., eu atendo adolescente, eles podem expressar o que eles sentem, não exatamente falando, porque às vezes, é difícil falar sobre essa questão da violência doméstica; eles têm medo, mas precisa, de alguma forma, colocar, expressar, aquilo que está guardado, então, através dessa técnica é interessante. Às vezes, a musicoterapia ativa, eles fazem um som, não é aula de música, mas eles expressam, e tem todo um trabalho de socialização com o grupo, então, enquanto um toca, os outros têm que escutar, é uma regra. Estão aprendendo a ouvir, aprendendo a escutar, aprendendo a se expressar, e depois é um som grupal, as pessoas..., às vezes eu gravo. Também tem um trabalho de relaxamento. Inicialmente a gente faz um relaxamento corporal, um toque, aprendendo a tocar de uma forma que não é violenta; é uma massagem, um alongamento, depois a gente vai para a atividade, às vezes, é passiva. Eles trazem um CD, ou eu trago, que tem uma letra que eu acho interessante, a gente discute. Às vezes, trabalhamos aspectos cognitivos, aspectos afetivos, sociais e expressão corporal. É muito interessante, e também se dá muita risada, porque se fala de assunto de adolescente: sexo, droga e *rock roll*. Se joga..., a gente traz jogos também, baralho. Tem uma atividade com arteterapia, eles gostam muito de desenhar, mexer com argila. Uma coisa que eu gosto muito é fazer instrumento com sucata, baseado na busca de uma identidade, a formação de uma identidade através do som, se conhecendo um pouquinho. Você vai fazer um instrumento baseado em você, no seu jeito, e, aí, sai muita coisa boa, então, é muito gostoso, eu estou querendo pesquisar isso agora aqui no [nome da instituição]. É musicoterapia familiar, já

existe essa modalidade, então trazer uma mãe e um filho para cá e fazer um encon..., uma sessão trabalhando as relações sociais, mas num aspecto não-verbal, a princípio lúdico. Tentando experienciar um momento mais lúdico entre eles; tentando aprender, tentando se ouvir, através do som, não da fala, porque da fala o bicho péga [risos], então, é o que me traz mais alento. Mas, no geral, é um trabalho pesado... Eles se saem bem, porque sai umas coisas engraçadas, né?

Pesquisadora – E é só com adolescentes? Com pais não?

Maria – Não, só com adolescentes. Eu já fiz um grupo de terapia, mas os adultos têm muita resistência. Eles..., mas é difi... Ah, eu já fiz um grupo, uma vez, foi muito interessante, elas gostaram, mas algumas ficaram com vergonha, muita vergonha. O adulto acho que tem dificuldade de brincar. A musicoterapia é brincar. Você brinca, você brinca com o outro, você brinca com o instrumento. Você faz uma ponte com você mesmo e com o outro, brincando. Eu estou querendo fazer..., chamar uma mãe e um filho, escrever mesmo alguma coisa, pesquisar mesmo alguma coisa, fazer alguma coisa diferente que dá uma contribuição, mas é difícil trazer as mães, é difícil.

Pesquisadora – Você já teve algum caso de suspeita de abuso por parte da mãe?

Maria – Eu já atendi um caso, mas é raro, bem mais raro. Eu atendi um caso lá em Santo André, quando eu era voluntária, foi muito difícil, essa história foi um caso triste. A assistente social tirou a criança dos pais que moravam na rua, ela foi para a Febem, era um bebê. Esse bebê foi adotado por uma família bem louca, bem desestruturada, a mãe abusou da menina e o pai era omissivo, bem típico da família incestuosa, ou a mãe é omissiva ou o pai, pode se trocar, mas geralmente é a mãe. Geralmente quem abusa mais é o homem, não sei o porquê. O índice que a gente tem aqui é mais com homem, mas nesse caso era trocado; era a mãe, e o pai era omissivo, os papéis completamente invertidos. O pai e a mãe ao invés de ficar no lugar de adulto..., o pai era muito infantilizado. A criança subia para se..., para o patamar mais de adulto, e a mãe deixava rolar. Mas é muito complicado, só vi esse caso, mas a criança ficou muito perturbada, e, para piorar, foi morar com o pai. O pai casou com uma moça que era uma madrasta daquelas dos contos de fada, bem típica. Um caso muito difícil, e a criança muito sexualizada, nossa senhora, uma coisa assim de louco. O prazer dela – é isso que, às vezes, eu passo na orientação – é o sexo. Enquanto ela não descobrir que ela pode sentir prazer com outras coisas, com o corpo dela mesmo, fazer esporte, dançar, que seja namorar, também, mas numa questão, num namoro saudável..., ela só faz isso: se masturba, ela

masturba os outros, só pensa em sexo, porque foi a única coisa em que ela foi valorizada, ou que ela foi de alguma forma tocada. Então essa criança..., o prazer dela era se masturbar, era o prazer dela, se tirasse isso, “puts”, coitada, não ia ter mais nada. Mas ela tinha que aprender, tinha que trabalhar isso, olha tem outras coisas, tem outras formas, tudo bem é gostoso, você gosta, mas tem limite para isso, tem hora para isso, tem local, você não pode fazer nos outros, né, mas era muito difícil, porque a criança ela não tinha saída..., era uma forma muito abusiva. Depois ela começou a apanhar da madrasta e o pai omisso novamente..., é isso.

Pesquisadora – E o que move você a trabalhar nesse campo?

Maria – Então, a princípio, olha só, foi por acaso... A princípio porque, ah tem uma ONG legal..., vamos lá, mas, assim, até para fazer o curso de especialização eu fiquei meio resistente, ah, não sei. Mas, depois que eu comecei a trabalhar, eu, eu gosto do que eu faço, eu sinto prazer, eu sinto prazer em poder dar um pouco para o outro, uma outra visão, não a minha, mas uma visão mais saudável, porque, olha, tem que ter respeito com a criança, tudo tem limite, regras, enfim, e levar um pouco de..., uma visão mais..., tentar, dar uma equilibrada. E o que me moveu é essa..., eu sou muito..., eu fico muito mal com isso, muito mal, péssima. Então eu acho que quando você trabalha com você tenta fazer alguma coisa para minimizar um pouco essa injustiça, de alguma forma, não sei se dá para minimizar, mas, assim, levar o outro lado para a pessoa, tanto para a pessoa quanto para a vítima.

Pesquisadora – Injustiça?

Maria – A injustiça que aquela criança sofreu, que ela sofre, o desrespeito, me mobiliza muito isso a... desigualdade, tentar lutar para que isso, para que isso, de alguma forma, no mundo, na sociedade onde a gente vive, seja mais...

Pesquisadora – Você tem idéia do porquê essa coisa da injustiça te move?

Maria – Ah, eu acho que tem a ver com uma questão pessoal. Eu acho que o..., eu acho, assim..., todo profissional que trabalha violência doméstica, ou faz psicologia, está..., em geral, tem alguma coisa lá dentro que tem a ver. Para mim, tem a ver com a história dele. Para mim..., eu acho que eu fui uma criança que sofreu violência doméstica, só que psicológica, então o que move para mim é isso, puxa, eu ficava..., eu olho e fico pensando, às vezes, se existisse o [nome da instituição] né, se tivesse alguém para me ajudar, para eu elaborar com algumas coisas, então, o que me move é isso, tem uma questão pessoal. Eu acho que para muita gente aqui tem, eu acho que para todo o mundo, de alguma forma... Então, eu, eu fui

uma criança que sofreu injustiça, isso me machucou muito, isso trouxe conseqüências para mim, então, hoje eu tento trabalhar para que..., para procurar ajudar as crianças. Eu tenho muito medo de ser injusta, entendeu? Eu tenho medo, eu sei que, às vezes, eu sou..., em casa e mesmo no trabalho, mas a gente vê isso, eu fui uma criança que sofreu violência. [silêncio e seus olhos lacrimejam]. Eu fico pensando, imagina se eu tivesse um psicólogo..., é muito engraçado, volta uma imagem assim, seria tão legal, se tivesse um adulto naquela época que pudesse me ouvir! Me ouvir! Me compreender! Porque os adultos não parecem que tem que compreender a criança, eles querem impor para a criança e você tem que aprender, sabe, como adestrar um cachorrinho, tipo assim, é isso que me move, a injustiça, viu? Machucar alguém... [troca de fita]... Então, eu acho que nosso papel é muito importante, e voltando para a musicoterapia... Eu acho que a musicoterapia resgata a auto-estima, porque você aprende outras formas de você..., de você se ver, de ver o outro, e de fazer coisas. Você faz coisas que são aceitas incondicionalmente lá, porque não tem esse problema do bonito ou do feio, de não ter muito ritmo ou de ter ritmo, , não entra nessa qualificação: ah, isso é bonito ou feito; eu te aceito ou não te aceito. Não, te aceito mesmo e pronto! Não tem esse negócio de não te aceito, você é aceito! Tudo o que você faz é aceito, tudo o que você faz é importante, é valorizado.

Pesquisadora – Você é a única pessoa na instituição que trabalha com arte?

Maria – Eu sou a única, os outros psicólogos trabalham com telas, argila, mas, isso daí, dentro da ludo, tem outro valor. Eu acho que tem algumas assistentes sociais que também fazem grupo de orientação e utilizam. O [nome da instituição] ultimamente vem se abrindo, eu percebo, para essa questão mais da arteterapia, eu percebo isso, porque antes não tinha. Agora eles compram telas, agora eles compram argila, e eu acho que é legal, eu acho que é uma forma de ter um objeto para intermediar tudo isso.

Pesquisadora – Brincar?

Maria – Brincar, brincar, eu acho que agente precisa brincar mais, eu acho que..., é isso que eu falo aqui no [nome da instituição]..., eu falei para as meninas que não dá..., porque trabalhar com violência e ser uma pessoa muito séria não dá. Séria, assim, que eu quero dizer, muito certinha, sabe assim, de não fazer uma piada, de não falar uma besteira, porque o ambiente já é pesado, e você tem que relaxar um pouco e tornar o ambiente um pouco leve, né, e também com os usuários. Porque se a gente só ficar falando de violência, eu bati muito numa..., nessa tecla, numa reunião geral. Eu falei, por que a gente só fica falando disso em grupo de orientação? É o ECA, a violência domes..., claro que precisa, mas, escuta, e a

afetividade, e o brincar, e esse lado gostoso que precisa desenvolver com teu filho. Muitos pais não sabem fazer isso! Eles não sabem mesmo. Eles não têm tempo, às vezes, estão estressados. Eles não tiveram isso em casa. Porque que a gente não pode, de repente, entrar aqui e trazer o brincar, trazer o afeto também em relação ao nosso paciente para que ele possa tentar isso em casa, como é que é! É aprender a andar, sabe assim? Então o [nome da instituição] está mesmo nessa linha: trabalhando com arte, trabalhando com música, e, e, e, não estava dando certo, as pessoas fugiam do [nome da instituição], porque, pô, você vai para um lugar que você não quer ir para falar que você bateu no teu filho, e ficar nessa tecla, entendeu? Então, você já foi punido pelo conselho, pelo [nome da instituição], acho que ele precisa de uma pausa, entendeu? Tomar uma advertência, mas você também tem que mostrar para essa mãe, para esse pai, que, poxa, tem outras formas de..., eles precisam disso. Puxa, me mostra outros caminhos..., eu que vou trilhar..., mas me mostra, não adianta só ficar nisso não pode! Eu acho que o profissional tem que ter um jogo de cintura. Tem que trabalhar com arte. Eu acho que a arte é um canal profissional também, eu digo isso porque, quando eu saio da sessão, eu saio bem. Eu, às vezes, entro mal com algumas coisas, às vezes, até comigo, até pessoalmente. Eu esqueço, eu me sinto mais aliviada, porque eu também toco, porque eu também participo, eu não fico só observando, eu faço desenho também. Eu toco, eu falo. O terapeuta é ativo mesmo, ele participa ele vai fazendo as coisas junto, não fica só olhando ou coordenando, o terapeuta participa. Isso dentro dessa linha. É interessante – eu não sei se você sabe –, a musicoterapia utiliza muito a psicologia, as teorias psicológicas, porque você tem a psicanálise então o paciente começa a bater no instrumento e usa a associação livre do som a fulana está entrando comigo, ela é lacaniana, ela está adorando, ela não está acreditando, ela falou, nossa! Ela até me pediu para usar os instrumentos com o grupo, um outro grupo dela que não faz comigo, com os instrumentos, porque ela queria ver o que ia rolar na associação livre. Ela ficou muito encantada, questões mesmo do abuso sexual, que é um grupo de meninas que sofre abuso sexual. Ela ficou espantada, ela falou, é impressionante como, de alguma forma, sai. Não sai de uma forma tão agressiva como é a fala. Elaborar é uma coisa mais..., na brincadeira, na brincadeira séria, né, e aí elas se soltam, ela gostou muito. Ela inclusive acha que na questão do abuso sexual é muito interessante usar a musicoterapia. Tem outras linhas, tem musicoterapia na linha gestalt, gestalt que existencial humanística, e aí vai jungueana, lacaniana – eu não conheço. Tem a psicanalítica, tem que inventar [risos] o desejo, o imaginário, e aí vai [silêncio]. Mas é isso. Eu respondi as suas perguntas?

Pesquisadora – Sim.

Maria – Eu me perdi, eu, eu não sei, eu gostei de conversar!

Pesquisadora – Tem alguma coisa que você gostaria de dizer a mais sobre a questão do seu trabalho? Ou algo que não seja do seu trabalho que você queira contar?

Maria – Eu acho que o profissional que trabalha com violência doméstica tem que ser assistido. Ele tem..., porque, senão, ele pode dar uma pirada, entendeu? Misturando coisas dele, a violência que ele sofreu quando era criança e até, às vezes, se torna violento. Eu acho que ele tem que ser assistido terapêuticamente. Eu acho..., a maioria aqui faz. Faz porque precisa mesmo. Supervisão é essencial. A gente tem sempre um..., a gente tem que estudar, porque eu acho que a gente tem que ter um espaço para estudar, só que trabalhando quarenta horas... Se não tem, se você tiver filho, se não tiver, beleza, mas se você tiver, é difícil. Então eu acho que a gente teria que ter um espaço para estudar, para falar, para refletir. Porque o que eu percebo é que o [nome da instituição] não tem essa reflexão sobre si mesmo. Eu como Pesquisadora, me sinto, assim, assado, às vezes, eu reproduzo essa violência, enfim refletir mesmo! Eu acho que o profissional que trabalha com violência doméstica ele tem que tomar muito cuidado com algumas coisas, senão ele fica muito, assim, com um discursinho básico: “Não pode”, “Isso aí é errado!”, mas sem aprofundar muito, porque eu acho que esse é um assunto que tem que aprofundar, não é um assunto fácil a questão da violência. E também tem que se divertir viu, o psicólogo que trabalha... [risos], ele tem que cuidar do lado dele, de lazer, de prazer. Ele tem que ser um pouco mais leve, porque você já trabalha com uma coisa pesada, e se você..., eu sou assim, eu me sinto uma pessoa leve, então para mim é mais fácil, mas tem gente que, eu percebo, é difícil e parece que o trabalho endurece, parece que a violência doméstica te endurece, trabalhar com isso todo dia, sei lá, fica um ser estranho [risos], uma criatura, eu acho que é isso, eu acho que trabalhar com arte e com violência doméstica tem tudo a ver, acho que o [nome da instituição] deveria pensar mais sobre isso. Muitos psicólogos criticam, dizendo que ficamos dando risada na sala. Mas, olha, é isso mesmo viu? A gente fala coisa engraçada, porque eu não estou aqui só para ficar, sabe, pontuando questões que o outro não está vendo. Tudo bem, eu pontuo, mas eu também..., a gente pode transformar isso numa coisa mais leve, até porque ouvir isso não leva a nada, e eu..., como profissional, até para esses pais, que muitas vezes não tiveram pais foram..., que não tiveram a maternagem, a paternagem, então, muitas vezes, nós como psicólogos fazemos um pouco esse papel, quando brinca, quando dá risada, quando é bem humorado. Muitas vezes a gente é esse pai, essa mãe, que tem que acolher, que tem que brincar, que tem que dar

dura também. Às vezes, os psicólogos têm muito medo – eu acho –, têm uma posição ortodoxa. Eu acho que isso não ajuda. Os profissionais tinham que pensar um pouco numa postura mais flexível, não é tomar chá e ser amigo, não é isso, mas brincar mais no *seting* mesmo, saber levar isso, saber que é uma possibilidade. Acho que é isso.

Pesquisadora – Acho que então está bom, agradeço pela entrevista.

Maria – Se precisar estamos aqui.

Pesquisadora – Obrigada.

Quando desligo o gravador, a entrevistada começa a falar um pouco mais, então pedi para ela deixar eu gravar, e ela permitiu.

Maria – Para finalizar..., eu ia te falar, trabalhar com violência doméstica, tem..., traz um nível de insalubridade para a saúde mental do psicólogo, por isso que ele precisa muito se cuidar, senão ele não vai ser um bom profissional. Quantas vezes a gente chega aqui estressado com o trabalho, claro, o fórum, o juiz..., é muita responsabilidade, você tem que fazer relatório, e você vai decidir a vida da pessoa de uma certa forma. E a justiça..., então é insalubre, e as ameaças...

Pesquisadora – E a justiça?

Maria – A justiça? Ah! a justiça! A gente é respeitado pelo juiz, não pela promotora, pelo juiz, pela promotora a gente não é! Ela acha a gente muito preguiçosa, ela usou outra palavra, mas era isso, aí, julgando, era uma palavra bem engraçada, eu não sei, depois eu vou perguntar para as meninas... Ela chamou a gente de uma palavra que..., a gente foi ver no dicionário, era preguiçoso. Então a gente também é violentada aqui [risos], a gente é julgado. E a gente também faz isso com os outros, e a responsabilidade é muito grande. Eu, várias vezes, fui prestar depoimento no fórum. Eu já perdi a conta..., eu nem fico mais nervosa na frente de um juiz, mas eu fico muito nervosa porque ele fala coisas sabe, sabe, que vai comprometer, então você sai de lá com medo de ser ameaçada, você sai de lá, às vezes, com pena! Aquele, o cara vai ser preso. Sabendo que eu contribuí para que ele fosse preso. É claro que ele tem que pagar pelo que ele fez, mas é difícil...

Pesquisadora – Você já prestou depoimento sobre a questão (caso de abuso)?

Maria – Várias vezes, várias, e de diversas formas. Eu..., alguns não teve resultado nenhum, a justiça não fez nada, e eu fiquei impressionada... É um caso de um pedófilo famoso lá de Diadema. O juiz me perguntou se eu achava que ele tinha que ser preso, eu falei para ele que não iria responder essa pergunta, porque não me competia. Eu só posso dizer que ele precisa de uma terapia ou ir a um psiquiatra. Mas eu não vou falar isso, não me compete. E teve outro caso..., de um velhinho que abusou de uma adolescente e depois ele morreu. Ele não morreu na cadeia, porque acho que ele se matou antes... Ele se suicidou, porque depois, com o meu depoimento, eu percebi que iria ser preso. Estava na cara que ele tinha abusado. É muito difícil, é muito insalubre, você fica se sentindo responsável...

Pesquisadora – Como é que você identifica? Em que você se fundamenta para poder dizer se ouviu ou não o abuso?

Maria – A gente, a gente, usa entrevista aberta, entrevistas fechadas, são várias coisas, e testes.

Pesquisadora – Com a criança?

Maria – E com o agressor também, com os dois. A gente consegue, muitas vezes, chegar a um consenso, só que a gente não afirma. A gente usa o termo parece, praticamente a gente afirma, porque se parece que existe indício...

Pesquisadora – E vocês escrevem no parecer para o juiz?

Maria – Escrevemos e..., às vezes, o juiz está violentando a criança na minha frente. Eu fico mal, a criança chorando...

Pesquisadora – Violentando como?

Maria – Pergunta onde seu pai mexeu? E eu respondo que estava tudo comprovado, tinha exame de corpo de delito, tinha tudo, exame psicológico. E a juíza: “Fala onde foi.” A criança me agarrando e chorando...

Pesquisadora – Quantos anos?

Maria – Sete anos. Então, ela chorando apontou para a vagina. E eu falei para a juíza: “O que a senhora está fazendo?” A sorte foi que a promotora teve bom senso com a advogada da criança, e falou você quer perguntar, ela falou: “Não.” Pô, também, né, já tinha escancarado a

criança ali. A criança não quis responder, mais ela respondeu em avaliação, e a juíza quis que ela respondesse lá, então foi muito difícil, foi muito complicado, eu..., esse depoimento mexeu... Depois eu fui no depoimento de um agressor, de vários, eu fui, né? Ele estava comigo, ele estava na sala e eu pedi para o juiz para ele se retirar para não fazer o depoimento na frente dele. Então é insalubre por isso, entendeu? Porque você tem medo de sair de lá e tomar um tiro, ou o cara descobrir onde você mora. Você não tem retaguarda da instituição para isso, não tem, você vai na fé, em Deus, entendeu? Você vai achando que não vai acontecer nada com você. E a responsabilidade mesmo do cara ser preso..., e o meu relatório contribuiu para isso, meu relatório diz que tinha um indício. Será que é por aí, porque a gente sabe que o sistema penitenciário não vai recuperar mesmo, e ele não vai ter terapia, então adiantou ele só ser preso? Eu acho que não, ele vai..., ele foi preso, mas ele precisa de um atendimento.

Pesquisadora – Mas esse indício que você diz... Como que é? É quando ele conta?

Maria – Não é uma série de coisas. Ele, às vezes, não conta. Ele se faz passar por uma pessoa muito certinha, perfeita, que nunca pensa em sexo, que nunca bebeu, que nunca fumou, que nunca fez nada, entendeu? Uma pessoa perfeita, um santo. E a criança se observa o comportamento. É uma avaliação baseada num todo. Não é só do agressor, é da criança também. É complexo, passa pela subjetividade do psicólogo e você pode errar, como ser humano, então você está sujeito a... Você vê esse velhinho..., eu tinha certeza que ele abusou, para mim estava claro. Ele veio com uma conversa assim: “Não filha, olha, eu sou um velhinho.” Sem sexualidade, né? “Sou crente.” Muito crente..., agressor sexual é muito evangélico, ele faz alguma coisa, impressionante. E o HTP¹ dos agressores, a árvore especificamente é um desenho estranho, geralmente é a árvore... É engraçado, pelo menos nas avaliações que eu tenho feito, dá até para fazer uma pesquisa sobre isso. A árvore especificamente, bem esquisita, nada comum é o que mais...

Pesquisadora – Você estava falando dos indícios.

Maria – Ah! Os indícios? O velhinho ele falava que era um santo: “Não filha, olha, eu estou cansado... Você acha que eu, um velho de setenta anos, vou ter disposição?” Para subir a escada fez um drama, fez um monte de, de, de... Então, são indícios..., de remédio na minha mesa para provar que ele era doente. Quem deve, não teme, entendeu? E, então, o cara, do

¹ *House, tree and people*: um tipo de teste psicológico para avaliar traços de personalidade.

nada..., isso foi uma coisa muito interessante, eu nunca vi uma coisa assim, “Ah filha, eu sou doente!” E, de repente, o cara levanta e fala assim [grita]: “Você acha que eu tinha capacidade de abaixar uma porta?” Essas portas de comércio, sabe? De repente, o velho levanta na maior velocidade, levantou e fez assim: “Você acha que eu tinha capacidade para fazer isso?” Assim, super ágil, super, nossa! Parecia um esportista, um atleta, um alongamento, sabe, nem eu tinha. Daí eu fiquei, assim, ele abusou. A história é que ele tinha abaixado a porta e abusado da menina. “Você acha que eu tenho capacidade?” Porque ele subiu a escada..., fazendo um jeito de cansado, parou na escada para respirar..., de repente ele levanta da cadeira com a maior agilidade física, abaixa e faz a cena [a psicóloga também fez a cena]. Eu olhei..., falei, aí tem... Os testes..., ele era muito..., eu sou o santo. Então, dá para perceber algumas coisas entendeu? Faz o tipo de santo, que não tem pensamentos sexuais. Quando o cara..., não é, geralmente ele admite. “Ah! Eu já usei revista pornográfica, eu já me masturbei, já.” Enfim, quando o cara abusa ele faz um tipo, sabe: “Não, eu não penso nisso, eu não penso em sexo” [risos]. “Não, eu não, vou para igreja, Deus é pai, isso é coisa do diabo.” Então esses indícios são fortes, dão muita pista para a gente. A gente acabou nem falando muito sobre o perfil do agressor, né? Se você quiser, numa outra entrevista, a gente pode falar. Muita coisa, por exemplo, ele culpa muito a criança: “Tá vendo... ela é uma galinha. Aquela menina é uma safada! Ela namora com todo o mundo.” Então, põe no outro essa sexualidade desviada. É como se ele fosse um ser assexuado, entendeu? Essa é uma coisa bem..., para mim, bem forte no agressor [silêncio]. Tá bom?

Pesquisadora – Sim, Maria, obrigada.